UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALINE MALAGI

A FORMAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

CHAPECÓ/SC
2020

ALINE MALAGI

A FORMAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.ª Dra. Iône Inês Pinsson Slongo

CHAPECÓ/SC
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Malagi, Aline
A formação do/a pedagogo/a para educação sexual escolar / Aline Malagi. -- 2020.
362 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Iône Inês Pinsson Slongo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó, SC, 2020.

1. Sexualidade; Educação Sexual; Gênero; Currículo; Formação de Professores; Licenciatura em Pedagogia.. I. Slongo, Iône Inês Pinsson, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

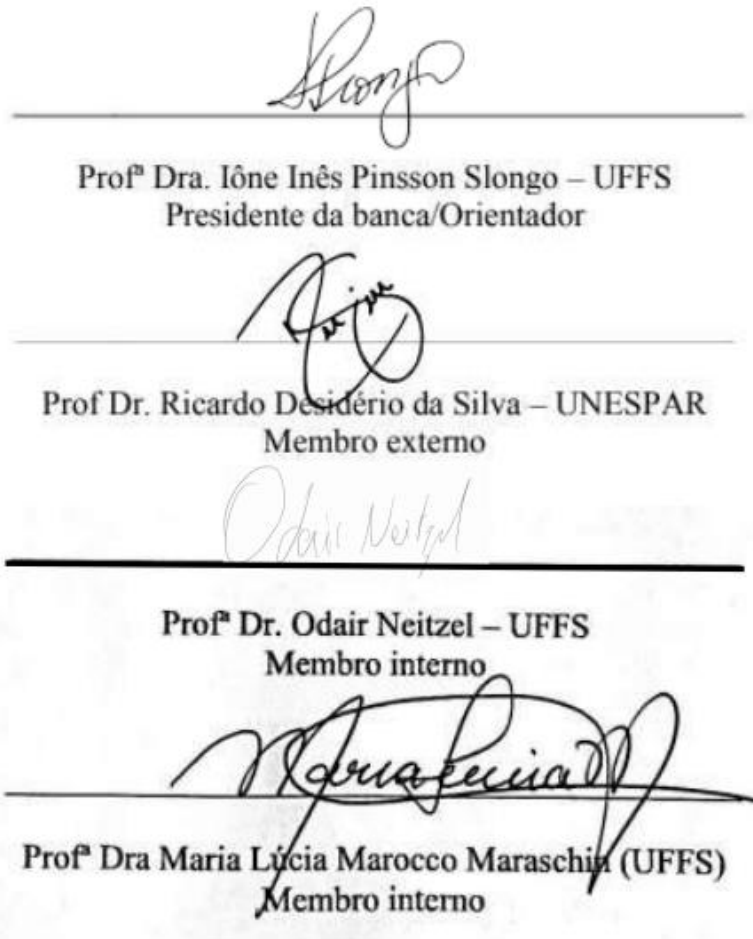
ALINE MALAGI

A FORMAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 03/12/2020.

Aprovado em: 03/12/2020

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Iône Inês Pinsson Slongo – UFFS
Presidente da banca/Orientador

Prof Dr. Ricardo Desidério da Silva – UNESPAR
Membro externo

Profª Dr. Odair Neitzel – UFFS
Membro interno

Profª Dra Maria Lúcia Marocco Maraschin (UFFS)
Membro interno

Chapecó/SC, 03 de dezembro de 2020.

Dedico à minha mãe, minha primeira professora. Àquela que não apenas me ensinou a ler e escrever, mas também a ver o valor que a educação possui ao transformar a vida das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Eu aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de tantas outras pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que a gente pense estar
Caminhos do Coração (Gonzaguinha)

É chegada a hora de agradecer. Tenho como sentimento que é chegada a hora de trazer de volta as memórias de todos/as aqueles/as que estiveram junto comigo nesta jornada tão importante em minha vida, a conclusão desta dissertação.

Os primeiros agradecimentos são para aqueles que sonharam comigo que este trabalho era possível, minha família. Vocês são a razão do meu viver, tudo que fui e sou devo a vocês.

Começo agradecendo àqueles que me deram a vida, pai e mãe. Pai, sei que sua jornada neste plano se findou quando a minha apenas começava, mas, também sei que em um plano maior você me guia, sinto você em cada passo nesta jornada chamada vida. Mãe, meu orgulho e exemplo de força para viver a vida, você me gerou, me deu a vida e me ensinou a vivê-la com dignidade. Obrigada pelo apoio, amor e carinho que sempre deste da forma mais leve que possa existir. Guardo em meu coração cada palavra de motivação. Jamais esquecerei da frase: “Aline, enquanto você puder, estuda, esta é a única forma de você mudar a vida e conseguir ser o que quiser!”, cada olhar sempre atento para me acalmar e não me deixar desistir. Obrigada, mãe, por acreditar tanto assim em mim, pelos conselhos, orações, torcida e carinho de sempre. Com certeza, sou o melhor de você para você. Te amo!

Aos meus irmãos e melhores amigos, Tata, Luci e Iva, agradeço por fazerem meus dias mais fáceis, leves, alegres e felizes. Vocês são as joias raras que a vida me deu, parceiros para o que der e vier, para a vida. Obrigada pelas palavras de incentivo quando o fardo ficava pesado demais e por vibrarem com cada conquista minha. Tata e Luci, vocês são meus maiores exemplos de superação e coragem, agradeço pelo cuidado, força, coragem e motivação de sempre. Iva, obrigada por dedicar seu tempo e me escutar a falar incansavelmente sobre as angustias com meu texto por não saber o que fazer para resolver ele, você me fez andar quando eu pensava em parar.

Aos meus sobrinhos Laura e Henrique, amores da minha vida, meus orgulhos, obrigada por me ensinarem o verdadeiro valor que a vida tem. Amo-os para além da vida, obrigada por me escolherem como tia, pelas “zueiras” e pela amizade que temos, vocês me fazem ver melhor o mundo.

Agradeço a minha querida tia Tereza, por todo seu carinho e admiração ao demonstrar preocupação com minha rotina diária de estudo e a “falta” de sono.

Ao meu companheiro de vida, que não é apenas Estevan, é também Aquiles, o guerreiro mais belo de todos os heróis, meu orgulho e razão do meu sorriso, por me fazer forte, feliz e melhor, a cada dia. Obrigada por me fazer sentir melhor e mais capaz, querer mudar, rir, chorar, recomeçar, seguir em frente e acreditar que não estou só, compreender e tolerar meu humor, ansiedade e, principalmente, minhas ausências e por esperar pacientemente esse tempo passar. Obrigada por me entender, incentivar, amar e segurar forte minha mão durante toda esta jornada. Você é a minha melhor escolha e parte da minha história.

À família que me acolheu como parte sua, Ana, Aldemar, Thiago, Jéssica e agora nossa pequena, doce e amada Mariana, por todo incentivo durante essa caminhada. Obrigada pelas jantas de sexta e pelos almoços de domingo, momentos de leveza enquanto parecia que carregava o mundo em minhas costas.

Às minhas amigas-irmãs, Daniela e Mariana, que lado a lado, desde o início, me deram a mão e tornaram esse caminhar mais leve, suave, prazeroso e tranquilo. Obrigada pelos sorrisos sinceros, pelos abraços reconfortantes, pela cumplicidade, companhia, amizade, pareceria e, principalmente, pelo amor existente entre nós. Daniela (e seu querido Lili – vocês são a definição da palavra amizade), obrigada pelo carinho, ajuda (pelas comidas), por ser ouvidos e palavras quando mais precisei. Mariana, obrigada pela amizade, risos soltos e por todo incentivo. Nossa amizade “trilouca” é coisa de outro mundo! Vocês conseguiram me fazer chorar de tanto rir, mesmo quando tudo parecia tão difícil e os problemas pareciam ser impossíveis de serem resolvidos. Nossas conversas, cafés, cervejas (as vezes caipirinhas) e viagens durante esse tempo de ausências jamais serão esquecidas.

Às minhas “comadres” e amigas Heloisa, Jéssica e Cláudia. Nossa amizade é para a vida e além. Vocês e nossas conversas sobre tudo e qualquer coisa nos momentos mais impossíveis no caminhar da pesquisa, onde não via mais luz, jamais serão esquecidas.

Ao grupo “saidinhas”, nossa amizade transcende qualquer realidade. Daniela, Silvia, Mariana, Maiara, Dyeniffer e Roberta, vocês me fizeram leve nos momentos mais pesados nesta caminhada, as quero sempre perto. Nossos encontros me enchiam de alegria, me incentivavam quando me via esgotada. Vocês me viram melhor do que sou, acreditaram no meu potencial. O profissionalismo de vocês me faz acreditar na Educação como ferramenta que pode transformar o mundo. Amo-as.

À minha amiga, colega e companheira de estrada para Chapecó, Leisa, pelas conversas que reconfortavam, pelo apoio e auxílio em meio a abraços, cafés, livros e olhares que mostravam respeito, carinho e admiração. Obrigada!

Aos meus queridos colegas do mestrado, obrigada pela oportunidade de aprender com cada um de vocês. Agradeço o companheirismo, desabafos e confidências. Vocês, ficarão guardados na memória, assim como os momentos de tensão e angustias que foram minimizados pelos sorrisos e “pentelhices”, abraços e acolhimentos.

À minha doce e admirável orientadora Profª. Drª. Iône Inês Pinsson Slongo, por ter me recebido de braços abertos como sua orientanda. Por toda paciência, carinho, dedicação e profissionalismo. Pelos riquíssimos ensinamentos que me deste a cada encontro, presencial ou virtual, a cada e-mail e mensagem no WhatsApp. Pelas incansáveis vezes que me enxergou melhor do que sou e me fez acreditar ser capaz e conseguir alcançar o mundo. Por fazer parte desta pesquisa, sem você ela não existiria, e por me ensinar tantas coisas, meus mais sinceros agradecimentos!

Aos professores da banca, Profas. Dras. Maria Lúcia Marocco Maraschin e Solange Maria Alves e aos Profes. Dres. Ricardo Desidério da Silva e Odair Neitzel, vocês foram, melhor, vocês são incríveis! Compartilharam seus ricos conhecimentos e ofereceram significativas contribuições a esta pesquisa. Obrigada por realizarem este trabalho com tanto zelo, doçura e profissionalismo. Sinto-me imensamente feliz e honrada por ter andado por esse caminho tão bem acompanhada.

Às integrantes da Escola Ana Bocchi Macagnan, por me apoiarem e compreenderem minhas ausências durante o período de realização do mestrado. Agradeço imensamente à Diretora Méri e às Coordenadoras Marilene e Marisônia pelo apoio dado, ao adaptar/trocar meus horários quando necessário, o qual foi fundamental para que eu pudesse me dedicar a pesquisa mesmo sem direito a afastamento.

Por fim, agradeço àqueles/as que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram e me acompanharam nesta jornada e que, por ventura, não mencionei.

Obrigada a todos/as!!!

RESUMO

MALAGI, Aline. **A formação do/a Pedagogo/a para a Educação Sexual escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2020.

Tratou-se de um estudo que teve o objetivo de analisar o modo como os cursos de Licenciatura em Pedagogia concebem e orientam a formação docente, visando a abordagem da Sexualidade como uma demanda fundamental da formação humana a ser realizada nos espaços educacionais. Configurou-se, como pesquisa qualitativa que faz uma análise documental das principais normativas que orientam a formação do/a Pedagogo/a, bem como, dos Projetos Políticos Pedagógicos/PPP ou Projetos Pedagógicos dos Cursos/PPC, dos cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras, de modo a cotejar o que foi concebido no âmbito das políticas de formação docente, com o que propõem os projetos formativos vigentes nestas instituições de ensino do país. Utilizou como aporte teórico, contribuições da teoria marxista, e como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, a fim de identificar e analisar possibilidades e limites na formação do/a Pedagogo/a para a Educação Sexual escolar. Do ponto de vista teórico, fundamentou-se em autores que pesquisam a Sexualidade em uma perspectiva crítica, como: Goldberg (1984); Guimarães (1995); Nunes (2005); Nunes e Silva (2000); Figueiró (1996; 1998; 2001; 2007; 2006; 2009); Ribeiro (1990, 2002); Werebe (1998). Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016). O *corpus* da pesquisa constituiu-se de (N=118) cursos de Licenciatura em Pedagogia, dos quais, (N=93) corresponderam a cursos presenciais e (N=25) na modalidade EAD. Identificou-se que (N=64) cursos ofertam CCRs sobre a temática da Sexualidade e que (N=54) não tem esta oferta de CCRs em seus currículos formativos. Neste cenário foi identificado a oferta de (N=103) CCRs relacionadas à Sexualidade e à Educação Sexual. O estudo colocou em evidência que, desde a vigência das DCNCP/2006 e da Resolução CNE/CP nº 2/2015, houve crescente inserção de CCRs sobre Sexualidade nos currículos da formação inicial do/a Pedagogo/a. Observou-se a existência de duas grandes Categorias de CCRs conforme a natureza do seu conteúdo, específico ou misto, sendo (N=55/53,4%) CCRs de conteúdo específico e (N=48/46,6%) de conteúdo misto. Quanto a configuração, optativa ou obrigatória dos CCRs, identificou-se que (N=55/53,4%) configuraram-se como optativos, enquanto (N=48/46,6%) são obrigatórios. Ainda verificou-se que (N=58/56,3%) dos CCRs deram ênfase para a categoria Gênero, enquanto (N=27/26,2%) tiveram como foco a categoria Educação Sexual, (N=16/15,5%) a categoria Currículo e, por fim, (N=2/2%) a categoria Formação de Professores. Identificou-se uma tendência dos CCRs a abordagem de aspectos teórico-conceituais sobre o recorte temático da Sexualidade, com ênfase nas questões de gênero, nas questões étnico-raciais – poder, classe, raça, diferenças e preconceitos – e das diversidades que emergem nas sociedades contemporâneas. Por fim, quanto às orientações metodológicas, potencializadoras do fazer docente, observou-se grande silenciamento, assim como, na Formação de Professores.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação Sexual; Gênero; Currículo; Formação de Professores; Licenciatura em Pedagogia.

ABSTRACT

MALAGI, Aline. **The formation of the Pedagogue for School Sexual Education**. Dissertation (Master in Education) – Program and Post-Graduation in Education, Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2020.

This is a study that aimed to analyze the way in which Pedagogy Licentiate courses conceive and guide teacher education, aiming at addressing Sexuality as a fundamental demand for human education carried out in this school segment. Characterized, as a qualitative research that makes a documentary analysis of the main norms that guide the formation of the Pedagogue, as well as of the Political Pedagogical Projects / PPP or Pedagogical Projects of the Courses / PPC, of the Pedagogy Degree courses offered by the Federal Public Universities in order to analyze what was conceived in the teacher training policies, that propose the training projects in force in these educational institutions in the country. It used as theoretical content, contributions from Marxist theory, and as a theoretical-methodological reference, dialectical historical materialism, to identify and analyze possibilities and limits in the formation of a Pedagogue for sexual school education. From a theoretical point of view, the research is based on authors who research sexuality in a critical perspective, as Goldberg (1984); Guimarães (1995); Nunes (2005); Nunes and Silva (2000); Figueiró (1996; 1998; 2001; 2007; 2006; 2009); Ribeiro (1990, 2002); Werebe (1998). For data analysis it was used the content analysis methodology of Bardin (2016). The *corpus* of research consists of (N=118) Undergraduate courses in Pedagogy, these being, (N=93) correspond to classroom courses and (N=25) in modality EAD (on-line courses) Was identitifed that (N=64) courses offer CCRs on the theme of Sexuality and that (N = 54) does not have this CCR offer in their training curriculum. In this scenario, the offer of (N=103) curriculum components (CCRs) related to Sexuality and Sexual Education. The study showed that, since the DCNCP / 2006 and the Resolution CNE/CP nº 2/2015, increasing insertion of curriculum components (CCRs) (N=103) on Sexuality in the curriculum of the initial training of the pedagogue. There were two major categories of CCRs, depending on the nature of their content, being (N=55/53,4%) curriculum components are of specific content and (N=46,6%/48) are of mixed content. Regarding the configuration, optional or mandatory of the CCRs, it was identified that (N=55/53.4%) were configured as optional, while (N=48/46.6%) are mandatory. It was also found that (N=58/56.3%) of the CCRs emphasized the Gender category, while (N=27/26.2%) focused on the Sexual Education category, (N=16/15, 5%) the Curriculum category and, finally, (N=2/2%) the Teacher Training category. A tendency of the CCRs to identify theoretical-conceptual aspects on the thematic focus of Human / Child Sexuality was identified, with an emphasis on gender issues, ethnic-racial issues - power, class, race, differences and prejudices - and diversity that emerge in contemporary societies. Finally, as to the methodological guidelines, which potentiate teaching, there was a great silence, as well as in teacher training.

Palavras-chave: Sexuality, Sexual education, Genre, Curriculum, Teacher trainning, Graduation in Pedagogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Universidades Federais..... 87
Figura 02- Seleção dos 125 CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual ofertados pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais 92
Figura 03- Organização das Categorias e Subcategorias doss 103 CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual ofertados pelos 64 cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais..... 121
Figura 04- Componentes Curriculares de Conteúdo Específico.....123
Figura 05- Componentes Curriculares de Conteúdo Misto..... 149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Cursos de Licenciatura em Pedagogia por modalidade de oferta e por região do país.....89
Gráfico 02- Cursos de Pedagogia na modalidade presencial e EAD com e sem oferta de CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual 90
Gráfico 03- Evolução da oferta de CCRs que abordam a Sexualidade e Educação Sexual nos Cursos de Pedagogia (2006 a 2016) 107
Gráfico 04- Natureza dos 125 CCRs que compõe o corpus da pesquisa..... 110
Gráfico 05- Distribuição da oferta dos 103 CCRs por região do país 115
Gráfico 05- Redimensionamento do corpus da pesquisa 118

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Pedagogos/as formados/as no ano de 2018 pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras com e sem formação sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar.....91
Tabela 02- Quantitativo de CCRs que abordam a temática da Sexualidade e da Educação sexual ofertados pelas IES de cada região do país.....105
Tabela 03- Distribuição de CCRs de conteúdo específico ao longo do tempo.....123
Tabela 04- Categorias dos 48 CCRs mistos.....149

LISTA DE QUADRO S

Quadro 01 – Categoria Gênero 126
Quadro 02 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Gênero dos CCRs de conteúdo específico.....135
Quadro 03 – Categoria Educação Sexual.....136
Quadro 04 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Educação Sexual dos CCRs de conteúdo específico..... 141
Quadro 05 – Categoria Currículo..... 141
Quadro 06 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Currículo dos CCRs de conteúdo específico 146
Quadro 07 – Categoria Formação de Professores..... 147
Quadro 08 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Formação de Professores dos CCRs de conteúdo específico..... 148
Quadro 09 – Categoria Gênero..... 151
Quadro 10 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Gênero dos CCRs de conteúdo misto..... 158
Quadro 11 – Categoria Educação Sexual 160
Quadro 12 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Educação Sexual dos CCRs de conteúdo misto.....164
Quadro 13 – Categoria Currículo.....165
Quadro 14 – Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Currículo dos CCRs de conteúdo misto.....168

LISTA DE SIGLAS

ACCS – Atividades Curriculares Complementares
ANFOPE – Associação nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC – Base Nacional Comum
CEB – Câmara de Educação Básica
CF – Constituição Federal
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNCP – Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Pedagogia
DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAD – Educação a Distância
LABGEDUS – Laboratório e Grupo de Pesquisa em Educação e Sexualidade
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISTs – Infecções sexualmente transmissíveis
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE – Plano Estadual de Educação
PME – Plano Municipal de Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Proposta Pedagógica Curricular
PPP – Projeto Político Pedagógico
PRONAICA – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
SEPESPE – Secretaria de Projetos Educacionais Especiais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFGD –Universidade Federal da Grande Dourados
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNIFALMG – Universidade Federal de Alfenas
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFAC – Universidade Federal do Acre
UNIFAP – Universidade Federal do AMAPÁ
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFOP – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

A PESQUISA E A PESQUISADORA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO 19
INTRODUÇÃO 24
1. REMOMORANDO ALGUNS ELEMENTOS DO CONTEXTO HISTÓRICO 33
1.1 Atitudes e comportamentos sexuais na antiguidade clássica: sexo e sexualidade na idade "primitiva" e mítica 33
1.1.1 Antiguidade clássica: Grécia e Roma 35
1.2 A moral cristã e a construção negativista da sexualidade na Idade Média: o Cristianismo e a influência da Igreja no controle da sexualidade 38
1.3 A puritanização do sexo: sexo e sexualidade na Idade Moderna 41
1.4 A revolução sexual da contemporaneidade: da ocultação da sexualidade à descoberta da sexualidade infantil 44
2. EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: DA SEXUALIDADE NEGADA À EDUCAÇÃO SEXUAL INSTITUCIONALIZADA 52
2.1 O papel social da escola e a Educação Sexual 52
2.2 A Educação Sexual no currículo escolar brasileiro: breve histórico a partir do século XX 61
2.3 A Educação Sexual e a formação inicial do professor 75
3. OS CAMINHOS PERCORRDOS PARA A RESPOSTA À PROBLEMÁTICA DE PESQUISA 82
3.1 A opção pela abordagem qualitativa 82
3.2 A natureza documental deste estudo 84
3.3 Definição do *corpus* da pesquisa 86
3.4 Apresentação e análise dos dados 92
4. DISCURSOS OFICIAIS, POLÍTICAS CURRICULARES E A OFERTA DE CCRs SOBRE SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UM BREVE RETRATO 95
4.1 Breve análise das atuais Políticas Educacionais sobre Formação Docente e seus nexos com a Educação Sexual escolar 95
4.2 Um retrato inicial quanto à oferta de CCRs sobre Sexualidade nos Cursos de Pedagogia investigados 105
5. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR COMO OBJETO DE ESTUDO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: O QUE DIZEM OS PPP/PPC? 113
5.1 Origem dos cursos de Pedagogia que oferecem o estudo da Sexualidade 113
5.2 Natureza dos CCRs ofertados 117
5.3 Sobre os CCRs Específicos 122
5.3.1 Elementos teóricos e metodológicos em evidência nos ementários 125
5.3.1.1 Categoria Gênero 125
5.3.1.1.1 Subcategoria: Discussão Conceitual 127
5.3.1.1.2 Subcategoria: Processo de feminização do magistério 129
5.3.1.1.3 Subcategoria: Corpo, gênero e sexualidade 130
5.3.1.1.4 Subcategoria: Diversidade Cultural e Identidades Culturais na Pós-modernidade 132
5.3.1.1.5 Subcategoria: Gênero, mídia e Educação 133
5.3.1.1.6 Subcategoria: Direitos Humanos 134
5.3.1.2 Categoria Educação Sexual 136
5.3.1.2.1 Subcategoria: Prática Pedagógicas em Educação Sexual 137
5.3.1.2.2 Subcategoria: Filosofia da Educação Sexual 138
5.3.1.2.3 Subcategoria: Dimensões da Sexualidade 140

5.3.1.3 Categoria Currículo 141
5.3.1.3.1 Subcategoria: Educação Sexual, Políticas Públicas e os Parâmetros Curriculares Nacionais 143
5.3.1.3.2 Subcategoria: Currículos, relações de gênero e a Educação Básica 144
5.3.1.3.3 Subcategoria: Preconceitos e discriminações raciais e suas manifestações nos currículos 145
5.3.1.3.4 Subcategoria: Currículo e responsabilidade 145
5.3.1.4 Subcategoria Formação de Professores 146
5.4 Sobre os CCRs Mistos 148
5.4.1 Elementos teóricos e metodológicos em evidência nos ementários 150
5.4.1.1 Categoria Gênero 150
5.4.1.1.1 Subcategoria: Diversidade Cultural e as Identidades Culturais na Pós-modernidade 153
5.4.1.1.2 Subcategoria: Direitos Humanos 156
5.4.1.1.3 Subcategoria: Corpo, gênero e sexualidade 156
5.4.1.2 Categoria Educação Sexual 159
5.4.1.2.1 Subcategoria: Dimensões da Sexualidade 161
5.4.1.2.2 Subcategoria: Educação Sexual e Diferença 162
5.4.1.2.3 Subcategoria: Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais 163
5.4.1.3 Categoria Currículo 165
5.4.1.3.1 Subcategoria: Currículo, gênero, sexualidade, diversidade cultural e étnico-racial 166
5.4.1.3.2 Subcategoria: Educação sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais 167
5.5 Entrelaçando os fios: uma breve síntese 168
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: O QUE ESTÁ PRESENTE? O QUE FAZ FALTA? 178
REFERÊNCIAS 185
APÊNDICE I – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO PRESENCIAIS 200
APÊNDICE II – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) 275
APÊNDICE III – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO PRESENCIAIS 281
APÊNDICE IV – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO EAD 332
APÊNDICE V– RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO E SEUS CÓDIGOS 340
APÊNDICE VI – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E SEUS CÓDIGOS 346
APÊNDICE VII – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO E SEUS CÓDIGOS 347
APÊNDICE VIII – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E SEUS CÓDIGOS 352
APÊNDICE IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPARTILHADAS PELOS CCRS ANALISADOS 352

A PESQUISA E A PESQUISADORA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A prática pedagógica diária, a todo momento, coloca os educadores, em especial os/as pedagogos/as, diante de "diversas" realidades e situações referentes às manifestações da sexualidade da criança, por ser o profissional que trabalha com a criança desde a mais tenra idade. Muitas vezes, esses educadores não receberam a necessária e adequada formação para trabalhar a temática no âmbito escolar. A formação inicial de professores, que contempla de forma significativa o estudo da Sexualidade e da Educação Sexual escolar, ainda parece ser escassa, inclusive, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras. Ao olhar para a minha própria formação inicial, percebo que esta proporcionou-me poucos momentos de estudo, discussão e reflexão a respeito dos temas que englobam a sexualidade.

Para que você, leitor, possa melhor compreender as razões que me levaram a escolher a Sexualidade e a Educação Sexual como tema desta dissertação, farei uma breve apresentação da minha caminhada acadêmica e profissional, a qual me trouxe até aqui.

O anseio por investigar e melhor compreender a presença da Educação Sexual como objeto de estudo da formação inicial do/a pedagogo/a, tem origem nas minhas observações e vivências em ambientes educacionais nos quais estive imersa em minha trajetória profissional. Minha apercepção é de que geralmente não é oferecida a este profissional da educação uma formação docente suficiente e, as vezes, até mesmo uma formação adequada, que lhes possibilite compreender a temática em sua complexidade, especialmente no intenso período de desenvolvimento infantil, e fazer a necessária intervenção pedagógica, sobretudo se considerarmos as múltiplas identidades e existências presentes nos espaços escolares. Via de regra, o enfoque ou a ênfase, no trato dessas questões, restringe-se a conteúdos conceituais e poucos aos conteúdos procedimentais e atitudinais.

Em acordo com Goldenberg (2004), quando afirma que a escolha de um objeto a ser estudado não surge de forma espontânea, mas, geralmente é fruto da inserção do pesquisador na sociedade, a construção do objeto desta pesquisa partiu da minha relação, primeiramente como acadêmica da Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão – PR, em 2009.

Quando entrei em um curso superior de uma Universidade Pública, pude ver o quão diversos eram aos grupos que ali circulavam, as pessoas e as diferentes formas de viverem as suas identidades. No entanto, no decorrer do curso de Licenciatura em Pedagogia, lembro-me que foram poucos os momentos de reflexão em sala de aula sobre a temática da Sexualidade. Não havia uma disciplina ou componentes curriculares específicos e isto me deixava intrigada, pois, na mente estava o conhecimento de que a escola é um espaço educativo que deve ter como objetivo a construção de uma sociedade justa e igualitária a partir dos princípios da equidade, na qual a diversidade humana deve ser representada e respeitada.

Durante o curso o tema era exposto de forma "superficial", pois havia um pequeno espaço nos CCRs de Psicologia da Educação I e II, ofertadas respectivamente no primeiro e segundo ano, o que não se configurava como um componente curricular, pois não estava presente no Projeto Político Pedagógico/PPP do curso.

Lembro-me de ter o contato com a temática da Sexualidade e da Educação Sexual porque a professora que ministrava a disciplina de Psicologia da Educação II tinha afinidade/conhecimento com os conteúdos, pois estava cursando doutorado e sua pesquisa versava sobre a Sexualidade infantil e a importância da Educação Sexual desde a mais tenra idade. A experiência oferecida abriu espaço para a busca de novos conhecimentos. Ao final desses CCRs, passei a me interessar com mais frequência pela temática, o que me levou a participar de encontros, reuniões e eventos no recorte temático.

Ao perceber que aquele conhecimento inicial era incipiente para a minha atuação profissional, observei que precisava de mais para melhor compreender e conhecer às temáticas da Sexualidade e da Educação Sexual na infância. Assim, fui convidada a integrar um grupo de pesquisa que tinha como foco de discussão a temática, o LABGEDUS[1] (Laboratório e Grupo de Pesquisa em Educação e Sexualidade), coordenado pela Profª. Drª. Giseli Monteiro Gagliotto).

Ao frequentar o grupo, inicialmente como bolsista de pesquisa e depois de extensão, as angústias e inquietações sobre as manifestações da sexualidade das crianças em ambientes escolares se faziam cada vez mais presentes. Nas rodas de estudo semanais, pude

[1] O LABGEDUS, é um grupo de pesquisas e estudos interdisciplinares, composto por professores efetivos, colaboradores e acadêmicos da graduação e pós-graduação das áreas das Ciências Humanas e Ciências da Saúde. Tem interesse de investigação e aprofundamento conceitual para as questões da sexualidade, infância, adolescência, violências, educação em saúde, estudos de gênero e formação de professores.

perceber quão ricas eram as discussões e reflexões que eram feitas sobre os temas, e como elas se configuravam como necessárias para a minha formação e atuação docente.

A participação no LBGEDUS contribuiu com o aumento de interesse pela temática da Sexualidade, busquei participar de reuniões, encontros e eventos que tivessem como foco a Sexualidade na infância. Assim passei a enxergar a Educação e a Escola de modo diferente, principalmente no tocante a esse tema. Foi a partir dessas vivências que passei a me questionar sobre o que eu, enquanto professora da Educação Básica, poderia fazer para que esses assuntos fizessem parte do cotidiano escolar e, assim, contribuíssem com a construção da sexualidade emancipatória, fator de desenvolvimento humano que tanto discutíamos nos grupos de estudo.

As inquietações sobre a possibilidade de um trabalho voltado à Sexualidade me acompanham desde a graduação. A experiência formativa, favoreceu o contato com o conhecimento científico sobre Sexualidade e Educação Sexual, despindo-me de estereótipos que foram formados ao longo da minha história. Mas, um dos fatores primordiais, que levaram ao meu interesse pelo tema, foi a atuação como Professora Pedagoga, em instituições escolares com oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, nos Municípios de Marmeleiro e Francisco Beltrão - PR. Com a convivência diária com as crianças e outros profissionais, pude constatar que havia pouco interesse e/ou preocupação dos/as professores/as pedagogos/as em abordar a temática da Sexualidade com seus alunos.

Na lembrança estão momentos, falas e atitudes de repressão das manifestações da sexualidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, manifestações que vemos como fundamentais para seu desenvolvimento. Embora alguns profissionais apresentassem boa vontade em contribuir, observava que faltava o respaldo do conhecimento teórico e científico, para melhor compreender e lidar com o tema e suas manifestações.

Causava-me inquietações observar situações vivenciadas pelas crianças, no espaço escolar, com inúmeros episódios de violência psicológica, em âmbito verbal e, em alguns momentos, até mesmo, físicas. O que mais me chocava era que esses episódios nem sempre eram praticados somente por alunos/as, mas também por professores/as. Havia prevalência de uma abordagem individualista, descontextualizada e, muitas vezes, preconceituosa sobre as manifestações sexuais da criança. Um simples abraço entre crianças do mesmo sexo era visto como possibilidade do desenvolvimento futuro da homossexualidade, fugindo dos padrões heteronormativos aceitos pela sociedade.

Como vemos, temas como a Sexualidade, Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual, ainda, causam desconforto para muitos profissionais da educação. Os professores apresentam comportamentos repreensivos às crianças, colocando a temática como algo negativo, não como um todo constitutivo e como dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivencias são determinadas pela natureza biológica e pela subjetividade de cada indivíduo e, principalmente, pela cultura num constante processo histórico e dialético.

Além do mais, ainda há grande resistência, oposição e recusa à realização de um trabalho de Educação Sexual que perpasse todo espaço da educação formal. As questões morais e ideológicas, além de questões religiosas, sobretudo em uma sociedade conservadora como tem se mostrado a nossa, justificam a visão negativa do trabalho sobre o tema. Falar sobre Sexualidade, consequentemente sobre Educação Sexual no âmbito escolar e com a criança, ainda é algo revestido de preconceitos.

Não raro, quando o tema é abordado, recebe um tratamento biologicista da sexualidade com enfoque no aporte biológico do corpo (RIBEIRO, 1990b; FIGUEIRÓ, 1996, 1998, 2001; WEREBE, 1998; NUNES e SILVA, 2001; NUNES, 2005; GAGLIOTTO, 2009, 2014).

Isso não quer dizer que eu esteja negando a importância de um trabalho pedagógico nesse foco. O que estou dizendo é que a Educação Sexual escolar precisa ir além e considerar a Sexualidade em sua completude, como fator desenvolvimento humano que compreende o desenvolvimento biopsicossexual do homem, não apenas o desenvolvimento biológico, uma vez que, para entender como ocorre o desenvolvimento sexual do humano é preciso explorar tanto a natureza quanto o meio ambiente, tanto a biologia quanto a cultura e como elas interagem num processo que é histórico e cultural (GOLDBERG, 1988; GUIMARÃES, 1995; WEREBE, 1998; FIGUEIRÓ, 1996, 1998, 2001, 2007, 2009; GAGLIOTTO, 2009, 2014; NUNES, 2005; RIBEIRO, 1990b, 2005b, 2009b).

A perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano parte do entendimento de que a formação e o desenvolvimento biopsicossexual dos sujeitos compreende dimensões sociais, culturais, políticas, históricas, biológicas que se constituem como aspectos determinantes na construção da sexualidade emancipatória.

Não suficiente, a liberdade, o prazer e o respeito sexual ainda são utopias para a maior parte da sociedade, mesmo com a abertura que a globalização traz para a ampla

comunicação e socialização de informações e conhecimentos sobre o tema. As palavras Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual ainda soam como impactantes, como algo que surpreende e escandaliza a sociedade, ainda mais quando falada com a criança e em um ambiente escolar.

A partir dessa breve retrospectiva do meu caminhar acadêmico e profissional, a seguir faço uma apresentação da temática desta pesquisa, a problematização que construí sobre a mesma e as razões que tornam relevante a produção de novos conhecimentos sobre esta intersecção temática: formação inicial do/a pedagogo/a e a Educação Sexual escolar.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a formação inicial do/a Pedagogo/a, com recorte para a Educação Sexual e o compromisso de promovê-la, desde a infância, no âmbito da educação formal. Acha-se vinculada à Linha de Pesquisa *Conhecimento e Desenvolvimento nos Processos Pedagógicos,* do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Fronteira Sul – UFFS, câmpus de Chapecó/SC. Trata-se, portanto, de um estudo que reflete sobre a articulação de duas temáticas profundamente imbricadas: a formação inicial de professores/as pedagogos/as e nesta, as oportunidades formativas para a abordagem da Educação Sexual em âmbito escolar.

Partimos do entendimento de que o tema Sexualidade, enquanto um conhecimento escolar, já não pode ser negado, silenciado ou adiado para o final dos anos escolares, como o fora historicamente (GAGLIOTTO, 2009; LORENZI, 2017). Por sua vez, enquanto fenômeno humano, partimos da compreensão de que a sexualidade é parte da vida de todas as pessoas e carrega as marcas do universal e do singular, a um só tempo. Os corpos são sexuados, desde a origem e seguem leis biológicas, contudo, a sexualidade envolve um processo complexo, portador de múltiplas dimensões, que vão do individual, histórico, social, psíquico e cultural, às atitudes e simbolizações.

A escola passou gradativamente a ser compreendida como um espaço-tempo de vivências coletivas e, por isto, local por excelência onde as manifestações da sexualidade se explicitam e necessitam ser acolhidas, compreendidas, estudadas, orientadas e educadas, de modo a possibilitar que a criança se desenvolva em sua completude e de forma saudável, respeitadas suas fases de desenvolvimento. Cabe, portanto, às/aos pedagogas/os conhecer o tema em profundidade, isto é, compreender a sexualidade a partir de seus fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos, de modo a potencializar a ação pedagógica em favor do desenvolvimento humano integral, desde as primeiras idades, com vistas a uma educação cidadã.

A abordagem escolar da sexualidade faz-se necessária e não poderá dar-se de forma espontaneísta e episódica, para a qual boa vontade e afeto são suficientes. Sem prescindir destes, outros elementos, devem integrar a formação docente, a qual passa a ganhar prioridade, inclusive no âmbito das políticas educacionais, conforme será explicitado.

Portanto, a formação docente, inicial e continuada, vista como um importante fator para a construção da atividade curricular, ao ser construída de forma a romper preconceitos, tabus e valores negativos arraigados, contribui com as transformações no contexto escolar, no que tange à abordagem da sexualidade, bem como seus desdobramentos no sentido de ressignificar sua organização curricular, desde os anos iniciais de escolarização.

Estudos apontam que historicamente os professores em geral e os/as pedagogos/as em particular não receberam formação suficiente e adequada para educar sexualmente seus alunos (FERREIRA, 2013; MOKWA; SANTANA, 2014; JUNIOR; PETRENAS; ROCHA, 2015; GOMES; SANTOS, 2016; COSTA; LORENZI, 2017; ARGENTI; POLA, 2018). A demanda passa a ser reconhecida e integrada a uma agenda de pesquisa, como elemento fundamental da formação docente nas últimas décadas e, ainda assim, de forma parcimoniosa.

Ao reconhecer a presença da sexualidade em diferentes contextos educacionais, quer como fenômeno humano ou conteúdo educacional, portador de múltiplas dimensões, buscamos nos inserir no universo das pesquisas já produzidas acerca da temática, de modo a reconhecer seu desenvolvimento, lacunas persistentes e, assim, melhor configurar o objeto de estudo da presente dissertação. Para isto, uma breve análise da produção acadêmica nacional sobre o tema, com recorte para teses e dissertações desenvolvidas no período entre 2013-2018[2], revelou um conjunto de 62 estudos em cinco anos. O volume de estudos localizados é significativo e revela a intensidade da pesquisa sobre o tema, sua atualidade, relevância e nível de prioridade dado pela comunidade científica nacional.

Uma leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave dos textos das teses e dissertações localizadas, separados por expressões de busca apontaram que das 62 pesquisas, apenas seis (6), 3 teses e 3 dissertações, apresentam foco na temática aqui priorizado: formação inicial de pedagogos/as e Educação Sexual escolar. Esses estudos foram assim agrupados, conforme expressões de busca:

- ✓ *Formação de professores em Educação Sexual*, dois estudos, sendo duas teses (HAMPEL, 2013; SOARES, 2018).

[2] Utilizou-se a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As expressões de busca utilizadas para identificar os estudos foram: *"formação de professores e educação sexual"*; *"Pedagogia, currículo e educação sexual"; "educação sexual e formação inicial" e "currículo e educação sexual"*.

- ✓ *Pedagogia, Educação Sexual e Currículo,* dois, sendo uma (1) dissertação (FERREIRA, 2013) e uma tese (1) (SANTOS, 2016a)
- ✓ *Educação Sexual e Formação Inicial* um estudo, sendo uma (1) dissertação (GOMES, 2016)
- ✓ *Currículo e Educação Sexual* um estudo, sendo uma (1) dissertação (SOUZA, 2018).

Explicitando um pouco mais o conteúdo destes seis (6) estudos, e considerando as finalidades desta pesquisa, cabe destacar que: Ferreira (2013), problematizou o currículo do curso de Pedagogia no sentido de compreender como as discussões sobre gênero e sexualidade atravessam e constituem a formação do/a pedagogo/a na Universidade Estadual de Feira de Santana /Bahia; Hampel (2013), analisou a importância da inclusão de temas como gênero e sexualidade na formação de professores/as pedagogo/as da Região da campanha/RS na perspectiva de uma Educação para a Sexualidade, que contemple um viés mais amplo, levando em conta os aspectos culturais, sociais e históricos em relação a esses temas; Gomes (2016), analisou o processo de formação dos professores acerca da Sexualidade no curso de formação docente no Colégio Mário de Andrade em Francisco Beltrão – PR; Santos (2016a), Analisou as contribuições do currículo da formação de professoras e professores pedagogo/as para a prática pedagógica com gênero e sexualidade na Educação Básica; Soares (2018), verificou a trajetória de inserção de CCRs com foco em gênero e diversidade sexual nos cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação em três instituições públicas de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais; Souza (2018), objetivou, compreender como os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Enfermagem, Letras, Matemática e **Pedagogia** de uma Universidade Pública no Estado do Paraná estão desenvolvendo as temáticas de Gênero e Sexualidade na formação inicial de professoras/es.

As pesquisas que problematizam o *currículo do curso de Pedagogia*, o fazem no sentido de compreender como as discussões sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual constituem a formação inicial do/a pedagogo/a. Os estudos explicitam dificuldades de diferentes ordens ao tratar desses temas, associadas a questões pessoais, mitos, tabus e repressão sexual que foram construídos ao longo da história dos sujeitos, e, principalmente, falta de conhecimento teórico-científico dos profissionais da educação sobre a sexualidade enquanto uma dimensão indissociável do humano e fator de desenvolvimento humano, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior. Esses estudos são unânimes em apontar a

necessidade e a importância da Sexualidade e da Educação Sexual se constituírem como Componentes Curriculares (CCRs) na formação inicial desse profissional, visto que muitos/as se sentem inseguros/as e/ou despreparados/as frente a esses temas quando surgem nas salas de aula (FERREIRA; HAMPEL, 2013; GOMES; SANTOS; 2016; SOARES; SOUZA, 2018).

Pesquisas como as de Ferreira (2013), Gomes (2016), Soares e Souza (2018) apontam que a formação inicial do/a pedagogo/a, em sua maioria, não contempla e não prepara este profissional para uma reflexão crítica sobre a Sexualidade em sala de aula. Assim, quando ofertada na forma de CCR optativo, tem se constituído como superficial e/ou pontual, uma vez que, fica a critério de escolha do licenciado. Nesta mesma direção, Ferreira (2013) e Souza (2018), apontam que a ausência de CCRs obrigatórios tem configurado o debate sobre as temáticas que englobam a Sexualidade como pontual, fragmentado e estanque e, assim, sempre dependendo de iniciativas pessoais dos/as docentes. Isso nos dá indicativos do quanto segue fragilizada a temática no âmbito da formação inicial do/a pedagogo/a. Para Hampel (2013), o curso tem deixado uma lacuna, uma página em branco na formação profissional desses sujeitos ao ignorar a temática da Sexualidade.

Como reflexo dessas abordagens pontuais em sua formação inicial, os/as pedagogos/as têm relatado dificuldades em abordar a temática em sua prática pedagógica. Conforme estudos realizados (FERREIRA; HAMPEL, 2013; GOMES; SOARES; SOUZA, 2018), quando os docentes com ela se deparam, por falta de formação e/ou preconceitos, resultantes da sua própria trajetória, preferem o silêncio, por se sentirem despreparados.

Neste breve panorama de estudos que problematizam o currículo da formação inicial do/a pedagogo/a no que tange à Sexualidade e Educação Sexual, fica evidente, além de outros recortes, a necessidade de novos estudos que possam produzir e explicitar dados sobre como a Sexualidade e a Educação Sexual é concebida, estudada e orientada pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, especialmente se considerarmos o currículo como algo vivo, que está em constante processo de construção dos sujeitos e fomentado pelas políticas educacionais.

Cabe destacar que o currículo, em sua amplitude, associa-se à questão da liberdade, aqui compreendida como possibilidade de construção de uma nova sociedade, de uma nova cultura e de um novo ser humano, que leve em consideração todas as diversidades existentes. isto porque, o currículo tem como objetivo desenvolver em cada sujeito singular,

a humanidade que é produzida histórica e coletivamente, pelas relações estabelecida entre os homens (GAMA e DUARTE, 2017).

Nesse sentido, sem reduzir o currículo aos conteúdos escolares, em suas diversas tipologias (ZABALA, 1998), estes constituem um conjunto de conhecimentos e atividades nucleares e essenciais ao fazer escolar ou das instituições de educação superior. A seleção dos conteúdos curriculares não pode ocorrer de maneira aleatória, mas, partir daquilo que é necessário o sujeito conhecer para enfrentar os problemas e as possibilidades que a realidade lhe apresenta. Assim, a escola/universidade precisa garantir a socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos, entre outros, historicamente elaborados, superando o conhecimento espontâneo. Nesta perspectiva, a organização curricular dos diferentes níveis de ensino deve ter como referência a organização social atual, de modo a assegurar a compreensão de todas as questões que dela emergem, incluindo, portanto, a temática da Sexualidade, que a pesquisa educacional insistentemente aponta como demanda fundamental da escola básica.

O avanço da pesquisa no tema, observado nos últimos anos, por certo, tem influenciado a alteração e construção de novas políticas públicas educacionais que passam a considerar questões que são emergentes nas sociedades atuais, o que, por sua vez, induzem modificações nos currículos educacionais, sejam eles da educação básica ou superior, além das demandas que advém de outros lugares.

É neste cenário que está circunscrita a presente pesquisa, que assumiu o desafio de melhor conhecer a realidade atual dos cursos de Licenciatura em Pedagogia no Brasil, e a formação ofertada para a abordagem da Sexualidade nos espaços formais de educação. Os dados apresentados sobre a produção científica nacional, com foco no tema, contribuíram significativamente para a definição do problema que orientou a presente pesquisa, qual seja: **Como a Sexualidade e a Educação Sexual escolar é concebida, orientada e promovida pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras?**

O problema de pesquisa se desdobra em três questões de estudo: (1) Como a legislação educacional brasileira concebe e orienta a formação docente para a abordagem da sexualidade em âmbito escolar, particularmente para os cursos de Licenciatura em Pedagogia? (2) De que forma os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras tratam, no âmbito do currículo, a Educação Sexual escolar? (3)

Que concepções teóricas e metodológicas sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar permeiam os projetos formativos em vigor?

O estudo teve como objetivo geral, analisar o modo como a legislação sobre a formação docente e os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras concebem e orientam a formação docente para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar. Os dados obtidos poderão contribuir para as reflexões sobre a formação inicial dos/as pedagogos/as e seu compromisso com a abordagem da Educação Sexual em âmbito escolar. Conforme já explicitado, o estudo concebe a sexualidade como uma demanda fundamental da formação humana que tem importante contribuição a dar em projeto formativo amparado nos princípios de numa educação cidadã.

Os objetivos específicos foram assim concebidos: (1) analisar o modo como a legislação educacional brasileira do tempo presente concebe e orienta a formação da pedagoga/o para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar; (2) identificar os cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras que contemplam na formação inicial a abordagem da Sexualidade e Educação Sexual escolar; (3) explicitar as concepções teóricas e orientações didático-pedagógicas priorizadas pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia que oferecem esta formação aos licenciandos.

Do ponto de vista metodológico, o estudo ancorou-se no materialismo histórico-dialético, opção epistemológica que possibilitou conceber a sexualidade como uma das dimensões humanas mais complexas, por se constituir de aspectos subjetivos. O método dialético tem a prática social como referência, fundante da construção do conhecimento, portanto, separa claramente o que é da ordem da realidade material, concreta, daquilo que é da ordem do pensamento. Esta vertente epistemológica proporciona uma visão global dos fenômenos em estudo, para a qual utiliza como uma de suas categorias analíticas fundamentais a *totalidade.* Para Luckás (2013), esta categoria tem o potencial de explicitar o alto grau de complexidade dos fenômenos, que se constitui de diferentes elementos com menores graus de complexidade, que e sintetizam sua totalidade. Tem ainda como intenção, a partir da categoria da totalidade de um objeto ou fenômeno, conhecer o seu todo e, assim, compreender a lógica que determina essa totalidade.

Para Nunes (2006), a concepção dialética que orienta a pesquisa busca investigar todos os processos e dimensões envolvidas no fenômeno, não caminha de forma linear, mas tende a compreender os fatos em sua totalidade, a partir da investigação de suas contradições

internas e externas. Supera concepções simplistas e reducionista que pairam sobre a temática da Sexualidade. A escolha da perspectiva do materialismo histórico-dialético é fundamental à esta investigação, pois, como é apresentada por Frigotto (1989), configura-se como uma perspectiva que toma a realidade com um elemento possível de estudo e promoção da compreensão das categorias: totalidade, contradição, mediação e alienação.

A fundamentação teórica de base materialista, traz para a Sexualidade e a Educação Sexual uma perspectiva histórica do desenvolvimento humano. Assim, a presente pesquisa não se limita a responder apenas as questões iniciais que nos fizeram imergir em nosso objeto de estudo, mas constitui-se em um campo de investigação que possibilita novos questionamentos. Neste movimento, de constantes transformações, a partir das compreensões produzidas sobre a realidade, novas sínteses de conhecimento são produzidas. Acreditamos, portanto, que a formação inicial do/a pedagogo/a, no que tange a Educação Sexual escolar, pode ser analisada a partir desse referencial, uma vez que os processos educativos não são dados a priori, mas, encontram-se em constante movimento e construção histórica e social.

O estudo caracterizou-se como pesquisa documental, tendo coletado e analisado dados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), em normativas e currículos vigentes e que orientam a formação docente dos cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados por Universidades Públicas Federais Brasileiras.

Por fim, apresentamos um panorama da organização do texto desta dissertação em cinco capítulos:

O ***primeiro capítulo***, com o título R*ememorando alguns elementos do contexto histórico,* explicita o modo como historicamente a Sexualidade foi concebida, tendo em vista seus determinantes sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais. Este item prioriza momentos significativos da história humana a fim de apresentar e sistematizar algumas concepções que influenciaram e, em alguma medida, ainda influenciam a conduta sexual dos sujeitos, e sobre a forma como estes compreendem a sexualidade, as questões de gênero e a sexualidade infantil e por decorrência os processos educacionais, no âmbito do ensino formal ou não formal.

O ***segundo capítulo***, intitulado *Educação Sexual no Brasil: da sexualidade negada à Educação Sexual institucionalizada*, aborda o processo de institucionalização da "orientação sexual" no currículo oficial da Educação Básica brasileira pelos PCNs. Por fim,

tecemos discussões teóricas acerca da importância da inserção do tema Sexualidade nos currículos da formação inicial de professores e na Educação Básica.

O ***terceiro capítulo*** intitulado, *Os Caminhos Percorridos Para a Resposta à Problemática de Pesquisa*, apresenta de forma específica e detalhada, as decisões metodológicas da pesquisa, na construção da resposta ao problema investigado.

O ***quarto capítulo*** intitulado, *Discursos Oficiais, Políticas Curriculares e a Oferta de CCRs Sobre Sexualidade nos Cursos de Pedagogia: um breve retrato* sistematiza e analisa os dados inicialmente encontrados pela análise dos documentos normativos que orientam a formação inicial das/os pedagoga/as, desde a LDBEN 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Num segundo momento é apresentado um panorama geral da formação inicial dos/as pedagoga/as para a Educação Sexual escolar ofertada e orientada pelas Universidades Públicas Federais brasileiras.

O ***quinto capítulo*** intitulado, *A Educação Sexual Escolar como objeto de estudo dos cursos de Pedagogia: o que dizem os PPP/PPC?* a partir de uma análise mais detalhada do conteúdo, objetivos e referências dos CCRs apresenta o quadro de análise final da pesquisa e explicita as concepções teóricas e as orientações didático-pedagógicas priorizadas pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras que ofertam esta formação aos licenciados. Projetos Político Pedagógicos/PPP ou Projetos Pedagógicos de Cursos/PPC foram analisados, cujos dados foram cotejados com estudos já realizados nesta temática.

Ao fim dos registros desta pesquisa, no ***sexto capítulo*** intitulado *Considerações Finais: sexualidade e educação sexual nos cursos de pedagogia: o que está presente? O que faz falta?* além da síntese geral do realizado, apontamos novos questionamentos acerca da Formação Inicial do/a Professor/a Pedagogo/a para a Educação Sexual escolar, desde a infância. Ao considerar a educação, desde a tenra idade, comprometida com a formação cidadã, para a qual, a Educação Sexual escolar tem importante contribuição a dar e ao potencializar o respeito ao ser humano, na sua dignidade e seu desenvolvimento integral, na convivência com a diversidade e a diferença, buscamos contribuir para que a criança seja protagonista da sua história.

A Educação Sexual escolar para o exercício da cidadania, tem o dever de garantir os direitos da criança e, mais do que isso, o dever de educá-las para o conhecimento desses direitos, ajudando-as em sua própria proteção. Para Figueiró (2006), isto significa

proporcionar às crianças autonomia, através de um trabalho articulado entre família e escola, com a intenção de construir ações, saberes e habilidades acerca da sexualidade, tornando-a plena, libertadora e emancipatória, pois está comprometida com a permanente transformação social.

Não temos como intenção fazer deste um trabalho conclusivo em sua origem, pois, sempre haverá novos questionamentos, inquietudes e reflexões. Espera-se que os dados produzidos por esta pesquisa possam contribuir e subsidiar novos estudos sobre esta instigante e complexa temática.

1. REMOMORANDO ELEMENTOS DO CONTEXTO HISTÓRICO

Começamos nosso trabalho delineando alguns dos principais acontecimentos históricos que marcaram o entendimento da Sexualidade. Não se trata de apresentar uma revisão exaustiva, mas, a partir de um estudo bibliográfico, sistematizar aspectos relevantes, que contribuíram para o atual estágio de desenvolvimento e compreensão da sexualidade, notadamente na infância e, em diálogo com a formação de professores para este segmento escolar.

Embora a sexualidade seja muitas vezes anunciada como uma temática bastante divulgada e debatida, principalmente nos meios de comunicação e nos espaços educacionais, sabemos que, mesmo na atualidade, o tema ainda se acha revestido de muitos mitos, preconceitos, tabus e receios, mesmo por parte dos educadores. Tal fato parece justificar-se, pois, muitas vezes, o termo Sexualidade é compreendido como sinônimo de Sexo e o estudo da Sexualidade na escola, tomado como estímulo às práticas sexuais, assumindo, assim, um sentido reducionista.

Falar sobre Sexo, Sexualidade, Gênero e Infância requer a compreensão dos diferentes contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, educacionais e tecnológicos em que foram produzidos. É preciso, portanto, refletir sobre o tema no contexto mais amplo em que o debate (ou a ausência dele) se insere/inseriu, incluindo a dinâmica das sociedades, de modo a identificar sua contribuição ao atual "estado do conhecimento".

Para isso, o capítulo parte da compreensão multidimensional da sexualidade a partir de uma visão histórica dos comportamentos sexuais na antiguidade clássica ocidental, passando pela compreensão da moral cristã sobre Sexualidade, Sexo e Corpo na Idade Média. Na sequência aborda a puritanização do Sexo na Idade Moderna e chega à Idade Contemporânea, com a Revolução Sexual e a "descoberta" da sexualidade na infância.

1.1 Atitudes e comportamentos sexuais na antiguidade clássica: sexo e sexualidade na idade "primitiva" e mítica

A sexualidade primitiva mítica, compreendida da origem do homem até por volta de 10000 a.C, no período Paleolítico[3], é considerada o primeiro momento histórico da sexualidade. A organização familiar dos clãs[4] paleolíticos eram exclusivamente matriarcal (CABRAL, 1994; CAMPOS, 1981; FEITOSA, 2008; SANFELICE, 2010b). O que consequentemente colocava em evidência os elementos femininos, maternos, procriadores e organizadores da sociedade. Segundo Vicentino (1997), enquanto o homem dedicava-se a caça, a mulher, desenvolvia atividades relacionadas à administração da casa, de observação e experimentação de novas tecnologias de subsistência.

Para Nunes (2005), o fato de o matriarcado ter uma importância social forte neste período, a representação da figura feminina, correspondia a uma representação simbólica, que se expressava no nível das lendas, crenças e religiosidade. O culto a fertilidade feminina é a marca do período. Para o autor, neste período,

> [...] as divindades são concebidas como elementos primevos femininos e variam em características e formas envolvendo a fertilidade. Como consequência, **a sexualidade**, ao se ver envolvida de uma significação mítica, **é concebida como sagrada e divina, com o predomínio da função da mulher, como apanágio feminino** (NUNES, 2005, p. 59, grifos nosso).

Spitzner (2005), argumenta que durante este período, o ato sexual era considerado "natural", homens e mulheres se relacionavam sexualmente apenas para a satisfação física, o prazer, não se tinha o conhecimento sobre a função da menstruação e da fertilidade masculina e feminina.

O período Neolítico, período da pedra polida, iniciado por volta de 10000 a.C e 4000 a.C, cristalizou essa representação cúltica feminina. O período passou por grandes transformações[5]: climáticas, aumento populacional, escassez da caça e da pesca e estas, por sua vez, influenciaram na passagem de uma organização matriarcal para uma organização patriarcal. Os homens passaram a controlar as relações sociais, o que o levou, segundo Cabral (1994), em muitas sociedades, ao exercício do domínio e poder sobre a mulher.

---

[3] Durante o período Paleolítico, idade da pedra lascada, o homem vivia em bandos nômades, suas atividades eram dedicadas à sua subsistência como a caça e à coleta de frutos e raízes.

[4] Para maior entendimento e compreensão da organização matriarcal dos clãs paleolíticos buscar em SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola**. Maringá, 2005. p. 159 (Dissertação).

[5] Para maior entendimento das transformações ocorridas durante o período Neolítico ler CABRAL, Jussara. Constituição histórica da sexualidade humana na tradição ocidental: uma contribuição para a educação-sexual. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 236 (Dissertação).

Nunes (2005), afirma que é no Neolítico que se encontram as primeiras formas de organização religiosa e poder patriarcal, com o destaque do homem e sua função de pai e de chefe. Consequentemente, as funções até então exercidas pelas mulheres são apropriadas pelos homens; as representações simbólicas passam a estar relacionadas ao poder e força do masculino, os Deuses são representados por figuras masculinas (machos). A organização bélica (militar) e religiosa, tornam-se exclusivamente masculinas. A mulher passa a viver uma "semi-escravização" cultural. Havia, o que Cabral (1994) chamou de supremacia masculina, onde, a mulher, assim como os animais, passou a se constituir como uma propriedade do homem.

As relações sexuais do período foram marcadas pela monogamia feminina e a liberdade sexual masculina. O homem, o produtor de filhos, se assim o quisesse e pudesse defende-lo, poderia ter um harém. A mulher, no entanto, deveria ser monogâmica, para exigir o conceito "meu filho" do genitor. Assim como no período anterior, entre os Hebreus, em torno do ano 3000 a.C, a mulher passou a ser inferiorizada. Para Spitzner (2005), aprisionavam-lhe a mente de maneira tão eficaz quanto o corpo. As relações sexuais eram destinadas à procriação, se constituía como uma tarefa designada por Deus. Na cultura hebraica o sexo também permaneceu associado à procriação.

1.1.1 Antiguidade clássica: Grécia e Roma

A cultura greco-romana, foi o período da história da humanidade em que o discurso mitológico se constitui como a principal base das representações para as explicações da natureza humana e para as explicações acerca dos sentimentos e valores morais da sexualidade. Tanto a cultura grega como a romana, foram fundamentais para a construção da sociedade ocidental. Influenciaram as organizações das instituições públicas, as artes e contribuíram significativamente para a construção de um imaginário social altamente mítico.

Na Antiguidade Clássica greco-romana, o modo de produção era composto basicamente pelo escravagismo. A dualidade era explícita, de um lado, encontrava-se o escravo sem direito algum, do outro, estavam os senhores livres, proprietários dos meios de produção, dos escravos, e do fruto do trabalho destes. A perfeição do homem livre era considerada a ociosidade, enquanto o trabalho manual e servil era desprezado. O direito a

moral, a política, a filosofia e a religião eram consideradas privilégios apenas dos homens livres. Aos escravos não cabia nenhuma faculdade de deliberar.

Tanto na Grécia quanto em Roma, o conforto, a riqueza e o status social eram usufruídos pela aristocracia urbana que se configurava como o excedente produzido pelo trabalho e a perda da liberdade e individualidade do trabalhador escravo. A escravidão, neste período, era vista com naturalidade. Ao nos depararmos com essas contradições sociais, buscamos analisar como as relações sexuais associadas as relações amorosas e conjugais eram processadas na antiguidade clássica.

Durante a Grécia antiga, as relações que envolviam a sexualidade misturavam-se com os seus Deuses, sua religião e seus conhecimentos. Aventureiro, o mundo grego vivia uma outra moral, na qual o sexo era entre um homem e um Deus era comum (CABRAL, 1994). A *pederastia*, por exemplo, era a prática sexual de um homem adulto por um jovem rapaz que já tivesse ultrapassado a puberdade (WEREBE, 1998). No entanto, alguns autores narram que não é possível inferir que a prática homossexual entre adultos era comum durante a Antiguidade grega, nem tampouco que se permitia o relacionamento entre um adulto e uma criança (CORINO, 2006: ANDRADE, 2017; RENINKE *et. all.*, 2017).

A figura feminina, por volta de 1000 a.C, ainda se constituía como um bem do homem. Presa ao pai ou ao marido, era reclusa ao lar e ocupada com os "afazeres femininos"; não tinha direito à educação formal, por ser considerada desprovida de razão, muito menos à política. Enquanto o homem era livre e senhor da sua conduta, não haviam sanções sociais que o impedissem de ter relações hetero e homossexuais fora de casa (NUNES, 2005; CABRAL, 1994; CORINO, 2006; DANTAS, 2008; REINKE, *et al*., 2017; RIBEIRO, 2005b; SPITZNER, 2005; SENEM; CARAMASCHI, 2017).

A mulher grega, como descreveu Spitzner (2005), era considerada uma *gyne – portadora de filhos.* Para constituir-se como uma boa esposa, além da castidade, deveria dar filhos legítimos e administrar a casa. Neste contexto, ao homem, cabia satisfazer seus desejos sexuais com as hetairas, as concubinas e as prostitutas dos bordéis[6]. Neste contexto, segundo

[6] As **hetairas** eram cortesãs de alto nível. Eram belas, talentosas, inteligentes e muitas vezes tinham conhecimentos de literatura clássica e em contas de lucros e perdas. Apesar de serem de baixa origem, desde a infância eram treinadas nas artes sociais e aceitas pelas qualidades de suas mentes e pelos corpos voluptuosos. Os homens apreciavam as hetairas pelo fato de serem exímias em todas as coisas que aqueles mesmos homens proibiam que suas esposas aprendessem.
As hetairas sabiam que seus encantos não eram duradouros, ter muito dinheiro guardado, porém, era o objetivo que deveria norteá-las.

Cabral (1994), a prostituição, durante a civilização Grega, tinha como função servir os jovens afoitos, além de preservar a pureza da raça e proteger a castidade das mulheres livres[7].

Se durante a sociedade grega, as mulheres estavam reclusas sob ordens masculinas, como narram autores como Spitzner (2005) e Ribeiro (2005a), na sociedade Romana as mulheres ocupavam um importante papel social, iam ao teatro, tinham o direito de ir fazer compras e até participavam de reuniões políticas, embora estivessem sujeitas à autoridade masculina. Esperava-se da mulher, além da administração da casa e o cuidado com os filhos, a participação ativa nos negócios da família. No entanto, o casamento romano acontecia sob a premissa do filho legítimo e herdeiro e da certeza da transferência do patrimônio feita através do dote. Semelhante aos gregos, para os romanos a prostituição estava associada à escravidão, onde, alugar, vender, raptar e abandonar eram condutas livres, tudo em nome da preservação das mulheres de nascimento livre e segurança das mulheres casadas (CORINO, 2006).

A sociedade romana era escravocrata, hierarquizada e patriarcal, consequentemente, as relações sociais estabelecidas se configuravam a partir de regras que deveriam ser rigorosamente seguidas. O homem livre tinha o dom da iniciativa, liderança e a voz de comando, assim, era sempre dominador e ativo. Enquanto, mulheres, crianças e escravos, eram submissos (RIBEIRO, 2005). A configuração deste modelo social também se aplica às relações sexuais: o homem era sempre ativo, enquanto as mulheres e escravos deveriam ser sempre passivos.

Para Possamai (2010), o homoerotismo entre os romanos se ajustou aos moldes gregos. A relação pederástica romana unia um cidadão livre a um escravo ou a um liberto, no entanto, o homem livre buscava nos rapazes o amor e, não somente a satisfação dos desejos carnais, como ocorria entre os Gregos. Não se tinha a prática da condenação da homofilia como o amor de um homem por seu escravo e sim a quebra da hierarquia instituída socialmente.

As **concubinas**, na escala social, vinham logo abaixo das hetairas. Elas não alcançavam nem a independência das hetairas nem a proteção assegurada à esposa. Quando o senhor se cansava delas podia vendê-las para um bordel, onde se poderia tê-las por uma pequena soma sem nenhum risco.
Outra figura da época era a **prostituta** de rua, identificada assim por calçar sandálias onde estava impressa, no reverso da sola, uma mensagem, que se imprimia na terra, e podia assim ser lida: "siga-me" (SPITZNER, 2005, p. 25-26, grifos nosso.).

[7] Para ampliar o conhecimento sobre prostituição e de mulher livre durante a Antiguidade Grega, ler CABRAL, Jussara. Constituição histórica da sexualidade humana na tradição ocidental: uma contribuição para a educação-sexual. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 236 (Dissertação).

1.2 A moral cristã e a construção negativista da sexualidade na Idade Média: o Cristianismo e a influência da Igreja no controle da sexualidade

Durante a Idade Média, empreendida entre os séculos V e XV, o Cristianismo exerceu forte influência sobre as significações e as formas de representação da sexualidade ao longo dos séculos. A moral cristã feudal, fundamentada na tradição bíblica hebraica, recebeu influências do pensamento grego e romano. Fundindo-se ao patriarcalismo hebraico, conservou a submissão e a desvalorização da mulher e a repressão sexual, regulamentou as significações e a conduta sexual por meio de um sistema de culpa e controle sexual (FIGUEIRÓ, 2001; FURLANI, 1998; NUNES, 2005). A doutrina cristã, pontua Furlani (1998), "[...] ao reforçar a dualidade entre corpo e alma, dando-lhe significados valorativos e hierarquizantes diferentes, acentuou a visão negativa sobre o corpo e, consequentemente, sobre os prazeres advindos dele nas vivências sexuais" (p. 31).

O cristianismo sempre exerceu grande influência sobre as significações e as formas que a sexualidade foi vivida ao longo dos séculos e, por certo, durante a Idade Média, o processo não foi diferente. Para Nunes (2005), a Idade Média, influenciada pelo seu moralismo religioso, construiu uma visão extremamente negativa da sexualidade. As questões sexuais, durante o lento ajustamento dos povos à moral sexual cristã, foram acumulando preceitos e dogmas religiosos repressores e normatizantes da sexualidade e das finalidades procriativas e matrimoniais. Nos primeiros séculos da Idade Média, a Igreja, enquadrava a nobreza feudal num rígido moralismo religioso, onde, o ato sexual como fonte de prazer não era permitido, tinha como única função a procriação e, dentro do sacramento do matrimônio (NUNES, 2005; SPITZNER, 2005; GASPARI, 2017).

Dantas (2008), argumenta que a sexualidade circunscrita em um sistema de relações e significações do início do Cristianismo, colocava o sexo para a satisfação e prazer como algo sujo e pecaminoso, considerado puro quando em relação marital onde a esposa era a receptora e reprodutora. O sexo casto era apenas para a procriação. A única posição que a Igreja permitia era a do homem sobre a mulher. O sexo, assim como nas culturas anteriores, era um ritual de poder e identidade exclusivamente masculina. A masculinidade e a virilidade estavam na penetração e na ejaculação, o corpo da mulher era um receptáculo para satisfazer uma necessidade masculina, consequentemente, o sexo tinha como finalidade a procriação.

Durante este período havia uma visão completamente distorcida das relações sexuais, chegava-se a acreditar, como afirmam Nunes (2005) e Spitzner (2005), que sexo em demasia poderia encurtar a vida. Este pensamento tem conexão com o pensamento grego, onde toda fonte de prazer era vista como sinônimo de fraqueza humana e moral.

A igreja passou a usar meios de controle sexual como o medo, a culpa, o inferno, o castigo e a confissão, pois, era somente através dela que o pecador conseguiria absolvição do pecado cometido. A noção de sexo vinculado ao pecado passa a ser ainda mais difundida com essa ideia e a noção de desejo sexual e de ato sexual são colocados sob a mesma ótica, de pecaminosidade (DANTAS, 2008; SALLES, CECCARELLI, 2010). Assim, atitudes e costumes, como a nudez, as carícias, a prostituição, que no início da Civilização cristã eram vistos relativamente como normais, foram enquadrados na condição de pecado. Esta nova visão é resultado da interpretação de grandes Padres da Igreja – Agostinho, Jerônimo e Tomás de Aquino – que estavam preocupados com a normatização das condutas humanas com vistas a salvação da alma.

O pensamento que mais influenciou e estruturou os alicerces da Igreja Medieval foi Santo Agostinho (354-430), que construiu uma moral sexual extremamente rígida, onde condenava em seus escritos a anticoncepção com drogas ou com a interrupção do ato sexual, bem como, as relações anais ou a felação (SNOEK, 1981; CABRAL, 1994; FIGUEIRÓ, 2001; NUNES, 2005; SPITZNER, 2005). A única justificativa para o ato sexual era a procriação, o que ultrapassava essa orientação iria contra a natureza humana.

> Ao colocar a origem do mal na sexualidade, ou seja, "sexualizar" o pecado original, Santo Agostinho deixou seu maior legado à moral cristã: a concupiscência foi o pecado original; o homem é fruto do pecado. Esta concepção fez do mundo algo entravado pelas exigências do corpo que impediam a ascese da alma; o ser humano tornou-se fragilizado e culpabilizado pelo desejo, o que levou a uma exaltação sem precedentes da virgindade. Mais ainda, a visão sexualizada do pecado original faz do homem uma vítima indefesa de uma mulher inescrupulosa e sem princípios que o seduz, levando-o a pecar; pecado este que é sempre sexual. Surge daí a imagem negativa da mulher, concepção ainda presente no Ocidente, como a responsável pela queda; em contrapartida o homem aparece como um ser espiritual em sua origem, mas vítima indefeso da mulher diabólica (SALLES; CECCARELLI, 2010, p.17).

Neste contexto, o casamento se configurou como uma concessão para os que não conseguiam se manter puros, sob alta vigilância, pois estava em jogo a salvação da alma. É somente durante a Baixa Idade Média, compreendida entre os séculos X e XV, que a moral que recusava o desejo e o prazer da relação sexual começa a ser abandonado e o casamento

passa a ser aceito como um espaço legítimo para o usufruto dos prazeres. No entanto, de acordo com Salles e Ceccarelli (2010), a concepção de sexo como algo mau permanece.

A partir dos pensamentos de São Tomás de Aquino, o matrimônio era defendido por duas razões: porque era a única forma de conceber filhos legítimos sem cometer o pecado da carne e, porque se associava ao resguardo dos homens de problemas sexuais relacionados a zoofilia, o homoerotismo, a masturbação, o incesto e o adultério (RIBEIRO, 2005b; SALLES & CECCARELLI, 2010). Portanto, durante toda a Idade Média o sexo tinha como única função a procriação e dentro do matrimônio. Assim, como nas culturas anteriores, o sexo era um ritual de poder e identidade exclusivamente masculinos. A sexualidade, sob influência da Igreja, foi associada a uma visão negativa, circunscrita dentro de um sistema de relações e significações do Cristianismo.

Foi também durante a Idade Média, mais especificamente a partir da segunda metade do século XVII, que o universo infantil passou a ser distinguido do adulto e a criança e a infância[8], reconhecidas e respeitadas. Nas civilizações antigas e também em grande parte do período medieval, a criança era mal vista pela sociedade, consequentemente, o entendimento da infância era reduzido ao início da vida pela dependência de subsistência, cuidado e vigilância de um adulto (ARIÈS, 1986; MAGALÃES; MAGALHÃES, 2019; NUNES; SILVA, 2000; TOMÁS, 2001). Não havia um universo infantil. Foi durante o século XVIII, que o mundo da criança e do adulto foi separado, a criança passou a ter seu mundo próprio e a infância passou a ser vista como um período de vida com características específicas.

Para Nunes e Silva (2000), a separação entre o mundo infantil e o adulto passou a caracterizar a infância como um período "feliz", que merecia toda a preservação do mundo adulto que não podia mais partilhar dele. Aos poucos, a criança passou a ser centro do núcleo familiar, o que influenciou o surgimento de um novo sentimento sobre a infância.

Ainda no século XVIII a Igreja, com a intenção de solidificar e centralizar o poder, usava meios como o terror, o medo, a tortura e os assassinatos, através do respaldo dos

[8] Para ampliar o entendimento de criança e infância indicamos a leitura de ARIÈS, Phillip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, onde o autor, estudioso da representação infantil a partir de obras artísticas, assinala que em civilizações antigas e no período medieval até por volta do século XII, a criança não está representada com suas características e peculiaridades infantis. Quando eram retratadas, os seus traços assemelhavam-se aos adultos, apenas com tamanho diminuído. A imagem da criança não despertava interesse, pois a infância era vista como um período de transição para a vida adulta, que logo seria ultrapassada e que a lembrança logo se perderia. É a partir do século XVII que se pode datar o reconhecimento e o respeito pela infância. Segundo o próprio autor, a criança não era vista com bons olhos em sociedades anteriores, a sociedade mal via a criança, muito menos o adolescente, portanto, não tinha como existir infância, visto que esta é uma construção histórica e social.

tribunais da Inquisição medieval [9], espalhados por toda a Europa. Estes tribunais tinham como objetivo sufocar as heresias[10] e as práticas mágicas e enquadrar a todos, dentro das normas de comportamento exigidos pela Igreja, além de reajustar o sistema feudal (CABRAL, 1994; SPITNER, 2005; SALLES & CECCARELLI, 2010).

Paralelamente a este massacre ao prazer, produzido pela Inquisição, principalmente no que se refere à mulher, o mundo começou a dar sinais de um novo tempo e o Renascimento marca esta mudança. Entre os XIV e XVII, a história humana é marcada por um amplo movimento artístico e cultural. Um novo horizonte se aproximava, era a vez das ciências, das artes, da literatura, do conhecimento e das transformações sociopolíticas entrarem em cena na Idade Moderna.

Mudanças no relacionamento humano são promovidas. A partir do século XV mulheres e crianças passam a ser vistas com mais dignidade. O amor como desejo e beleza se configurou como expressão renascentista e inspirava as artes. A doutrina do amor tinha como inspiração o corpo da mulher, como nos tempos da cultura grega de Platão, e foi representado como expressão de beleza, se distanciando dos antigos dogmas que pregavam a inferioridade feminina e a crença de que o corpo era algo sujo e fonte de pecado. No entanto, esse amor e essa admiração pelo elemento feminino se expressavam na forma espiritual. O sexo seguia caracterizado como mau, que não deveria ser confundido com a essência "boa" do amor.

1.3 A puritanização do sexo: sexo e sexualidade na Idade Moderna

Se na Antiguidade a razão estava fundamentada nos acontecimentos naturais e na Idade Média na razão de Deus, na Idade Moderna, empreendida entre o final do século XV até o início das revoluções do século XVIII, a razão do homem passa a ter predomínio sobre as formas anteriores de pensar. Houveram inúmeras mudanças também no aspecto artístico e cultural, que levou o período a uma rica produção, seja no início, com o Renascimento na Itália, no século XIV, e difundido por toda a Europa nos séculos XV e XVI, seja com os

[9] A Inquisição surgiu na Idade Média, no século XIII, organizada pela Igreja Católica na forma de tribunais que julgavam àqueles considerados uma ameaça à sua doutrina (conjunto de leis). Para ampliar a entendimento do estoicismo sugerimos a leitura de GONZAGA, João Bernardino Garcia. A inquisição em seu mundo. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1993 e SILVA, Wardison C. *et al.* **Aspectos da Inquisição Medieval**. São Paulo: Revista de Cultura Teológica - v. 19 - n. 73 - jan/mar, 2011.

[10] As heresias aqui podem ser entendidas como uma doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja Católica como dogma (GONZAGA, 1993; SILVA *et al.* 2011).

Iluministas do século XVIII, que propuseram novas formas de ver o mundo a partir das reformas de ordem filosófica, científica e política.

Nessa transição histórica, tudo o que se relaciona ao campo da sexualidade também passa por mudanças, em função da emergência de novos ideais sociais. No entanto, a moral protestante[11] também passou a referendar a sexualidade apenas dentro do matrimonio e ao nível de procriação. Consequentemente, o prazer também foi regulado.

Segundo Cabral (1994), a Igreja, quando se sentiu ameaçada pela divisão vivida na Europa devido à Reforma Protestante, promoveu a Contra-Reforma, e se reorganizou a partir do Concílio de Trento (1545-1564), convocado pelo Papa Paulo III, para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica. Neste contexto, apresentou ao mundo novo que emergia sua face reformista.

Para Senem e Caramaschi (2017), a partir deste importante movimento da Igreja Católica, surgiram novos instrumentos de repressão de manifestações livres da sexualidade. A nudez foi coberta; a linguagem sobre questões que envolvessem a sexualidade foi controlada; o corpo foi negativado como algo sujo e pecaminoso. A religião do período reprimia qualquer tipo de manifestação sexual.

De acordo com Salles e Ceccarelli (2010), ordenado pelo Concílio de Trento, os pecados mortais mais secretos e vergonhosos, dentre os quais estava o sexo, precisavam ser confessados, pois, era um meio de investigação das práticas sexuais para que a Igreja pudesse controlar e intervir nas vivências sexuais de seus fiéis. As práticas religiosas influenciavam o imaginário dos pregadores de tal forma, que havia a crença de que o inferno estava cheio de pecados contra a castidade, mesmo que fossem apenas em pensamento. O medo do inferno foi um dos instrumentos que a Igreja utilizava para exercer o controle sexual sobre seus fiéis (SALLES, CECCARELLI, 2010; SNOEK, 1981).

Cabral (1994) chama a atenção para o papel da vergonha no processo de repressão da sexualidade pela igreja:

> [...] fortalece-se com isso a "cultura da vergonha". O nu, por exemplo, que já vinha sendo combatido ao longo dos séculos, mas conquistando um espaço de admiração pelos renascentistas, a partir de então é severamente condenado. Acabaram-se os banhos públicos e coletivos. A orientação era que se tomasse banho sozinho e de

[11] A moral protestante pode ser entendida como o controle que a Igreja exerceu sobre a sexualidade dos fiéis com o objetivo de consolidar e expandir seu poder político, ou seja, se constituiu como um importante dispositivo de poder que garantiu o fortalecimento político da instituição cristã na sociedade ocidental (DANTAS, 2010).

> camisolão. Até mesmo para contatos sexuais, recomendava-se aos cônjuges o uso de uma camisola com abertura na altura dos genitais. A prática de esportes entre os religiosos só seria permitida, se estes trajassem hábito ou batina. E os Cristos crucificados, que eram completamente nus, foram vestidos como exemplo de pudor. Tudo no homem e na mulher podia ser bom, mas seus órgãos genitais eram vergonhosos, desonestos e proibidos.

Para Spitzner (2005), com o fortalecimento dessa cultura que via o corpo como sinônimo de vergonha, os seguidores da Igreja passaram a viver à sombra do pecado, sobretudo aqueles que estavam relacionados às manifestações sexuais. O corpo passou a ser condenado como o lugar de todos os vícios e pecados, este deveria ser vigiado, punido e submisso. Para alcançar esse ideal, a confissão foi instituída como mecanismo de repressão (SNOEK, 1981; FURLANI, 1998; SPITZNER, 2005; DANTAS, 2008; SENEM, CARAMASCHI, 2017;).

As expressões sexuais influenciadas por uma dimensão ascética, isto é, que considerava o corpo físico a fonte do mau em termos espirituais, desvalorizavam as experiências relacionadas ao corpo e ao prazer, fazendo predominar uma compreensão fortemente marcada pelo pudor à sexualidade. Para Senem e Caramaschi (2017), o puritanismo[12] trouxe para a sexualidade uma compreensão pudica, na qual tudo o que se relacionada ao sexo devia ser escondido, velado ou ocultado. Esta compreensão pudica da sexualidade:

> [...] buscava modificar o homem de comportamento desregrado e de temperamento oscilante, tão comum na Idade Média. Tentou-se integrar sensualidade e espiritualidade, mas o que acabou predominando foi o caráter ascético, que desvalorizou o corpo e a sensibilidade para alcançar a plenitude moral. Consequentemente, o sexo, para os puritanos, também seria desprovido de prazer (RIBEIRO, 2005b, p. 6).

É nesse contexto, do puritanismo europeu do século XVII e XVIII, que as informações sobre a vida sexual dos sujeitos eram de todas as formas ocultadas. A sexualidade não era abordada de forma franca, existia uma teia de inverdades influenciadas por uma moral cristã que resguardavam tudo que estava relacionado ao sexo. Como efeito, nenhum sujeito podia manifestar seus desejos sexuais e este rigor puritano objetivava colocar os cristãos, nos trilhos da moralidade convencional, social e sexual (RIBEIRO, 2005b). Contudo, a compreensão do

[12] O puritanismo tem sua origem no calvinismo e iniciou-se na Inglaterra, no século XV, durante o reinado de Elizabeth I. Opondo-se à liberdade dos padrões sexuais da Inglaterra na idade média, o puritanismo trouxe em seu bojo um rígido padrão espiritual e moral, baseado na firmeza da vontade, na constância do caráter e no fortalecimento da introspecção, tudo regrado pelo mais puro ascetismo (RIBEIRO, 1990, p. 7).

puritanismo é importante para o entendimento do comportamento sexual dos homens e mulheres ocidentais nos dias atuais.

A descoberta e compreensão da fertilidade feminina no século XVIII, pode ser considerada, segundo Cabral (1994) e Spitzner (2005), uma mudança significativa dos paradigmas sob os quais a sexualidade vinha sendo circunscrita nas sociedades anteriores. Ao se compreender que a mulher participava igualmente na fecundação e que a menstruação fazia parte do entendimento biológico do corpo feminino para a procriação, a mulher, deixou de ser considerada apenas um receptáculo e o homem deixa de ser o único responsável pela procriação. As autoras, argumentam que, ao menos neste aspecto – na fecundação – a mulher passou da condição de inferioridade para a de igualdade, de uma relação passiva para uma relação ativa.

Todavia, segundo Ribeiro (2005b), a Idade Moderna não foi capaz de abandonar as ideias do velho puritanismo. Muito pelo contrário, fundiu a estas novas descobertas, um novo sistema de moral, conveniente com as ambições sociais do seu tempo.

1.4 A revolução sexual da contemporaneidade: da ocultação da sexualidade à descoberta da sexualidade infantil

O movimento repressivo das manifestações sexuais durante a Idade Média, começaram a modificar-se a partir das próprias transformações do mundo emergente do século XIX. Junto com a Revolução Industrial ao final do século XVIII, inúmeras transformações ocorreram nas paisagens urbanas, entraram em cena novas tecnologias, como o telefone, o trem a vapor e os automóveis. Estas transformações, influenciaram as formas de comunicação e a mobilidade humana; tudo passou a acontecer de forma mais rápida.

No entanto, a sociedade burguesa do século XIX continuava com um apego à privacidade. A sexualidade ainda estava encerrada aos domínios da propriedade privada da família e do lar. Mesmo diante da revolução sexual deste novo tempo, o sexo manteve-se associado com o dever sagrado do matrimônio, a procriação. No entanto, não mais normatizado e regulamento pela Igreja, como na Idade Média e Moderna, mas pela medicina, que transformou o que até então era considerado em pecado, em doença. De acordo com Figueiró (2001), a medicina encontrou no florescimento da prostituição do período, devido ao aumento populacional, a progressão alarmante das infecções sexualmente transmissíveis/ISTs.

Assumiu o papel da religião e passou a exercer influência e controle sobre a vida sexual e instaurou um regime médico-sexual.

O dispositivo do sexo, segundo Nascimento (2005), tornou-se o centro de discussões políticas e econômicas que estavam relacionadas ao controle de natalidade, início da vida sexual e o casamento, entre outros. Nesse sentido, o autor argumenta que o sexo foi "coisificado", isto é, foi subordinado e regulado pela medicina, psiquiatria e a justiça penal. Para Snoek (1981), Figueiró (2001) e Nunes (2005), a prostituição, a homossexualidade e o celibato, foram condenados, pois ameaçavam a ordem familiar patriarcal instituída.

A sexualidade da mulher estava associada à castidade e à moralidade, assim como em sociedades anteriores. Reclusa do mundo social, a mulher vitoriana[13], foi recolhida ao mundo privado do lar, por determinação de uma sociedade que estava solidamente fundada na diferença dos sexos. Reprimida quanto ao conhecimento sobre o seu corpo, a mulher vitoriana aprendera a conter-se, ser submissa e recatada sexualmente, pois, ensinaram-na que o desejo e o prazer pertenciam a outro tipo de mulher, geralmente as prostitutas.

Diante deste cenário, a prostituição, segundo Figueiró (2001), ainda se constituía como uma possibilidade de alivio dos instintos masculinos. O sexo mecânico, genital, sem amor não oferecia riscos e não era prejudicial à saúde do homem, assim como na Idade Média. O sexo marital, também ainda se constituía como um ato que antes de tudo deveria cumprir com o dever sagrado do matrimônio, como defendido pelo Cristianismo, a procriação.

Ao final do século XIX, no auge da moral vitoriana, começam a surgir indícios de que um novo tempo se desenhava. A difusão das ideias de Karl Marx (1818-1883), que questionavam o ideário capitalista forte e soberano e Charles Darwin (1809-1882) com seu evolucionismo, trouxeram uma nova interpretação sobre a origem da humanidade, o que levou a separação entre sexualidade e reprodução. Este novo cenário influenciou as formas e vivencias da sexualidade que passou por aceleradas transformações que a fizeram ser expressas de forma mais livre.

[13] A era vitoriana tem sua origem no século XIX, durante o reinado da Rainha Vitória (1819-1901), propagou-se mundo a fora através da força e influência que tinha o Império Britânico. "As mulheres da era vitoriana caracterizavam-se como criaturas indolentes e apáticas. Os maridos dedicavam-se a protege-las do intercâmbio exagerado com o mundo lá fora. A eles competia fazê-las felizes e garantir a honra do matrimônio. O exagero da moralidade chegava ao ponto de proibir o exame médico, principalmente o ginecológico, cabendo à mulher apontar o lugar onde sentia dor em figuras do corpo humano. Mesmo assim, a consulta era feita na presença de um acompanhante, na maioria das vezes, o próprio marido. O desconhecimento sobre o próprio corpo era sinal de pureza. A menstruação era um assunto proibido jamais mencionado entre médico e paciente" (CABRAL, 1994, p.197).

Em meio a um contexto histórico que dava ênfase à cultura e ao conhecimento científico, e a um cenário efervescente de modificações e transformações dos conceitos de homem e sociedade, Sigmund Freud (1856-1939), formou-se em Medicina, mais especificamente em 1881, especializando-se em neurologia. O médico psiquiatra e neurologista, com sua teoria psicanalítica, entre outros interesses, passou a investigar a sexualidade e a sua direta relação na formação psíquica do ser humano. Para Silva (2001) e Gagliotto (2009; 2014), Freud com seu postulado psicanalítico, acabou causando uma grande ruptura em relação à sexualidade, principalmente, no que diz respeito à sexualidade infantil. Foi considerado o primeiro teórico a colocar a criança dentro do ambiente familiar e a considerá-la como fruto deste, bem como, a questionar valores moralmente aceitos que se pensava estarem para sempre estabelecidos. Por estas características, Freud revolucionou e escandalizou o mundo.

No que tange à Sexualidade infantil, Freud afrontou o conceito de que a sexualidade só se desenvolveria a partir da adolescência, rompendo com a ideia de uma infância "inocente", onde as crianças eram consideradas seres assexuados. Nas palavras do próprio Freud (2016):

> [...] na concepção popular do instinto sexual, ele está ausente na infância e desperta no período da vida que designamos como puberdade. Isso não é um erro qualquer, mas de grandes consequências, pois principalmente a ele devemos nosso atual desconhecimento das condições fundamentais da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais infantis revelaria os traços essenciais do instinto sexual, mostraria seu desenvolvimento e nos faria ver a sua composição a partir de várias fontes (p. 73).

Freud (2016) não negava a existência, já no início do século XX, de escritos, mesmo que ocasionais, sobre o comportamento sexual infantil, isto é, sobre o desenvolvimento sexual infantil, como ereções e masturbação, no entanto, sempre apresentados como curiosidade, ou ainda, espantosamente, como exemplos de depravação precipitada. Não havia, segundo o autor, um consenso entre os autores da época sobre o "instinto" sexual na infância.

A concepção de negação da sexualidade infantil, elaborada através da história, gerou grandes consequências em áreas como a Medicina e a Pedagogia, como mostra Cabral (1994), estudiosa da história da sexualidade, em sintonia com Spitzner (2005) e Ribeiro (2002, 2005b):

> [...] desde Aristóteles, o sexo vinha sendo colocado como função procriativas. Com a solidificação do Cristianismo no Ocidente, seus primeiros pensadores reafirmaram essa condição e acrescentaram: fora dessa intenção, o sexo é também pecado. Toda história do Ocidente anterior e com o Cristianismo se voltou para uma desconfiança e uma reserva em relação à sexualidade. **A própria ciência médica e mais tarde a pedagogia consideravam a criança um ser assexuado, e só a partir da puberdade, ocasião em que os seres humanos passam por sérias transformações corporais, é que a sexualidade também se manifestaria** (CABRAL, 1994, p. 205-206, grifos nosso).

No campo da Psicologia, Sigmund Freud foi um dos primeiros estudiosos que se dedicou ao estudo da Sexualidade e sua importância na formação psíquica dos seres humanos. Foi durante tratamentos clínicos, realizados em seu consultório, ao observar os transtornos psicológicos de seus pacientes adultos que, desenvolveu a sua teoria da Sexualidade infantil. Ou seja, é muito importante a ressalva de que a criança não foi o ponto de partida, muito menos o desejo dos estudos de Freud. O autor tinha como objetivo a busca da solução das psicoses de seus pacientes e, ao escutar o que seus pacientes tinham a dizer sobre eles próprios e seus sentimentos, foi construindo sua teoria Psicanalítica. Foi diante destas escutas que o autor viu um cenário totalmente diferente, que lhe permitiu tratar da Sexualidade de forma mais isenta dos vieses que sempre a envolveram (LEITÃO, 2015; NASCIMENTO 2005).

Freud (2016), na sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, publicada em 1905, afirma que para compreender a sexualidade nos adultos bastava olhar para a sexualidade das crianças. Para o autor a sexualidade pulsional[14], não necessariamente baseada na genitalidade, na biologia do corpo, também está presente nas crianças. A sexualidade nasce como uma função vital que pode ser observada, por exemplo, no olhar, na boca da criança durante a atividade de mamar, reconhecida como um reflexo biológico, herdado, sendo a sucção um objetivo primário de saciar a fome; no entanto é uma atividade que se estende para além dessa atividade vital, por isso, é uma atividade diferenciada.

Segundo Gagliotto (2014), associado ao prazer desta satisfação primária da sucção para saciar a fome, existe um prazer paralelo, que pode ser descrito como prazer sexual. O prazer associado ao ato de sucção transforma-se numa atividade sexual, ou seja, o prazer encontra-se no contato da boca do bebê (zona erógena) com o seio materno.

---

[14] Para ampliar a entendimento do pulsões sexuais sugerimos a leitura de *FREUD, Sigmund. Obras completas: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos (1901-1905): tradução Paulo César de Souza – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.*

Pode-se concluir que os estudos freudianos desde o final do século XIX, transformaram as concepções da sexualidade infantil. A mesma passou a ser reconhecida, o que não acontecida nos tempos anteriores, quando havia uma abordagem negativa sobre o sexo e a sexualidade. Ao mesmo tempo, a concepção de infância foi se modificando ao ganhar novas dimensões, tanto políticas como sociais.

Em meio a um cenário efervescente de mudanças do mundo contemporâneo do final do século XIX e início do século XX, ocorreram muitas e variadas transformações nas práticas e arranjos sociais, nas tipologias de organização familiar e do trabalho; modificaram-se as possibilidades de comunicação entre os indivíduos, estados e grupos, todo um conjunto de condições antes consideradas "imutáveis", foi se alterando ao longo do tempo e um olhar mais complexo sobre as questões que se relacionam à sexualidade foi tendo espaço.

Outro importante autor que merece ser destacado por sua contribuição para a construção de um novo entendimento das sexualidades, no início do século XX, principalmente sobre desenvolvimento sexual na infância, é Lev Semenovitch Vigotski (19894-1934), psicólogo e importante pensador da Psicologia Histórico-Cultural e pioneiro ao afirmar que o desenvolvimento intelectual das crianças acontece a partir das interações que estas estabelecem com os meios em que estão inseridas.

Para Vigotski (2001), na obra *Psicologia Pedagógica*, publicada em 1924, assim como Freud afirmou em 1905, a sexualidade, como muitos acreditavam, não está presente a partir da adolescência, mas surge ainda na infância, assumindo diferentes formas, para depois passar pela puberdade até que, de fato, chegue, já na fase adulta, ao amadurecimento sexual, onde este "instinto" torna-se mais complexo a partir dos processos de culturalização em que se inscreve. Para o autor,

> [..] o novo ponto de vista nos obriga a reconhecer que o estado da infância não pode ser concebido como totalmente assexuado até o momento conhecido como amadurecimento sexual; ao contrário, a investigação psicológica mostra que encontramos a sexualidade e suas diversas manifestações patológicas e normais na mais tenra idade, inclusive na fase da amamentação. [...] Antes de mais nada, na infância encontramos a forma de um erotismo amplamente diluído, desvinculado do funcionamento de órgãos especiais, não localizado em pontos rigorosamente orgânicos mas excitável pelas funções dos mais diversos órgãos e ligado principalmente à mucosa do corpo, às zonas erógenas. Depois, a própria natureza desse erotismo difere um pouco do erotismo adulto: assume a forma de auto-erotismo, ou seja, de um erotismo voltado para si mesmo, e de um narcisismo psicologicamente normal, noutros termos, de um estado em que as excitações eróticas partem do próprio corpo e nele se resolvem (VIGOTSKI, 2001, p. 97-98).

O autor continua seu pensamento afirmando que em todos os períodos do desenvolvimento sexual humano é preciso se pensar em uma educação para as sexualidades, uma vez que, “a questão sexual foi excluída da vida escolar, supondo-se que não existia” (op. cit, p. 96). O silenciamento diante das manifestações sexuais infantis dentro da escola, por certo, contribuiu com a construção de neuroses e graves dramas por parte de seus alunos diante do “instinto” que organiza seus impulsos psíquicos e que por isso, a escola, ao não falar sobre sexualidade, nega o próprio humano.

Para Vigotski (2001), o entendimento do comportamento humano deve partir de uma análise que ultrapasse o seu determinismo biológico. Assim, se faz necessário também a compreensão de seu caráter cultural, onde o desenvolvimento dos sujeitos se dá a partir das suas experiências pessoais dentro do ambiente em que está inserido e das relações que ali são estabelecidas com o meio e com o outro e, isto inclui a forma como cada um experiencia a sua sexualidade. Portanto, a educação em sexualidade deve se atentar para as questões culturais que circunscrevem as sexualidades.

É neste contexto de mudanças no entendimento do comportamento sexual humano, isto é, na forma dos sujeitos vivenciarem as suas sexualidades que, segundo Louro (1997), vale destacar, um movimento que provocou profundas mudanças na forma dos sujeitos viverem em sociedade, o movimento organizado pelas mulheres, que passou a ser visto, no ocidente, como um movimento social organizado. As mulheres organizaram-se basicamente para manifestar sua contrariedade à discriminação dos papéis femininos na sociedade. Incialmente o movimento, com uma força inusitada, que se alastrou por vários países, voltava-se para estender o direito ao voto feminino.

É imperativo então destacar que, é a partir desse movimento, que o debate sobre as relações entre homem e mulher, masculino e feminino, passa a ter uma visão mais ampla, e que na vida em sociedade, importa não só observar os sexos (aqui entendidos como condição biológica), mais sim tudo o que através das relações sociais se constrói sobre eles. O debate em torno das diferenças sexuais, passa a se constituir, através de uma nova linguagem, e o conceito de **Gênero** passa a ser fundamental. “As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1995, p.73).

Diante de um cenário de busca pela liberdade sexual, as sexualidades passaram a ser compreendidas como construção social, o que tem colocado em debate relações construídas historicamente, como por exemplo, as relações entre homem e mulher, passaram a ter uma visão mais ampla a partir do movimento feminista emergente no início do século XX.

O período foi marcado além da intensa busca pela liberdade sexual, e dos espaços conquistados pelas mulheres e as diferentes sexualidades, também pela contestação da juventude na música, no comportamento, na vivência e nas novas formas de relacionamento. Mas como todo este movimento é histórico, tem suas contradições, em paralelo às conquistas humanas, sempre estiveram os grandes interesses econômicos e novos modelos de consumo são implantados, inclusive aqueles que exploram a sexualidade, ou seja, o modelo social capitalista rapidamente compreendeu que a sexualidade é uma questão fundamental e subjetiva na vida dos sujeitos. Assim, passou a fomentar o consumismo também nesta área, apresentando propagandas explicitas que faziam referência aos desejos sexuais do tempo presente. O corpo e a sensualidade feminina foram então transformados em objetos a serem consumidos. Exacerbou-se a busca pela beleza, a aparência física e o sexo foram se configurando como objetos de consumo, gerando lucro ao mercado pornográfico. Para Werebe (1998), a sexualidade passou a ser quantificada, o que não alterou qualitativamente sua significação.

Para cativar o consumidor, o grande mercado tem colocado o corpo e a sexualidade, notadamente feminina, em todos os meios de comunicação de massa, em suas mais variadas modalidades, e em todos os lugares, não exatamente com o objetivo de divulgar informações, orientações e induzir a vivência saudável da sexualidade, mas, em busca do lucro. Esta versão do capitalismo tem contribuído fortemente para gerar uma teia de (des)informações sobre a sexualidade e, consequentemente, as crianças não foram poupadas desta sexualidade deserotizada e quantitativa, como nos idos da Idade Média, em que as crianças eram “adultos em miniatura”, vestiam-se e agiam como adultos e eram/são “obrigados” a viverem um modelo sexual imposto socialmente e que, por certo ultrapassa a sua compreensão.

Para Zorning (2008), existe uma linha muito tênue que delimita o mundo adulto e o mundo infantil e, as crianças, no anseio de corresponder às expectativas dos pais ou responsáveis, mesmo que de forma inconsciente, acabam negando a sua própria infância.

Nesta breve retomada dos sentidos da sexualidade em diferentes épocas da histórica humana, foi possível perceber que as vivencias sexuais válidas em uma determinada cultura,

nem sempre foram aceitas por outras e vice-versa. O que se tomava por verdadeiro em uma civilização, passou a ser rejeitado, abominado ou ainda reificado por outra.

Na atualidade temos a multiplicação das identidades de gênero, multiplicadas por uma nova consciência sobre as sexualidades. Os relacionamentos são plurais e fluidos. Os tabus sobre Sexo, Sexualidade e Gênero que sustentaram o patriarcalismo por séculos, parecem superados ou, conquistam gradativamente as condições para serem superados. Vivemos, como afirma Louro (2009), em um mundo onde cada qual, pode, se quiser, viver a sua sexualidade, seja ela qual for da forma que for.

Chegamos a fim desta seção compreendendo os múltiplos fatores que, em cada tempo histórico, influenciaram as diferentes formas de compreensão da sexualidade ao longo da história humana e que a sua construção histórica sofreu e ainda sofre a influência de aspectos de ordem social, religiosa, econômica e cultural e que, é pelo conjunto destes fatores que as relações que se estabelecem sobre ela, consequentemente, são resultados das experiências acumuladas ao longo da vida dos sujeitos.

2. EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: DA SEXUALIDADE NEGADA À EDUCAÇÃO SEXUAL INSTITUCIONALIZADA

Viemos ao longo desta pesquisa mostrando que o núcleo histórico da sexualidade sempre foi a reprodução e que este se alterou, de acordo com as influências culturais, religiosas, éticas e estéticas, políticas e sociais de cada tempo histórico. Migrou da exclusiva existência biológica do Sexo, da proibição e ocultação da Sexualidade em seu sentido pleno, à sua liberação e promoção, conforme é possível observar na atualidade. O presente capítulo pretende apontar que, paralelamente a esta trajetória que a humanidade descreveu sobre a Sexualidade e o Sexo, a escola, enquanto espaço social de difusão de conhecimentos científicos, é solicitada a participar e promover a Educação Sexual dos cidadãos que a frequentam.

Assim, retomando os conceitos de Sexualidade e Sexo do capítulo anterior, buscaremos, evidenciar o papel social da escola frente à temática e a responsabilidade a ela instituída, inclusive pelas atuais políticas educacionais que orientam a inserção da Educação Sexual na Educação Básica. Para isso retomamos aspectos da oficialização da Educação Sexual no currículo educacional brasileiro, construindo um breve histórico a partir do Século XX. Por fim, tomamos como foco a Educação Sexual e a formação inicial do professor, no sentido de construir um campo teórico de esclarecimento sobre a importância da formação inicial de professores para a Educação Sexual enquanto prática emancipatória, que visa contribuir para a transformação social.

2.1 O papel social da escola e a Educação Sexual

Afirma Saviani (2011), com o qual corroboramos, a educação, é um fenômeno próprio dos seres humanos, uma vez que o homem produz constantemente a sua existência ao adaptar-se e modificar a natureza e a si, através do trabalho. Assim, cabe ao ato educativo produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, dentro de sua singularidade, a humanidade produzida historicamente. Segundo o autor, a escola é espaço marcado pela diversidade e, ao discutir a sua função social, é imprescindível levar em conta os elementos culturais que estão presentes no seu interior, representados de diferentes formas.

A Constituição Federal - CF de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 205 dispõe que, "[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p. 77, grifos nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/1996 (BRASIL, 1988), assim como a CF, destaca que a educação deve ser definia pelos princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, constituindo-se como direitos que devem ser garantidos a todos (BRASIL, 1988; 1996).

As leis citadas destacam como aspecto central da função social da escola: a democratização do conhecimento. Assim, de acordo com Saviani (2011), cabe a esta instituição proporcionar a todos os cidadãos, os instrumentos e caminhos necessários para a aquisição do conhecimento historicamente sistematizado e acumulado pela humanidade, e é esta apropriação do saber acumulado que justifica a existência da escola. É, portanto, através da mediação da escola, embora, sem reduzir a ela, que os indivíduos têm acesso ao saber científico sistematizado.

Para Leão (2009),

> a escola é um dos locais mais eficazes para se erigir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos possam usufruir seus direitos. Além disso, apresenta função peculiar, a qual deve possibilitar a apoderação do saber por todos os cidadãos. Dessa forma, ela tem a função de educar para a cidadania, para o exercício da participação consciente em sociedade. Neste sentido, é necessário que os alunos sejam preparados para o exercício da cidadania (p.31).

A escola, como afirma Saviani (2011), tem a ver com o problema da ciência. A ciência, a *episteme*, por sua vez, é exatamente o saber metódico e sistematizado. A escola, então, ao se preocupar com o saber metódico sistematizado produzido pela ação humana, possibilita meios de acesso a esse conhecimento.

> A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar (SAVIANI, 2011, p. 14).

Para Libâneo (2009), a escola tem como função social contribuir para que os alunos possam desenvolver suas capacidades intelectuais e cognitivas frente aos problemas sociais do mundo atual. Consequentemente ao professor cabe ensinar os conteúdos científicos sistematizados partindo das características dos alunos.

> Em suma, pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita. Cumpre assinalar, também aqui, que se trata de um movimento dialético, isto é, a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, portanto, de forma alguma são excluídas. Assim, o acesso à cultura erudita possibilita a apropriação de novas formas por meio das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular (SAVIANI, 2011, p. 20).

Essa compreensão da natureza da educação como um trabalho da ação humana não material, permite-nos afirmar que a função social da escola se encontra justamente na formação de uma segunda natureza humana, ou seja, a aquisição dos conhecimentos e bens produzidos pela humanidade.

Em face à essa concepção da função social da escola, entendemos que não há como simplesmente ignorar as novas práticas sociais e suas contradições. Vivemos em um contexto social em que os sujeitos que ultrapassam as fronteiras de Gênero ou da Sexualidade são marcados como diferentes ou desviantes. Não suficiente, Louro (2009) afirma que, "[...] os corpos e as dimensões que englobam a sexualidade vêm passando por um amplo processo de espetacularização e performance" (p. 35).

Nomeados e classificados no interior de uma determinada cultura, os corpos se fazem históricos e situados, são "moldados" por padrões como, beleza, juventude, magreza e boa forma. Os que fogem aos padrões, marcados pela diferença, sofrem preconceitos, discriminações e violências. E tudo isto é conteúdo para a escola, assim como as dimensões afetivas e lúdicas da infância. No entanto, com frequência, a escola, o currículo, as práticas pedagógicas e os sujeitos envolvidos sentem-se ameaçados, perplexos e desafiados por questões que já não comportam mais respostas prontas, seguras e estáveis. Surge, então, a necessidade de renovar paradigmas teóricos e metodológicos que já não respondem aos desafios do cotidiano, ambos de grande importância para a compreensão e promoção de uma educação emancipatória e transformadora.

A escola, nesse sentido, configura-se como um espaço de múltiplas relações, cuja finalidade é a construção de um processo humanizador, através do trabalho coletivo e

interdisciplinar, de modo a desenvolver os sujeitos que ali transitam, em uma perspectiva de inserção social, crítica e transformadora, que inclui o estudo da Sexualidade, enquanto dimensão fundante de todo o ser humano.

> A educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (UNESCO, 2014, p. 11).

Nesse entendimento, a compreensão das questões das sexualidades que são emergentes nas sociedades contemporâneas e da Educação Sexual deve conversar com a realidade social. É necessário, conforme pontuado por Vigostki (2001), que a escola aborde o critério científico biológico da temática, mas também, se atenha para a construção histórica, social e cultural que a envolve.

Nesse sentido, a escola é um espaço promissor para o estudo e a discussão da Sexualidade, nos diferentes tempos escolares e em diferentes configurações curriculares. Contudo, para que de fato contribua com a formação humana que da escola é esperada, a temática da Sexualidade necessita fazer-se presente e merecedora de uma abordagem científica e humana, ou seja, deve distanciar-se de abordagens do senso comum, prescritivas ou dogmáticas e aproximar-se de paradigmas ético-políticos que fundamentem "[...] uma abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade, fundamentada por uma rigorosa compreensão científica do desenvolvimento psicossexual da criança que poderemos analisar as manifestações da sexualidade infantil na escola" (NUNES; SILVA, 2000, p. 74).

O olhar progressista de Vigotski (2001), possibilitou pensar uma nova forma de pensar a Educação Sexual, não repressiva, para além do caráter biológico, mas que levasse em consideração a construção histórica e social das sexualidades. O autor, fruto do seu tempo histórico, afirmava que:

> [...] enquanto objeto da educação o instinto sexual requer adaptações à estrutura social da vida que não contrariem as formas estabelecidas, e a tarefa não consiste, absolutamente, em reprimir ou enfraquecer o instinto sexual; ao contrário, o educador deve preocupar-se com a sua plena conservação e desenvolvimento normal (p. 98-99).

Nestes termos, a Educação Sexual se constitui como um meio de transformação social e, portanto, como uma atividade política, uma vez que todo o saber científico é político. Assim, poderá orientar uma prática social construída e reconstruída historicamente, aliando-se à função social da escola e contribuindo com a emancipação humana (FIGUEIRÓ, 2001; MIRANDA, 2018).

Para Maistro (2009), "[...] além de ser necessário resgatar a sexualidade humana positiva, integral, afetiva e plena, é preciso que o educador possa fazer a crítica de tudo o que se pratica, por hábito ou por costume adquirido, ao longo da vivência, e das convicções ideológicas, tendo rigor nas pesquisas históricas e científicas" (p. 44).

Assim, compreendemos que a escola tem como uma de suas funções educar sexualmente para a cidadania, uma vez que, como vimos no início deste capítulo uma de suas funções é a formação integral do sujeito, e isto abarca não apenas a formação intelectual, mas, também, uma formação para a cidadania e a afetividade. O que implica no acolhimento pela escola, em seu projeto pedagógico, de questões que envolvam autoconhecimento, respeito por si e pelo outro, respeito à pluralidade, reflexão crítica, responsabilidade e prevenção o que orienta para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o direito do aluno conhecer sobre seu corpo e sobre sua sexualidade.

Neste cenário, Figueiró (2007), argumenta que:

> é direito do aluno ter oportunidades para pensar criticamente sobre o conjunto de valores e normas morais que a sociedade cria em torno da sexualidade e, a partir daí, poder formar sua própria opinião e estar devidamente preparado para tomar decisões sobre sua vida sexual, com liberdade e responsabilidade. Isto implica num processo de construção da autonomia moral, em que se possibilita, ao aluno, construir seus próprios valores e ser sujeito de sua sexualidade (p. 27).

No entanto, Figueiró (2006), Gagliotto (2009, 2014), Lorenzi (2017), nos lembram que a escola ainda apresenta grande resistência em acolher a sexualidade como parte integrante da constituição global do aluno. Mais uma forte razão para oferecer aos docentes uma formação consistente sobre a Sexualidade, suas formas de manifestação na infância e possibilidades de um trabalho pedagógico emancipatório. É sabido que a abordagem é complexa, especialmente no trabalho com os pequenos, a qual demanda diálogo entre escola e família, contudo, esta possibilidade terá aumentada sua chance de sucesso, se estiver orientada epistemológica, teórica e metodologicamente e, para isto, os professores necessitam de formação, inicial e

continuada, para que o tema seja adequadamente compreendido e trabalhado em sua multidimensionalidade.

Quando falamos em sexualidade no ambiente escolar ainda encontramos muitos preconceitos, tabus e a negativa em discuti-la como uma questão integrante do sujeito e fator de desenvolvimento humano. Como vimos no Capítulo 1, o tema ainda é tratado como uma questão pecaminosa, suja, que causa constrangimentos, revestida de mitos, tabus, ignorância e bloqueios, ainda muito justificada por questões morais e religiosas (WEREBE, 1998; NUNES, SILVA, 2005; NUNES, 2005; GAGLIOTTO, 2014; LORENZI, 2017; SOUZA, 2018).

Neste cenário, muitos professores tomam a decisão de não discutir temas que estejam relacionados à Sexualidade. Esta posição, segundo Furlani (2009), pode estar apoiada na "providencial inexistência" da temática nos currículos escolares, ou ainda, justificada pela ausência da temática nos cursos de formação inicial, fator que, somado às questões de ordem pessoal, justificaria a recusa de um trabalho escolar sobre sexualidade e ao apego aos demais conteúdos curriculares propostos. Contudo, a autora destaca que, de outro lado, existe uma demanda estudantil gritante, dando indicativos sobre a necessidade de abordar as questões relativas à sexualidade, uma demanda espontânea, imbricada nas relações pessoais e sociais, porque são questões que constituem os sujeitos e suas identidades.

Louro (1999), argumenta que a sexualidade está na escola por que ela constitui o sujeito, não é algo que simplesmente se desliga ou do qual alguém possa se despir. Assim, torna-se, urgente e necessária a abordagem da Educação Sexual escolar de forma crítica que,

> [...] reflita a sexualidade partindo de um enfoque sócio-cultural, passando pelo psicológico, até chegar aos aspectos fisiológicos, sempre levando em consideração a importância fundamental do diálogo ampliando o senso crítico e visão de mundo do jovem, permitindo discussões e debates (RIBEIRO, 1990b, p. 18).

Entretanto, a Educação Sexual inserida na escola, sem uma preocupação ampla com a instituição educacional, sem a preparação adequada da comunidade escolar para receber em seu projeto formativo esta importante demanda de crianças e jovens estudantes, assume sérios riscos de tornar-se pura e simples reprodução de definições e conceitos que deveriam ser trabalhados nas aulas de Ciências/Biologia. A sexualidade, ao mesmo tempo em que prescinde dos aspectos biológicos, não se reduz a estes, necessitando, portanto, ser percebida,

compreendida e oportunizada sua multidimensionalidade, desde a formação docente, nos diversos âmbitos.

> Tratar da sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superando o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social. Somente por uma abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana, fundamentada por uma rigorosa compreensão científica do desenvolvimento psicossexual da criança poderemos analisar as manifestações da sexualidade infantil na escola (NUNES; SILVA, 2000, p. 74).

É fundamental levar em conta que a sexualidade não se constituiu como parte separável da condição humana, portanto, necessita ser entendida pelos educadores em sua totalidade, como uma construção, histórica, cultural e social, processual e mutável, determinada pelos diferentes condicionantes econômicos, políticos, culturais e sociais.

> As informações sobre ela trabalhadas na escola precisam envolver tanto reflexão individual, quanto coletiva, pois é esse exercício que permitirá ao educando reconhecer-se como sujeito de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas e capaz, ainda, de identificar possibilidades de interferir no curso de sua vida e da coletividade (FIGUEIRÓ, 2006, p. 17).

Distante de modelos historicamente concebidos sobre a sexualidade, pautados no medo, na dominação e na repressão, notadamente a feminina, os paradigmas atuais, guardadas suas variações e especificidades, apontam para uma sexualidade emancipatória, inerente à condição humana, desde a mais tenra idade e que se constitui como fator de desenvolvimento humano.

> A sexualidade emancipatória é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nessa direção o conceito emancipatório busca superar um conceito de alienação [...] A sexualidade numa dimensão emancipatória supõe normas, limites como marcos de sujeitos plenos e não sanções, pecados e medos (NUNES, 1996, p.227- 228).

A emancipação pode possibilitar a formação para o pleno, integral, histórico, ético, estético e psicossocial, entendimento significativo e consciente das potencialidades sexuais e sua vivencia subjetiva, socialmente responsável e realizadora. No entanto, como narram Werebe (1998) e Leão (2009), mesmo a escola sendo um espaço privilegiado para um trabalho educativo e edificante sobre a sexualidade, o que temos visto é que ela vem se esquivando de cumprir este papel e contribuir no sentido de formar o sujeito integral.

É também no espaço escolar que vamos poder transformar paradigmas, uma vez que a educação escolar tem como finalidade fundamental a mediação entre a vida cotidiana dos indivíduos e as esferas não cotidianas como a ciência, a arte a filosofia (DUARTE, 2016). Para tanto, a Educação Sexual escolar pode constituir-se como uma prática para a liberdade humana.

> É certo que ainda temos sérias divergências sobre a natureza, identidade e limitação do que seja propriamente a educação sexual; divergências que estão presentes no campo das ciências da educação e das iniciativas institucionais de entendimentos e conceituações sobre esta questão ou tema, mas não deixamos de entender que por esta expressão quer-se representar o conjunto de processos simbólico-significativos e comportamentais, psicosubjetivos e socioinstitucionais de representação e vivencias da potencialidades sexuais (NUNES, SILVA, 2000, p.13)

Mesmo com tantas divergências e dúvidas, é fundamental que a escola abra espaço para a construção de um trabalho de Educação Sexual, assim como, para outras questões que são inerentes a esse ambiente, como a convivência com a família, a sociedade e o meio ambiente. Para Nunes (2005), a Educação Sexual escolar necessita ser de longo prazo, com intencionalidade, sistematizada, dialógica e contínua, ainda deve propiciar ao educando o desenvolvimento de uma sexualidade autônoma, para que assim possa eleger os seus valores e fazer da sexualidade um elemento de emancipação humana. O autor segue argumentando que

> a abordagem da sexualidade humana numa dimensão pedagógica requer um entrosamento histórico e moral novo, o auxílio das ciências humanas e o acesso à produção científica dos últimos anos. Isto não quer dizer que tenhamos que fragmentar ainda mais a sexualidade formando professores de "educação sexual". Significa, outrossim, superar o dualismo racionalista e tecnicista da escola atual e da intensidade tecnocrática e profissionalizante (NUNES, 2005, p. 17).

Cabe à escola, portanto, abordar o tema em sua complexidade, de forma planejada, contextualizada, científica e pedagogicamente orientada, em sintonia com a fase de desenvolvimento dos educandos. Falar sobre a Sexualidade no ambiente escolar é um importante desafio que se coloca aos educadores, pois, há muita resistência, preconceitos, estereótipos, tabus e medos a serem superados.

> A sexualidade está presente em nossa vida desde o momento em que nascemos até a nossa morte. A educação acontece constantemente, seja em casa, seja pela mídia, assistindo-se televisão, lendo-se revistas e jornais, seja via internet. Nesse caso, se a instituição escolar se omite, deliberadamente, em relação a tudo o que se refere ao sexo, essa atitude reflete-se na formação dos escolares, levando-os a considerar que

> sexo é alguma coisa secreta, é um assunto que não cabe dentro da escola ou, talvez, seja algo vergonhoso sobre o qual não se deve falar (MAISTRO, 2009, p. 39).

Faz parte do papel social da escola educar sexualmente os cidadãos que dela participam, "a escola constitui espaço privilegiado para a construção de uma ética que inclua o respeito à diversidade humana e a promoção da solidariedade" (UNESCO, 2014, p.14). Neste sentido, a oferta de um trabalho sobre Educação Sexual, a partir de uma abordagem interdisciplinar, no formato de "tema transversal", conforme propuseram os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN (BRASIL, 1997), perpassando toda a prática escolar, mostra-se uma alternativa promissora, mesmo que não única. Como afirma Figueiró (2006),

> [...] é possível crer que o ensino dos temas transversais, pelo fato de abrangerem temas sociais, podem ajudar a caracterizar, de uma nova forma, o processo de dispersão. Permitindo ao professor ampliar os horizontes de sua área do conhecimento e envolver-se com projetos variados, o ensino dos temas transversais pode leva-lo a obter mais prazer e a retroalimentar o sentido e o significado que atribuiu para o seu trabalho. No exercício da transversalidade, o professor pode sentir satisfação por ver que seu trabalho como educador tem mais chance de estar ligado à vida, uma vez que conhecer sobre sexualidade leva o aluno (e também o professor) a pensar sobre a sua própria vida afetivo-sexual (p. 65-66).

Os aspectos apontados pela autora mostram-se relevantes contribuições para que mais tarde crianças e adolescentes possam vivenciar sua sexualidade com prazer, responsabilidade, aceitação, respeito e sem culpa. E a autora segue argumentando que:

> [...] a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz [...] muito além de auxiliar na redução da gravidez na precoce e/ou indesejada e do índice de doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo a Aids, a educação sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, consequentemente, para sua qualidade de vida (op. cit., p. 17).

Nesse sentido, implica (re)conhecer o espaço escolar, sua pertinência e contradições para a abordagem da Sexualidade como um tema curricular que perpasse toda a prática educativa. Para tanto, se faz necessária a construção de novas práticas, que façam a articulação entre escola, família e sociedade, no estudo da Sexualidade. E para isto, os professores não poderão atuar de forma intuitiva, mas profissional, necessitando, portanto, de formação, inicial e continuada.

2.2 A Educação Sexual no currículo escolar brasileiro: breve histórico a partir do século XX

Este item busca recuperar dados históricos de iniciativas realizadas neste período em favor da implantação da Educação Sexual no país. Para tanto, iniciamos nossa análise histórica nas primeiras décadas do século XX, passando pela década de 1960 onde foram realizadas as primeiras ações efetivas de Educação Sexual nas escolas brasileiras e a década de 1980, quando os órgãos governamentais passam a desenvolver projetos e programas de Educação Sexual com enfoque no grande aumento de número de infectados com o vírus da imunodeficiência humana - HIV.

Ao realizar um recorte histórico, a partir de incursões das Ciências Sociais e Médicas em nosso país, situamos as primeiras iniciativas de uma prática educacional voltada à sexualidade no final do século XIX e início do século XX. Neste período, narram alguns autores como Figueiró (1998), Ribeiro (2004) e César (2009) que médicos, padres, professores e até membros mais esclarecidos da sociedade civil passaram a demonstrar interesse por questões ligadas à sexualidade e uma possível Educação Sexual institucionalizada.

A Medicina do século XIX, de acordo com Lorenzi (2017), institucionalizou o saber sexual, através da criação da Sexologia, considerada a primeira ciência a estudar o sexo. No entanto, seu percursor, o médico Richard Von Krafft-Ebing, influenciado pelas normas do Cristianismo, defendia que a sexualidade “normal” era aquela em que o ato sexual e os afetos eram dedicados a um único par, do sexo oposto e com a finalidade da procriação. Portanto, ainda presente neste período da história, o legado de séculos passados sobre o sexo e a sexualidade, isto é, uma visão sectária e, de certa forma utilitária, com o fim exclusivo da reprodução.

No Brasil, a Medicina teve ascensão no início do século XX, limitava-se a curar doenças e salvar vidas. Nesse período, a sexualidade para a Medicina, que estava fundamentada nos ideais europeus, tinha um enfoque médico-biologista, ou seja, pautava-se na cura e prevenção das doenças do sistema reprodutivo.

Lorenzi (2017), argumenta que, a década de 1920, devido ao grande aumento populacional nos meios urbanos, inclusive em escala mundial, provocadas por mudanças de ordem econômica e política, a saída de modelo econômico de produção de monocultura

latifundiário para o modelo de produção industrial, impulsionado pela emergência da indústria nacional, favoreceu fortemente o processo de urbanização do Brasil e a emergência da classe média. Esta década, foi marcada por muita desigualdade social e miséria. Consequentemente, as condições sanitárias da população e os indicadores da saúde pública entraram em colapso. Com o grande aumento populacional, também ocorreu o aumento de doenças infectocontagiosas e epidemias.

A Medicina do início do século XX, sob forte influência europeia, uma vez que, os primeiros médios brasileiros eram formados lá, por certo, tratou a sexualidade como doença e, ao fazê-lo, aproximou-a dos preceitos religiosos pregados pela Igreja durante a Idade Moderna na Europa e acabou por reforçar o modelo de família patriarcal e o sexo exclusivamente para fins procriativos e dentro do matrimônio, sendo considerado algo pecaminoso e impuro fora desses padrões.

É nesse período, que a Educação Sexual passa a ser admitida como necessária em nosso país. Surgiram os primeiros registros sobre a discussão e difusão de um trabalho de Educação Sexual, em âmbito escolar no Brasil, pautado na melhoria da saúde, principalmente da mulher; uma abordagem que estimulou o medo às Infecções Sexualmente Transmitidas/ISTs.

Médicos, educadores e até membros da igreja passaram a dedicar-se ao estudo e difusão, nas diferentes esferas da sociedade, acadêmicas ou leigas, de obras que contemplavam temas como a sexualidade e Educação Sexual. Houve uma verdadeira reprodução de ideias oriundas da Europa e dos Estados Unidos, de combate às ISTs. O foco foi preparar o conhecimento das mulheres sobre o papel de esposa e mãe e melhorar a saúde feminina. Objetivava-se assegurar a reprodução saudável da espécie. A Educação Sexual da década de 1920 tinha como objetivo a proteção da infância e da maternidade (GUIMARÃES, 1995; AQUINO, MARTELLI, 2012; FURLANETTO, *et al*, 2018).

Este período constituiu-se, portanto, como um marco histórico à Educação Sexual no país, quando “a temática da sexualidade e da Educação Sexual encontravam espaço para estudo, discussão e pesquisa nas Ciências Sociais e nas Ciências Médicas” (RIBEIRO, 2009b, p.126). É neste contexto que, em 1928, em um Congresso Nacional de Educação, foi feito a defesa de um Programa de Educação Sexual que transitasse nos espaços escolares, no entanto,

voltava-se apenas para a formação de educandos adolescentes e jovens (GUIMARÃES, 1995; LIMA, 2012). Ou seja, negava-se a sexualidade na primeira infância[15].

Durante nosso levantamento bibliográfico, encontramos a primeira iniciativa institucional de inclusão de Educação Sexual em um currículo escolar. Esta ocorreu efetivamente em 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, por iniciativa do professor Stawiarski, que incluiu no currículo o ensino da Evolução das Espécies e Educação Sexual, tratando exclusivamente do comportamento sexual feminino. É somente em 1935 que a proposta passou a incluir o comportamento sexual masculino. Mesmo que o professor tenha seguido uma linha de prudência e austeridade com as advertências morais da época, em 1954, a proposta resultou num processo jurídico e demissão do professor responsável (AQUINO, MARLETELLI, 2012; GUIMARÃES, 1995; FIGUEIRÓ, 1998).

Entretanto, as duas décadas seguintes, 1930 a 1950, são caracterizadas pela ausência de iniciativas institucionais e jurídicas, de promoção de uma Educação Sexual. "A sexualidade era abordada de maneira parcial e em caráter religioso-confessional, apregoando uma moral doutrinária, em defesa do casamento, da virgindade, do patriarcalismo e das instituições sociais dominantes" (GAGLIOTTO, 2009, p. 57). Sob forte influência da Igreja Católica, o sistema educacional brasileiro, instituiu uma severa repressão à Educação Sexual durante todo este período (AQUINO, MARTELLI, 2012; GUIMARÃES, 1995).

No entanto, mesmo diante desse cenário de repressão sexual, segundo Aquino e Martelli (2012), foram publicados alguns livros referentes à temática da Sexualidade em voga nas primeiras décadas do século XX, dentre eles cabe destacar: *Métodos de controle da fertilidade e a Nossa vida sexual* de Ogino Knauss (s/d) e o Guia e Conselheiro para Todos, com resposta a todas as questões, de autoria de Fritz Kahn (1951).

Foi somente nos primeiros anos das décadas de 1960, antes da Ditadura Militar, que a Educação Sexual, passou a ter mais espaço e visibilidade para discussão na esfera educacional. Escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, através de iniciativas próprias, organizaram programas voltados para a Educação Sexual de seus alunos. Estes programas eram inspirados na descrição das funções procriativas, altamente centrados nas características e funções do aparelho reprodutor, como também, a abordagem higienista era

[15] Para uma reflexão histórica e pedagógica sobre infância, indicamos o texto de Philippe Ariès (1986), História Social da criança e da família. Para o autor, a concepção de infância sempre esteve relacionada aos modelos sociais em vigência, e que ainda não houve uma ruptura entre o mundo adulto e o mundo da criança.

vista como fundamental para uma boa Educação Sexual. Apesar de uma abordagem biologista, estas propostas foram inovadoras em sua ousadia e representaram um avanço para sua época (AQUINO, MARTELLI, 2012; CÉSAR, 2009; GOLDEBERG, 1984; LIMA, 2012; MAIO; 2012; RIBEIRO, 1990b, 2004; GAGLIOTTO, 2009, 2014; GUIMARÃES, 1995; WEREBE, 1998).

Este período, de acordo com Maio (2012) foi considerado o de maior número de "experiências" pedagógicas e implantação de programas de Educação Sexual no Brasil. Observa-se, não só um aumento expressivo, como também, o crescente interesse pela causa nos meios educacionais. Em períodos anteriores, "experiências" de Educação Sexual aconteciam somente em instituições educativas protestantes, com orientações mais progressistas ou naquelas escolas que não tivessem vínculo com a Igreja Católica (GAGLIOTTO, 2009; 2014).

Conforme explicitado por Chauí (1984), Figueiró (1998), Ribeiro (2018), ao longo dos séculos da Idade Média e Moderna, a sexualidade para a Igreja Católica era compreendida como pecaminosa e se constituía como um assunto que não deveria ser conhecido, ficando restrita às paredes da instituição privada, o lar.

Os anos 1960, de acordo com Guimarães (1995), foram favoráveis à renovação de experiências pedagógicas. Houveram inúmeras tentativas de implantação de programas de Educação Sexual, tanto em escolas públicas quanto particulares. As camadas mais esclarecidas da sociedade impulsionaram a criação e a inserção de programas que elegessem a Educação Sexual escolar. Esta acontecia por meio da produção e da divulgação de manuais, estes, contudo, voltados para aconselhamentos conservadores e religiosos, revoltosos com as revoluções que vinham acontecendo com os costumes da sociedade brasileira e com os sucessivos avanços das modernidades "consideradas permissivas". Entretanto, todos os programas foram extintos quando o Governo Militar se instaurou e dominou a política brasileira, ocasionando mudanças em todo o território nacional, a partir da defesa de uma nova ordem moral, por meio de um sistema repressor (BUENO, RIBEIRO, 2018; NUNES; SILVA, 2000; RIBEIRO, 2004; 2013).

Para Guimarães (1995), o Regime Militar estabeleceu uma grande censura ao reprimir as propostas de Educação Sexual no âmbito escolar, sob a alegação de que esta era imoral e subversiva e que deveria se constituir como responsabilidade das famílias. Após o Golpe de

1964, o governo dos militares estabeleceu uma grande lacuna na história da Sexualidade no Brasil.

> O governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política. [...] A censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 464).

O discurso conservador instaurado, muito embora não pudesse acabar com as mudanças no comportamento sexual da sociedade, contribuiu com a supressão das transformações relativas à Educação Sexual que vinham acontecendo. Para Guimarães (1995), César (2009), Aquino, Martelli (2012), Bueno, Ribeiro (2018), os anos que se seguiram a esses acontecimentos experimentaram um verdadeiro retrocesso.

Apesar de todo esse contexto de repressão, como destacam Guimarães (1995), Aquino e Martelli (2012), entre 1963 e 1968 ocorreram iniciativas de implantação de programas experimentais de Educação Sexual com foco preventivo e informativo, em currículos das escolas do Estado de São Paulo. Em Minas Gerais, há registro de inserção no currículo de um único colégio, cujo Programa de Educação Sexual destinava-se ao quarto ano ginasial, hoje correspondente ao nono ano do ensino fundamental. Este programa, devido a rejeição dos pais, teve duração de apenas 3 anos. Em 1964, no Rio de Janeiro, no colégio Pedro Alcantara, a Educação Sexual passou a fazer parte do currículo de todas as séries. Em 1968, conforme Aquino e Martelli (2012), outros colégios como Infante Dom Henrique, Orlando Rouças e André Mourois também implantaram a Educação Sexual em seus currículos. Entretanto, devido às fortes ondas de repressão, alguns colégios sofreram consequências, como exoneração de diretores, suspensão de professores e até mesmo expulsão de alunos.

Em meio a repressão do período, em 1968, a Deputada Júlia Steimbruck, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo a implantação obrigatória da Educação Sexual em todos os níveis de ensino e em todas as escolas do estado, contudo, devido a conjuntura imposta pela ditadura, o projeto recebeu inúmeras objeções (AQUINO, MARTELLI, 2012; CÉSAR, 2009).

De acordo com Maio (2012), com a chegada dos anos 1970, também chegou um exagerado controle e pudor. Neste período, tanto no Brasil, como no mundo, a Educação

Sexual parece ter andado para trás. Esta década foi marcada pela forte censura do governo, devido ao fechamento político que atingia a imprensa, o cinema, a televisão o rádio e consequentemente os currículos escolares. Houve um forte contexto de puritanismo, autoritarismo e repressão política, além de outros acontecimentos que contribuíram com a desestabilização das escassas iniciativas, ainda esporádicas, de programas de Educação Sexual escolar neste período da história.

Não houve uma lei específica que proibisse a Educação Sexual no início da década de 1970. Contudo, Guimarães (1995), argumenta que devido a reações violentas, movimentos contrários e a censura, os administradores escolares, temerosos, esvaziaram os programas e as propostas voltadas às questões da sexualidade. É somente a partir de 1978, que o espaço da Educação Sexual no Brasil foi reconquistado. Realizou-se, em São Paulo, o *I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas* (GUIMARÃES, 1995; FIGUEIRÓ, 1998). A partir desse evento, outros, de cunho científico, em favor da Educação Sexual no espaço escolar, foram realizados.

Vale lembrar que nos anos finais da década de 1970 e início de 1980, a sociedade brasileira passou por um processo de abertura política, que implicou em significativas mudanças em diferentes âmbitos. Foram marcantes as reivindicações políticas e sociais deste período, algumas ligadas ao movimento feminista. As reivindicações das mulheres da classe média tinham um contexto de mudanças profundas em termos de liberdade sexual, reforçada pela liberação social e política, além de ser fortemente marcado pelo desejo de ruptura com a racionalidade patriarcal e as práticas históricas de discriminação das mulheres (ABREU, SANTOS; 2015; LOURO, 1997; TEDESCHI, 2013).

A Educação Sexual no país, na década 1980, foi marcada pela gravidade da epidemia da AIDS, que passou a fazer parte do quadro de preocupações da sociedade e, portanto, da escola brasileira, uma vez que, a doença revelou facilidade de contágio e a grande dificuldade de efetivar a prevenção, e desenvolver medicamentos eficazes e com custo acessível.

> Debates e publicações, com a preocupação com a gravidez precoce e da contaminação da AIDS, vieram a contribuir para que pudesse haver, por parte de pais, educadores e sociedade em geral, um maior interesse na Educação Sexual das crianças e dos jovens, mais especificamente, uma preocupação maior com atuação da escola nesta tarefa (FIGUEIRÓ, 1998, p. 128).

Para Greco (2016), a disseminação da AIDS, abriu espaços para que a sociedade civil pudesse exigir o acesso às informações, investimentos para o desenvolvimento de pesquisas e medicamentos, além de se expandir espaços de discussões sobre temas complexos como direitos sexuais, direitos humanos, morte e drogas.

Os anos 1980 e meados dos anos 1990 ficaram conhecidos por triunfar um discurso cheio de euforia e liberdade, sufocado desde a ditadura militar. Foi um período de grandes avanços sociais, marcado pela busca de alternativas que modificassem as estruturas educacionais com o objetivo de reestruturação da educação pública. Muitas dessas transformações pretendidas se referiam até mesmo à estrutura do currículo escolar. Ao mesmo tempo, no cenário internacional, estavam acontecendo inúmeras reformulações políticas voltadas à economia e às questões sociais, o que incluía a educação. Diversas reformas políticas marcaram a década de 1990 e com elas vieram inúmero projetos que passaram a reorientar os caminhos da educação brasileira.

No entanto, não podemos esquecer que, a educação brasileira, a formação de professores e a constituição das leis que a regulamentam, sempre estiveram associadas às mudanças socioeconômicas pelas quais o país passou. As mudanças mais profundas foram ocasionadas após o fim do Governo Militar (1964-1985), quando se inicia a abertura política e o processo de redemocratização do país.

É neste cenário que, em 1988, em face a promulgação da nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), que entraram em cena a defesa de novos ideais para a nação brasileira, pautados no combate ao racismo, na necessidade da reforma política, nos direitos trabalhistas e, nesse processo a educação foi compreendida como um direito de todos e dever do Estado.

A década de 1990 foi efervescente. O Brasil participou de Conferências Mundiais que tinham como temática principal a *Universalização da Educação*. A participação mais emblemática de todas, foi na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*[16], realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, pois, interferiu diretamente nos rumos da educação no país. No relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir da *Conferência*, a educação passou a ser considerada como um instrumento indispensável para a solução de conflitos sociais, como por exemplo, o desemprego, a exclusão e as desigualdades sociais.

[16] A Conferência Mundial de Educação para todos foi convocada e organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial (BIRD).

Outro importante momento em que o Brasil marcou presença, foi na Conferência de Nova Delhi[17]. Esta conferência retomou questões levantadas pela *Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien*. O compromisso assumido na Declaração de Nova Delhi foi "[...] de atender as necessidades básicas de aprendizagem todos os nossos povos tornando universal a educação básica e ampliando as necessidades de aprendizagem para as crianças jovens e adultos" (BRASIL, 1993, p. 123).

É neste intenso movimento de abertura política e social, que no início dos anos 1990, dado o crescente aumento no número de portadores do HIV, que a Portaria Interministerial nº 796, de 29 de maio de 1992, dos Ministérios da Educação e da Saúde (BRASIL, 1992), propôs normas e procedimentos educativos para as redes oficiais e privadas de ensino, referente à transmissão e prevenção da infecção provocada pelo contato com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Em 1993, foi instituído pela Lei nº 8.642, de 31 de março (BRASIL, 1993), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PRONAICA), com o objetivo promover uma educação preventiva e integral. O programa apontava alguns encaminhamentos para o desenvolvimento de um Programa de Educação Sexual, que se preocupasse com a desenvolvimento da sexualidade de forma adequada e responsável, no entanto, estava vinculado à prevenção de ISTs, como a AIDS e a gravidez não planejada na adolescência.

Nesse período foram elaboradas diretrizes que apontavam o caminho a seguir para a promoção e a prevenção a saúde, principalmente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. Nesse mesmo caminho, já em 1994, o MEC, a partir da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais (SEPESPE), publicou as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade (BRASIL, 1994). Ambos os programas não se efetivaram por falta de profissionais capacitados sobre a temática.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), reafirmou o compromisso do Estado Brasileiro com o direito de educação para todos, garantido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Concomitantemente à promulgação da LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996), que assinala ser de responsabilidade da União, estabelecer e garantir, em colaboração com os Estado, Distrito Federal e Municípios, competências e diretrizes, que nortearão um currículo e os conteúdos

[17] A Conferência de Nova Delhi foi realizada em 6 de dezembro de 1993, com a presença dos líderes dos nove países em desenvolvimento de maior população do mundo: Indonésia, Bangladesh, China, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia.

mínimos para a educação básica, o MEC, promoveu mudanças em suas políticas curriculares nacionais através dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)* (BRASIL, 1997).

Os PCNs se constituíram como um referencial que tinha com intencionalidade a construção de uma base nacional comum para a educação nacional e ser uma orientação para que as escolas do ensino fundamental formulassem seus currículos, levando em consideração suas próprias realidades, a partir de um conjunto de proposições que tiveram como objetivo orientar e respeitar as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla e para que a educação posasse atuar, decisivamente no processo de construção de cidadania (BRASIL, 2001).

O documento em questão, esteve em vigor por mais de 20 anos, e orientou a Educação Básica brasileira a incluir em seu currículo os temas *"ética"*, *"saúde"*, *"meio ambiente"*, "o*rientação sexual"* e *"pluralidade cultural",* os quais deveriam ser abordados de forma interdisciplinar, por isso, foram propostos como "temas transversais". Ainda que essas políticas educacionais não signifiquem a garantia da implementação da Educação Sexual nas escolas brasileiras, constituíram-se como importantes instrumentos para a problematização e mudança de paradigmas construídos ao longo da história humana.

Os PCNs foram concebidos em 10 volumes que contemplavam as diversas áreas do conhecimento, o último intitulado *Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*, o qual enfatizava as diversas heranças culturais presentes na população brasileira. Os Temas Transversais correspondiam a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana dos estudantes, foram amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira da época. O desafio que se apresentou para as escolas foi o de abrirem-se para o seu debate e a possibilidade de que se trabalhasse, nas diversas áreas do conhecimento e componentes curriculares, os temas transversais, numa perspectiva integradora, questões que estivessem associadas aos Direitos Humanos e à cidadania (BRASIL, 1998).

De acordo com o Documento de Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem, elaborado pela UNESCO (2014),

> [...] embora com um discurso ainda voltado à prevenção, os PCN lançaram as bases para que a educação em sexualidade – sobretudo na perspectiva das relações de gênero – fosse incluída como tema legítimo e importante no sistema educacional, levando subsídios a professores para que conteúdos específicos fossem incorporados

> de forma transversal aos currículos da educação básica de forma mais abrangente (UNESCO, 2014, p.12).

Para Nunes e Silva (2000), a transversalidade da temática da sexualidade nos PCNs, pode ser justificada principalmente pela característica da complexidade e abrangência do tema. A *Orientação Sexual* como um dos temas transversais contribuiu para instituir a temática da Sexualidade no espaço escolar. A abordagem dos PCNs adquiriu relevância ao associar a Sexualidade com uma condição de Cidadania, com a ética e os Direitos Humanos, revelando, assim, uma atitude de respeito à expressão individual, coletiva e sociocultural da sexualidade.

A inclusão da temática da Sexualidade como tema transversal nos PCNs resulta de uma longa luta de reivindicação de educadores brasileiros, membros da sociedade civil e pais preocupados e sensibilizados com a importância que a sexualidade vinha assumindo nas sociedades contemporâneas. Para Lima (2012), Galian (2014), Abreu, Santos (2015), Furlanetto *et al.* (2018), a transversalidade dos PCNs se constituiu como a oportunidade para a inclusão no currículo oficial da educação brasileira abordagens de temas relacionados à Sexualidade e Gênero. Gagliotto (2009) destaca que entre percalços e conquistas, avanços e recuos, sempre em busca de ver este tema presente nas abordagens pedagógicas da escola "a temática da sexualidade, como tema transversal, é (em primeira mão) uma conquista e também um desafio", além disso, "muitos foram os conhecimentos que ficaram à margem do currículo escolar e são tratados como temas transversais. Entre eles está a Orientação Sexual" (p. 70 -71).

Neste contexto, os PCNs podem ser considerados um grande passo no processo de institucionalização da Educação Sexual escolar em nosso país. No entanto, a elaboração e implementação do documento não foi fruto do acaso, mas, resultante de amplo debate sobre objetivos educacionais e sociais mais amplos. Subjacente à construção da Orientação Sexual como tema transversal esteve a necessidade do Estado em promover o sexo seguro com foco no controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

A Orientação Sexual apresentada no documento introdutório orienta que "[..] a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social" (BRASIL, 2001, p. 67). Mas, contraditoriamente, o documento mostra a proposta de um trabalho em Educação Sexual escolar voltada à realização de ações preventivas às ISTs, em específico a AIDS. Segundo,

Figueiró (2001), Gagliotto (2009, 2014), Galian (2014), Santos (2015), Lorenzi (2017), houve a expectativa de que a Orientação Sexual como tema transversal contribuísse para evitar tais "problemas".

Outro importante momento nesta trajetória histórica da Educação Sexual escolar no Brasil deu-se em 2010, quando a Conferência Nacional de Educação – CONAE, com o objetivo de servir de "referencial e subsídio efetivo para a construção do novo Plano Nacional de Educação e o estabelecimento, consolidação e avanço das políticas de educação e gestão que dele resultarem em políticas de Estado" (BRASIL, 2010, p. 11), explicitou em seu documento final a necessidade de incluir a Educação Sexual no currículo da Educação Básica e na formação inicial e continuada de professores. Além de prezar pela consolidação de um Sistema Nacional de Educação que articulasse a Educação Nacional, deu destaque para a "[...] urgente necessidade de superação das **desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual** ainda presentes na sociedade e na escola brasileira" (BRASIL, 2010, p. 30, grifos do autor).

No eixo VI, a CONAE, ressaltava que no contexto de um Sistema nacional de Educação e no campo das Políticas Educacionais, as questões que envolvem a Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade devem permear todo o processo. Assim, de forma concreta, ao se pensar as políticas públicas para a educação espera-se que estas

> [...] **garantam a formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica**, voltada para a educação das relações étnico-raciais, educação quilombola, a educação indígena, a educação ambiental, a educação do campo, das pessoas com deficiência, **de gênero e de orientação sexual, com recursos públicos** [...] (BRASIL, 2010, p. 129, grifos nosso).

Portanto, o debate sobre gênero e diversidade sexual estava explicitamente presente no documento final da CONAE (BRASIL, 2010). As questões referentes a gênero e diversidade sexual integraram as diretrizes para a elaboração do novo PNE (2014-2024), que subsidiaria os currículos da Educação Básica e Ensino Superior.

A educação escolar brasileira, até então orientada pelos PCNs ou pelas propostas curriculares dos estados, passou nesses últimos anos por um intenso debate sobre os novos paradigmas a orientar as concepções de ser humano, sociedade e mundo, as quais constituem as bases sustentadoras do PNE.

Em 2014, foi promulgada a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência de dez anos, 2014-2024. Neste período de elaboração do PNE, houve um intenso movimento, de repercussão nacional, em favor da retirada do termo *Estudos de Gênero* dos documentos oficiais que orientam a educação nacional. O movimento ganhou dimensões amplas, nas mais diferentes esferas sociais, influenciado por questões morais, ideológicas, conservadoras e sobretudo religiosas apoiadas no discurso biologizante da sexualidade e, devido a uma interpretação equivocada da compreensão das questões de gênero e sexualidade e da necessidade de Educação Sexual escolar. A força dessa classe política e fundamentalista, tem influenciado a exclusão da educação para as sexualidades, contribuindo com o desmonte de uma educação integral, que vise o pleno desenvolvimento dos sujeitos (LORENZI, 2017; GUSMÃO *et. al*, 2019).

Em 2015 o país vivenciou grandes retrocessos nos diversos âmbitos da vida social e neste cenário, os estudos em gênero e orientação sexual não fugiram à regra. Foi retirado do conteúdo programático do PNE não só a promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual, como também a promoção da igualdade racial (LORENZI, 2017).

Sob o argumento de buscar melhorias à qualidade da Educação Básica nacional, o PNE culminou na elaboração da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, para orientar o currículo básico comum escolar, em vigor desde 2017. A despeito da resistência de educadores, pesquisadores, entidades representativas do setor educacional e científico, a versão final da BNCC não contemplou um eixo estruturante das discussões sobre a Sexualidade e Gênero. Esta decisão pautou-se fundamentalmente em princípios morais, recrudescidos no país e que negam as questões que envolvem a sexualidade como uma construção histórica, social e cultural, bem como suas múltiplas formas de expressão e das formas contemporâneas de constituição familiar, em nome de uma educação preconceituosa, baseada em princípios moralizantes.

Em 2017 foi homologada a versão final da BNCC[18] (BRASIL, 2017), que traz que ao longo da Educação Básica, os estudantes, deverão adquirir aprendizagens que são consideradas essenciais para assegurar o desenvolvimento de dez competências gerais. Na BNCC, "[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para

[18] A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), teve sua versão final homologada em 20 de dezembro de 2017.

resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BRASIL, p. 8, 2017).

De acordo com a lei, dentre as dez competências que os estudantes deverão adquirir durante os três níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), está a valorização pela utilização dos conhecimentos que historicamente foram construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, além de prezar pela compreensão, valorização e acolhimento da diversidade humana no sentido de promover o respeito ao próximo e aos direitos humanos. Assim, espera-se que os diferentes grupos sociais sejam acolhidos e respeitados em seus saberes, identidades, culturas e potencialidade, sem preconceitos sejam eles de qualquer natureza.

O documento destaca ainda, que a referência do trabalho pedagógico constitui-se daquilo que a criança traz do seu ambiente externo, isto é, consideram-se as vivencias dos sujeitos como ponto de partida para a construção de conhecimentos. Neste sentido, podemos compreender, que se a sexualidade é uma condição inseparável do existir humano, construída nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, mesmo que tal documento não traga menções diretas sobre a abordagem da Educação Sexual escolar, as próprias manifestações sexuais proferidas pelos alunos neste espaço tornam necessário a construção de um trabalho pedagógico sobre Sexualidade.

Na BNCC, temos de forma clara a temática da Sexualidade restrita, apenas, aos componentes curriculares do oitavo ano de Ensino Fundamental, ao lado de conteúdos que se relacionam à reprodução, puberdade, gravidez e ISTs. Além de situar a Sexualidade como um componente curricular das Ciências da Natureza, o documento associa o conceito da Sexualidade ao entendimento do funcionamento do corpo biológico.

> Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária [...]. **Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo**. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2017, p. 325, grifos nosso).

Alguns autores, da recente produção acadêmica nacional, como Lorenzi (2017), Junior (2018), Barbosa *et al.* (2019) argumentam que a BNCC, tal qual foi redigida e publicada, está em desacordo com o que a comunidade científica nacional vem argumentando e defendendo enquanto Educação Sexual emancipatória e transformadora, necessária à Educação Básica brasileira, tendo em vista as necessárias contribuições deste segmento escolar à tão propalada formação cidadã.

Defendemos que para trabalhar questões referente à Sexualidade nos espaços escolares, esses profissionais dependem de uma formação consistente para isso. Contudo, "essa formação não pode ser adquirida no voluntarismo de um grupo de professores que se reúnem para ler textos e manter contatos breves, mesmo que continuado sobre questões referentes à sexualidade" (GAGLIOTTO, 2009, p.73).

Salientamos, ainda, que é somente a partir dos princípios de qualidade e equidade que a escola passa a ser entendida como uma instituição social inserida em uma práxis social na qual desempenha o papel de contribuir para formar homens e mulheres em sua totalidade, vista, portanto, como espaço de transformação e formação social para o trabalho, para a cultura e para a construção de uma sexualidade emancipadora.

Quando falamos em sexualidade, estamos nos propondo à realização uma interpretação crítica da proposta de Educação Sexual presente nos currículos que orientam a educação. Não estamos negando que o documento dos PCNs representou um avanço no que tange à inserção da *Orientação Sexual*, como um componente curricular para a educação básica. Mas, chamamos a atenção para o fato de que esta inserção aconteceu de forma estanque, engessada, fragmentada, insuficiente e sem investimentos em uma formação inicial e continuada de professores (GAGLIOTTO, 2009; GOMES, 2016; LORENZI, 2017).

Se em 1997 tivemos um avanço nas discussões sobre sexualidade no espaço escolar, estimuladas e orientadas pelos PCNs, mesmo que a Sexualidade tenha sido inserida nos currículos da Educação Básica na forma de tema transversal, em 2015, como afirma Lorenzi (2017), parece que vivenciamos um retrocesso.

Diante deste cenário, um importante antidoto à essa vulnerabilidade das próprias políticas educacionais, atreladas ao cumprimento dos anseios políticos, econômicos, sociais e culturais de uma sociedade, ainda é uma formação de professores arrojada.

2.3 A Educação Sexual e a formação inicial do professor

Nesta seção temos como foco a formação do professor para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar. Partimos do entendimento que a efetivação da Educação Sexual na escola está adstrita à formação que os docentes receberam e recebem pois, conforme já argumentamos no capítulo anterior, compreender a sexualidade e abordá-la em espaços formais de educação, pressupõe compreender seus fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos. Portanto, este também é um importante desafio para os cursos de Licenciatura em Pedagogia, potencializar a ação pedagógica em favor do desenvolvimento humano integral, desde as primeiras idades, o que pressupõe a inclusão da Educação Sexual no projeto curricular.

Convém explicitar brevemente o entendimento que orientou esta pesquisa em termos de formação docente para a Educação Sexual, assunto que tem gerado inquietações ao contexto acadêmico nas últimas décadas. Assim, nos valemos da definição de García (1999), sobre a formação de professores:

> formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didáctica e da organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipa, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objectivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (p.26).

Ou seja, a formação inicial de professores é concebida como aquela que proporciona conhecimentos básicos e específicos, indispensáveis à prática pedagógica em determinada área do conhecimento. Tem como intenção embasar teórico e cientificamente o professor, a partir de uma compreensão sobre a complexidade do fenômeno educativo e dos objetos em estudo. Isso inclui seus sistemas e suas relações de trabalho, aliadas à cultura didático-pedagógica do seu tempo.

> A formação do professor deve ser concebida como um processo de desenvolvimento, que se inicia no momento da escolha da profissão, percorre os cursos de formação inicial, e se estende por todos os períodos de exercício profissional ao longo da carreira. Não obstante, é preciso considerar que esta formação é uma etapa significante na preparação deste profissional, visto que através das disciplinas que cursa, ele adquire as ferramentas que irão lhe dar suporte

> e embasamento para a prática pedagógica, as quais irão lhe acompanhar por toda sua carreira (LEÃO, 2009, 109).

Enquanto atividade humana, a formação de professores amparou-se ao longo da história, por diferentes perspectivas, estas, portadoras de diferentes concepções de mundo, de conhecimento, de sociedade, de formação, dentre outras, que acabam por definir a formação humana almejada. Nesse sentido, Kuenzer (1999) afirma não existir

> [...] um modelo de formação de professores a priori, mas modelos que se diferenciam, dadas as concepções de educação e de sociedade [por isso] as demandas de formação de professores respondem a configurações que se originam nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas relações sociais e as configurações oriundas das diferentes posições que são assumidas em relação aos projetos apresentados pelo grupo que ocupa o poder, a partir de determinada correlação de forças (p. 166).

O professor, ao adentrar a formação inicial, traz consigo um repertório de saberes decorrentes da sua experiência de vida e, ao entrar em contato com novos saberes, constrói e reconstrói crenças, valores, posturas, teorias e práticas, que incluem suas concepções e práticas sobre modos de ensinar e aprender.

> Ser professor é um processo que se desenvolve no tempo. Começa antes mesmo de iniciar o processo de formação e prolonga-se ao longo da vida, atravessando múltiplos contextos, vivendo vários dilemas, construindo conhecimento em vários domínios. É um processo que atravessa toda a vida dos sujeitos (SANTOS, 2011b, p. 127).

A permanente construção do currículo da formação inicial de professores não se constitui em tarefa fácil. Pressupõe o compromisso com a formação dos sujeitos envolvidos, não se reduzindo à mera mudança na configuração curricular do curso, no elenco e distribuição de Componentes Curriculares (CCRs) ou na escrita de um belo projeto. Tudo isso é fundamental, mas, enquanto desdobramentos de compromissos políticos e educacionais que lhes são subjacentes e orientadores da formação humana almejada. Para Sacristàn (2000),

> O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado

> num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modela, etc (p. 15-16).

Portanto, o currículo é uma construção histórica, social e cultural, de natureza coletiva e conectada aos condicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais do seu tempo. Não é, pois, algo produzido no vazio, "não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age e acordo com orientações que não são as únicas possíveis" (SACRISTAN, 2013, p. 23).

Nesta direção, Tardif (2002) assinala quatro tipos de saberes necessários ao processo formativo/profissional dos docentes: (1) os saberes oriundos da Formação Profissional, contemplados pelas ciências da educação e pedagogia; (2) os saberes disciplinares, também denominados de científicos, adquiridos na formação inicial e contínua, a partir das diferentes teorias e do acumulo de conhecimentos historicamente construídos; (3) os saberes curriculares relacionados, principalmente, aos programas das escolas nas quais o professor atua, aos currículos nacional e estadual; (4) os saberes experienciais e pessoais, desenvolvidos pelos docentes na ação educativa, bem como, aqueles herdados do âmbito familiar, da cultura, do contexto onde viveram e das suas experiências enquanto cidadãos.

Os saberes profissionais dos professores relacionam-se com os conhecimentos sociais que são partilhados entre os membros de um mundo social, e os alunos estão circunscritos dentro dessa realidade social. Notadamente, como afirma Tardiff (2002), cabe ao professor o conhecimento sobre as manifestações do saber-fazer e do saber-ser, pois, no próprio exercício do trabalho docente surgem conhecimentos bastante diversos, de fontes variadas e, porque não dizer, de fontes diferentes.

Sabemos que a Educação Sexual é uma temática complexa. Assim, a inserção das questões que englobam a sexualidade nos cursos de formação inicial (e/ou continuada) de professores necessita ser transformada em intencionalidade formativa, assumindo um espaço-tempo curricular, com respectivos desdobramentos no projeto didático-pedagógico do curso. Ou seja, é dentro de uma abordagem profissional, orientada científica, epistemológica, psicológica e educacionalmente, que podemos contribuir de modo significativo, para que os docentes Pedagogos/as assumam o compromisso de educar sexualmente os estudantes.

Nesta direção, Silva (2004b) e Mokwa (2014) asseveram que sem uma formação inicial e continuada sobre a Sexualidade, os efeitos esperados sobre as práticas na abordagem da Educação Sexual como um componente curricular, não terão êxito. Trata-se de um conteúdo profissional, revestido de complexidade e que necessita ser abordado no âmbito da formação inicial e prosseguir na formação continuada, pois, é na formação continuada que se tem como foco a abordagem da prática do professor e trabalha com as problemáticas que ele detecta no seu cotidiano profissional.

Em outras palavras, podemos afirmar que apesar da reconhecida importância que a Educação Sexual tem assumido no meio acadêmico-científico ao se tornar objeto de estudo de diferentes profissionais, de diferentes áreas do conhecimento, é necessário que todo o conhecimento produzido seja utilizado como potencialidade pedagógica transformadora na formação de professores.

Para Figueiró (2006), o conhecimento sobre o comportamento biopsicossexual dos sujeitos é fator imprescindível para que a Sexualidade seja colocada na pauta dos conhecimentos necessários para a formação emancipatória dos sujeitos. No entanto, pesquisas como as de Petrenas (2015) e Souza (2017), chamam a atenção para o fato de que nos cursos de formação inicial de professores, em nível superior, em sua maioria, não tem sido oportunizado espaços de discussões sobre a temática das dimensões da Sexualidade e as implicações na prática pedagógica, uma vez que os currículos não contemplam tal temática de forma abrangente. Nesta mesma direção, da formação de professores, Gonini (2014) e Costa (2017) alertam que mesmo que exista uma preocupação dentro dos cursos de formação docente para a abordagem da temática da Educação Sexual escolar, estas têm se configurado como insuficientes.

Para Costa (2017), há muito que refletir sobre a Educação Sexual nas escolas, começando pela importância da formação inicial, que tem se constituído como fragmentada e deficitária, favorecendo a limitação do conhecimento sobre a temática, consequentemente limitando a própria prática pedagógica. Indo ao encontro deste pensamento, Petrenas (2015) aponta que a formação docente apresenta muitas lacunas no tocante à Sexualidade. São poucos os cursos de licenciatura que tratam especificamente dessa abordagem, o que tem colaborado com o fato do docente não apresentar condições teóricas-científicas de abordar e discutir o tema com segurança e cientificidade, preferindo assim o silêncio em suas práticas pedagógicas.

Sem ter a ingênua pretensão de atribuir à formação docente a solução de todas dificuldades implicadas na Educação Sexual em âmbito escolar, esta tem sido vista, como foi possível explicitar, como uma importante chave da atividade curricular, com significativas contribuições ao rompimento de preconceitos, tabus e valores negativos herdados e ainda arraigados na cultura em geral e escolar, de modo específico. As transformações no contexto escolar, no que tange à abordagem das temáticas Sexualidade e Educação Sexual, bem como seus desdobramentos, necessitam ressignificar sua presença curricular, desde os anos iniciais de escolarização até a universidade, compromisso que demanda formação profissional dos educadores.

> Se pensarmos que a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor que ensina sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e projetos de vida (FIGUEIRÓ, 2006, p.17).

Outro ponto que merece destaque é que, mesmo com a previsão legal, em documentos oficiais que orientam a inclusão da Educação Sexual, desde a mais tenra infância até formação inicial e continuada de professores, isto não tem assegurado a implementação/efetivação de uma Educação Sexual emancipatória, que perpassa todos os campos da escola e se constitui em uma prática pedagógica transformadora. Falta como afirma Petrenas (2015), valorização e conscientização sobre a importância da abordagem desta temática pelos docentes e demais profissionais inseridos no processo de escolarização. Este cenário só começará a se modificar com a oferta da temática na formação inicial dos docentes da educação básica.

> [...] a educação sexual deve ser um componente fundamental nos currículos de formação de professores, de modo que o educador seja preparado para ter uma ampla informação sobre a sexualidade historicamente construída, sobre a psicossexualidade infantil, sobre as etapas dos desenvolvimentos sócio-emocionais das crianças, de forma a elevar o padrão social e cultural da compreensão da sexualidade (SOUSA, 2018, p. 4).

Autores como Nunes e Silva (1999), já relatavam, há mais de duas décadas, que as dificuldades que os professores apontam em relação à abordagem da temática traduz a ausência dos fundamentos científicos em suas formações iniciais. Não suficiente, alguns circunscrevem, para além da falta de formação para a abordagem do tema, a educação

repressora à qual foram submetidos em sua construção enquanto sujeito bio-psicossocial, o que dificulta a abordagem e o esclarecimento das questões que possam emergir no cotidiano escolar.

> Tratar da sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superado o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social. Somente por uma abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana, fundamentada por uma rigorosa compreensão científica do desenvolvimento psicossexual da criança podemos analisar as manifestações da sexualidade infantil na escola (NUNES; SILVA, 2000, p. 74).

Fica claro, portanto, que muito ainda precisa ser feito para que a Educação Sexual se constitua efetivamente como um componente curricular na formação inicial e/ou continuada destes profissionais, bem como, para que a Educação Sexual escolar concretamente se constitua em direito dos estudantes e componente fundamental da educação para a cidadania.

Nesta seção tivemos como foco a necessária formação do professor e a construção da sua profissionalidade para a construção de um trabalho de Educação Sexual no espaço escolar. Chegamos ao final deste capítulo com o sentimento de que a formação inicial é condição indispensável para o exercício da docência na temática. A Sexualidade é indissociável da condição humana e por isso está presente também nos espaços escolares e embora não se reduza a estes, já não é concebível negá-la, silenciá-la ou postergá-la. Precisamos preparar adequadamente os professores para o desafio, que há muito tempo nos provoca e inquieta.

Partimos do entendimento que, para ser capaz de atuar em sala de aula, o professor precisa aprender sobre a Sexualidade da criança, do adolescente e do adulto, deve aprender noções básicas, além de, conhecer práticas e debater atitudes, e sensibilizar-se com a comunicação dos alunos, pois, eles têm uma maneira toda especial de relacionar-se e comunicar-se. O professor ao passar pelo mesmo processo que depois realizará com seus alunos poderá romper com paradigmas ligados a sexualidade que estão arraigados a questões morais e religiosas que atravessam o ambiente escolar e interferem, na maioria das vezes, com a promoção um trabalho de Educação Sexual escolar emancipatório.

Acreditamos que a formação ofertada aos professores, deva apontar para a necessidade de novos métodos e metodologias mais participativos, onde o aluno deixa de ser apenas um objeto e passa a ser o objetivo das ações destes profissionais. É a partir dessa tomada de consciência que o educador poderá conduzir um trabalho de Educação Sexual escolar

emancipatório, que perpasse toda a prática educativa, a partir de uma ética sexual, que não transmita crenças, valores e opiniões e trabalhe o tema sem receio. Para que, assim, contribua para a construção de uma Sexualidade autônoma por parte dos alunos, para que este possa eleger os seus valores e fazer da sua Sexualidade um elemento de emancipação humana.

No próximo capítulo apresentamos o caminho metodológico que escolhemos, com a finalidade de responder à problemática que move esta pesquisa, qual seja: identificar que concepções e que ações formativas são propostas pelos cursos de Pedagogia, visando a formação dos/as pedagogos/as?

3. OS CAMINHOS PERCORRDOS PARA A RESPOSTA À PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Com o objetivo de identificar, explicitar e analisar as características dos componentes curriculares/CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar ofertados pelas Licenciaturas em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, cabe, neste capítulo, apresentar o itinerário percorrido por esta pesquisa. No primeiro momento apresentamos a opção metodológica e a natureza documental do estudo. Na sequência definimos e apresentamos o *corpus* da pesquisa, para então discorrermos sobre a apresentação e análise dos dados.

3.1 A opção pela abordagem qualitativa

Esta pesquisa adotou os pressupostos da pesquisa qualitativa, por se constituir como a abordagem que melhor responde às demandas colocadas pelo objeto de estudo. De acordo com Flick (2009), essa abordagem metodológica possui particularidades que possibilitam, a partir das interações sociais, criar e atribuir significados às coisas e às pessoas e que podem ser descritas e analisadas. Nesta direção também argumenta Minayo (2016), a escolha da abordagem qualitativa possibilita revelar códigos sociais a partir de falas, símbolos e representações que são naturalizados na forma de concepções e preconceitos carregados nas diversas vivencias sociais.

É pelo olhar da pesquisa de base qualitativa, que buscamos investigar como está estruturada a formação inicial do/a pedagogo/a, no que tange à reflexão teórica e metodológica, sobre a Educação Sexual em âmbito escolar. Isto é, a presente pesquisa busca identificar a presença, ou não, do estudo da Sexualidade no percurso formativo dos/as pedagogos/as junto aos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais do país.

Ao partirmos do pressuposto que os fazeres acadêmicos, ensino, pesquisa e extensão, são fazeres humanos, histórico e culturalmente determinados pelas relações socias, políticas, econômicas, culturais e religiosas (ALVES, 2010; DEITOS e SOBZINSKI, 2015; FRIGROTTO, 1989; MARTINS e LAVOURA, 2018), amparamos esta pesquisa teórico-metodologicamente no materialismo histórico-dialético. Esta vertente orienta a apreensão da

realidade humana, em suas múltiplas dimensões e contradições, levando em conta a historicidade dos processos sociais, das condições socioeconômicas de produção, incluindo a produção do conhecimento (SANFELICE, 2008; MINAYO, 2016; SEVERINO, 2016). Nesse sentido, a presente dissertação amparou-se na concepção dialética de Sexualidade e seu ensino, enquanto fenômenos intrinsecamente humanos, que são históricos e socialmente determinados.

Para Severino (2016), a tendência dialética vê a relação sujeito e objeto como uma interação, que se constitui ao longo do tempo histórico e o conhecimento, não como algo isolado em relação à prática política dos homens, mas que prioriza a práxis humana, a ação histórica e social, que é regida de forma intencional, com uma finalidade intimamente ligada às transformações das condições da existência humana em sociedade.

Ao partirmos do entendimento de que o mundo globalizado está em constante transformação, também estamos partindo do pressuposto de que não há mais espaço para coisas prontas e acabadas e isto está intrinsicamente relacionado ao conceito da Sexualidade, enquanto uma construção sócio-histórica, sobre a qual versamos neste estudo. Nesse sentido, as categorias historicidade, materialidade, trabalho, totalidade, contradição e hegemonia subsidiaram a produção e análise dos dados relativos à institucionalização da Educação Sexual Escolar nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, ofertados pelas Universidade Públicas Federais Brasileiras.

Para Silva (2001), uma postura metodológica marcadamente dialética

> [...] busca reconhecer as articulações entre as estruturas contextuais e a totalidade histórica, econômica e cultural. Nada se apresenta como tópico, fechado em si, explicável a partir de suas contradições estritamente internas ou próprias. Tudo está relacionado com tudo, os determinantes de globalidade e da totalidade pesam duramente sobre as esferas singulares e tópicas das partes. Ver algo, analisar uma dimensão, compreender um fragmento da realidade torna-se um exercício metodológico de investigar o pontual, cujas respostas e maiores considerações serão encontradas na análise do todo, da globalidade, nas determinações matriciais que conformam e expressam a realidade maior do fenômeno social, cultural ou material (79-80).

A Educação, em sua amplitude, é considera um fenômeno complexo, marcado por diferentes culturas, tendências, concepções, correntes e vertentes filosóficas. A educação é antes de tudo um ato político, mas, permanece oculta pelo sentido cultural que agrega (CHARLOT, 2013). Desta forma, a sexualidade, que se constitui nas mais íntimas expressões da individualidade do sujeito, a um só tempo, incorpora os valores morais e éticos e as

determinações da sua construção histórica e cultural, conforme foi possível explicitar no Capítulo 1. É nesse sentido que assumimos, que o ser humano é constituído historicamente nas mais diversas relações sociais em que se insere. Ou seja, o ser humano e a cultura se constroem pela e na trajetória histórica da humanidade.

À luz de uma concepção dialética de Sexualidade e Educação Sexual, bem como, de fartos argumentos em favor da necessidade de abordar a sexualidade em ambiente escolar, buscamos identificar a presença e natureza das propostas curriculares que incluem esta temática na formação inicial dos professores, com recorte para os cursos de Licenciatura em Pedagogia, das Universidades Públicas Federais Brasileiras. Buscamos identificar o balizamento legal que orienta estas iniciativas curriculares, as concepções teóricas subjacentes, as dimensões do fenômeno priorizadas, e os aspectos didático-metodológicos envolvidos.

3.2 A natureza documental deste estudo

Para a obtenção de dados sobre o recorte sócio-educacional definido neste estudo, optamos pela metodologia da pesquisa documental. Para Severino (2016), a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica quanto aos passos a serem seguidos para sua elaboração, mas a natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto as diferenciam.

> No caso da **pesquisa documental**, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos e documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2016, p.131, grifos do autor).

O que caracteriza esse tipo de pesquisa é a fonte de coleta de dados, que está restrita a documentos, escritos ou não, em fontes primárias. Ou seja, a pesquisa documental analisa documentos que ainda não receberam tratamento analítico.

> [...] O armazenamento sob a forma de uma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), como máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (BARDIN, 2016, p. 51).

E a autora segue afirmando sobre a importância da análise documental e aponta que este tipo de pesquisa

> [...] permite passar de um documento primário (bruto) para um documento secundário (representação do primeiro). São, por exemplo, os resumos ou abstracts (sínteses do documento segundo certas regras); ou a indexação, que permite, por classificação em palavras-chave, descritores ou índices, classificar os elementos de informação dos documentos, de maneira muito restrita (p. 51-52).

Portanto, esta dissertação assumiu-se como pesquisa documental, quando buscou dados relativos aos cursos de Licenciatura em Pedagogia, notadamente, nas legislações educacionais vigentes do tempo presente, que abordam a formação inicial de professores e nos Projetos Político Pedagógicos/PPP ou nos Projetos Pedagógicos dos cursos/PPC que compuseram o *corpus* de análise.

Dados gerais sobre os cursos de Licenciatura em Pedagogia a integrar o estudo foram buscados no Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (2019)[19], no sítio do *e-MEC*[20] e nos endereços eletrônicos (*sites*) das 93 Universidade Públicas Federais Brasileiras que ofertam a Licenciatura em Pedagogia. A pesquisa exploratória realizada nestes bancos de dados teve início em julho de 2019, se estendendo até maio de 2020.

Partindo do entendimento que os PPP/PPC dos cursos de Licenciatura constituem-se em documentos reveladores das opções tomadas pelos sujeitos e do perfil profissional que o curso deseja formar, buscamos historicizar brevemente, pela análise das determinações legais, o modo como surgiu, foi concebida e orientada a inserção e abordagem dos temas *sexualidade, gênero e diversidade sexual*, em ambos os segmentos educacionais (Educação Básica e cursos de Licenciatura/Pedagogia). Para isto, foram analisados os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN 9.394/1996 (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs (BRASIL, 1997), Parecer CNE/CP nº 009/2001 (BRASIL, 2001), Resolução CNE/CP nº 1/2006 (BRASIL, 2006), Plano Nacional

[19] Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior.
[20] O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente (http://emec.mec.gov.br/).

de Educação/PNE – Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015), Base Nacional Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2017), Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BRASIL, 2019).

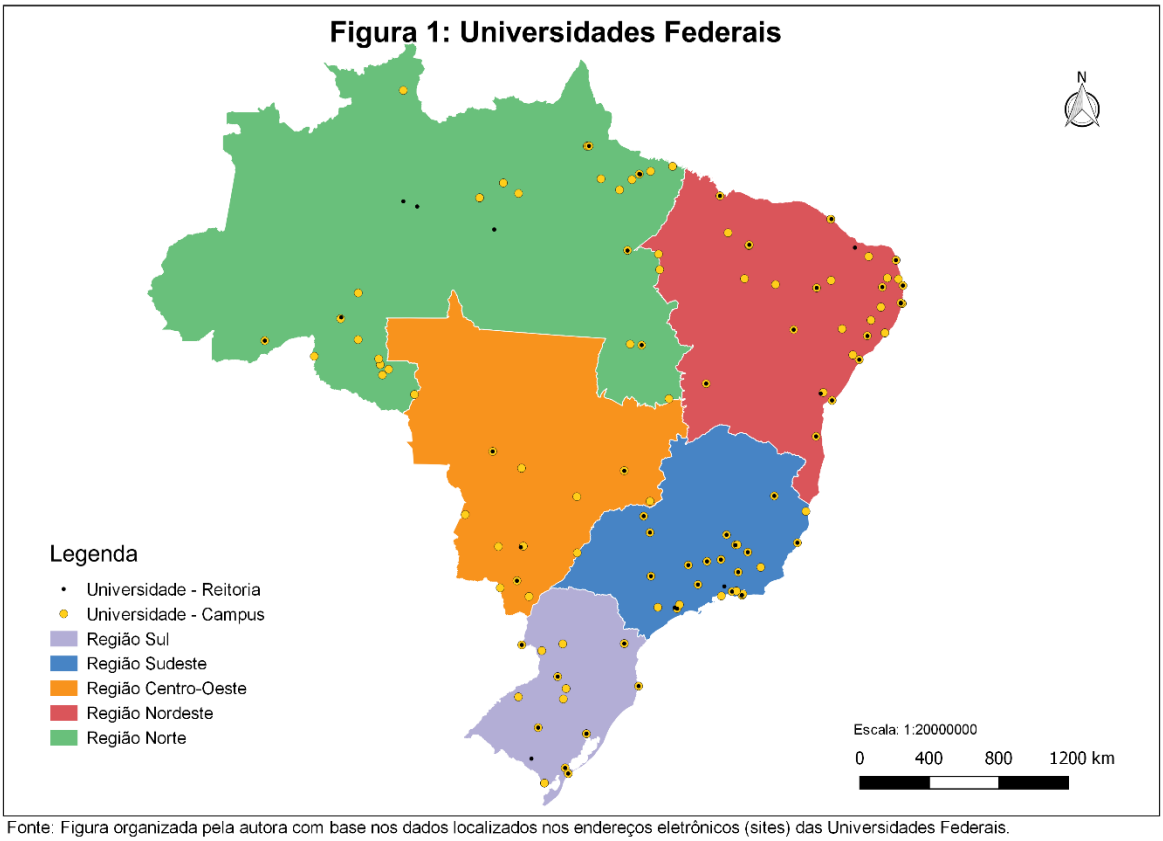
Por fim, dados específicos sobre a oferta curricular da temática foco de nossa análise nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da Universidades Públicas Federais do país foram buscados nos sítios das universidades que ofertam esses cursos, com destaque para os PPP/PPC. Estes documentos, ao traduzir a identidade do curso, levam em consideração a coletividade e a legislação vigente. Orientam-se na perspectiva da gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e na LBDEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), e, assim, primam por um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas educacionais. Tem como finalidade a promoção da reflexão coletiva e a explicitação da compreensão e das intenções políticas do trabalho da instituição educativa, dos objetivos educacionais e da organização do conjunto de ações, relações e práticas pedagógicas para a melhoria e qualidade de ensino. Os PPP/PPC traduzem os métodos, as estratégias e as atitudes previstas pela instituição para atingir suas metas, sintonizados com os pressupostos políticos, sociais e educacionais do seu tempo.

Para Veiga (2002), o PPP/PPC assume três dimensões que estão intrinsicamente relacionadas e que se constituem no caminho a ser trilhado pelas instituições de ensino para alcançar os seus objetivos e finalidades. Toma-o como um *projeto,* porque reúne propostas de ações concretas a serem executadas em um determinado período de tempo. Descreve-o como tendo natureza *política,* por articular-se intimamente ao compromisso sociopolítico da educação, com interesses reais de construção de um espaço que forme cidadãos conscientes, críticos e responsáveis, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, por isso leva em consideração as concepções de homem, mundo, sociedade e educação que almeja alcançar. Também reconhece sua natureza *pedagógica,* porque é nesta dimensão que se instaura a possibilidade de efetivação da intencionalidade do projeto educativo do curso, que é a formação do cidadão participativo, compromissado, crítico e criativo. Ou seja, é pedagógico no sentido de definir as ações e as características necessárias aos cursos para que estes possam cumprir com seus propósitos e intencionalidades.

3.3 Definição do *corpus* da pesquisa

A definição das Universidades Públicas Federais participantes do estudo, conforme já explicitado, deu-se pela consulta ao Censo da Educação Superior (INEP, 2019) e ao endereço eletrônico (*website*) *e-MEC*. A busca revelou a existência de (N=63) Universidades Públicas Federais cadastradas e respectivos câmpus, totalizando (N=107) unidades, conforme figura 1 a seguir.

Figura 1: Universidades Federais



Fonte: Figura organizada pela autora com base nos dados localizados nos endereços eletrônicos (sites) das Universidades Federais.

Observa-se que a presença de oferta de educação superior pelo sistema público federal está apresente nas cinco regiões do país, com uma concentração maior nas regiões Sudeste (N=19) e Nordeste (N=18), as quais aglutinam mais de 60% de toda a oferta de Universidades Públicas Federais do país. Também são as regiões mais representativas em termos de população, indústrias e educação, fatores que por certo contribuem para que essas regiões se destaquem no quantitativo de universidades disponíveis, não só na categoria administrativa federal.

Ainda, de acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2018 (BRASIL, 2019), observou-se que o Estado de Minas Gerais possui o maior número de

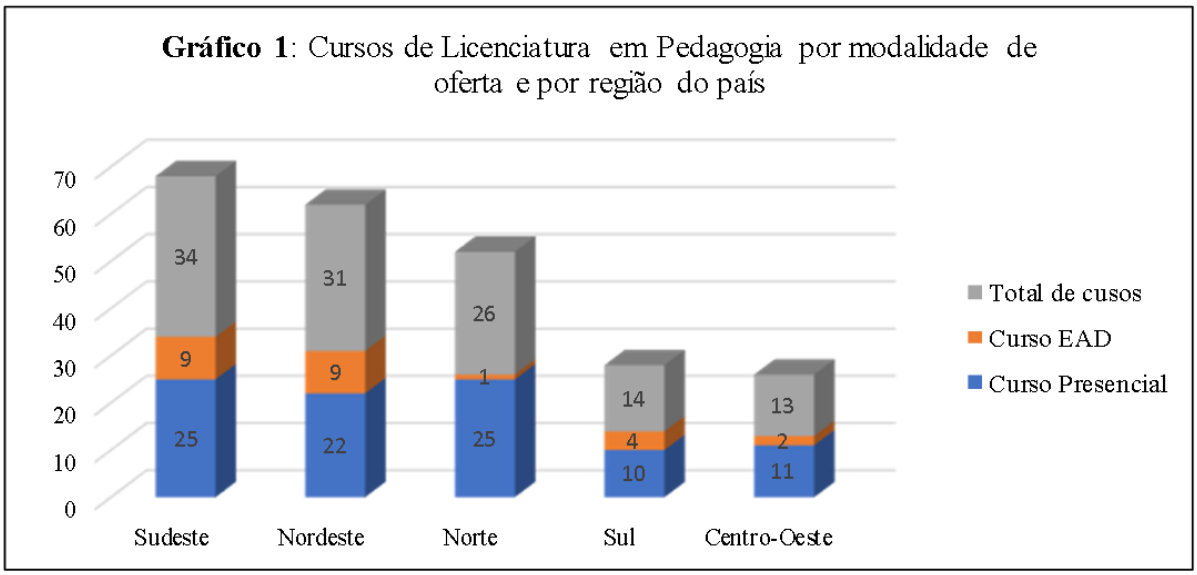
Universidades Públicas Federais do Brasil (N=11), seguido por Rio Grande do Sul (N=06), Bahia, Rio de Janeiro e Pará (N=04) cada, Ceará, São Paulo, Paraná e Pernambuco (N=03) cada, enquanto Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina com (N=02) cada. Os demais estados da federação, com apenas uma (N=01) universidade pública federal cada, totalizam as sessenta e três (N=63) universidades federais cadastradas no *site e-MEC* e respectivos câmpus.

No conjunto das (N=63) Universidades e respectivos câmpus, identificamos que (N=93/87%) ofertam o curso de Licenciatura em Pedagogia. Portanto, integraram o foco da presente pesquisa (N=93) cursos de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, ofertados por universidades públicas federais.

No entanto, durante a busca nos *sites* destas (N=93) Universidades, constatamos que algumas destas instituições, além da oferta do curso na **modalidade presencial,** também ofertam o curso na **modalidade Educação a Distância** (EAD)[21]. Com esta característica foram localizados mais (N=25) cursos, que passaram a integrar o *corpus* da pesquisa, totalizando (N=118) cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais, sendo, (N=93/79%) cursos com oferta presencial e (N=25/21%) com oferta EAD.

O Gráfico 1 apresenta o total de cursos de Pedagogia ofertados por Universidades Públicas Federais e sua distribuição geográfica no país.

[21] A oferta de cursos à distância já estava prevista no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais foi a partir do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que EAD tem crescido no país (BRASIL, 1996, 2005).



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP e/ou PPC dos cursos.

Depreende-se que todas as regiões do país estão representadas pela oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia. Na liderança estão os cursos na modalidade presencial, especialmente nas Regiões Sudeste, Norte e Nordeste, as quais aglutinam (N=72/77,4%) cursos da oferta total de cursos. Com índice menor estão as regiões Região Centro-Oeste e Sul que juntas totalizam (N=21/22,6 %) cursos.

A oferta de cursos na modalidade EAD também está presente em todas as regiões brasileiras. As Regiões Sudeste e Nordeste são responsáveis por (N=18/75%) do total, seguidas pela Região Sul, Centro-Oeste e Região Norte, responsáveis por (N=7/25 %).

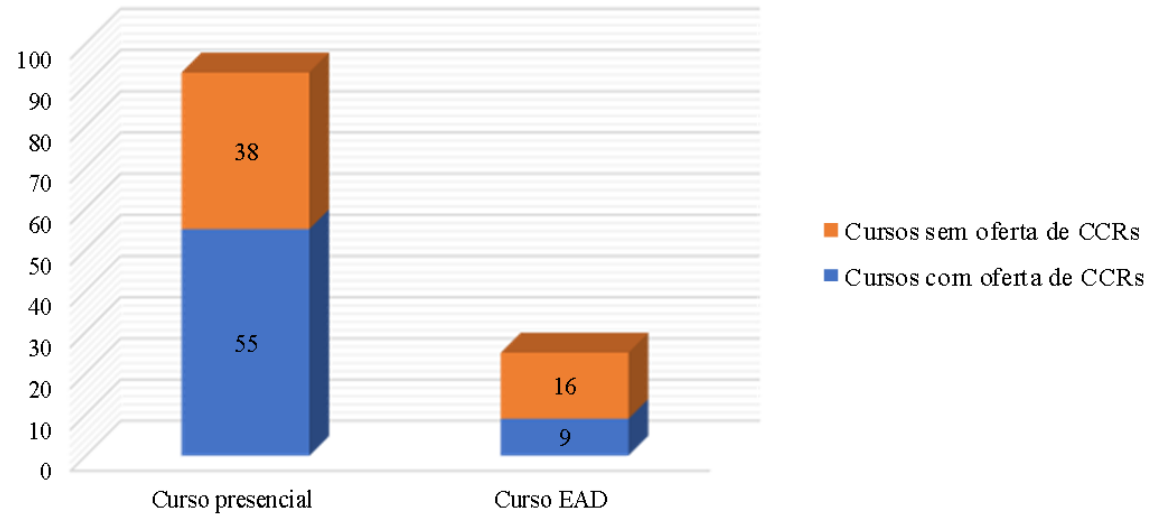
Os números encontrados nas regiões Sudeste e Nordeste, em ambas as modalidades, podem ser justificados pelo pioneirismo de ambas as regiões na criação de IES no país (MARTINS, 2002, BORTOLANZA, 2017). Como consequência, estas Instituições, já estruturadas e consolidadas, apresentam maior oferta de cursos de Licenciatura. No entanto, não podemos deixar de considerar que a maior oferta da modalidade EAD está nas IES de natureza jurídica particular (ALONSO, 2010; VIEIRA, 2018), dado que este estudo não revela, tendo em vista a opção pelos espaços públicos de formação docente. A maior concentração populacional e a maior presença de Universidades Públicas Federais é outro fator que pode estar associado a este predomínio de cursos de Licenciatura em Pedagogia em ambas as modalidades nessas Regiões.

Por fim, a oferta menor de cursos de Licenciatura em Pedagogia EAD nas Regiões Norte e Centro-Oeste do país, pode estar associada à vasta extensão territorial e a baixa

densidade populacional que, de modo geral, caracterizam essas duas regiões, como também, ao distanciamento dos grandes centros econômicos e tecnológicos do país.

Na sequência buscamos identificar o número de cursos, em ambas as modalidades, presencial e EAD, com e sem oferta de CCR que abordam a Sexualidade e Educação Sexual escolar em seus PPC/PPP. Os dados estão representados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Cursos de Pedagogia na modalidade presencial e EAD com e sem oferta de CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP e/ou PPC dos cursos.

Observou-se que (N=64/54,2%) cursos ofertam CCRs, sendo que, (N=55/86%) correspondem a cursos presenciais e (N=9/14%) são EAD. Referente aos (N=54/45,8%) cursos que não tem a oferta de CCRs, observou-se que (N=38/70,4%) são cursos presenciais e (N=16/29,6%) são EAD.

Quanto à ausência de oferta de CCRs que abordam a temática em (N=54) cursos, o dado é relevante, pois, mostra uma lacuna que ainda persiste, a despeito das políticas educacionais ou dos resultados de pesquisas que, incisivamente e de longa data apontam a importância e necessidade deste elemento formativo nos cursos de Licenciatura, em especial na Pedagogia. Um dos fatores que poderá estar contribuindo para produzir esta realidade, conforme apontam alguns estudos (FERREIRA; HAMPEL, 2013; GOMES; SANTOS; 2016; SOARES; SOUZA, 2018), mostra-se associado à ausência de formação dos próprios docentes formadores dos cursos de licenciatura. Ou seja, assim como a ausência de estudos sobre a

Sexualidade e Educação Sexual na formação inicial do/a Pedagogo/a afeta os currículos da Educação Básica, a falta de formação dos próprios professores universitários, poderá estar impactando a priorização e oferta do tema nos currículos dos cursos de formação de professores em Nível Superior.

Como viemos discorrendo ao longo dos capítulos 1 e 2, historicamente, os temas Sexo, Sexualidade e Gênero estiveram envoltos em mitos, tabus e preconceitos, os quais impactaram substancialmente as vivências sexuais dos sujeitos. Esta herança histórica, mesmo no tempo presente, contribui para as escolhas curriculares na educação básica e na educação superior. Um conjunto importante de cursos de Pedagogia ainda relega o estudo e a discussão da Sexualidade e da Educação Sexual escolar, ficando esta formação, no âmbito da Educação Básica, suscetível a iniciativas pessoais dos docentes que tem maior sensibilidade e proximidade com o tema (FERREIRA, 2013; SOUZA, 2018).

O fato de que aproximadamente metade dos cursos de Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais do país que ainda silenciam quanto à oferta de formação teórico-científica e didático-pedagógica voltada à Sexualidade e Educação Sexual em suas matrizes curriculares, instigou-nos a identificar o quantitativo de Pedagogos/as egressos destes cursos, com e sem formação. O dado permite uma visão, ainda que inicial, do provável impacto desta ausência na formação inicial dos docentes com reflexo nos espaços educacionais onde irão atuar. Houve recorte para as universidades participantes deste estudo e para o ano de 2018. Os dados estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Pedagogos/as formados/as no ano de 2018 pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras com e sem formação sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar

	Curso de Licenciatura Presencial	**%**	**Curso de Licenciatura EAD**	**%**	**Total**	**%**
Concluintes com formação	3.671	41,7%	1.082	12,3%	4.753	54%
Concluintes sem formação	3.127	35,5%	921	10,5%	4.048	46%
Total	6.798	77,2%	2.003	22,8%	8.801	100%

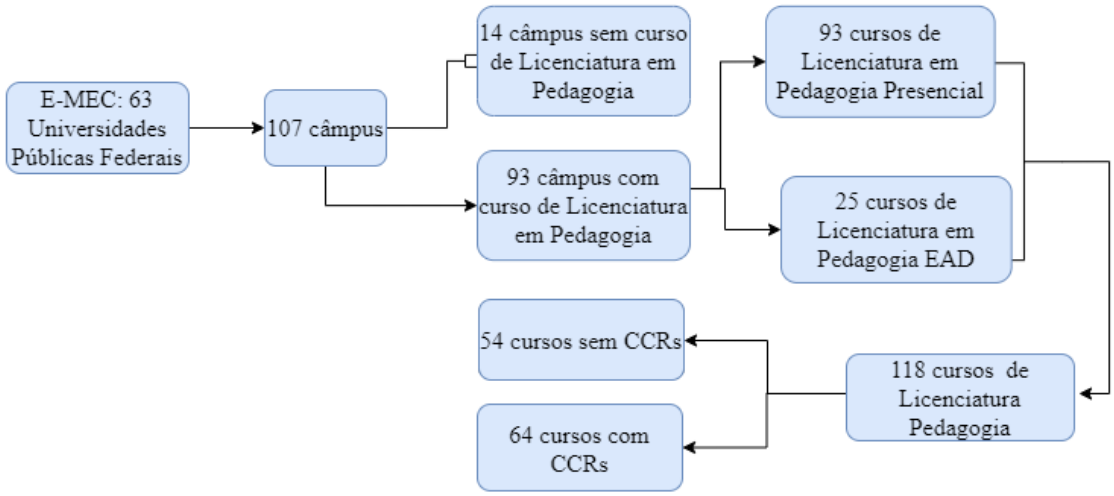
Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos e do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019).

Os totais obtidos em ambas as modalidades formativas dão conta de que, dos/as (N=8.801) pedagogo/as formados pelas Universidades Públicas Federais no ano de 2018,

pouco mais da metade, (N=4.753/54%), tiveram a oportunidade de cursar pelo menos um CCR que aborda a Sexualidade e suas implicações no campo educacional. Seguem alheios a esta importante formação, em âmbito curricular, uma parcela significativa de Pedagogos/as (N=4.048/46%). Os dados são relevantes e, justificam fortemente a presente pesquisa e tornam esta realidade prioritária na agenda nacional sobre pesquisa e formação docente para os anos iniciais da escolaridade.

A Figura 2 sintetiza o percurso realizado e os critérios utilizados na definição do corpus da presente pesquisa.

Figura 2: Seleção dos 125 CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual ofertados pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras



Fonte: Figura organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras.

O *corpus* do presente estudo constituiu-se de 64 cursos de Pedagogia, ofertados por 93 Universidades Públicas Federais e que apresentam em suas matrizes curriculares CCRs relacionados à Sexualidade e Educação Sexual escolar.

3.4 Apresentação e análise dos dados

A produção e análise dos dados seguiu a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016). O objetivo inicial foi extrair dos PPP/PPC dados que pudessem oferecer uma caracterização geral da formação presente nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, no que tange à Sexualidade e à Educação Sexual, com ênfase no quantitativo de CCRs ofertados e

sua natureza. Consideradas estas características gerais, num segundo momento, a partir de uma análise focada nos CCRs (títulos, objetivos, ementa e referenciais teóricos prioritários), foram buscados dados mais específicos sobre as propostas dos CCRs, suas concepções teóricas e metodológicas, implícitas ou explícitas.

A opção pela análise de conteúdo de Bardin (2016), enquanto percurso metodológico deste estudo, ampara-se na definição da própria autora, quando define a análise de conteúdo como sendo:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Para o uso desta metodologia, Bardin (2016) indica três fases fundamentais quanto ao tratamento das fontes para a identificação e análise dos dados: *pré-análise* – pode ser entendida como a fase da organização, da escolha dos documentos submetidos à análise, normalmente envolve a *"leitura flutuante",* ou seja, o primeiro contato com os documentos da análise final; *exploração do material* – é a fase da organização e sistematização do material, são escolhidas as unidades de codificação, decomposição ou enumeração, geralmente adota-se os procedimentos de codificação, classificação e categorização; *tratamento dos resultados* – compreende as inferências e as interpretações, os dados brutos são tratados e organizados por meio de tabelas, gráficos, excertos e outros, de forma a tornarem-se significativos e válidos.

Bardin (2016), argumenta que a análise de conteúdo deve ultrapassar as barreiras da descrição do conteúdo das mensagens dos documentos. De acordo com a autora a intenção maior da análise de conteúdo "*é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*" (p. 44, grifos da autora).

Para a autora a divisão dos componentes das mensagens analisadas, não é etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo, no entanto, a *categorização*, configura-se como uma operação de classificação dos elementos constitutivos da análise que em seguida serão reagrupados segundo seu gênero, analogia, de acordo com critério previamente definidos (BARDIN, 2016).

Assim, a análise de conteúdo primeiramente compreende a descrição das características das mensagens dos documentos a serem tratadas e em seguida a inferência, empreende um processo intermediário que possibilita a passagem da descrição para a interpretação. A interpretação, por sua vez, se constitui entre o rigor da objetividade com a riqueza da subjetividade. É a relação entre os dados da pesquisa e a fundamentação teórica que dá sentido à interpretação realizada. Nesse processo, o conhecimento é uma construção que se dá ao longo do processo investigativo.

Os dados desta pesquisa foram identificados mediante seleção intencional, conforme os objetivos previamente definidos, quais sejam, explicitar e analisar características teóricas e didático-metodológicas da formação sobre Sexualidade e Educação Sexual ofertada pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Os dados foram ordenados/organizados a partir de uma ferramenta do programa Microsoft Office Word 2016, conforme Apêndices I, II, III e IV e analisados em diálogo com os referenciais teóricos que nos levaram a conceber a pesquisa, bem como, com dados de estudos afins disponíveis.

4. DISCURSOS OFICIAIS, POLÍTICAS CURRICULARES E A OFERTA DE CCRs SOBRE SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UM BREVE RETRATO

Este momento da pesquisa constituiu-se como exploratório, desenvolvido em duas dimensões, do "discurso oficial" e do "discurso pedagógico" (Lopes, 2005), traduzido nas propostas curriculares no âmbito dos cursos de licenciatura em Pedagogia e sua interface com a Educação Básica.

A partir da LDBEN 9.394/1996 e do Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 1996, 2014) procuramos explicitar alguns princípios norteadores da educação brasileira. Na sequência, o estudo buscou identificar aproximações e distanciamentos destes "discursos oficiais' com os "discursos pedagógicos" de ambos os segmentos educacionais, traduzidos pelas políticas curriculares da Educação Básica (PCNs e BNCC) e dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (Parecer CNE/CP nº 009/2001; Resolução CNE/CP nº 1/2006, Resolução CNE/CP nº 2/2015 e Resolução CNE/CP nº 2/2019) foco de nossa análise.

4.1 Breve análise das atuais Políticas Educacionais sobre Formação Docente e seus nexos com a Educação Sexual escolar

Uma mirada histórica sobre a trajetória de regulamentações dos cursos de Licenciatura em geral e da Pedagogia em particular, deixa evidente, que foi de forma lenta e tímida, que a Educação Sexual escolar, mostrou os primeiros sinais de institucionalização, nas diferentes modalidades de ensino. No texto da LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), quando a Lei versa sobre os princípios e fins da Educação nacional, nos Art. 2º e 3º, assim dispõe:

> Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> **III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;**
> **IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância**;
> V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VII - valorização do profissional da educação escolar;

> VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
> IX - garantia de padrão de qualidade;
> X - valorização da experiência extra-escolar;
> XI - **vinculação entre a educação escolar**, o trabalho e as **práticas sociais** (BRASIL, 1996, s/p, grifos nosso).

As expressões *pleno desenvolvimento do educando, pluralismo de ideias*, *respeito a liberdade e apreço a tolerância e, vinculação da educação escolar com as diversas práticas sociais*, possibilitam interpretar que o Documento, acolhe a necessidade/importância de reflexões acerca de questões que extrapolam os tradicionais conteúdos disciplinares. Entendemos que nesta iniciativa, inovadora, acolhe as questões relacionadas à Sexualidade. Para tanto, desde a institucionalização da LDBEN/1996, há indicativos, embora implícitos, de que os cursos de formação inicial de professores/Pedagogos/as, precisam buscar tal aproximação e empreender esforços formativos nesta direção.

Para Lorenzi (2017), a Educação Sexual escolar pode não estar apresentada de forma nítida na LDBEN/1996, mas para a autora quando

> [...] falamos em "*pleno desenvolvimento do educando"* estamos falando de um ser humano completo compreendendo a sua formação nas dimensões biológica, psicológica e social, ou seja; contemplando a Sexualidade como inerente ao ser humano e valorizando as diferenças de pensamentos, experiências, convicções, expressões, etnias entre outros atributos (p.67, grifos da autora).

Gomes (2016) propõe levar em consideração o olhar daqueles que não tem conhecimento teórico-científico sobre o tema da Sexualidade, uma vez que o olhar destes pode não ter o mesmo alcance de entendimento e interpretação das legislações. Por isso, a autora, também, considera necessário que a temática da Sexualidade e todas questões que dela advém, devem compor a organização curricular da formação inicial e continuada dos/as professores/as.

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs (BRASIL, 1997), constituíram-se num primeiro grande avanço na institucionalização da Educação Sexual no Brasil, no âmbito da Educação Básica (FIGUEIRÓ, 2006; GAGLIOTTO, 2009, 2014; LORENZI, 2017). Este Documento, em diálogo com as propostas curriculares dos estados, norteou a educação nacional por mais de 20 anos, apesar de ter recebido muitas críticas, em especial, pela comunidade acadêmica do país. No âmbito da Educação Sexual, os avanços em termos de proposta são visíveis. O volume 10, que trata da *Pluralidade Cultural* e da *Orientação*

Sexual, ao trazer uma justificativa referente a postura do professor diante da Educação Sexual escolar, reconhece a importância da formação inicial e continuada do professor para um trabalho de *Orientação Sexual*[22] na escola.

> O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. **É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema**. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 2001, p. 123).

De acordo com o Documento, o professor e seu aluno, assumem expressões próprias da sua sexualidade, traduzidas na forma de crenças, valores, opiniões e sentimentos, que são de ordem particular. Para tanto, para que este professor possa conduzir um trabalho de *Orientação Sexual*, é necessário que tenha acesso à formação sobre Sexualidade e Educação Sexual em espaços escolares, uma vez que, ao entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões específicas sobre o tema, estará ressignificando e transformando suas compreensões, valores e preconceitos.

Este é o caminho fundamental da formação crítica, continuada e sistemática, que a abordagem da Sexualidade emancipatória em âmbito escolar exige de educadores e educandos, promovendo a autonomia e senso crítico para identificar os valores presentes na sociedade, analisá-los, realizando escolhas, respeitando a diversidade e promovendo a emancipação humana.

Para Figueiró (2006), a intencionalidade dos PCNs, constituiu-se como possibilidade de diminuir os danos da dispersão com que o tema da Sexualidade historicamente vinha sendo trabalhado, sempre relegado a iniciativas pontuais, com tendência para as questões biológicas, de transmissão de conhecimentos técnicos, biologistas e higienistas ou de inciativas pontuais de educadores e pesquisadores. A autora ainda ressalva que a profissão docente precisa estar

[22] *Orientação Sexual* é o termo utilizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs (BRASIL, 1997) para designar a prática educativa sobre sexualidade em âmbito escolar. No entanto, neste estudo, assumimos a nomenclatura *Educação Sexual escolar* como mais adequada para a prática pedagógica sobre a temática da Sexualidade.

preparada para consolidar a temática da Sexualidade e todas as questões que dela emergem no contexto escolar.

Embora reconheça os avanços promovidos pelos PCNs para a inclusão da temática no ambiente escolar, Gagliotto (2014) mostra-se em desacordo com a perspectiva transversal, especialmente porque esta, parece não ter contribuído para a criação do espaço-tempo curricular da Educação Sexual. A autora argumenta que a complexidade inerente ao tema da Sexualidade, exige uma formação teórico-metodológica que procede de diferentes áreas do conhecimento. Para isto, defende o tratamento curricular da Sexualidade no âmbito escolar, com correspondente nos cursos de formação de professores, fazendo a defesa da "[...] inclusão da disciplina Educação Sexual nos cursos de formação de professores que vão atuar junto às crianças" (p.62).

Contudo, é com o Parecer CNE/CP nº 009/2001 (BRASIL, 2001), que dispõe sobre as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena,* que temos pela primeira vez a orientação sobre a necessidade da contextualização dos conteúdos curriculares à realidade social, política, econômica e cultural brasileira, ao papel social do professor, consequentemente do/a pedagogo/a. A contextualização sugerida pelo Parecer diz respeito à

> [...] questões sociais atuais que permeiam a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, **pluralidade cultural, sexualidade**, trabalho, consumo e outras - seguem o mesmo princípio: o compromisso da educação básica com a **formação para a cidadania** e buscam a mesma finalidade: possibilitar aos alunos a construção de significados e a necessária aprendizagem de participação social (BRASIL, 2001, p. 46, grifos nosso).

Segundo o Parecer (BRASIL, 2001), é fundamental que o futuro professor, a partir da sua formação inicial, desenvolva a compreensão sobre a natureza das questões sociais, dos debates atuais envoltos na temática *Sexualidade.* Destaca a importância de reconhecer as diversidades existentes nas sociedades contemporâneas, bem como, a formação do sujeito para o exercício pleno da cidadania, o que pressupõe o entendimento da Sexualidade enquanto uma condição subjetiva e indissociável do humano. Portanto, o Documento enseja que, além de ter clareza teórico-científica e posicionamento pessoal, o professor deve ter conhecimento de como trabalhar com os alunos as diferentes temáticas implicadas na vida cotidiana.

No ano de 2006, houve a promulgação da Resolução CNE/CP nº. 1/2006 (BRASIL, 2006), que instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em*

Pedagogia. Com este ato normativo, o curso de Licenciatura em Pedagogia passou a ter como finalidade:

> [...] **formação inicial para o exercício da docência** na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1, grifos nosso).

Portanto, passou a vigorar oficialmente, que na base da formação do/a Pedagogo/a está a *docência* e, portanto, depreende-se do Documento, que cabe a este profissional o papel de educar para a Sexualidade em âmbito escolar. Em uma passagem específica o texto prevê que o estudante deve "[...] demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de **gêneros**, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, **escolhas sexuais**, entre outras" (BRASIL, 2006, p.2, grifos nosso).

Em sintonia com Gagliotto (2014), entendemos que se o/a Pedagogo/a vai atuar profissionalmente com a educação da infância, necessita aprender sobre a infância e seu desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento psicossexual infantil. Deve, portanto, estudar sobre a Sexualidade, com ênfase nas fases do desenvolvimento infantil. As DCNCP/2006 (BRASIL, 2006) viabilizaram a necessidade de discussões curriculares que incluam as dimensões da Sexualidade e este, passou a ser mais um desafio para os cursos de Licenciatura em Pedagogia.

Assim, com relação aos processos formativos de docentes em nível superior e sua articulação com Educação Básica (BRASIL, 2006), conforme apresentamos acima, sinais implícitos foram identificados na LDBEN de 1996 9.394/96 (BRASIL, 1996) e, de forma explícita, em 1997, com os PCNs (BRASIL, 1997), orientando o trabalho de educação para a Sexualidade nos currículos formativos da Educação Básica nacional. Em síntese, aproximações sutis entre os pressupostos para a formação docente e a Educação Básica, com foco na Educação Sexual, já podiam ser identificados em atos normativas dos anos 1990.

No ano de 2014, com a promulgação da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014) (atualizada em 01 de dezembro de 2014) foi instituído o Plano Nacional de Educação/PNE com vigência de 10 anos (2014-2024), com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica Nacional. O Documento reafirmou a importância da

construção de novas diretrizes pedagógicas para a Educação Básica que passassem a orientar os currículos de todas as unidades federativas. Decorre desta, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2017).

Ao mesmo tempo em que o Documento suprimiu o eixo estruturante *Orientação Sexual*, previsto nos PCNs, retirando a discussão sobre as questões de Sexualidade e Gênero, orienta, na Meta 7, sobre a necessidade de capacitação de professores para a identificação e combate de todos os tipos de violência que possam atravessar os espaços escolares, e isso inclui as violências de ordem sexual, para isso orienta no item 7.23 que é necessário:

> [...] garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo **desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014, s/p, grifos nossos).

A retirada de termos como Gênero e Orientação Sexual de documentos legais como o PNE, considerando que os estudos de gênero englobam a discussão de todas as formas de preconceitos existentes sobre os sujeitos contemporâneos, significa dificultar ainda mais a superação das desigualdades de gênero e diversidade sexual.

É somente a partir da Resolução Nº. 2/2015 (BRASIL, 2015) que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados em segunda licenciatura e para a formação continuada*, que temos, de forma explícita, o indicativo da necessidade de inclusão das temáticas de Sexualidade e Educação Sexual nos currículos dos cursos de formação de professores, consequentemente, de todos os cursos de Licenciatura, incluindo a Pedagogia, foco da presente pesquisa.

No Art. 5º a Resolução dispõe que:

> a formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela **concepção de educação como processo emancipatório e permanente**, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):
> [...] VIII - à consolidação da educação inclusiva através do **respeito às diferenças**, reconhecendo e valorizando a **diversidade étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, entre outras (BRASIL, p. 6, 2015, grifos nosso).

No Art. 7º destaca-se que, se espera do/a egresso/a dos cursos de formação de professores, a capacidade trabalhar com qualquer tipo de exclusão e preconceitos que possam ocorrer nos espaços escolares, o que gera a pertinência de um trabalho que inclua toda a diversidade existente que esteja relacionada à diversidade de Gênero e Sexual dos alunos no espaço-tempo escolar.

> [...] o (a) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela **pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos**, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, p. 7, 2015, grifos nosso).

E o Documento segue em seu Art. 8º, orientando sobre o egresso dos cursos de formação de professores e aponta que o docente deverá:

> [...] VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de **gênero**, **sexuais** e outras;
> VIII - **demonstrar consciência da diversidade**, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de **diversidade sexual**, entre outras (BRASIL, p. 8, 2015, grifos nosso).

Ou seja, do ponto de vista dos discursos oficiais, atuar como docente significa engajar-se na direção do atendimento a estas demandas, que consideramos pertinentes e justificáveis, contudo, exigem formação profissional consistente. Conforme já argumentamos no Capítulo 2, a formação docente para a Educação Sexual pressupõe a inclusão de elementos epistemológicos, educacionais e didático-pedagógicos, de modo a preparar o docente para atuar profissionalmente nestas temáticas, distanciando-se do senso comum, dos preconceitos e mesmo da negação deste diálogo, tão importante ao desenvolvimento humano, em qualquer fase da vida e, de modo especial e estruturante na infância.

No artigo 13º, a Resolução (BRASIL, 2015) versa sobre a estrutura e o currículo dos cursos de formação inicial dos profissionais da educação básica. Define que o debate sobre as questões relativas à Sexualidade e Gênero deve ser assegurado no sentido de superar situações de exclusão e preconceitos, bem como, para preparar este profissional para a abordagem

dessas temáticas de forma democrática e emancipatória, nos ambientes escolares (GOMES, 2016, SOUZA, 2018).

> **Os cursos de formação deverão garantir nos currículos** conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, **direitos humanos**, **diversidades** étnico-racial, **de gênero, sexual,** religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 11, grifos nossos).

Este Documento sugere ainda, que o projeto de formação inicial de professores seja elaborado e desenvolvido em diálogo com o projeto da educação básica, a fim de complementar: "VI. Questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas a **diversidade étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade (BRASIL, p. 5, 2015, grifos nosso).

Portanto, as Diretrizes de 2015 (BRASIL, 2015) podem ser consideradas portadoras de um conteúdo inovador no âmbito da formação docente, ao reconhecer e orientar que as temáticas de Gênero e Sexualidade, além de outras afins, sejam priorizadas e contempladas, na forma de conteúdos curriculares presentes nos processos formativos dos cursos de todas as licenciaturas (MARTINS, 2020).

Inicialmente a Resolução (BRASIL, 2015) deu um prazo de dois anos, a partir de sua publicação, para a adequação dos currículos dos cursos de licenciatura. Entretanto, a partir de 4 atos normativos de adiamento, foi ampliado para quatro anos o prazo previsto para a adesão e adaptação dos cursos de formação de professores, a contar da data de sua publicação. Assim, os cursos de licenciatura em Pedagogia seguiram pautados na Resolução de 2006 (BRASIL, 2006).

Em 2019, prazo final para os cursos de licenciatura se adaptarem às novas diretrizes (BRASIL, 2015), foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BRASIL, 2019) que define *Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)*. Esta Resolução revoga a resolução anterior de 2015.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 22/2019 (BRASIL, 2019) a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BRASIL, 2019) surge como proposta de articulação dos currículos dos cursos de formação de professores com os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ou seja, depreende-se que a formação de professores deve estar em diálogo com as dez competências gerais previstas na BNCC (BRASIL, 2019). Nesta direção, alguns questionamentos e incertezas parecem inevitáveis: isto representa um avanço ou retrocesso em termos de formação docente? E em termos de concepção de currículo para a Educação Básica?

Uma análise mais detalhada mostra que a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de Professores (BRASIL, 2019), excluiu os temas relacionados à Gênero e Sexualidade como se apresentava na Resolução CNE/CP nº 2/2015, assim como o fez o texto final da BNCC (BRASIL, 2017). As questões de Gênero e Sexualidade, encontram-se ausentes, tanto no Parecer quanto na Resolução.

Conforme já destacamos no capítulo 2, no texto da BNCC (BRASIL, 2017), a temática da Sexualidade e demais questões relacionadas a ela encontram-se, de forma explícita, recomendadas apenas nos componentes curriculares do oitavo ano do Ensino fundamental. Observa-se um vazio quanto ao trabalho de Educação Sexual no âmbito escolar. A formação de professores neste importante eixo temático não é citada. Com este recorte para a Educação Sexual dos escolares, estaria o documento retroagindo aos séculos anteriores ao Século XIX, quando a sexualidade, enquanto fenômeno humano, era permitido e concebido apenas a partir da puberdade e adolescência (FURLANI, 1998; FIGUEIRÓ, 2001; NUNES, 2005; SPITZNER, 2005; GAGLIOTTO, 2009, 2014; LORENZI, 2017). Ou seja, o Documento em questão parece negar a Sexualidade como uma condição subjetiva essencialmente humana, que acompanha a todos, desde o nascimento. Além disso, enquanto discurso pedagógico, reduz o tema aos aspectos biológicos do sexo, à reprodução, puberdade, gravidez não planejada na adolescência e a infecções sexualmente transmissíveis/ISTs, ao associar o conteúdo da Sexualidade ao componente Curricular das Ciências da natureza.

Para Lorenzi (2017) e Martins (2020), a BNCC nega a Sexualidade dos sujeitos como uma construção sócio-histórica, assim como, a Educação Sexual emancipatória, intensamente defendida pela comunidade científica nacional e internacional como essencial à Educação Básica. Este retrocesso ao ser implementado, impactará os currículos dos cursos de formação inicial de professores, contribuindo para a minimização e, até mesmo, a exclusão de um trabalho de Educação Sexual, além de silenciar quanto às desigualdades de gênero, respeito às diferenças raciais, étnicas e sexuais tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

Em defesa da inserção da Sexualidade e Educação Sexual enquanto um componente curricular fundamental à formação inicial do/a Pedagogo/a, Figueiró (2006) argumenta que a iniciativa inaugura a possibilidade de um trabalho sistemático, que reflita a respeito dos diversos modos de ser e de se relacionar com as diferentes identidades existentes. Espaços são abertos para que mudanças no comportamento social em relação ao respeito e à tolerância ao próximo ocorram.

Em síntese, esta análise da legislação pertinente às regulamentações dos projetos curriculares da Educação Básica e formação inicial de professores/Pedagogia, registrou nas últimas três décadas dois momentos importantes. Nos anos 1990, quando foram promovidos avanços, através de certa convergência entre LDBEN 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e PCNs (BRASIL, 1997). Uma espécie de ponto de encontro de aspectos curriculares há muito discutidos, apontado pelas pesquisas como necessários e esperados pelos educadores: a inclusão do grande eixo Sexualidade na educação básica. Este avanço reverberou também no âmbito da formação de professores, nos anos 2000 através do Parecer CNE/CP nº 009/2001. Portanto, nos anos 1990 e a primeira década e meia dos anos 2000 foram palco de normativas convergentes em termos de reconhecimento e trabalho pedagógico na direção da abordagem da Sexualidade em diferentes instâncias educacionais.

Contudo, a partir de 2015, identificamos gradativa ruptura nos discursos oficiais, no que tange à abordagem da Sexualidade, tanto nas normativas que versam sobre a Educação Básica (BNCC), quanto sobre a formação inicial de professores para a Educação Básica. Conforme foi possível demonstrar, é a partir do Parecer CNE/CP nº 009/2001 (BRASIL, 2001) que a legislação para a formação de professores passou a incluir a necessidade de uma formação que verse sobre o conhecimento da Sexualidade como prioridade na formação dos/as Pedagogos/as, primeiramente, de forma sutil, em 2001 com o referido Parecer e as DCNCP/2006 (BRASIL, 2006), até assumir explicitamente esse eixo formativo a partir da Resolução nº. 2/2015 (BRASIL, 2015) e, novamente, ser excluído pela Resolução CNE/CP nº 2/2019.

Na próxima seção serão apresentados os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, sua localização no território nacional e a forma como as temáticas da Sexualidade e da Educação Sexual escolar estão sendo contempladas em seus Projetos Curriculares. Portanto, partimos do pressuposto que se a Educação Sexual no âmbito dos anos iniciais é uma responsabilidade profissional do/a pedagogo/a, conforme

prevê a legislação brasileira e foi possível explicitar, devendo estes docentes, receber formação científica e didático-pedagógica para abordar o tema. Neste contexto é que buscaremos responder à segunda Questão de pesquisa de nossa dissertação: De que forma os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras tratam, no âmbito do currículo, a Educação Sexual escolar?

4.2 Um retrato inicial quanto à oferta de CCRs sobre Sexualidade nos Cursos de Pedagogia investigados

Ao adentramos os PPP/PPC dos 64 cursos de Pedagogia, ofertados pelas 93 Universidades Públicas Federais Brasileiras e que contemplam a oferta de CCRs que abordam a temática foco de nossa análise, o objetivo foi explicitar os seguintes dados: evolução temporal da oferta de CCRs, sua natureza (optativos ou obrigatórios) e nível de prioridade das temáticas relativas à Sexualidade (conteúdo específico ou misto).

Tomando como base o ano de 2006, quando foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/DCNCP (BRASIL, 2006), observamos, conforme Tabela 2, que os espaços curriculares de formação sobre a temática da Sexualidade e da Educação Sexual surgiram lentamente, tendo sido ampliados ao longo dos 13 anos analisados. As regiões Sudeste e Nordeste se destacam no cenário nacional quanto ao quantitativo de oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia, consequentemente, esta liderança também é percebida na oferta de CCRs que abordam a temática foco deste estudo.

Tabela 2: Quantitativo de CCRs que abordam a temática da Sexualidade e da Educação sexual ofertados pelas IES de cada região do país.

Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Nordeste	2	2	0	0	5	6	5	1	2	0	1	1	3	6	34	28
Sudeste	0	0	7	0	3	1	1	0	4	2	5	4	7	2	36	28,8
Sul	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0	15	2	22	16,8
Norte	0	3	0	2	1	0	0	0	1	0	1	1	7	3	19	15,2
Centro-Oeste	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	0	1	5	3	14	11,2
Total	2	5	8	5	9	7	6	1	9	3	10	7	37	16	125	100

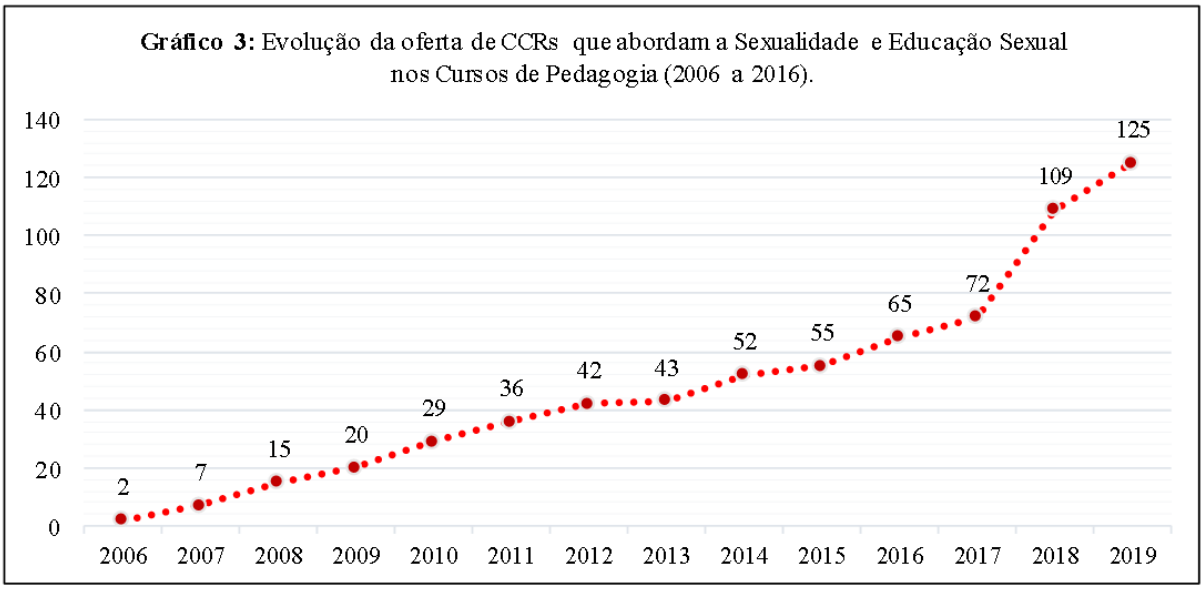
Fonte: Tabela organizada pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.

Percebe-se a presença escassa de CCRs ao longo dos primeiros 10 anos de vigência das DCNCP (2006-2016). Neste período, em nenhuma das regiões do país houve oferta sistemática de CCRs, embora boas iniciativas possam ser identificas, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Presença regular e com certa tendência ao crescimento podem ser observadas em IES de todas as regiões do país, a partir de 2016. Este dado é relevante, na medida em que permite compreender o currículo como um construto sócio-histórico, que passa a integrar este campo do conhecimento na formação de professores/as Pedagogos/as.

O crescimento registrado ao longo do período mostra a mobilização das Licenciaturas em Pedagogia, no sentido de atender a esta importante demanda e orientação da legislação educacional brasileira, que regulamenta e induz a inserção de novos conteúdos formativos na formação inicial de professores, conforme apresentado na seção anterior.

Historicamente sabe-se que os cursos de formação de professores, em especial o Curso de Pedagogia, *locus* privilegiado para a discussão da temática da Sexualidade e da Educação Sexual escolar, não comtemplou em seus currículos tal formação, deixando uma lacuna histórica na formação neste âmbito (HAMPEL, 2013; FERRERIA, 2013; SOARES, 2018, SOUZA, 2018). No entanto, os dados apresentados anteriormente, demonstram que houve uma mudança significativa neste cenário a partir da implementação das DCNCP/2006 (BRASIL, 2006) e a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015).

Os efeitos positivos destas políticas e a presença cada vez mais efetiva de CCRs relacionados à Sexualidade foram mostradas na forma de Gráfico, abaixo. Vale destacar que em 2015 foram instituídas as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015)* (BRASIL, 2015). Esta normativa orienta que os processos formativos docentes devem contemplar questões relativas à diversidade étnico-racial, **sexual**, religiosa, geracional, de classe, entre outras (BRASI, 2015).



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP/PPC dos cursos de Pedagogia.

Como é possível observar, o estudo da Sexualidade nos cursos de Licenciatura em Pedagogia mostrou-se como um fenômeno positivo. A abordagem curricular do tema registrou um expressivo aumento de (N=6.150%) em 13 anos, quando passou de 2 para 125 CCRs ofertados pelo conjunto de 64 cursos de Licenciatura em Pedagogia. Esse crescente, gradativo e contínuo da oferta de CCRs, com expressão nos últimos três anos, tem como indutores um conjunto de fatores, além das políticas educacionais, conforme já abordamos.

Merece destaque a constituição e consolidação deste campo do conhecimento, revelado pelo grande volume de pesquisas realizadas sobre o tema neste período, tendo como protagonistas a expansão da pós-graduação no país e o surgimento de Programas, linhas de pesquisa e CCRs com foco na Sexualidade. Cabe aqui destacar algumas ações pioneiras no país:

- A inclusão da linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero* pelo Programa de Pós-graduação em Educação/PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

- A criação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia/UFBA ofertando a linha de pesquisa Educação *e diversidade* e a disciplina tópicos especiais em *Educação, gênero, sexualidade e dissidências*;

- A criação do grupo de estudo *EDUSEX* vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, ativo desde o ano de 2004 e a oferta da disciplina eletiva *Educação sexual: interface curriculares*;

- A criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Sexual/Unesp, campus Araraquara, iniciado em 2012, com o objetivo de desenvolver pesquisa e extensão à comunidade. Este Programa assumiu ainda, o desafio de contribuir para a formação de profissionais das áreas de Educação e Saúde do Brasil e do exterior.

- A criação de cursos *latu sensu* específicos, como é o caso do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em "Gênero e Diversidade na Escola (GDE)" da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Rolim de Moura.

Simultaneamente ao desenvolvimento da pesquisa no âmbito da pós-graduação, verificou-se a expansão de grupos de estudo e pesquisa[23], vinculados às IES e ao CNPq, que estudam, debatem e produzem conhecimentos sobre a temática. Em uma busca rápida no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, utilizando as expressões "sexualidade e gênero", localizamos 439 grupos, em diferentes áreas do conhecimento, que tem se dedicado a estudar as questões relativas à Sexualidade em seus múltiplos ângulos, nutridos por diversas áreas do conhecimento. Observou-se a predominância destes grupos de pesquisa na região Nordeste, líder nos estudos da Sexualidade e da Educação Sexual, (N=133/30,3%), seguida pela região Sudeste (N=128/29,2%), Sul (N=81/18,5%), Centro-Oeste (N=50/11,3%) e Norte (N=47/10,7%).

Outro fator que tem estimulado a pesquisa sobre Sexualidade e, consequentemente, problematizado a importância da inclusão da Sexualidade e da Educação Sexual nos currículos escolares e nos currículos dos cursos de formação de professores nos últimos anos, diz respeito à criação, em 2003, do GT 23 - "Gênero, Sexualidade e Educação" pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação[24] (ANPEd). O GT tem se constituído em importante referência para o encontro de pesquisadores e a socialização e debates de pesquisas sobre gênero e sexualidade e sua articulação com o campo educacional.

No entanto, cabe, novamente, fazer uma ressalva sobre as políticas educacionais que orientam os currículos da educação básica e da formação de professores que, conforme apresentado na seção anterior, até o ano de 2015 orientavam a inclusão da temática da Sexualidade nesses espaços-tempos formativos, mas que no ano de 2017 por conta da promulgação da BNCC (BRASIL, 2017) e em 2019 a partir das DCNs (BRASIL, 2019) para

[23] Para melhor compreensão a análise dos dados sugerimos acessar o *site* do Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf.
[24]Disponível em: http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt23-g%C3%AAnero-sexualidade-e-educa%C3%A7%C3%A3o.

a formação docente observou-se que os documentos estão sintonizados para uma exclusão do tema.

Contudo, sabemos que as escolas já estão implementando as novas orientações dispostas pela BNCC (BRASIL, 2017) a partir da reelaboração/reorganização dos seus PPPs e que os cursos de formação de professores terão que seguir as novas orientações propostas pelas DCNs (2019), assim, cabe um questionamento: em que medida estas novas legislações podem impactar este quantitativo na oferta de CCRs sobre a temática ofertados pelos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras?

Em decorrência da reforma universitária de 1968, Lei nº. 5.540/68 (BRASIL, 1968) é que os CCRs optativos e eletivos passam a compor o cenário da educação superior nacional, momento em que foi instituído o regime de matrícula "disciplinar". Até então, as IES ofertavam um regime seriado onde os currículos dos cursos de graduação eram compostos por um rol de "disciplinas" exclusivamente obrigatórias. Esta organização curricular *disciplinar* foi reafirmada com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia/DCNCP/2006 (BRASIL, 2006), estes passaram a oferecer duas categorias de *CCRs: obrigatórios e optativos*. Os ***CCRs* obrigatórios** compõem o núcleo básico comum prefixado, que deve ser cursado com assiduidade e aproveitamento para a conclusão do curso, são comuns a todos os alunos, devendo ser cursadas na sequência estabelecida pelo currículo do curso. Os ***CCRs* optativos** são de livre escolha do aluno dentre um conjunto de CCRs ofertados pelo curso, afim de propiciar uma diversidade de conhecimentos que complementem a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento. Os CCRs optativos podem ser modificados a qualquer momento, no entanto, devem constar no currículo do curso, na respectiva fase em que será cursado. Há ainda, a obrigatoriedade por parte do aluno, de cumprir com determinada carga horária, assiduidade e aproveitamento.

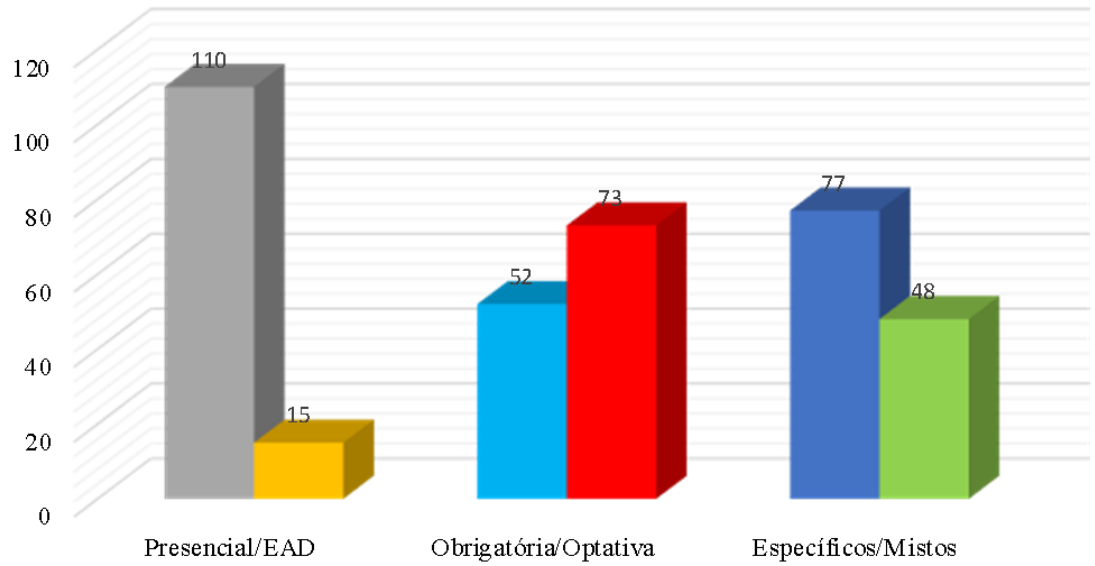
Portanto, a estrutura do curso de Pedagogia, ao respeitar a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, oferece um *núcleo de estudos básicos* e *um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* e *um núcleo de estudos integradores*, que proporcionará enriquecimento curricular ao graduando (BRASIL, 2006).

Considerando estas orientações, buscamos identificar a natureza dos CCRs que abordam a temática da Sexualidade e Educação Sexual escolar nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras, cotejando estes dados com a

modalidade de formação oferecida, **presencial** ou à **distância**, **obrigatórios** ou **optativos** e o seu conteúdo de oferta, **misto** ou **específico**.

Deste modo, considerando as categorias de CCRs, o cenário nacional de oferta destes na formação inicial dos Pedagogos/as está representado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Natureza dos 125 CCRs que compõe o corpus da pesquisa



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP e/ou PPC dos cursos.

Sintetizando os dados do Gráfico 4 sobre a natureza dos componentes curriculares ofertados na formação inicial do/a Pedagogo/a dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras, foi possível verificar que (N=110/88%) CCRs são ofertadas pelos cursos presenciais e, apenas quinze (N=15/12%) pelos cursos na modalidade EAD. Aqui é importante fazer uma ressalva e lembrar que a oferta de cursos presenciais é expressivamente maior em relação a oferta de cursos EAD nas Universidades Públicas Federais Brasileiras e que historicamente, conforme já apresentado, a oferta de cursos EAD acontece majoritariamente em IES de natureza jurídica particular.

O dado que parece solicitar mais atenção é a oferta de CCRs optativos (N=73/58%) ser superior à oferta de CCRs obrigatórios (N=52/42%). Conforme já caracterizamos, as CCRs optativos são de livre escolha do aluno e não há dados sobre a real oferta dos CCRs que assim se configuram. Assim, cabe a continuidade deste estudo, no sentido de investigar a realidade da oferta destes 73 CCRs optativos, em que medida estão realmente sendo ofertados ou, estão

apenas inclusos em cumprimento às normativas legais? Qual o interesse dos licenciandos quanto a estes CCRs? Que dificuldades enfrentam os cursos de Licenciatura em Pedagogia na oferta destes CCRs? Que impacto a oferta gera na formação docente dos/as pedagogos/as, o que os cursos de tem a dizer?

A partir do conteúdo ofertado em cada CCR, foi possível identificar dois grupos de CCRs. Aqueles que denominamos de **CCRs de conteúdo específico**, cujo conteúdo estruturante relaciona-se ao Sexo, Sexualidade e sua abordagem no espaço-tempo escolar, de forma mais direta, como também, as temáticas de interface. Um segundo grupo foi composto por **CCRs de conteúdo misto**, isto é, aqueles em que os conteúdos Sexo, Sexualidade e sua abordagem na escola assumem posição similar a outros conteúdos de interface com este. Ou seja, nos CCRs de conteúdo misto os temas Sexo, Sexualidade e sua abordagem na escola não compõem o ementário de forma exclusiva como o são nos CCRs de conteúdo específico, mas, compartilhada com outras grandes temáticas como: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Psicanálise, Diversidade, Ciências Naturais, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Sociologia, Literatura, Antropologia, dentre outros.

Notou-se que em metade dos 64 cursos, isto é (N=32/50%) cursos, analisados tem apenas a oferta de CCRs de conteúdo específico, cujo conteúdo versa especificamente sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar. Em segundo lugar estão (N=20/31%) cursos que ofertam CCRs de conteúdo específico e CCRs de conteúdo misto, seguidos pelos cursos que ofertam apenas CCRs de conteúdo misto (N=12/19%).

Por fim observou-se que prevalece a oferta de CCRs de conteúdo específico, (N=77/61,6%), para (N=48/38,4%) CCRs de conteúdo misto. Isto significa que a oferta de CCRs pelos cursos tem se configurado em sua maioria como CCRs que versam especificamente sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar e que existe uma significativa parcela de CCRs que, embora, não trabalhe a temática de forma específica, tem despertado para a importância de incluir a temática, mesmo que, de forma transversalizada, na oferta de CCRs de natureza mista.

Em síntese, ao final dessa primeira imersão, identificou-se e explicitou-se algumas características iniciais. Identificou-se que dos (N=118) cursos de Graduação em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais, apenas (N=64) ofertam CCRs que comtemplam as temáticas Sexualidade e Educação Sexual e (N=54) não tem esta oferta. Dos (N=125) CCRs localizados (N=110) configuram-se como presenciais e (N=15) como EAD;

destes, (N=52) CCRs são obrigatórios e (N=73) são optativos. Ainda observou-se que (N=32) ofertam apenas CCRs de conteúdo específico; (N=20) cursos ofertam CCRs de conteúdo específico e misto; em (N=12) cursos a temática da Sexualidade e Educação Sexual é ofertada apenas em CCRs mistos que compartilha carga horária com outros temas. Referente ao conteúdo dos CCRs, (N=77) configuram-se como específicos e (N=48) são mistos.

Na próxima seção, serão explicitados os conteúdos priorizados e as orientações metodológicas relativas à Sexualidade identificadas nos ementários dos (N=77) CCRs específicos e dos (N=48) CCRs mistos, localizados durante a busca focalizada nos PPP/PPC dos (N=64) cursos de Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras.

5. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR COMO OBJETO DE ESTUDO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: O QUE DIZEM OS PPP/PPC?

O panorama inicial apresentado no capítulo 4, sobre os cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais do país e que contemplam em seus projetos formativos a Sexualidade, possibilitou um olhar amplo sobre as interconexões entre políticas educacionais da Educação Básica e da Formação Docente, com foco na Educação Sexual em ambientes escolares. Priorizou cotejar algumas iniciativas legais para a regulamentação e acolhimento deste tema nos projetos curriculares de ambos os espaços formativos. Na linha do tempo, foi possível identificar avanços e, mais recentemente, retrocessos, ainda em processo de análise. Houve destaque para uma parcela importante de cursos de Licenciatura em Pedagogia engajados no movimento de conquista do direito ao estudo da Sexualidade, com consequências para educação nas primeiras idades. Contudo, mostrou também, que há um contingente ainda significativo de cursos excluídos deste movimento.

Neste capítulo, focamos na oferta de CCRs que abordam a Sexualidade nos cursos de Licenciatura em Pedagogia. O objetivo foi explicitar escolhas teóricas e metodológicas para a abordagem do tema, presentes nos ementários dos CCRs dos (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras.

A busca focalizada levou a um redimensionamento do *corpus* deste estudo, dada a indisponibilidade das informações que necessitávamos, em (N=22) CCRs, os quais tiveram que ser subtraídos. Deste modo, o estudo teve continuidade, com (N=103) CCRs, relativos a (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia, já identificados no cenário nacional.

5.1 Origem dos cursos de Pedagogia que oferecem o estudo da Sexualidade

A distribuição geográfica e institucional dos CCRs, foram analisados de forma articuladas. Identificou-se a liderança das regiões Nordeste e Sudeste do país. No conjunto das 27 unidades federativas, não foram localizados CCRs em apenas quatro cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais. A região Norte, com 8 estados: Pernambuco com (6) CCRs, Piauí (6), Alagoas (4), Paraíba (4), Rio Grande do Norte (3), Bahia (2), Ceará (2) e Sergipe (1). A região Sudeste com 4 estados: Rio de Janeiro (11) CCRs, Minas Gerais (6), São Paulo (5), Espírito Santo (3). A região Sul com 2 estados: Rio

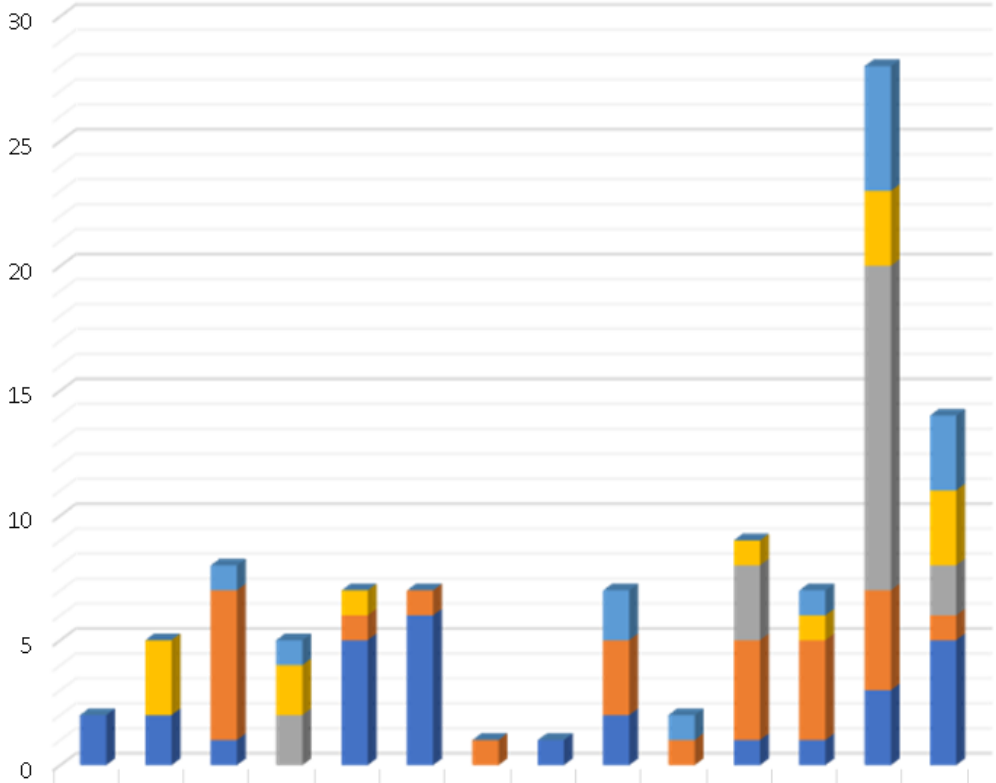
Grande do Sul (17), Santa Catarina (3). A região Norte com 5 estado: Rondônia (5) CCRs; Pará (3), Tocantins (3), Amazonas (2), Roraima (1). Já os estados de: Acre, Amapá, Maranhão e Paraná não apresentaram CCRs no referido recorte.

Historicamente sabe-se que a oferta de formação para a Educação em Sexualidade em âmbito escolar, nos cursos de formação inicial de professores, desenvolveu-se de forma assimétrica no país (MOKWA, 2013; PETRENAS, 2015; LORENZI, 2017; SOUZA, 2018).

Os dados encontrados explicitam que mais recentemente surgiu um movimento por parte da Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais do país, na direção de suplantar esta tendência histórica. Mais especificamente a partir de 2006, momento da promulgação da DCNCP/2006 e da Resolução nº 2/2015, essas normativas parecem buscar corrigir este quadro. Seja em cumprimento e adequação à políticas públicas que orientam e organizam o cursos de formação inicial professores ou, pelo volume de estudos que apontam incisivamente a importância deste debate se fazer presente na formação inicial de professores, percebe-se a um crescimento na oferta de CCRs com foco na Sexualidade e Educação Sexual e as questões de gênero que emergem os contextos escolares.

Os efeitos destas políticas podem ser percebidos no Gráfico 5, pela presença efetiva das regiões Nordeste e Sudeste, especialmente a partir de 2008, e inserção significativa, em 2018, em todas as regiões, mas especialmente na região Sul.

Gráfico 5: Distribuição da oferta dos 103 CCRs por região do país



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Centro-Oeste	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	0	1	5	3
Norte	0	3	0	2	1	0	0	0	0	0	1	1	3	3
Sul	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0	13	2
Sudeste	0	0	6	0	1	1	1	0	3	1	4	4	4	1
Nordeste	2	2	1	0	5	6	0	1	2	0	1	1	3	5

Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP/PPC dos cursos.

Observou-se que a região Nordeste aglutinou a maior oferta de CCRs ao longo dos anos (N=29/28,2%), com presença desde o ano de 2006, originários de 15 câmpus: UFPI (5), UFPB/Mamanguape (3), UFERSA/Angicos (3), UFAL/Sertão (2), UFPE/Recife (2), UFPE/Caruaru (2), UFC/Fortaleza (2), UFPI/Senador Reis Velloso (2), UFRB/Amargosa (2) UFPB/Bananeiras (1), UFPB/João Pessoa (1), UFAL/A.C.Simões (1), UFAL/Arapiraca (1), UFS/Itabaiana (1) e UFBA/Salvador (1).

A região Sudeste vem logo em seguida com (N=26/25,2%) CCRs ofertados em 12 Universidades, com destaque para: UNIRIO (7), UFJF/Juiz de Fora (3), UFSCAR/São Carlos (2), UFSCAR/Sorocaba (2), UNIFES/Guarulhos (2); UFES/Goiabeiras (2), UFF/Niterói (2), UNIFAL/Alfenas (2), UFES/São Mateus (1), UFRJ (1), UFVJM (1) e UFLA/Lavras (1).

A região Sul registra (N=20/19,4%) CCRs e uma oferta irregular. Com presença inicial em 2009 e descontinua a oferta nos anos seguintes, marcando presença tardiamente, a partir de 2016 e, de modo significativo em 2018. Nesta região, os CCRs são oriundos de 7 Universidades: UFRGS (9), UNIPAMPA/Jaguarão (3), UFSC (2), UFFS/Erechim (2), FURG (2), UFFS/Chapecó (1) e UFSM (1).

A região Norte conta com a oferta de (N=14/13,6%) CCRs a partir de 2007 apresentando descontinuidades e silêncios ao logo dos anos, assim como observado nas outras regiões. A presença regular de CCRs é observada a partir de 2016, ofertados por 11 Universidades, sendo elas: UNIFESSPA (3), UFAM/Parintins (2), UFT/Palmas, UFRR, UNIR/Ariquemes, UNIR/Guajará-Mirim, UNIR/Rolim de Moura, UNIR/Ji-Paraná, UNIR/ Vilhena, UFT/Tocantinópolis e UFT/Miracema, todas com 1 CCR cada.

Por fim, na região Centro-Oeste, a oferta de CCRs surge em 2008 e apresenta descontinuidade ao longo dos anos. Foram identificados (N=14/13,6%) CCRs, ofertados em 9 Universidades, sendo elas: UFGD (3), UFMS/Naviraí (2), UFMS/Ponta Porã (2), UFMS/Corumbá (2), UFMS/Aquidauana (1), UFMT/Cuiabá (1), UFMT/Rondonópolis (1) e UFG/Goiânia (1), UFG/Catalão (1).

Os dados sinalizam alguns pontos que merecem destaque e uma análise mais detalhada, inclusive, numa perspectiva de continuidade dos estudos sobre este foco temático. O primeiro a tratar, é sobre a descontinuidade na oferta dos CCRs. Conforme explicitado no quantitativo de CCRs oferecidos e sua natureza, houve destaque para os componentes optativos (N=55/53,4%). Este dado, ao mesmo tempo em que é positivo, mostra o engajamento dos cursos neste importante compromisso de incluir o debate sobre a Sexualidade e Educação Sexual em ambientes educacionais, fragiliza a iniciativa, na medida em que os CCRs de natureza optativa não necessariamente são ofertados, estando na dependência da procura dos estudantes. Neste sentido um questionamento se faz necessário: em que medida os vazios identificados neste movimento de oferta de CCRs, estão ligados à natureza do CCR? Que contingente de licenciandos em Pedagogia estarão recebendo formação na temática? Essas são algumas questões em aberto e que sugerem novos estudos.

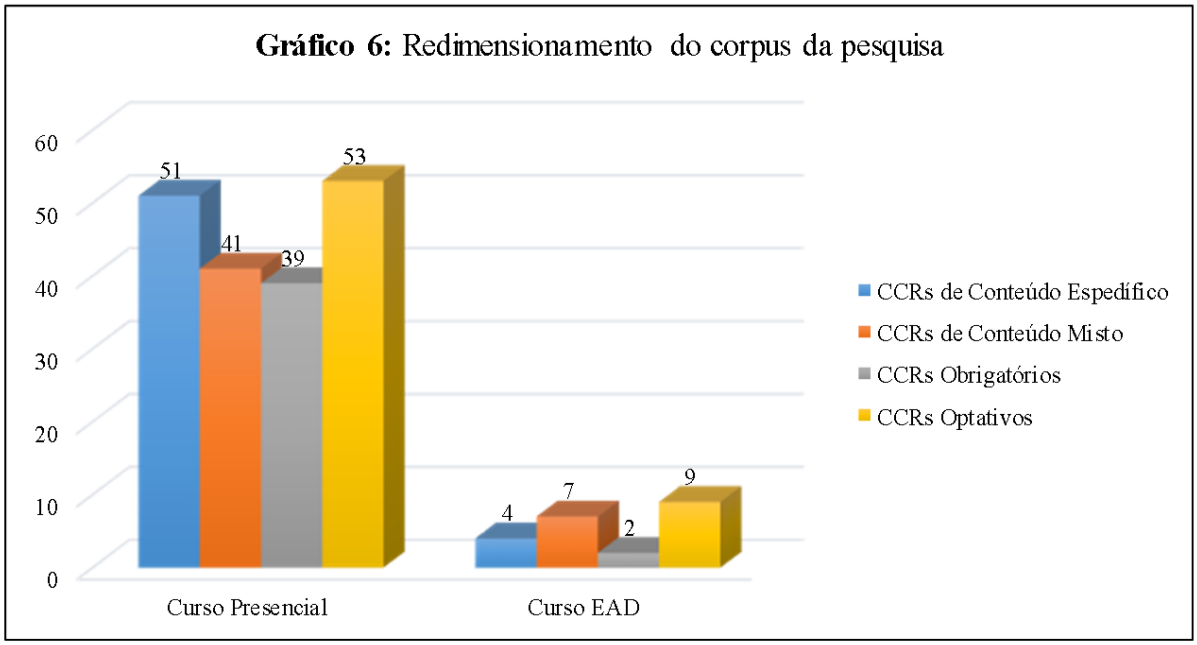
Outro ponto a problematizar, diz respeito à oferta significativa de CCRs registrada pelas novas universidades ou novos câmpus, criadas/os no ciclo de expansão da educação superior no país a partir dos anos 2000. Das (N=54) universidades com oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia que comtemplam em seus processos formativos CCRs sobre

Sexualidade e Educação Sexual, (N=30/55,56%) correspondem a universidade criadas antes dos anos 2000 e (N=24/44,44%) como universidades criadas após. As evidências parecem sinalizar para uma transformação na cultura curricular das jovens universidades. Ou seja, o dado, embora com frequência menor para as universidades mais jovens, quanto cotejado com o recorte temporal, aponta para uma espécie de movimento curricular inovador nas universidades criadas nas últimas duas décadas, quando estas mostram-se mais sensíveis e acolhedoras quanto ao debate da Sexualidade nos cursos de Pedagogia.

Uma análise cronológica em diálogo com as políticas educacionais vigentes no período, sugere que a crescente oferta de CCRs ao longo do tempo é uma resposta à indução promovida por esses documentos oficiais, tanto no que tange aos cursos de formação de professores, em específico do/a pedagogo/a, quanto os que orientam a Educação Básica, conforme explicitado em capítulos anteriores. Vale destacar o impulso dado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/DCNCP (BRASIL, 2006) e pelas DCN/2015 (BRASIL, 2015), as quais orientaram os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e de Licenciatura de um modo geral, a priorizar e valorizar todas as formas e diversidades existentes e, assim, a formar profissionais conscientes das questões que envolvem a Sexualidade e que emergem nos contextos escolares. Portanto, a gradativa e crescente inclusão de CCRs, mesmo com grandes assimetrias regionais, são sinais importantes de que os cursos de Licenciatura em Pedagogia reagiram à política de formação docente (SOARES, 2018), introduzindo, de forma mais efetiva o estudo da Sexualidade e Educação Sexual na formação dos/as Pedagogos/as. Trata-se da mescla que os currículos comportam, entre os discursos oficiais e outros discursos curriculares (LOPES, 2005).

5.2 Natureza dos CCRs ofertados

Este item apresenta a natureza dos (N=103) CCRs analisados, segundo o conteúdo definido pelo ementário, específico ou misto e a modalidade de oferta, presencial ou EAD. O Gráfico 6 mostra o redimensionamento do *corpus da pesquisa*.



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP e/ou PPC dos cursos.

Os dados evidenciam que dentre os (N=103) CCRs que compõe o *corpus da pesquisa* permaneceu uma pequena predominância de CCRs de conteúdo específico (N=55/53,4%) em relação aos CCRs de conteúdo misto (N=48/46,6%), ofertados na formação inicial do/a pedagogo/a para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar. Observou-se também, o predomínio de CCRs na modalidade presencial (N=92/89,3%) em relação aos CCRs na modalidade EAD (N=11/10,7%).

Quanto a oferta dos (N=55/53,4%) CCRs específicos, (N=51/92,7%) correspondem a CCRs com oferta presencial, enquanto que (N=04/7,3%), são de oferta EAD. Na oferta dos (N=48) CCRs mistos também se observou a prevalência de CCRs na modalidade presencial, (N=41/85,4%), em relação aos CCRs EAD, (N=7/14,6%).

Ao lançar nosso olhar para o já produzido na área, em diferentes segmentos educacionais, localizamos os estudos de Lorenzi (2017) e Soares (2018) que, em seus específicos recortes, com o propósito de identificar a presença de CCRs sobre a temática da Sexualidade nos currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades do Estado do Paraná e, de como ocorreu o processo inserção de CCRs sobre de gênero em três cursos de Licenciatura em pedagogia de três Universidades em Minas Gerais, identificaram a presença expressiva de CCRs mistos em relação aos CCRs específicos. Os autores destacam que as temáticas que emergem do conceito Sexualidade tem se constituído como um debate

transversal nos currículos da formação inicial do/a pedagogo/a, o que pode e tem se constituído como uma importante e significativa possibilidade para a abordagem do tema nos espaços escolares a partir das demandas apresentadas nas manifestações sexuais apresentadas pelos alunos.

Estes estudos (Op. cit.) destacam que a inserção de CCRs específicos ou mistos, mostra-se facilitada pelo fato dos docentes que os ministram serem, geralmente, pesquisadores da área da Sexualidade. Os autores argumentam que este fato favorece e amplia a possibilidade e viabilidade dos cursos de formação de professores, em especial de Licenciatura em Pedagogia, incluírem em seus currículos estes CCRs.

Outro aspecto relevante investigado foi o modo como estes CCRs foram inseridos nas matrizes curriculares dos cursos, como CCRs obrigatórios ou optativos. Os dados mostram discreto predomínio de CCRs optativos (N=55/53,4%) em relação aos CCRs obrigatórios (N=48/46,6%). Em relação aos (N=55) CCRs específicos evidenciou-se a prevalência de CCRs optativos (N=43/78,2%) sobre os CCRs obrigatórios (N=12/21,8%), enquanto que nos (N=48) CCRe mistos, os dados se invertem, há a prevalência de CCRs obrigatórios (N=37/77%) em relação aos CCRs optativos (N=11/23%).

Neste cenário, alguns questionamentos persistem quanto à formação docente para a abordagem da sexualidade nos espaços educacionais: Em que medida a natureza da oferta curricular identificada traduz o nível de prioridade, importância e contribuição que os cursos analisados atribuem e esperam em relação à temática na formação dos/as Pedagogos/as? Em que medida o fato dos CCRs de natureza específica serem majoritariamente optativos, revela que esta manifestação do projeto curricular do curso se refere muito mais o cumprimento de uma orientação legal, do que o acolhimento da temática como relevante e necessária à formação docente, uma vez que os CCRs optativos estão atrelados às escolhas pessoais e profissionais dos estudantes? Em que medida mitos, tabus e preconceitos, historicamente presentes no debate sobre a sexualidade e repressores de um tratamento mais intenso, seguem influenciando a oferta dos CCRs que abordam o tema nos cursos de Licenciatura em Pedagogia?

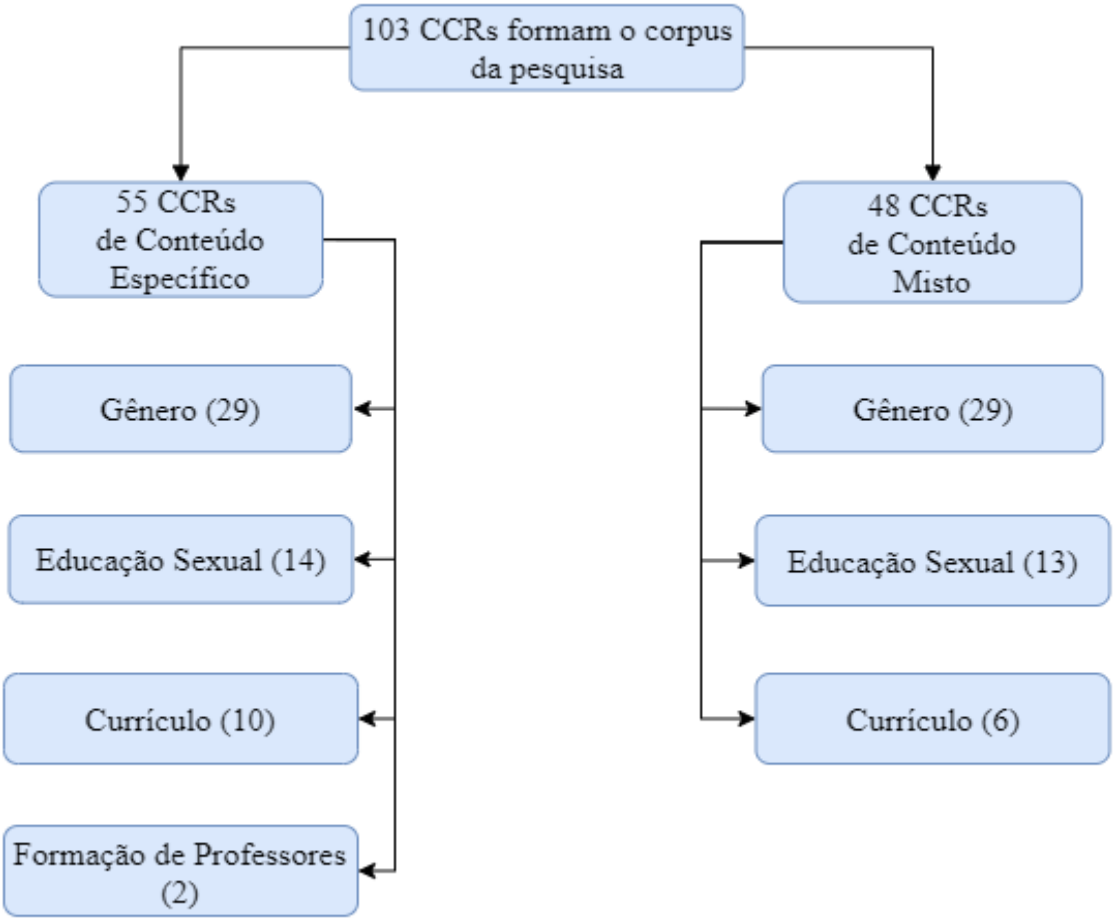
Cabe destacar ainda, que metade da formação ofertada sobre Sexualidade e Educação Sexual é realizada através de CCRs obrigatórios, porém, de conteúdo misto, ou seja, CCRs que, embora dividam a carga horária com outros conteúdos, tem abertura para a discussão do tema de forma transversal. Estes dados estão em sintonia com os resultados obtidos pela

pesquisa de Soares (2018), quando argumenta que embora a temática se constitua como transversal deve ser reconhecida como um importante momento para a difusão dessa discussão. O autor destaca, no entanto, que esta abordagem transversalizada precisa ser feita com cautela, de modo a evitar que o tema seja discutido a partir de visões essencialistas e biologizantes, o que pode contribuir ainda mais para interpretações negativistas das manifestações sexuais emergentes nos contextos escolares.

Adentrando a especificidades dos 103 CCRs que compuseram o *corpus* da pesquisa, especialmente os títulos dos CCRs, seus objetivos, justificativas, ementários, bibliografias e cargas horárias estiveram em foco. Optamos por trabalhar com categorias, elaboradas a *posteriori*, ou seja, categorias que emergiram do próprio material coletado e analisado e que, pelas suas singularidades e/ou recorrências, possibilitaram aglutinar os 103 CCRs por afinidades.

Para isso, conforme apêndices V, VI, VII e VIII, os ementários dos CCRs foram analisados separadamente, conforme a especificidade de conteúdo (específico e misto). Os ementários foram assim numerados: CCRs de conteúdo específico: CCRE1, CCRE2, CCRE3... CCRE55 e CCRs de conteúdo misto: CCRM1, CCRM2, CCRM3... CCRM48. Desta análise do conjunto dos CCRs surgiram as seguintes categorias Gênero, Educação Sexual e Currículo para ambas os grupos de CCRs (específicos e mistos) e Formação de Professores, apenas para os CCRs de conteúdo específico. Os dados estão representados na Figura 3.

Figura 3: Organização das Categorias e Subcategorias dos 103 CCRs sobre Sexualidade e Educação Sexual ofertados pelos 64 cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras



Fonte: Figura organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras.

Cada uma das categorias de CCRs apresenta especificidades entre si, conforme descrevemos abaixo e, ao mesmo tempo, aglutina CCRs que, em alguma medida, compartilham conceitos, concepções e abordagens sobre a Sexualidade, conforme segue.

- **Gênero (58 CCRs):** abordam a historicidade do conceito de gênero; teorias de gênero, movimentos feministas (história das mulheres); discussão sobre o processo dessocialização, diferenciação e identificação pessoal e social; relações com o corpo, o corpo e a relação com o outro, consciência corporal e identidade; processo de feminização do magistério e suas consequências sobre a organização do trabalho

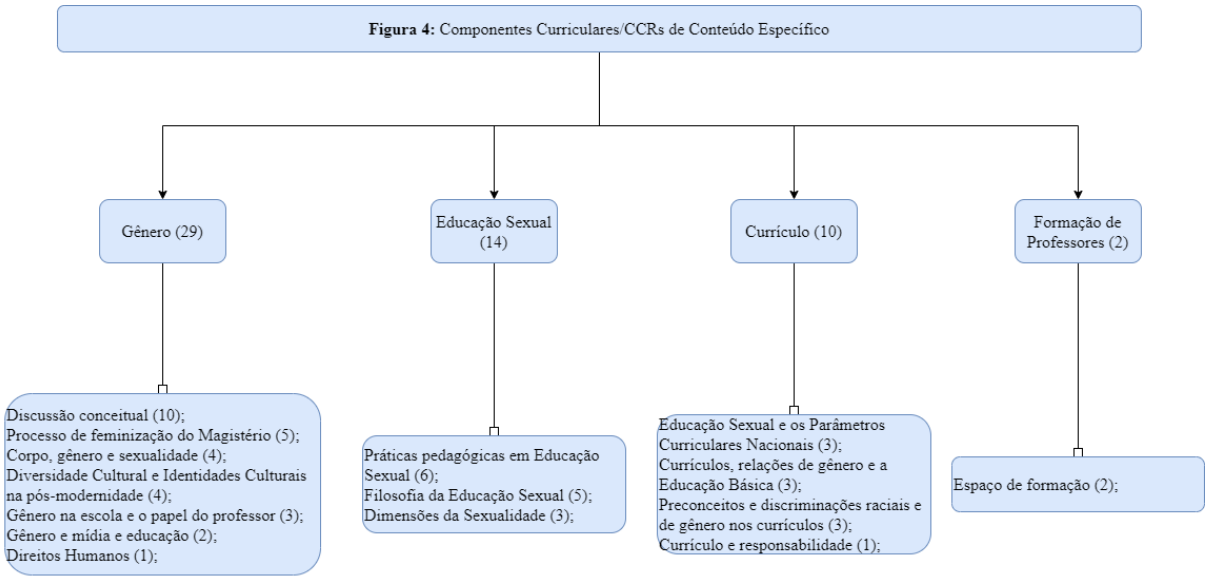
docente; a postura do professor e a construção das identidades de gênero; identidades culturais da pós-modernidade; políticas de identidades e pós-identidades; diversidades sexuais: diferenças e desigualdades, preconceitos e racismo; relações de gênero e as mídias: representações de gênero nos livros didáticos; direitos humanos e as relações de gênero na pós-modernidade e a compreensão histórica das políticas públicas de educação no Brasil e as diferenças de gênero.

- **Educação Sexual (27 CCRs):** abordam a Filosofia da Educação Sexual; dimensões da sexualidade e da diversidade sexual no contexto escola; metodologia e linguagem da Educação Sexual; manifestações da sexualidade e os problemas de natureza psicossexual e a postura do professor; gênero e sexualidade como categorias analíticas e como constituição identitária e as vivências com as práticas pedagógicas; possibilidades e orientações teórico-metodológicas sobre Educação Sexual.
- **Currículo (16 CCRs):** estudam os princípios, diretrizes e fundamentos teórico-metodológicos para a Educação Sexual em âmbito escolar em documentos oficiais e/ou leis, que contemplam objetivos educacionais, conteúdos estratégicos, avaliação, metodologias de aprendizagem e que ainda discutem o papel da escola e da universidade frente a construção das identidades de gênero, sexualidade, diferenças e desigualdades no contexto escolar; proposição e desenvolvimento de programas ou propostas sobre Educação Sexual escolar; ações do Estado direta ou indiretamente relacionadas à garantia dos direitos sexuais frente as múltiplas manifestações sexuais presentes na contemporaneidade.
- **Formação de Professores (02 CCRs):** abordam a formação inicial e continuada de professores para a Educação Sexual; descrição e avaliação da prática pedagógica em processo de formação inicial ou continuada; estudos e propostas de formação e avaliação para a Educação Sexual.

Após os CCRs estarem agrupados em quatro categorias, para os CCRs de conteúdo específico e três categorias para os CCRs de conteúdo misto, conforme Figura 03, buscamos verificar dentro de cada categoria, as semelhanças e diferenças entre os CCRs, de modo a definir subcategorias, a partir da convergência dos conteúdos selecionados. Os resultados são apresentados separadamente, para cada um dos conjuntos de CCRs específicos e mistos.

5.3 Sobre os CCRs Específicos

Esta fase da pesquisa demandou repetidas leituras do material de análise, articulando títulos, objetivos, conteúdos previstos no ementário e principais referência bibliográficas. Exigiu ainda, um olhar comparativo entre os CCRs. Resultou deste percurso, a definição das subcategorias apresentadas na Figura 4. Observa-se que algumas categorias apresentam mais subcategorias que outras.



Fonte: Figura organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras.

Na sequência, as quatro categorias de CCRs foram analisadas, conforme sua distribuição temporal, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia. A tabela 3 mostra a variação ao longo do período estudado.

Tabela 3: Distribuição de CCRs de conteúdo específico ao longo do tempo

Categorias	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Gênero	1	2	1	2	2	-	-	-	1	1	3	1	12	3	29	52,6
Educação Sexual	-	2	1	-	1	-	-	1	1	-	-	1	5	2	14	24,6
Currículo	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	1	2	2	10*	19,3
Formação professores	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,5
Total	1	4	4	2	4	3	-	1	4	2	3	3	19	7	55*	100

Fonte: Tabela organizada pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.
*O ano de inserção da disciplina do curso de Pedagogia da UFS/Itabaiana não foi localizado.

A oferta de CCRs com ênfase em Gênero corresponde a mais da metade dos CCRs de conteúdo específicos ofertados, seguido por Educação Sexual, Currículo e Formação de Professores. Quanto ao predomínio de CCRs sobre Gênero, observou-se que figurou como prioridade a partir de 2006, estando presente em quase todas as ofertas anuais e assim permanecendo até o final do período, com um importante crescimento no ano de 2018. Já a oferta de CCRs que privilegiam a Educação Sexual e o Currículo, a oferta é muito variável e descontínua. Ambas as categorias mostram oferta regular apenas a partir de 2017.

Para este conjunto de CCRs é certo que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015) contribuiu para este impacto na oferta, uma vez que a normativa preconiza que o pedagogo/a deve:

> [...] identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de **contribuir para a superação de exclusões sociais**, **étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais** e outras (BRASIL, p.8, 2005, grifos nosso).

Já os CCRs foco na Formação de Professores mostram flagrante escassez e pouca sensibilidade à indução pretendida pela Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015), no período analisado.

Quanto aos CCRs com foco na Educação Sexual, a segunda categoria com maior presença na formação de Pedagogos/as, estes priorizam a discussão sobre Práticas Pedagógicas em Educação Sexual (06 CCRs), Filosofia da Educação Sexual (05 CCRs) e, Dimensões da Sexualidade (03 CCRs).

A Categoria Currículo apresentou foco nas Subcategorias Currículo Relações de gênero e a Educação básica (03 CCRs), Preconceitos e Discriminações e suas Manifestações Curriculares (03 CCRs), Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (03 CCRs) e a responsabilidade do currículo frente às relações de gênero e raciais na escola (01 CCR).

A Categoria Formação de Professores, pouco presente na formação do/a pedagogo/a (02 CCRs), ambos intencionam proporcionar subsídios sobre as questões atuais da Sexualidade e suas relações com a educação.

Abaixo será apresentada uma análise das principais evidências teóricas e metodológicas identificadas nestes CCRs. O processo de redução de dados (seleção,

simplificação e abstração), possibilitou organizá-los na forma de quadros, de tal modo que potencializasse identificar compartilhamentos, singularidades, variações, identificar padrões, tomar decisões, e produzir conclusões sobre a Educação Sexual ofertada pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia foco de nossa análise.

Considerando a natureza dos dados produzidos e sua disponibilidade no momento da coleta, a forma de apresentação escolhida tem o objetivo de facilitar a visualização dos diferentes discursos que tem circulado e orientado esse ambiente e foco de formação.

5.3.1 Elementos teóricos e metodológicos em evidência nos ementários

Em busca de resposta a uma das questões centrais desta pesquisa, que visa identificar tendências teóricas e metodológicas preconizadas pela Educação Sexual promovida pelos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais, realizamos um olhar em profundidade para cada um dos ementários dos (N=55) CCRs localizados nesta categoria, de conteúdo específico. Seguem os dados abaixo.

5.3.1.1 Categoria Gênero

Essa Categoria reúne um conjunto de (N=29) CCRs, dos quais 10 levantam compreensões sobre a historicidade do conceito de Gênero (CCRE4, CCRE7, CCRE8, CCRE18, CCRE21, CCRE22, CCRE23, CCRE26, CCRE49 e CCRE50), sete propõem o estudo das questões relacionadas ao corpo (CCRE2, CCRE16, CCRE35, CCRE36, CCRE42, CCRE43 e CCRE44), cinco discutem o processo de feminização do magistério (CCRE1, CCRE6, CCRE13, CCRE14 e CCRE14), quatro discutem a diversidade cultural emergente na pós-modernidade (CCRE5, CCRE12, CCRE29 e CCRE55), dois discutem as relações de gênero nas mídias e a relação com a educação (CCRE3 e CCR52) e, por fim, um CCR (CCE30) discute a compreensão histórica os Direitos Humanos e as políticas de inclusão associadas as teorias feministas e de gênero.

O Quadro 1 mostra o conjunto destes CCRs por subcategorias, adicionando-lhes a modalidade de oferta (obrigatória ou optativa) e respectivas cargas horárias.

Quadro 1: Categoria Gênero

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA	C/H
Gênero	**Discussão conceitual** (10 CCRs)	CCRE4	Optativo	60 horas
		CCRE7	Obrigatório	80 horas
		CCRE8	Obrigatório	40 horas
		CCRE18	Obrigatório	34 horas
		CCRE21	Optativo	68 horas
		CCRE22	Obrigatório	51 horas
		CCRE23	Optativo	45 horas
		CCRE26	Optativo	60 horas
		CCRE49	Optativo	30 horas
		CCRE50	Optativo	60 horas
	Processo de feminização do magistério (5 CCRs)	CCRE1	Optativo	72 horas
		CCRE6	Optativo	40 Horas
		CCRE13	Optativo	30 horas
		CCRE14	Optativo	36 horas
		CCRE15	Optativo	54 horas
	Corpo, gênero e sexualidade (7 CCRs)	CCRE2	Obrigatório	72 horas
		CCRE16	Obrigatório	34 horas
		CCRE35	Optativo	60 horas
		CCRE36	Optativo	60 horas
		CCRE42	Optativo	Ausente
		CCRE43	Optativo	45 horas
		CCRE44	Obrigatório	30 horas
	Diversidade cultural e Identidades culturais na pós-modernidade (4 CCRs)	CCRE5	Optativo	60 horas
		CCRE12	Optativo	60 horas
		CCRE29	Optativo	36 horas
		CCRE55	Obrigatório	60 horas

	Gênero e mídia e Educação (2 CCRs)	CCRE3	Optativo	30 horas
		CCR52	Optativo	60 horas
	Direitos Humanos (1 CCR)	CCRE30	Obrigatório	36 horas

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Depreende-se dos dados acima, que na Categoria Gênero há prevalência de CCRs optativos em relação aos obrigatórios, isto é, dos (N=29) CCRs que compõe a Categoria (N=20/70%) figuraram como optativos e (N=9/30%) como obrigatórios.

Ainda observou-se que a oferta de CCRs das Subcategoria Processo de feminização do magistério e Gênero, Mídia e Educação acontece exclusivamente de forma optativa. Na Subcategoria Discussão Conceitual, identificou-se a oferta de 6 CCRs optativos e 4 obrigatórios. Na Subcategorias Corpo e Diversidade Cultural e Identidades Culturais na Pós-modernidade foram localizados 4 CCRs optativos e 3 obrigatório3. Na Subcategoria Direitos Humanos foi localizado 1 CCR obrigatório.

Outro ponto que merece destaque é a carga horária dos CCRs que compõe a Categoria Gênero e as suas Subcategorias. Em ambas as modalidades de oferta, obrigatória ou optativa, predominam CCRs (N=16) que oferecem carga horária superior a 45 horas. Nos CCRs optativos observou-se que há predomínio de carga horário maior que 45 horas, ou seja, dos (N=20) CCRs optativos localizados, (N=13) apresentaram carga horária superior a 45 horas e (N=6) apresentaram carga horária menor, em (N=1) CCR a caga horária não foi localizada.

Quanto aos CCRs obrigatórios, observou-se que há o predomínio de carga horária menor que 45 horas. Assim, dos (N=9) CCRs localizados, em (N=5) o tempo dedicado é menos expressivo e em (N=4) a oferta de carga horária é mais significativa, variando de 51 a 80 horas aula.

Em síntese, embora haja o predomínio de CCRs optativos nesta grande categoria identificada, a carga horária prevista mostra-se significativa, podendo ser este, um indicativo da gradativa importância atribuída ao tema no contexto da formação inicial dos Pedagogos/as. Contudo, para esta inferência, fazem-se necessários outros estudos e a identificação de elementos complementares.

5.3.1.1.1 Subcategoria: Discussão Conceitual

Esta subcategoria aglutina (N=10) CCRS que propõem uma discussão conceitual sobre as questões de Gênero a fim de compreender suas especificidades e sua relação com o movimento feminista, "[...] teorias e conceitos atuais dos estudos feministas sobre as relações de gênero correlacionadas com questões de identidade, sexualidade, (re)produção de desigualdades e interconectadas ao campo da educação" (CCRE23).

Os dois conceitos, Gênero e Feminismo, fomentam a discussão sobre a luta pela igualdade nas diferenças, com a intenção de formar sujeitos capazes de respeitar toda diversidade existente, ou seja, formar sujeitos capazes de compreender e respeitar as diferenças individuais e culturais, contribuindo, com o estabelecimento de novas relações de gênero a partir do trabalho de gênero com crianças nos espaços escolares.

Para isso, os CCRs propõem a discussão dos processos de socialização, diferenciação e identificação pessoal e social, e das problemáticas que advém da inter-relações de gênero, com as redes de poder, classe, raça, etnia e suas implicações com as práticas educativas e a convivência nos espaços educacionais. A fim de "[...] formar sujeitos capazes de compreender e respeitar as diferenças individuais, culturais e educacionais, estabelecendo novas relações de gênero, raça e de outras minorias excluídas e discriminadas" (CCRE7). Assim, apresentam como possibilidade a ruptura de uma racionalidade histórica de discriminação das minorias sociais, como é caso das mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, negros e índios.

Para Tedeschi (2013), a categoria Gênero "[...] é o primeiro modo de dar significado às relações de poder" (p.318). Esta é uma categoria recente, que o autor considera intrinsicamente relacionada ao movimento feminista e que tem como intencionalidade promover compreensões teóricas acerca de questionamentos que emergem nas práticas sociais, políticas e culturais, marcantes no percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo, nas sociedades contemporâneas.

Ainda nesta primeira Subcategoria, os CCRs (CCRE24, CCRE29, CCEE49 e CCRE50), buscam discutir o conceito de gênero e as representações sociais de gênero no cotidiano escolar e sua implicação na "[...] educação sexista e discriminatória difundida nas famílias e reforçadas na escola mediante práticas escolares construídas historicamente" (CCRE50), ou seja, são CCRs que buscam discutir as "violências de gênero" e sua conexão com o campo da educação, de modo a valorizar o conhecimento científico e ao mesmo tempo fornecer instrumentos para o enfrentamento e contato com outras sociedades.

O debate conceitual de Gênero, proposto pelos CCRs que compõem esta Subcategoria, está associado ao debate atual do movimento feminista e as interrelações com as questões de raça e etnia e as diversidades sexuais emergentes na contemporaneidade, suas implicações nas práticas educativas, atentas às diferenças econômicas, sociais e raciais que, a partir de uma abordagem crítica, seja capaz de interpretá-la e ressignifica lá.

São CCRs que mostram a intencionalidade, como afirma Candau (2012), de compreender a conexão da educação com as violências de gênero, cada vez mais recorrentes nas sociedades contemporâneas. São discussões que buscam fortalecer o enfrentamento de múltiplas problemáticas contemporâneas, de afirmação das diferenças, sejam étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosa, geracional, entre outras, são manifestações cada vez mais plurais, orientadas por diferentes expressões e linguagens.

Quanto as orientações metodológicas visibilizadas nos CCRs, no sentido de orientar o desenvolvimento didático-pedagógico da temática no espaço-tempo escola, bem como, da Educação Sexual que abarque as questões associadas ao conceito de gênero descrito nas ementas, observou-se que nenhum CCR traz este elemento formativo. O foco dos CCRs analisados é teórico-conceitual, no sentido de conhecer/compreender os conceitos como constructos históricos do seu tempo.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada por 05 CCRs, foi Guacira Lopes Louro seguida por Joan Scottc, citada em 03 CCRs, as duas autoras são estudiosas da categoria gênero e sua relação com o movimento feminista.

5.3.1.1.2 Subcategoria: Processo de feminização do magistério

A segunda subcategoria é formada por (N=5) CCRs, que buscam realizar o estudo das relações de gênero e como estas relações interferiram/interferem, historicamente, no processo de feminização do magistério e quais são suas consequências sobre o trabalho docente, isto é, são CCRs que propõe o "[...] estudo das relações de gênero e educação do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual" (CCRE13, CCRE14, CCRE15).

A questão do predomínio feminino do magistério e a contribuição do conceito de gênero e sua construção histórica e social é abordada pelo CCRE1. O CCRE6, busca

compreender as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho e as diferenças entre a educação masculina e feminina, trajetórias escolares de meninos e meninas e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Benassi *et al* (2016), destacam que o ingresso feminino ao mercado de trabalho se deu em diferentes áreas no início do século XX, mas, principalmente, no magistério, que se configurou como um ponto de encontro para a identidade feminina na sociedade. Este processo ocorreu, principalmente, a partir de uma autorização do cônjuge ou por rebeldia, ou ainda, por mudanças nos padrões sociais que emergiram no início deste século, como o aumento do acesso feminino à escolarização, conforme destacamos no capítulo 1 e 2. Estes são exemplos de fatores que influenciaram a o predomínio da mulher em determinados níveis de ensino.

Para Vianna (2001/2002), a configuração da divisão sexual do trabalho e a diferença entre educação masculina e feminina tem história. A autora segue argumentando que, o processo de feminização do magistério associa-se à reprodução de preconceitos que historicamente perpetuaram práticas sexistas. Contudo o magistério ao configurar-se como uma profissão quase que exclusivamente feminina, está associada às péssimas condições de trabalho, baixos salários e à "[..] estratificação sexual da carreira docente [...]" (p.90).

Quanto as orientações metodológicas priorizadas pelos CCRs observou-se que em nenhum CCR encontram-se orientações para um trabalho de Educação Sexual escolar, as orientações estão relacionadas ao desenvolvimento profissional no sentido da construção de consciência por parte dos licenciados da diversidade existente nas sociedades contemporâneas e que, a partir deste conhecimentos, estes possam sensibilizar-se com a construção de uma educação emancipatória a partir do desenvolvimento de qualificações que possibilitem o uso e inovações educativas. No entanto, não apresentam quais os meios para a construções dessas novas tecnologias relacionadas ao processo educativo.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada por 03 CCRs, foi Guacira Lopes Louro seguida por Jimena Furlani e Cláudia Pereira Viana, citada em 02 CCRs, as 3 autoras são estudiosas da categoria gênero e sua relação com o movimento feminista.

5.3.1.1.3 Subcategoria: Corpo, gênero e sexualidade

A terceira Subcategoria, com (N=7) CCRs, propõe a discussão e análise temática a respeito das questões dos corpos inscritos na contemporaneidade, que vem passando por amplos processos de espetacularização e performance. Ainda sinalizam para a importância do estudo das relações de gênero emergentes nos contextos escolares e a postura do professor diante das manifestações sexuais dos alunos. Priorizam também, discussões sobre as responsabilidades dos professores e escolas na construção das identidades de gênero e das relações de gênero que emergem nos contextos educativos "[...] o professor e a construção da identidade de gênero" (CCRE42).

Estes CCRs problematizam o corpo disciplinado e o controle exercido nos processos sociais, políticos e educacionais, "[...] o corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho" (CCRE2). Buscam ainda, problematizar os corpos e gêneros que resistem e criam outras formas de (re)existir na sociedade do controle e do trabalho, a partir da Educação e de políticas públicas; "[...] discussão e análise temática a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidade na contemporaneidade" (CCRE43); "[...] pedagogias da sexualidade/corpo/gênero na fabricação do sujeito que importa para a educação e trabalho" (CCRM36).

Conforme apresentado no capítulo 1, as questões que emergem do conceito da Sexualidade são construções históricas e, a compreensão do corpo humano não escapou à estas influências, tendo sido determinado de diversas formas durantes milênios, por diferentes povos.

Para Santos (2007), o trabalho sobre os corpos é uma questão, primeiramente individual, situa-se na ordem da subjetividade dos sujeitos, envolvendo também dimensões coletivas e sociais. Por isso, requer um trabalho que vai além do disciplinamento e de sua inscrição sob determinados regimes de prazer, conduta e orientação.

Observou-se que nos CCRs CCRE16 e CCRE43 estão presentes orientações metodológicas sobre a possibilidade de um trabalho de Educação Sexual escolar. Os CCRs apresentam como possibilidade a discussão da educação para as sexualidades, para tanto, apresenta como opção metodológica a discussão entre gênero, educação e as relações, vivências e implicações na prática pedagógica do licenciado. Neste sentido, os CCR propõem a análise e desenvolvimento de contra-dispositivos, isto é, de práticas pedagógicas emancipatórias, que possam contribuir com a construção de uma escola mais justa e igualitária, onde seja possível problematizar os corpos e gêneros, além de criar outras formas

de existir, a partir da educação articuladas às políticas públicas. Para isso, busca compreender os processos pedagógicos como ferramentas a serviço da vida e afirmação das diferenças emergentes nas sociedades contemporâneas. Os demais CCRs, assim como nos itens anteriores, focalizam na sensibilização e tomada de consciência do licenciado, toda a diversidade existente.

Particularmente o CCRE42 discute a importância do professor na construção das identidades de gênero, bem como, os meios necessários para a construção da Educação Sexual emancipatória, há muito defendida pela comunidade acadêmica, que tem se dedicado ao estudo da área. Por fim, o CCRE44 aborda as implicações das questões relativas ao conceito de Gênero na educação formal e informal, bem como, no âmbito da família e demais relações sociais estabelecidas pelos sujeitos.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada por 05 CCRs, foi Guacira Lopes Louro, estudiosa da categoria gênero e sua relação com o movimento feminista, seguida por Carlos Skliar, citado em 02 CCRs, estudioso da pedagogia das diferenças.

5.3.1.1.4 Subcategoria: Diversidade Cultural e Identidades Culturais na Pós-modernidade

A quarta Subcategoria é formada por (N=4) CCRs que buscam desenvolver o debate sobre a Categoria de Gênero e Sexualidade na contemporaneidade, “[...] estudo das abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento das sexualidades” (CCRE5), a partir do entendimento das “[...] teorias modernas e contemporâneas sobre a construção de si e do outro (CCRE55), ainda destacam “[...] as políticas de identidade e pós-identidade no terreno dos gêneros” (CCRE12) e discussões e aprofundamento do conceito de “[...] gênero como constitutivo das relações sociais” (CCRE29)..

Os CCRs destacam a importância das políticas de identidades e pós-identidade no terreno dos gêneros para compreender os aspectos que norteiam o debate atual sobre gênero e a educação na infância, nos contextos escolares. Buscam desenvolver competências, atitudes e habilidades que valorizem as diferentes linguagens manifestadas nas sociedades contemporâneas e sua função na produção do conhecimento.

Como afirma Junqueira (2007)

> a **promoção da diversidade constitui um fator de inclusão e pertencimento**. E educação só é inclusiva e de qualidade se for realizada a partir da valorização da diversidade, aguçar nossa curiosidade e nos levar a nos interrogarmos, continuamente, acerca de nossas certezas, incertezas, limites e possibilidades (p. 60, grifos do autor).

Para tanto, a educação ao levar em conta todas as identidades de uma sociedade que é constituída e estruturada pela diversidade assume um compromisso ético de formação para a emancipação dos sujeitos (NUNES, 2006).

A possibilidade de discussão acerca da construção de um trabalho de Educação Sexual escolar está presente nos CCREs CCRE12, CCRE29 e CCRE55. O CCRE12 tem como orientação a discussão das relações vigentes nas escolas, buscando uma perspectiva inclusiva que aborde as questões de gênero e sexualidade, contudo examina as condições e possibilidades da emergência e a construção de um trabalho educativo em torno das identidades culturais emergentes na pós-modernidade.

No CCRE29 está posta a possibilidade de articulação entre os aspectos de norteiam o debate atual sobre gênero na infância e a escola, portanto, identificamos a possibilidade de discussão sobre orientações metodológicas de um trabalho no espaço-tempo escola sobre as questões acerca do conceito de gênero e as relações sociais estabelecidas nas sociedades contemporâneas. O CCRE55 apresenta como orientação metodológica o conhecimento dos processos de discriminação e hierarquização da diferença e seus efeitos sobre a educação escolar.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada por 02 CCRs, foi Guacira Lopes Louro, autora estudiosa da categoria gênero.

5.3.1.1.5 Subcategoria: Gênero, mídia e Educação

Esta subcategoria, ao glutinar (N=2) CCRs, propõe um debate sobre a educação e as relações de gênero que estão explicitadas nas mídias contemporâneas.

Especificamente no CCRE3 busca "[...] estabelecer uma relação dialógica entre gênero, mídia e educação", amparada teoricamente em correntes conceituais que abordam a problemática de gênero e suas manifestações simbólicas, especialmente nos livros didáticos.

O CCRE52 tem como foco as "[...] concepções atuais sobre a adolescência", suas características e as manifestações sexuais deste período. Propõe o estudo de situações que colocam o adolescente em situação de risco como, delinquência, prostituição e drogadição.

Conforme apresentamos no capítulo 1, nos últimos anos da história humana diversas mudanças sociais alteraram significativamente as formas de vivência da sexualidade. Para Furlani (1998),

> [...] com a gradativa influência da mídia tem acelerado mudanças no comportamento sexual, refletido no conjunto dos valores sociais, nas variações linguísticas (quer sejam a forma erudita ou coloquial), nas manifestações artísticos-culturais (na literatura, na música, no cinema, na pintura, ...), no fetiches da moda, na construção de masculino e feminino, nas formas de relacionamento entre os indivíduos, nas ideias acerca do público e do privado, no papel de homens e mulheres na sociedade, no impulso e implemento das descobertas científicas, na facilidade de acesso aos método contraceptivos e, no crescente aumento da indústria do sexo (quer seja ela real ou virtual) (p. 15-16).

Para isso os CCRs, buscam dialogar com os conceitos de gênero, mídia e educação, a partir da fundamentação teórica das principais correntes conceituais sobre a problemática das relações de gênero, em suas diferentes representações simbólicas e nos diferentes meios midiáticos.

Quanto as orientações metodológicas, observou-se que ambos os CCRs apontam para a possibilidade de conhecimento e construção de uma prática educativa que leve em consideração a temática sobre as relações de gênero que estão explicitadas nas mídias contemporâneas e suas implicações na escola, utilizando diferentes procedimentos metodológicos.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada 03 vezes pelo mesmo CCR, foi Guacira Lopes Louro, estudiosa da categoria gênero.

5.3.1.1.6 Subcategoria: Direitos Humanos

A última Subcategoria, com um CCR apenas, resgata a trajetória histórica dos Direitos Humanos no mundo. Busca, assim, articular o conhecimento com as políticas de inclusão em todos os níveis de ensino. Defende a inclusão e articulação do "[...] conhecimento sobre os

direitos humanos como um processo fundamental na discussão de uma educação norteada pelas políticas atuais de inclusão, em todos os níveis do processo educativo" (CCRE30).

Propõe o estudo das principais teorias feministas e de gênero, em diálogo com as teorias educativas, sociais, culturais, além de éticas. Assim, intenciona discutir as relações de gênero vigentes nas escolas, na busca de uma perspectiva inclusiva que aborde as questões de gênero, classe, raça e etnia, emergentes nos contextos escolares e nas sociedades contemporâneas.

Contudo, observou-se que o referencial básico do CCR vai ao encontro do que a ementa tem como proposta ao amparar teoricamente a discussão proposta na autora Guacira Lopes Louro, estudiosa da categoria gênero, citada 02 vezes.

Ao chegar ao final da análise das oito Subcategorias contidas na Categoria Gênero, finalizamos com um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que as compõe. Este exercício levou-nos a observar que o referencial teórico básico dos CCRs citados, de um modo geral, mostra-se sintonizado com os conteúdos propostos pelas ementas. Assim, considerando o compartilhamento da categoria teórica "gênero" e suas especificidades e interfaces, utilizando o critério recorrência ou singularidade e relevância, produzimos uma síntese das principais referências teóricas utilizadas por estes CCRs. Estas foram apresentadas no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Gênero dos CCRs de conteúdo específico

Autor/a	Título	Ano
BAUER, Carlos	Breve história da mulher no mundo ocidental	2001
BUTLER, Judith	Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade	2003
BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino	Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas	2007
CERISARA, Ana Beatriz	Professoras de educação Infantil: entre o feminino e o profissional	2002
FURLANI, Jimena	Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças	2011
LE BRETON, D	A sociologia do corpo	2006
LOURO, Guacira Lopes	Magistério de 1o grau: um trabalho de mulher	1989
	Gênero, História e Educação: construção e desconstrução	1995
	Gênero, sexualidade e educação*:* uma perspectiva pós estruturalista	1997
	Gênero, sexualidade e educação	1997/2010
	O corpo educado: pedagogia da sexualidade	2001
	Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer	2008
MARZANO-PARISOLI, Maria Michela	Pensar o corpo	2004
PRIORE, M	História das Mulheres no Brasil	1997
RIBEIRO, Cláudia Maria	Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da	2012

(Org.)	educação infantil	
SAFFIOTTI, Heleieth I. B	O Poder do Macho	1987
SCOTT, Joan	Gênero: uma categoria útil para análise histórica	1991/1995
SOUZA, Érica Renata	. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais	2002
VIANA, Cláudia Pereira	O sexo e o gênero da docência	2002.

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.3.1.2 Categoria Educação Sexual

Essa Categoria aglutina um conjunto de (N=14) CCRs, sendo que eles estão organizados em três Subcategorias: Práticas pedagógicas em Educação Sexual, com seis CCRs (CCRE19, CCRE20, CCRE25, CCRE33, CCRE34 e CCRE53), Filosofia da Educação Sexual, com cinco CCRs (CCRE9, CCRE10, CCRE11, CCRE45 e CCRE51), e Dimensões da Sexualidade com três CCRs (CCRE24, CCRE46 e CCRE47). Os dados sobre as subcategorias estão representados no Quadro 3, adicionando-lhes a modalidade de oferta (obrigatória ou optativa) e respectivas cargas horárias.

Quadro 3: Categoria Educação Sexual

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Educação Sexual	**Práticas Pedagógicas em Educação Sexual** (6 CCRs)	CCRE19	Obrigatório	34 horas
		CCRE20	Optativo	64 horas
		CCRE25	Optativo	60 horas
		CCRE33	Optativo	60 horas
		CCRE34	Optativo	32 horas
		CCRE53	Optativo	60 horas
	Filosofia da Educação Sexual (5 CCRs)	CCRE9	Optativo	60 horas
		CCRE10	Optativo	60 horas
		CCRE11	Optativo	60 horas
		CCRE45	Optativo	30 horas
		CCRE51	Optativo	60 horas

	Dimensões da sexualidade (3 CCRs)	CCRE24	Optativo	30 horas
		CCRE46	Optativo	60 horas
		CCRE47	Optativo	60 horas

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Observou-se que na Categoria Educação Sexual a quase totalidade de CCRs de oferta optativa, ou seja, dos (N=14) CCRs que compõe a Categoria, (N=13/93%) figuram como optativos e apenas (N=1/7%) como obrigatório.

Ainda observou-se que a única Subcategoria que disponibilizou CCR obrigatório foi Práticas Pedagógicas em Educação Sexual, nas outras duas, Filosofia da Educação Sexual e Dimensões da Sexualidade foram disponibilizados apenas CCRs optativos.

Outro ponto que merece destaque a partir da análise do quadro acima é o tempo dedicado pelos CCRs que compõe a Educação Sexual e as suas Subcategorias, observou-se que predomina CCRs que que oferecem uma carga horária com mais de 45 horas, onde (N=10) CCRs oferecem carga horária significativa de 60 horas e (N=4) tem um tempo dedicado menor, com menos de 34 horas.

5.3.1.2.1 Subcategoria: Prática Pedagógicas em Educação Sexual

Os (N=6) CCRs que compõe esta Subcategoria propõem o estudo das “manifestações sexuais” nos espaços escolares e das práticas pedagógicas em Educação Sexual escolar. Os temas propostos propiciam a reflexão sobre a construção de relações não discriminatórias e o respeito às diversidades sexuais emergentes na contemporaneidade.

Os CCRE19 e CCRE20 buscam, a partir do estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da Sexualidade, focalizar o estudo de práticas educativas diante das manifestações sexuais que são emergentes no cotidiano escolar, o “[...] desenvolvimento psicossexual e manifestações da sexualidade no cotidiano escolar” (CCRE19; CCRE20).

Neste mesmo caminho, o CCRE25, discute importância do trabalho de “[...] informação sexual na escola e a postura do educador” (CCRM25). Propõe o estudo da Sexualidade a partir de seus aspectos biológicos, psicológicos e sócios-culturais.

Observou-se no ementário do CCRE33, que as práticas pedagógicas de educação em sexualidade orientam-se pelo entendimento do desenvolvimento da Sexualidade nos seus "[...] aspectos bio-psico-históricos e sexuais" (CCRM33).

O CCRE34 aborda a importância da Educação Sexual na atualidade, seja ela formal ou informal, implicações e responsabilidades. A disciplina dá ênfase para a "[...] evolução psicossexual da criança e do adolescente" (CCRE34).

Contudo, em se tratando da temática da Sexualidade e da Educação Sexual, torna-se imprescindível fundamentá-la em diferentes referenciais que possibilitem a análise e crítica às relações estabelecidas e assim, contribuir com o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e emancipatória ou, ainda, contribuir para a construção de possibilidades de rupturas com as relações de preconceitos e discriminações estabelecidas e muitas vezes naturalizadas (FIGUEIRÓ, 2006; GAGLIOTTO 2009, 2014; LORENZI 2017; SOARES, 2018).

Embora os CCRs não apresentem de forma explícita orientações metodológicas sobre a construção de um trabalho de Educação Sexual escolar, é possível, a partir do conteúdo das ementas, identificar que a partir do conhecimento teórico-científico sobre o tema discutido pelos CCRs, que há espaço para a discussão de práticas educativas que contemplem a diversidade cultural e proporcionem aos licenciados a construção de proposta inovadoras sobre o tema, desde a educação infantil.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que os autores mais recorrentes, citados por 02 CCRs, foi Guacira Lopes Louro, estudiosa da categoria gênero e Júlio Grappa Aquino estudioso da Sexualidade das diferenças que atravessam as práticas escolares.

5.3.1.2.2 Subcategoria: Filosofia da Educação Sexual

A segunda Subcategoria, ao aglutinar (N=5) CCRs busca discutir, a partir da trajetória histórica da Educação Sexual a sua Filosofia, as atitudes e valores que a atravessam.

Os CCRs CCRE9 e CCRE 10, apresentam em suas ementas a intencionalidade de discutir "[...] a Filosofia da Educação Sexual" (CCRE9; CCRE10) a partir de sua trajetória histórica. Buscam ainda, debater as atitudes e valores da Educação Sexual, metodologias e linguagens, manifestações da Sexualidade e a diversidade sexual no contexto escolar.

No CCRE11 observou-se que a ementa propõe o estudo da "[...] evolução Educação Sexual" (CCRE11), da dimensão social da Sexualidade e a diversidade sexual emergente no contexto escolar. Para tanto, apresenta como objetivo desenvolver competências, atitudes e habilidades que valorizam as diferentes linguagens manifestadas nas sociedades contemporâneas a partir de um trabalho sobre Sexualidade o espaço-tempo escola.

A "[...] análise do desenvolvimento sexual" (CCRE45), nos seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, da criança, do adolescente e do adulto e suas implicações na família e na escola, isto é, na educação informal e formal, está presente no CCRE45.

O CCRE51, a partir do estudo da "[...] construção cultural da sexualidade: conceitos, preconceitos, medos e tabus sexuais" (CCRE51), propõe a discussão da Educação Sexual na Educação Básica, enfatiza a importância deste espaço para construção de práticas emancipatórias de respeito às diversidades existentes nas sociedades contemporâneas.

Sobre a construção de um trabalho de Educação Sexual escolar Ribeiro (1999) argumenta que,

> [...] para o trabalho de educação sexual com crianças não se devem estruturar horários específicos, como comumente ocorre com as disciplinas curriculares. Ela deve integrar-se às atividades do dia-a-dia (1), quando a criança apresenta alguma curiosidade (2) ou tem alguma atitude em que o professore considere adequado intervir (p.169).

Contudo, um trabalho de Educação Sexual escolar necessita ocorrer em todos os níveis de ensino e ser desenvolvido a partir de uma leitura pedagógica, orientada teórico-cientificamente, para que seja desenvolvido a partir de práticas pedagógicas emancipadoras (NUNES e SILVA, 1999, 2001; NUNES, 2006).

Os CCRs de forma implícita orientam metodologicamente a Educação Sexual escolar a partir do conhecimento da sua construção histórica. Apontam para a discussão de propostas educativas que levem em consideração toda a diversidade de classe, raça/etnia, de gênero existentes e que atravessam as práticas pedagógicas na contemporaneidade.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autor mais recorrente, citado 03 vezes no mesmo CCR, foi Cézar Aparecido Nunes, estudioso da Educação e da Sexualidade emancipatória em contextos escolares.

5.3.1.2.3 Subcategoria: Dimensões da Sexualidade

A terceira Subcategoria, é composta (N=3) CCRs que pretendem realizar o estudo das dimensões da Sexualidade na criança, no adolescente e no adulto. Estes CCRs discutem as dimensões da Sexualidade, sua história e dimensão social, bem como a Educação Sexual na família e na escola, a partir da sua evolução e construção social.

O CCRE24 e o CCRM47 partem da história da Sexualidade e propõe o estudo da dimensão Social da Sexualidade. "[...] A evolução da educação sexual: sexualidade e historicidade" (CCRE24) e "[...] a construção social da sexualidade" (CCRM47). CCRE46, propõe a discussão das "[...] dimensões socioculturais da Sexualidade e Educação". Dão ênfase ao conceito de gênero e aos papéis sexuais e as implicações da Sexualidade na infância, na adolescência e na vida adulta.

Werebe (1998), ressalta que a compressão da Sexualidade na infância só acontecerá a partir do conhecimento de diferentes estudos desenvolvidos sobre a Sexualidade e que, mesmo havendo divergências teóricas sobre o comportamento sexual humano, tem-se admitido por todas as abordagens teóricas que a Sexualidade que ele comporta dimensões biológicas, psicossociais e culturais.

Metodologicamente observou-se um silêncio de todos os CCRs quanto à possibilidade de construção de práticas pedagógicas específicas para o trabalho com crianças. A ênfase está na Educação Sexual emancipatória, que leva em consideração a construção social da sexualidade e seus aspectos biopsicossexuais, conforme descritos nas ementas.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais que se sobressaísse com mais de uma citação como nas subcategorias acima.

Ao chegar ao final da análise das três Subcategorias contidas na Categoria Educação Sexual, finalizamos com um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que as compõe. Este exercício levou-nos a observar que o referencial teórico básico dos CCRs citados, de um modo geral, mostra-se sintonizado com os conteúdos propostos pelas ementas. Assim, considerando o compartilhamento da categoria teórica "educação sexual" e suas especificidades e interfaces, utilizando o critério recorrência ou singularidade e relevância, produzimos uma síntese das principais referências teóricas utilizadas por estes CCRs. Estas foram apresentadas no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Educação Sexual dos CCRs de conteúdo específico

Autor/a	Título	Ano
AQUINO, Júlio Grappa	Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas	1997
BALEEIRO, Mª Clarice e*t al*	Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa	s/d
CAMARGO, Ana Maria F. e RIBEIRO, Cláudia	Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como um tema transversal	1999
FILHA, Constantina Xavier (org.)	Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual	2009
FOUCAULT, M	História da Sexualidade I. A vontade de saber	1977
GUIMARÃES, Isaura	Educação Sexual na Escola: mito e realidade	1995
JUNQUEIRA, R. D. (org.)	Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas	2009
KUPSTAS, Márcia (Org.).	Comportamento sexual em debate	1997
Louro, Guacira Lopes, et al.	Corpo, Gênero e Sexualidade: um Debate Contemporâneo na Educação	2013
NUNES, César A	Desvendando a sexualidade	2006
NUNES, César A; SILVA Edna	A educação sexual da criança	
RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal	Educação sexual além da informação	2006
RIBEIRO, Marcos	O Prazer e o Pensar	1999
RIBEIRO, Marcos (Org.)	Educação sexual: novas ideias, novas conquistas	1993

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.3.1.3 Categoria Currículo

Esta Categoria aglutina (N=9) CCRs distribuídos em quatro Subcategorias: Educação Sexual, Políticas Públicas e Parâmetros Curriculares Nacionais CCRs (CCRE27, CCRE28 e CCRE40); Currículos, relações de gênero e Educação Básica (CCRE31, CCRE32 e CCRE48); Preconceitos e discriminações raciais e de gênero e suas manifestações nos currículos com três CCRs (CCRE37, CCRE38 e CCRE39) e Currículo e responsabilidade com um CCR (CCRE54). Os dados são explicitados no Quadro 5, ainda foram adicionados dados referentes a modalidade de oferta (obrigatória ou optativa) e respectivas cargas horárias.

Quadro 5: Categoria Currículo

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
	Educação Sexual, Políticas Públicas e os Parâmetros Curriculares Nacionais	CCRE27	Optativo	60 horas
		CCRE28	Optativo	30 horas
		CCRE40	Optativo	60 horas

Currículo	(3 CCRs)			
	Currículos, relações de gênero e a Educação Básica (3 CCRs)	CCRE31	Optativo	75 horas
		CCRE32	Optativo	Ausente
		CCRE48	Obrigatório	30 horas
	Preconceitos e discriminações raciais e de gênero e suas manifestações nos currículos (3 CCRs)	CCRE37	Optativo	60 horas
		CCRE38	Optativo	30 horas
		CCRE39	Optativo	60 horas
	Currículo e responsabilidade (1 CCr)	CCRE54	Obrigatório	60 horas

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Depreende-se que na Categoria Currículo há prevalência de CCRs optativos em relação aos obrigatórios, isto é, dos (N=9) CCRs que compõe a Categoria (N=7/77,8%) figuram como optativos e (N=2/22,2%) como obrigatórios.

Ainda observou-se que a oferta de CCRs das Subcategorias Educação Sexual, Políticas Públicas e os Parâmetros Curriculares Nacionais e Preconceitos e discriminações raciais e suas manifestações nos currículos acontece exclusivamente de forma optativa. A Subcategoria Currículos, relações de gênero e a Educação Básica tem a oferta de (N=2) CCRs optativos e (N=1) obrigatório. Na Subcategorias Corpo e Diversidade Cultural e Identidades Culturais na pós-modernidade foram localizados (N=3) CCRs optativos e (N=1) obrigatório. A Subcategoria Currículo e responsabilidade conta com (N=1) CCR obrigatório e (N=1) CCR optativo.

Outro ponto que merece destaque a partir da análise do quadro acima é o tempo dedicado pelos CCRs que compõe a Categoria Currículo e as suas Subcategorias. Observou-se que nas duas modalidades de oferta, obrigatória ou optativa, o predomínio é de CCRs que oferecem uma carga horária superior a 45 horas, em 6 dos 9 CCRs.

Nos CCRs optativos observou-se que há predomínio de carga horário maior que 45 horas, ou seja, dos (N=7) CCRs optativos localizados, (N=5) apresentam carga horária

superior a 45 horas e (N=3) apresentam carga horária menor. Em (N=1) CCR a caga horária não foi localizada. O CCRr optativo com carga horária mais expressiva é o CCRE31, com 75 horas e os que apresentam carga horária menos expressiva são o CCR28 e o CCR38 com 30 horas, estando os demais com 60 horas. Quanto aos CCRs obrigatórios observou-se que o CCRE54 disponibiliza uma carga mais expressiva com 60 horas e o CCRE48 dedica um tempo menor com apenas 30 horas.

5.3.1.3.1 Subcategoria: Educação Sexual, Políticas Públicas e os Parâmetros Curriculares Nacionais

A primeira Subcategoria reúne os CCRs que buscam refletir sobre os conceitos de Sexo, Gênero e Sexualidade, a Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares e as políticas sexuais e de gênero.

O CCRE27 e CCRE28, tem como intencionalidade o debate sobre "[...] políticas sexuais de gênero", bem como a relação entre a "[...] Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares" e as questões de gênero e sexualidade que são emergentes nos espaços educativos formais.

Para isso, o CCRE27 apresenta como objetivo "refletir sobre a diversidade de valores e comportamento relativos à sexualidade" (CCRE27) e, assim, apontar possibilidades para que o trabalho de educação em Sexualidade aconteça nos contextos escolares. Contudo, considera necessário "[...] analisar as implicações psico-sócio-culturais nas produções das identidades sexuais e de gênero" (CCRE27).

No CCRE28, observou-se que as reflexões propostas tem como intencionalidade o desenvolvimento da consciência do licenciado sobre questões como respeito e afirmação da diversidade cultural e social e existentes.

É somente no CCRE40 que foi localizado o debate específico sobre os PCNs e a Orientação Sexual, no sentido de construir um trabalho educativo sobre Sexualidade em âmbito escolar. Este está associado ao debate histórico sobre a Sexualidade e sua evolução ao longo das sociedades, "[...] privilegiando as relações de gênero e suas inter-relações com as instituições sociais (família, religião e Estado)".

Para Fleuri (2003), desde o lançamento dos PCNs em 1997, criou-se a possibilidade de discussão da pluralidade cultural como um dos temas transversais, consequentemente, o

reconhecimento da multiculturalidade e, também de uma perspectiva intercultural de educação começou a ganhar relevância nos meios educacionais.

Quanto às orientações metodológicas observou-se que apenas o CCRE27 tem como proposta apresentar possibilidade para que o/a futuro/a educador/a possa desenvolver um trabalho de Educação Sexual escolar. No CCRE28 estas orientações estão relacionadas a do conhecimento teórico-científico sobre a temática e afirmação da diversidade social e cultural. O CCRE40 não apresentou itens que versam sobre as possibilidades de um trabalho de Educação Sexual no espaço-tempo escolar.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada 2 vezes pelo mesmo CCR, foi Guacira Lopes Louro estudiosa da categoria gênero.

5.3.1.3.2 Subcategoria: Currículos, relações de gênero e a Educação Básica

A segunda subcategoria reúne (N=3) CCRs, que buscam discutir as relações de gênero, currículo e a Educação Básica, com o intuito de refletir sobre as perspectivas de gênero nas políticas de Educação no Brasil e sua relação com as construções das identidades de gênero, sexualidade, diferenças e desigualdades nos espaços escolares. Propõem ainda, analisar os impactos das políticas educacionais para as práticas pedagógicas e para a formação de professores.

O CCRE31, ao propor o debate das relações de gênero, currículo e educação básica, tem como foco o "[...] estudo das perspectivas de gênero presentes nas políticas de educação no Brasil" (CCRM31). Já o CCRE32, a partir do estudo de políticas públicas de inclusão relacionadas à Educação e nela as Relações Étnico-Raciais, inclui neste debate "[...] as relações de gênero e sexualidade no espaço escolar" (CCRM32).

O CCRE48 ao propor em sua ementa o estudo de gênero, sexualidade e seus impactos no campo educacional e no cotidiano escolar, busca fomentar a discussão sobre a importância das políticas educacionais para as práticas pedagógicas sobre e a formação de professores em Educação Sexual. Para isso, apresenta como objetivo "[...] analisar as políticas educacionais e as implicações das reflexões sobre gêneros, sexualidades e educação para a formação de educadores, visando a refletir sobre a construção de uma práxis educativa democrática, inclusiva, humanista e não sexista na sociedade brasileira contemporânea" (CCRM48).

Embora os CCRs em suas ementas propõem a discussão acerca da temática da Educação Sexual escolar, em nenhum momento localizamos orientações metodológicas no sentido de trabalhar com as crianças que passam pelos espaços escolares as temáticas imbricadas no conceito da Sexualidade na contemporaneidade.

Quanto aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais recorrente que outro, todos foram citados apenas 1 vez.

5.3.1.3.3 Subcategoria: Preconceitos e discriminações raciais e suas manifestações nos currículos

Na terceira Subcategoria foram agrupados (N=3) CCRs que discutem as diferenças de gênero e a diversidade, o racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações curriculares e no espaço socioprofissional. Os três CCRs propõem em suas ementas o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais, bem como das "[...] diferenças e diversidades de gênero na sala de aula" (CCRE37; CCRE38; CCRE39).

Observou-se que o debate sobre as questões de gênero está associado, principalmente, às questões étnico-raciais e indígenas Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), de poder, classe, raça e etnia e as bases e fundamentos para a inclusão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos escolares da Educação Básica.

Quanto aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais recorrente que outro, todos foram citados apenas 1 vez.

5.3.1.3.4 Subcategoria: Currículo e responsabilidade

Na última Subcategoria foi incluído apenas (N=1) CCR, dada sua especificidade. Este discute "[...] currículo e responsabilidade", isto é, a responsabilidade dos currículos frente as manifestações de discriminação, preconceito racial e comportamento social. Observou-se que o título do CCR "Relações étnico-raciais, gênero e diversidade", não está de acordo com a proposta na ementa do CCR, uma vez que, não se encontra, tanto na ementa quanto no referencial teórico o conceito de Gênero.

O objetivo principal da disciplina está na discussão de legislações que abordam as questões étnico-raciais e a formação do povo brasileiro. Destacamos que o CCR não deixa de fazer uma discussão curricular, pois, em seu referencial teórico basilar apresenta bibliografias com tal foco, mas, não cumpre com sua proposta de articular as discussões sobre as diversidades culturais e étnicas pós-modernas às questões de gênero proposta em seu título.

Ao chegar ao final da análise das quatro Subcategorias contidas na Categoria Currículo, finalizamos com um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que as compõe. Este exercício levou-nos a observar que o referencial teórico básico dos CCRs citados, de um modo geral, mostra-se sintonizado com os conteúdos propostos pelas ementas. Assim, considerando o compartilhamento da categoria teórica "currículo" e suas especificidades e interfaces, utilizando o critério recorrência ou singularidade e relevância, produzimos uma síntese das principais referências teóricas utilizadas por estes CCRs. Estas foram apresentadas no Quadro 6, abaixo.

Quadro 6: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Currículo dos CCRs de conteúdo específico

Autor/a	**Título**	**Ano**
ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.)	Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade	2006
APPLE, Michael W	Ideologia e currículo	1982
FARIA, N. & NOBRE, M. (orgs.)	Gênero e educação	1999
LOURO, Guacira Lopes.	Currículo, gênero e sexualidade	2000
LOURO, Guacira Lopes	Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares	1998
SADER, E. (org.)	Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático	1995

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.3.1.4 Subcategoria Formação de Professores

Esta Categoria reúne dois CCRs (CCRE17 e CCRE41), que propõe o estudo da Formação de Professores como um importante espaço que propicia subsídios para a Educação Sexual escolar. Os dados estão explicitados no Quadro 7.

Quadro 7: Categoria Formação de Professores

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Formação de Professores	**Educação Sexual, Políticas Públicas e os Parâmetros Curriculares Nacionais** (2 CCRs)	CCRE17	Optativo	60 horas
		CCRE41	Optativo	61 horas

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Na Categoria Formação de Professores foram localizados (N=2) CCRs optativos e que oferecem uma carga horária significativa, 60 e 61 horas aula. Ambos discutem a importância da formação de professores para a abordagem da diversidade que atravessa o espaço-tempo escolar para a construção de uma Educação Sexual verdadeiramente inclusiva.

O CCRE17 busca "[...] proporcionar, no processo de formação de professores, subsídios sobre as questões da sexualidade e suas relações com a educação". Para isso, defende a organização de espaços de reflexões e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores que estão envoltos nos comportamentos sexuais dos professores em relação a si e seus alunos.

O CCRE41 ao estudar "[...] a formação de professores para a abordagem da diversidade na educação escolar", prioriza questões que decorrem do conceito da Sexualidade, os quais, são tomados como constructos históricos, e seu conhecimento é fundamental para a construção da prática educativa.

Nesse sentido, Furlani (1998), propõe que um processo de formação de professores que contemple a dimensão social da Sexualidade e segue argumentando que é fundamental ao futuro professor o conhecimento teórico-científico sobre "[...] a necessidade perceber os mitos e tabus (principalmente os sexuais), como construções humanas, frutos do desenvolvimento e da interação sócio-cultural, torna-se fundamental ao trabalho de educadoras e educadoras sexuais" (p. 17).

Os CCRs desta subcategoria não apresentaram discussões metodológicas específicas quanto ao trabalho referente a Sexualidade nos espaços escolares, mesmo que tenhamos observado que no CCRE17, indicativos da necessidade de se organizar espaços que primeiramente promovam reflexões e questionamentos sobre posturas tabus, crenças e valores

a respeitos dos comportamentos sexuais dos/as professores/as em relação a si para que posteriormente este possa trabalhar a temática com seus alunos.

Quanto aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais recorrente que outro, todos foram citados apenas 1 vez.

Ao chegar ao final da análise da Subcategoria contida na Categoria Formação de Professores, finalizamos com um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que a compõe. Este exercício levou-nos a observar que o referencial teórico básico dos CCRs citados, de um modo geral, mostra-se sintonizado com os conteúdos propostos pelas ementas. Assim, considerando o compartilhamento da categoria teórica "formação de professores" e suas especificidades e interfaces, utilizando o critério recorrência ou singularidade e relevância, produzimos uma síntese das principais referências teóricas utilizadas por estes CCRs. Estas foram apresentadas no Quadro 8, abaixo.

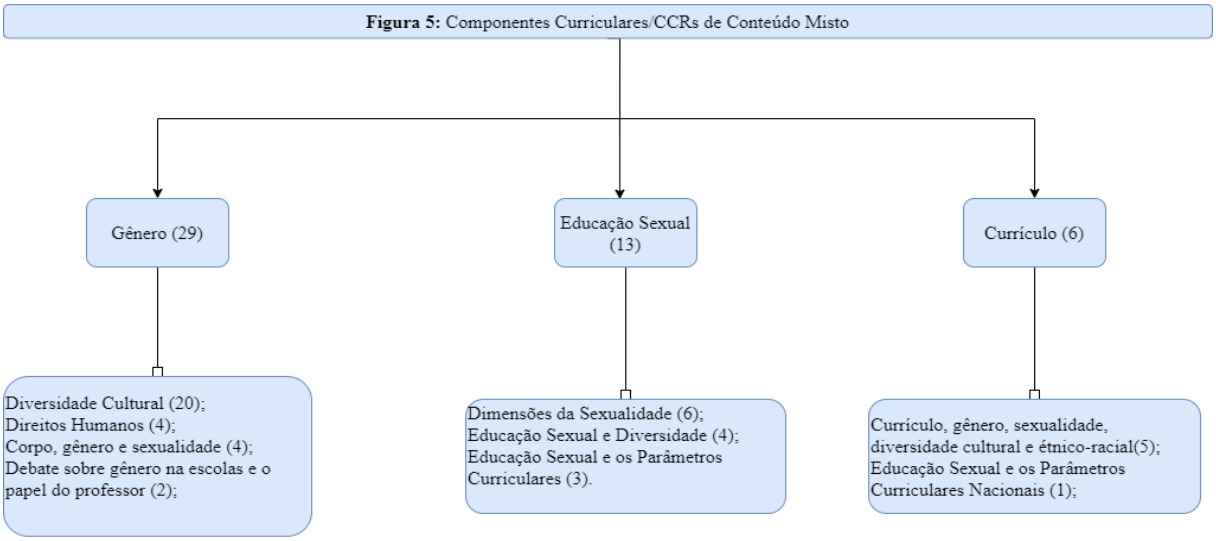
Quadro 8: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Formação de Professores dos CCRs de conteúdo específico

Autor/a	Título	Ano
BOZON, M	Sociologia da Sexualidade	2004
LOURO, Guacira Lopes	Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis	1997
PEREIRA, M. E. et. al	Gênero e Diversidade na Escola	2007

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.4 Sobre os CCRs Mistos

Nesta seção apresentamos e analisamos os (N=48) CCRs de conteúdo misto e suas Subcategorias. Esta análise, a exemplo do grupo anteriormente analisado, de CCRs de conteúdo específico, tem o objetivo de explicitar os aspectos privilegiados pelos CCRs, neste recorte, considerando o compartilhamento da carga horária com outras temáticas de interface com a Sexualidade e Educação Sexual Escolar. Conforme já explicitado, a fase demandou repetidas leituras do material de análise, articulando os elementos: títulos, objetivos, conteúdos previstos no ementário e principais referência bibliográficas. Exigiu ainda, um olhar comparativo entre os CCRs. Resultou do percurso, a definição das subcategorias apresentadas na Figura 5.



Fonte: Figura organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras.

Na sequência, a tabela 4 apresenta a oferta destes CCRs ao longo do período estudado.

Tabela 4: Categorias dos 48 CCRs de conteúdo misto

Focos temáticos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Gênero	1	1	2	-	3	1	1	-	1	1	6	2	8	2	29	60,4%
Educação Sexual	-	-	3	2	-	2	-	-	1	-	-	1	3	1	13	27,1%
Currículo	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	1	6	12,5%
Total	1	1	6	2	3	3	1	-	5	1	6	3	12	4	48	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.

Os dados apresentados na Tabela 4, assim como nos CCRs de conteúdo específico, mostram o predomínio CCRs com ênfase na Categoria Gênero, correspondendo a mais de 60% de todos os CCRs mistos ofertados, seguido por Educação Sexual e Currículo, com frequências menores.

Observa-se ainda, que a Categoria Gênero figurou como prioridade a partir de 2006, assim permanecendo até o final do período, não apresentando ocorrência apenas nos anos de 2009 e 2013 e com um importante crescente no ano de 2018. As outras duas categorias mostram instabilidade ao longo do período. Uma presença contínua verifica-se apenas a partir de 2018. Os dados mostram a adesão gradativa dos cursos de Pedagogia à abordagem da Sexualidade e Educação Sexual nos espaços educacionais, mostrando forte influência da Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015).

As Subcategorias que emergiram da Categoria Gênero priorizaram o estudo da Diversidade cultural e as Identidades culturais da pós-modernidade (20 CCRs), as questões que estão inscritas nos corpos dos sujeitos (04 CCRs), o debate sobre trajetória histórica dos Direitos Humanos e a elaboração de políticas de inclusão das minorias sociais (04 CCRs), ainda buscam debater e compreender a as questões de gênero que emergem no espaço-tempo escola e a postura do professor diante dessas manifestações (01 CCR).

Quanto a Categoria Educação Sexual, a segunda Categoria mais presente na formação ofertada ao/a pedagogo/a, com (N=13) CCRs, priorizou a discussão sobre as dimensões da Sexualidade (06 CCRs), a Educação Sexual escolar frente as diversidades (04 CCRs) e as orientações sobre Educação Sexual presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (03 CCRs).

A Categoria Currículo, com (N=6) CCRS, buscou discutir as manifestações de preconceitos e discriminações raciais, sexuais e de gênero presentes nos currículos escolares (05 CCRs) e a relação entre a Educação Sexual escolar e os Parâmetros Curriculares Nacionais (01 CCR).

Abaixo trazemos as principais evidências teóricas e metodológicas identificadas nestes CCRs. A sistematização de alguns dados nos quadros possibilitou localizar compartilhamentos e singularidades, na oferta da Educação Sexual em CCRs de conteúdo misto, pelos cursos de Pedagogia, foco desta análise.

5.4.1 Elementos teóricos e metodológicos em evidência nos ementários

Visando explicitar as intencionalidades e conteúdos priorizados na formação ofertada ao/a pedagogo/a, ou seja, os aspectos teóricos e metodológicos relativos à Sexualidade e Educação Sexual e colocados em evidência em cada CCR, estes foram agrupados em Subcategorias de análise, tendo em vista compartilhamentos destes elementos. O não compartilhamento levou-nos a gerar as diversas subcategorias, as quais são a seguir apresentadas.

5.4.1.1 Categoria Gênero

Os (N=29) CCRs aglutinados nesta Categoria formam quatro Subcategorias. Deste total (N=20) CCRs (CCRM4, CCRM5, CCRM7, CCRM8, CCRM9, CCRM15, CCRM25, CCRM27 CCRM29, CCRM31, CCRM32, CCRM34, CCRM35, CCRM36, CCRM37, CCRM40, CCRM41, CCRM44, CCRM45 e CCRM46) levantaram compressões sobre a diversidade cultural e as identidades culturais emergentes na pós-modernidade, quatro (CCRM1, CCRM10, CCRM20 e CCRM33) buscam relacionar a compressão da trajetória histórica dos Direitos Humanos e a construção de políticas de inclusão associadas às teorias feministas e gênero, quatro (CCRM3, CCRM26, CCRM39 e CCRM47) constroem um debate sobre as questões do corpo, e um (CCRM2) realiza o debate sobre as questões de gênero que emergem nos contextos escolares e a postura do professor.

O Quadro 9 mostra o conjunto destes CCRs por subcategorias, adicionando-lhes a modalidade de oferta (obrigatória ou optativa) e respectivas cargas horárias.

Quadro 09: Categoria Gênero

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Gênero	**Diversidade cultural e identidades culturais na pós-modernidade** (20 CCRs)	CCRM4	Obrigatório	60 horas
		CCRM5	Obrigatório	80 horas
		CCRM7	Obrigatório	72 horas
		CCRM8	Obrigatório	30 horas
		CCRM9	Obrigatório	80 horas
		CCRM15	Optativo	45 horas
		CCRM25	Obrigatório	68 horas
		CCRM27	Obrigatório	60 horas
		CCRM29	Obrigatório	45 horas
		CCRM31	Optativo	30 horas
		CCRM32	Obrigatório	75 horas
		CCRM34	Obrigatório	60 horas
		CCRM35	Optativo	Ausente
		CCRM36	Obrigatório	60 horas

		CCRM37	Obrigatório	60 horas
		CCRM40	Obrigatório	60 horas
		CCRM41	Obrigatório	60 horas
		CCRM44	Obrigatório	60 horas
		CCRM45	Obrigatório	60 horas
		CCRM46	Obrigatório	60 horas
	Direitos Humanos (4 CCRs)	CCRM1	Obrigatório	72 horas
		CCRM10	Obrigatório	64 horas
		CCRM20	Optativo	64 horas
		CCRM33	Obrigatório	60 horas
	Corpo, gênero e sexualidade (5 CCRs)	CCRM2	Obrigatório	60 horas
		CCRM3	Obrigatório	60 horas
		CCRM26	Obrigatório	30 horas
		CCRM39	Obrigatório	60 horas
		CCRM47	Obrigatório	60 horas

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Depreende-se que na Categoria Gênero há prevalência de CCRs obrigatórios em relação aos optativos, isto é, dos (N=29) CCRs que compõe a Categoria (N=25/86,2%) figuram como obrigatórios e (N=4/13,8%) como optativos. Esta distribuição, quanto à modalidade de oferta, está assim distribuída: na Subcategoria Corpo, Gênero e Sexualidade a oferta é exclusivamente obrigatória; Corpo e Diversidade Cultural e Identidades Culturais na pós-modernidade foram localizados (N=3) CCRs optativos e (N=17) obrigatórios.

Outro ponto que merece destaque a partir da análise do quadro acima é o tempo dedicado pelos CCRs que compõe a Categoria Gênero e as suas Subcategorias, observou-se que nas duas modalidades de oferta, obrigatória ou optativa, o que predomina são os CCRs que oferecem uma carga horária com mais de 60 horas, em (N=23) dos (N=29) CCRs.

Nos CCRs obrigatórios, há predomínio de carga horária de 60 horas em (N=15) CCRs, o CCRM5 e o CCRM9 são os que apresentam maior carga horária com 80 horas, seguidos pelo CCRM32 com 75 horas, CCRM7 e CCRM1 com 72 horas, CCRM25 com 68 horas e CCRM10 com 64 horas, o CCRM29 é o que apresenta menos tempo dedicado para a discussão, com 45 horas.

Nos (N=4) CCRs optativos, observou-se que o CCR com carga horária mais expressiva é o CCRM20 com 64 horas e os que apresentam carga horária menos expressiva foram CCRM15 com 45 horas e CCRM31 com 30 horas, o CCRM35 não disponibilizou sua carga horária.

Em síntese e, em uma análise comparativa com os CCRs de conteúdo específico, observa-se que os CCRs de conteúdo misto são ofertados majoritariamente na forma de CCRs obrigatórios e a carga horária se mostra mais regular e com dedicação maior de tempo neste grupo. Um estudo mais específico, em diálogo com os sujeitos formadores vinculados aos respectivos cursos de graduação investigados, poderá trazer novos elementos para inferências mais precisas sobre este comportamento do currículo de formação inicial dos docentes da área de Pedagogia.

5.4.1.1.1 Subcategoria: Diversidade Cultural e as Identidades Culturais na Pós-modernidade

A primeira Subcategoria é formada por (N=20) CCRS, que discutem as relações de gênero, raça, etnia e poder na constituição educacional brasileira e as principais tendências que emergem na educação contemporânea. Ainda, buscam discutir a sociedade constituída de identidades plurais, multiculturais, com base nas diferenças de raça, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos e as diversidades culturais, as identidades culturais da pós-modernidade, buscando articulações com o campo educativo, inserido nas tramas sociais.

Os CCRs CCRM4, CCRM5, CCRM9, CCRM25, CCRM36, CCRM37 e CCRM40, buscam discutir as principais tendências e perspectivas da educação no Brasil a partir do

estudo das relações de gênero, raça, etnia, classe e poder na constituição histórica da educação brasileira, a partir um debate transversal, associado com os campos de conhecimento da Sociologia da Educação e da História da Educação, de "[...] identidade, etnicidade, raça, gêneros, cultura e tecnologias na sociedade contemporânea. [...] Diversidade, alteridade e suas repercussões sobre diferenças e desigualdades relacionadas a multiculturalismo, interculturalidade, alternativas e políticas de reconhecimento, com ênfase no processo de socialização, práticas educativas, escola e temas curriculares" (CCRM36; CCRM37).

Os CCRM15, CCRM27, CCRM32, CCRM41 CCRM45 e CCRM46 destacam ser necessário a análise das dinâmicas sociais, ou seja, "[...] estudo dos conceitos de igualdade/desigualdade, diversidade, diferença e exclusão/inclusão. Análise das dinâmicas sociais de classe social, gênero/sexualidade e raça/etnia na sociedade e na educação" (CCRM27).

São CCRs que dão ênfase ao estudo da Educação Intercultural, que leve em consideração a diversidade como condição que constitui o humano, sendo assim necessário o estudo da cultura como universo simbólico, que caracteriza os diferentes grupos humanos que emergem nas sociedades contemporâneas, "[...] a diversidade como constituinte da condição humana. Questões e tensões no cotidiano da escola: gênero, sexualidade, religiosidade, educação étnico-racial" (CCRM32).

Fomentam ainda a discussão sobre a cultura das políticas de identidades e movimentos sociais, como práticas e ações coletivas que abarcam a dimensão cultural na luta política por direitos, equidade e igualdade, por isso destacam as "[...] questões culturais de luta políticas relacionadas à etnicidade, raça, gênero, geração e classe social. Políticas afirmativas e políticas de reconhecimento (CCRM15)".

Os CCRM34, CCRM35 e CCRM44, destacam que os temas contemporâneos que tem atravessado o sistema educacional brasileiro devem partir de uma educação que considera "[...] estratégias culturais e de classes sociais. Diversidades e desigualdades sociais. Gênero, etnia e educação" (CCRM34), no sentido de superar as desigualdades e diversidades sociais, sejam elas associadas às diferenças étnicas, raça ou gênero". Consideram, a Educação Multicultural, como uma categoria descritiva, analítica e histórica, que engloba a convivência entre diferentes grupos culturais em um mesmo contexto social, isto é, consideram "[...] os territórios como constitutivos das relações das culturas que ali se constroem, como espaços resultantes de relações sociais, étnico-raciais, de gênero e outras, assim como resultantes das

relações com as pessoas mantém com o ambiente" (CCRM44). Propõem ainda o estudo das diferenças de classe, etnia e gênero, portanto, a partir dos conceitos e abordagens sociológicas, estuda as "[...] manifestações da cultura brasileira: cultura popular, cultura de massa, homogeneização da sociedade e suas relações com os processos educativos" (CCRM35).

É diante deste contexto que, Candau (2012), ressalta a urgência de se trabalhar as questões referentes ao reconhecimento e a valorização das diferenças culturais no ambiente escolar. Para a autora, é necessário se fazer a defesa de uma educação intercultural que considere as múltiplas problemáticas, sejam elas de gênero, orientação sexual, étnica, religiosa, geracional entre outras que emergem atualmente.

Os CCRs CCRM7, CCRM8, CCRM29 e CCRM31, realizam uma discussão conceitual e histórica acerca de conceitos que emergem na contemporaneidade, com destaque para Gênero, Raça e Classe, com foco na área das Ciências Sociais, "[...] desenvolvimento de noções de temporalidade e de conceitos históricos, com destaque para demandas contemporâneas de gênero, raça e classe (CCRM29; CCRM31). Propõem a discussão sobre as diferentes vertentes teóricas e metodológicas das Ciências Sociais, sobre a constituição da sociedade e sua complexa estruturação, tecem discussões sobre "[...] as grandes questões da contemporaneidade como: pós-colonialismo, questões étnico-raciais, de gênero e questão ambiental, inerente ao pensamento contemporâneo nas variadas dimensões" (CCRM7),

Quanto as orientações metodológicas propostas pelos CCRs no sentido de desenvolver no espaço-tempo escolar um trabalho sobre Educação Sexual, na interface com os grandes eixos temáticos destacados, observamos que apenas o CCRM9, associado à metodologia de ensino da Educação Infantil, os CCRs CCRM27 e CCRM35, associados à metodologia de ensino da Sociologia da Educação, os CCRs CCRM29 e CCRM31 associado ao ensino de História e o CCRM44 associado às metodologias do ensino da História e da Geografia, trazem orientações didáticos-pedagógicas, tendo como foco apenas uma discussão mais conceitual sobre as relações de gênero, raça, etnia, classe e poder.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada 02 vezes, foi Vera Maria Candau, estudiosas da categoria gênero e sua relação com a educação intercultural e o cotidiano escolar.

5.4.1.1.2 Subcategoria: Direitos Humanos

Na segunda subcategoria temos (N=4) CCRs que fazem a análise nas bases conceituais dos Diretos Humanos e a articulação com a educação, norteada pelas questões de classe, gênero, orientação sexual, raça e etnia, a fim de construir ações complexas que superem todas as formas de exclusão, o foco parece estar na compreensão teórica destes conceitos que estão associados a discussão conceitual dos Direitos Humanos, questões que são emergentes das sociedades contemporâneas e que necessitam ser discutidas a partir de conhecimento teórico-científico.

O CCRM1 associa a compreensão das bases conceituais dos Direitos Humanos as interculturalidades contemporâneas e o seu reconhecimento sejam elas de "classe, gênero, raça/etnia, natureza e meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos. Direitos Humanos, violência e punição na contemporaneidade".

A reflexão sobre a produção de significados e das realidades educacionais, bem como dos problemas sociais associados a discussão dos direitos humanos no sentido de "[...] superação de todas as formas de exclusão, sejam elas sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, gênero, políticas e outras" está proposta na ementa dos CCRs CCRM10, CCRM20 e CCRM33, que associam esta compreensão aos problemas socioculturais e educacionais a partir da discussão sobre Direitos Humanos.

Não foram encontradas orientações metodológicas que pudessem instrumentalizar os licenciados para a construção de um trabalho de Educação Sexual escolar associado aos Direitos Humanos, o foco parece estar na compreensão teórica dos conceitos.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que o autor mais recorrente, citada 02 vezes, Cliford Geertz, antropólogo estudioso das culturas. Todos os demais foram citados apenas 1 vez.

5.4.1.1.3 Subcategoria: Corpo, gênero e sexualidade

A terceira Subcategoria aglutina (N=4) CCRs, problematizam os corpos e os gêneros que criam e recriam novas formas de ser e (re)existir nas sociedades contemporâneas. O corpo disciplinado e de controle nos processos sociais, políticos e educacionais e do trabalho.

O CCRM2, propõe discutir e debater sobre gênero na escola e o papel do professor diante destas questões que emergem nos contextos escolares. Propõe estudos acerca do Multiculturalismo, Interculturalismo e de uma didática Intercultural, no sentido refletir propostas para contexto educacional sobre questões conflituosas que emergem neste espaço e estão relacionadas às questões de gênero e étnico raciais.

Observou-se que os CCRs CCRM3 e CCRM39 problematizam os aspectos históricos, antropológicos e culturais em que o corpo está inscrito corpo, disciplina, gênero e sexualidade, além da relação com o outro, consciência corporal e a identidade. O movimento é evidenciado como um recurso de prazer "o direito de movimentar-se" (CCRM39). Ainda debatem as compreensões sobre o corpo na atualidade "[....] corpo e sexualidade e corpo e gênero, em interlocução com a avaliação crítica dos aspectos concernentes às práticas planejadas e implementadas na educação básica". Os CCRs partem de uma concepção de corpo como uma construção histórico-cultural, se propõe a estudar a temática referente ao corpo na contemporaneidade e suas relações com gênero e sexualidade, aprofundando o estudo sobre as relações entre o corpo na educação básica e as práticas adotadas por pedagogos.

Associado ao aprofundamento dos conhecimentos científicos em Ciências o CCRM26 estuda "[...] metodologias para o Ensino de Ciências com crianças, jovens e adultos. Corpos, os gêneros e as sexualidades.

No CCR47 as questões referentes a diferença e diversidade cultural estão associadas a compreensão do corpo como uma superfície da inscrição, plástica, mutável e que pode ser moldada, marcada e produzida de acordo com o tempo histórico em que se inscreve. O CCR propõe o estudo das "[...] teorias Modernas e Contemporâneas sobre a construção e si e do outro. Os processos de discriminação e hierarquização da diferença e seus efeitos na educação escolar. Alteridade, diálogo e ética na Educação", além dos marcadores sociais gênero, sexualidade e seus efeitos nos processos educativos formais.

O CCRM26, associado à metodologia do Ensino de Ciências, foi o único CCR que apresentou orientações metodológicas no sentido de orientar o desenvolvimento didático-pedagógico da temática da Educação Sexual no espaço-tempo escola.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada 02 vezes, foi Vera Maria Candau, estudiosas da categoria gênero e da educação intercultural.

Ao final das análises das Subcategorias empreendida na Categoria Gênero e fazendo um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que a compõe, observou-se que as bases teóricas que orientam as discussões nos CCRs analisados mostram-se atualizadas e relevantes para o estudo e debate das temáticas priorizadas. Formam priorizadas as discussões sobre cultura, gênero e sexualidade dentro de suas especificidades, quer porque se repetem muitas vezes ou por suas singularidades e contribuições ao estudo do tema na formação dos Pedagogos/as. Os dados estão no Quadro 10.

Quadro 10: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Gênero dos CCRs de conteúdo misto

Autor/a	Título	Ano
AGUADO, María José Díaz	Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa	s/d
ALMEIDA, José Ricardo Pires de	Instrução Pública no Brasil (1500-1889)	2000
AZEVEDO, Francisca L. et al.	Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação	1997
BATISTA, C. A	Educação e sexualidade**:** um diálogo com educadores	2008
BAUMAN, Zygmunt	A cultura no mundo líquido moderno	2013
BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org.)	Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo	2004
CANCLINI, N.G	Culturas híbridas	1998
CANDAU, Vera Maria (Org.).	Educação intercultural e cotidiano escolar	2006
CANDAU, Vera Maria (Org.).	Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas	2002
CANDAU, Vera Maria (Org.).	Didática crítica intercultural – aproximações	2012
CARVALHO, Edgar de Assis	Enigmas da cultura	2003
CERRI, Luis Fernando	Ensino de história e consciência histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea	2011
FARIA, Ana Lúcia G. de	Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte	2006
FLEURI, Reinaldo Matias (Org.).	Intercultura: estudos emergentes	2002
FRAXE T.J.P.	Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e	2009

	transculturalidade	
FREITAS, Marcos Cezar de (Org.).	Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude	2006
FURLANI, Furlani	Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças	2011
GEERTZ, Clifford	A interpretação das culturas	1989
GEERTZ, Clifford	Nova luz sobre a antropologia	2001
GOMES, Nilma Lino (Org).	Um olhar além das fronteiras. Educação e relações raciais	2007
HALL, Stuart	A identidade cultural na Pós-Modernidade	2006
LE BRETON, D	A sociologia do corpo	2006
LOURO, Guacira Lopes	Gênero, sexualidade e educação	1997
LOURO, Guacira Lopes	Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista	2004
McLAREN, Petter	Multiculturalismo crítico	1997
RIBEIRO, Darcy	O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil	1995
SKLIAR, Carlos	Pedagogia do Improvável e da diferença: e se o outro não estivesse aí?	2003
SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.)	Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola	
SILVA, Tomaz Tadeu (org.).	O que é, afinal, Estudos Culturais?	1999
WARNER, Marina	Da fera à loira: sobre contos de fadas e seus narradores	1999

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.4.1.2 Categoria Educação Sexual

Esta categoria reúne um conjunto de (N=13) CCRs, onde seis discutem as dimensões da Sexualidade (CCRM12, CCRM14, CCRM17, CCRM18, CCRM22 e CCRM24), quatro debatem a Educação Sexual e a educação para a diversidade (CCRM6, CCRM28, CCRM30 e CCRM38) e três associam a Educação e a relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (CCRM11, CCRM42 e CCRM43).

O Quadro 11 mostra o conjunto destes CCRs por subcategorias, a estes dados foram adicionados a modalidade de oferta (obrigatória ou optativa) e respectivas cargas horárias.

Quadro 11: Categoria Educação Sexual

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Educação Sexual	**Dimensões da sexualidade** (6 CCRs)	CCRM12	Obrigatório	60 horas
		CCRM14	Optativo	51 horas
		CCRM17	Optativo	72 horas
		CCRM18	Obrigatório	75 horas
		CCRM22	Obrigatório	60 horas
		CCRM24	Obrigatório	60 horas
	Educação Sexual e Diversidade (4 CCRs)	CCRM6	Optativo	60 horas
		CCRM28	Optativo	45 horas
		CCRM30	Optativo	30 horas
		CCRM38	Obrigatório	72 horas
	Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais (3 CCrs)	CCRM11	Optativo	Ausente
		CCRM42	Obrigatório	60 horas
		CCRM43	Obrigatório	Ausente

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Observou-se que na Categoria Educação Sexual há certo equilíbrio entre CCRs obrigatórios e optativos. Dos (N=13) CCRs que compõe a Categoria, (N=7/53,9%) figuram como obrigatórios e (N=6/46,1%) como optativos, assim distribuídos: na Subcategoria Dimensões da Sexualidade há a oferta de (N=4) CCRs obrigatórios e (N=2) optativos; na Subcategorias Educação Sexual e Diversidade foram localizados (N=3) CCRs optativos e (N=1) obrigatório cada e, por fim, a Subcategoria Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares nacionais conta com (N=2) CCRs obrigatórios e (N=1) CCR optativo.

Com 75 horas, o CCRM18 é o que apresenta maior carga horária, seguido pelo CCRM38 com 72 horas, o CCRM12, CCRM22, CCRM24 e CCRM42 com 60 horas cada um.

Nos CCRs optativos observou-se o CCRM17 com carga horária de 72 horas, CCRM6 com 60 horas, CCRM14 com 51 horas e CCRM28 com 45 horas. Por fim, o CCRM30, com 30 horas, é o que apresenta menor carga horária dedicada.

Em síntese e, em uma análise comparativa com os CCRs de conteúdo específico, observa-se que os CCRs de conteúdo misto são ofertados majoritariamente na forma de CCRs obrigatórias e a carga horária mostra mais regularidade. Como já apontado, um estudo mais específico, em diálogo com os sujeitos formadores vinculados aos respectivos cursos de graduação investigados, poderá trazer novos elementos para inferências mais precisas sobre este comportamento do currículo de formação inicial dos docentes da área de Pedagogia.

5.4.1.2.1 Subcategoria: Dimensões da Sexualidade

A primeira Subcategoria é composta por (N=6) CCRs que pretendem realizar o estudo das dimensões da Sexualidade na criança, no adolescente e no adulto, além da Educação escolar associada às questões emergentes na contemporaneidade, enquanto relações de classe, gênero e etnia, constituintes e constituidoras de desigualdades sociais. Estes CCRs têm como intenção debater os temas contemporâneos em educação associados aos conceitos de gênero e sexualidade, diversidade e diferença.

O CCRM12 associa ao campo do conhecimento da Psicologia e a intervenção psicológica em diferentes contextos educativos "[...] os temas contemporâneos em educação: sucesso e fracasso escolar, indisciplina e violência, **gênero e sexualidade**, **diversidade e diferenças na educação**".

A Sexualidade e a Educação Sexual como condição para o desenvolvimento de crianças de zero aos 13 anos está apresentada no CCRM14, que busca ao lado do debate sobre hábitos saudáveis, destacar os sinais e sintomas de doenças infecciosas e não infecciosas na infância, para isso coloca como necessário o conhecimento sobre a Sexualidade.

No CCRM17 a Sexualidade é colocada como uma potência genética que não se configura como uma mera condição do humano, mas como o próprio humano, ao lado de questões como "[...] vitalidade, criatividade, sexualidade, afetividade e transcendência".

A problematização das formulações freudianas sobre "[...] inconsciente, sexualidade, pulsão, linguagem, transferência" é proposta pelo CCRM18, que busca na psicanálise

embasamento conceitual e teórico para a constituição de práticas e saberes que estejam relacionadas com o campo da Educação contemporânea.

Nos CCRs CCRM22 e CCRM24 a Sexualidade é problematizada junto ao entendimento do nascimento da categoria criança no ocidente "[...] construção do sujeito, o infantil e a sexualidade" (CCRM22; CCRM24), esta problematização está associada à importância da escola para sua socialização, desenvolvimento e aprendizagem. O CCR ainda discute os problemas psicológicos e suas somatizações na infância.

As orientações metodológicas embora não tenham sido apresentadas pelos CCRs em item específico, seu conteúdo, como foco na compreensão teórica dos conceitos que estão associados a discussão conceitual sobre as dimensões da sexualidade nas diferentes fazes do desenvolvimento humano, deixam ver possibilidades, implícitas, desta articulação teoria e prática.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que o autor mais recorrente, citado 03 vezes pelo mesmo CCR, foi Sigmund Freud, seguido por Julio Groppa Aquino, citado 02 vezes.

5.4.1.2.2 Subcategoria: Educação Sexual e Diferença

Na segunda Subcategoria estão agrupados (N=4) CCRs que buscam refletir a Educação Sexual e a diversidade a partir dos conceitos de cultura, identidade e diferença.

No CCRM6 está proposto o debate da educação intercultural e a escola como um espaço de encontro intercultural para isso o CCR debate sobre questões e tensões que estão presentes no cotidiano coletivo e individual "gênero, raça, orientação sexual e religião". Ainda busca apresentar estratégias para uma educação intercultural.

O CCRM28 realiza o estudo da Educação e da Educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia, "[...] enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais". Para isso, problematiza os movimentos de imposição e resistência em diferentes contextos e relações educativas. O estudo proposto pelo CCR está associado com práticas e perspectivas de pesquisa em História da Educação.

A importância do conhecimento dos marcadores sociais que atravessam a constituição da identidade discente e docente está proposto no CCRM30, que "[...] objetiva criar condições para os alunos analisarem/articulares os saberes, os poderes, as competências e habilidades a

partir do conhecimento de questões raça/etnia, gênero, geração e outros marcadores sociais" que são emergentes na contemporaneidade.

A escola e a diversidade, "[...] a atuação do professor diante da diversidade étnica, de gênero, cultural e biológica e social", é o estudo proposto pelo CCRM38, que dá ênfase ao contexto heterogêneo e à diversidade inerente, na qual as práticas docentes estão inscritas.

Quanto as orientações metodológicas, embora não tenham sido apresentadas pelos CCRs em item específico, observou-se que apenas o CCRM6 e CCRM28 apontam possibilidades de aproximações de estratégias pedagógicas a uma perspectiva de educação intercultural que leva em consideração as tensões no cotidiano escolar associadas a gênero, raça, orientação sexual, entre outras. Os CCRs CCRM30 e CCRM38 não apresentam possibilidades metodológicas, no sentido da construção de um trabalho sobre as sexualidades emergentes nas sociedades contemporâneas com os pequenos.

Referente aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que a autora mais recorrente, citada por 02 CCRs, foi Vera Maria Candau estudiosas da categoria gênero e sua relação com a educação intercultural. Os demais autores foram citados apenas uma vez.

5.4.1.2.3 Subcategoria: Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais

Na terceira Subcategoria foram aglutinados (N=3) CCRs que discutem a Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a partir do estudo dos temas transversais e a possibilidade do trabalho de "Orientação Sexual" na escola, assim como proposto pelo documento.

Os três CCRs tem como proposta o estudo da Educação Sexual escolar a partir dos desafios e perspectivas postos nos PCNs e o ensino de Ciências, "[...] a orientação sexual na escola; os problemas da informação sexual e o papel da escola na busca da orientação sexual (CCRM11)". Nenhuma orientação metodológica foi encontrada. Também Não foram encontrados referenciais teóricos que amparassem teoricamente a discussão proposta por estes CCRs.

Ao final das análises das Subcategorias empreendida na Categoria Educação Sexual e fazendo um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que a compõe, observou-se que as bases teóricas que orientam as discussões nas CCRs analisados

mostram-se atualizadas e relevantes para o estudo e debate das temáticas priorizadas. Formam priorizadas as discussões sobre cultura, relação entre teoria e práticas pedagógicas e conhecimentos associados sobre as formulações freudianas sobre psicanálise dentro de suas especificidades, quer porque se repetem muitas vezes ou por suas singularidades e contribuições ao estudo do tema na formação dos Pedagogos/as. Os dados estão no Quadro 12.

Quadro 12: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Educação Sexual dos CCRs de conteúdo misto

Autor/a	Título	Ano
ABRÃO, J.L.F.	As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX	2006
ADORNO, T.W	Educação e emancipação	1985
AQUINO, J. G. (org.).	Indisciplina e violência na escola: alternativas teóricas e práticas	1998
AQUINO, J. G. (org.).	Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas	2001
ARANTES, V. A. (org.).	Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas	2007
CANDAU, Vera Maria	Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas	2002
CANDAU, Vera Maria	Educação intercultural e cotidiano escolar	2006
CANDAU, Vera Maria	Reinventar a Escola	1998
CANEN, A. &SANTOS, A. R.	Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores em Educação	2009
CANEN, A. &SANTOS, A. R.	O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação	2007
DUBET, François	O que é uma escola justa? A escola das oportunidades	2008
FLEURI, Reinaldo Matias (org)	Educação Intercultural: mediações necessárias	2003
FREUD, Sigmund. (1929).	O mal-estar na civilização	2011
FREUD, Sigmund. (1012).	Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental	1996
FREUD, Sigmund. (1915).	Sobre a transitoriedade	1996
HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; GARCIA, Maria Manuela Alves	Trabalho docente: Formação e Identidades	s/d

(orgs.).		
LAROSSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (org)	Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença	2001
LOURO, Guacira Lopes	O corpo educado – pedagogias da sexualidade	2001
MCLAREN, Petter	Multiculturalismo crítico	2000
MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M.	Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas	2011
NAJMANOVICH, D	O sujeito encarnado	2001
OLIVEIRA, M. K. REGO, T. TRENTO, D	Psicologia e Educação: temáticas da vida contemporânea	2002
SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.).	Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais	s/d
SOMMER, Luís Henrique, BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.).	Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens	s/d

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.4.1.3 Categoria Currículo

Esta categoria reúne (N=6) CCRs, dos quais, cinco (CCRM13, CCR16, CCRM19, CCRM21 e CCRM23) estudam o currículo escolar e as questões de gênero, sexualidade, diversidade e étnico-racial e as manifestações de preconceitos no contexto do currículo e da escola. Um CCR (CCRM48) discute a Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os dados são apresentados no Quadro 13.

Quadro 13: Categoria Currículo

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CCRs	NATUREZA DA OFERTA: OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO	CARGA HORÁRIA
Currículo	**Currículo, gênero, sexualidade, diversidade cultural e étnico-racial**	CCRM13	Obrigatório	68 horas
		CCRM16	Obrigatório	60 horas
		CCRM19	Obrigatório	60 horas
		CCRM21	Obrigatório	60 horas

	(5 CCRs)	CCRM23	Obrigatório	90 horas
	Educação sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1 CCR)	CCRM48	Obrigatório	Ausente

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

Observou-se que na Categoria Currículo todos os CCRs configuram-se como obrigatórios. Dos (N=6) CCRs que compõe esta categoria, apenas um não disponibilizo sua carga horária. Com 90 horas o CCRM23 é o de maior carga horária, seguido pelo CCRM13, com 68 horas, o CCRM16, CCRM19, e CCRM21 apresentam 60 horas cada.

Em síntese e, em uma análise comparativa com os CCRs de conteúdo específico, observa-se que os CCRs de conteúdo misto todos são ofertados na forma de CCRs obrigatórios enquanto nos CCRs específicos figuram majoritariamente como optativos e a carga horária se mostra mais regular com carga horária superior a 60 horas aula.

5.4.1.3.1 Subcategoria: Currículo, gênero, sexualidade, diversidade cultural e étnico-racial

Na primeira Subcategoria temos agrupados (N=5) CCRs que discutem as questões de gênero e diversidade, racismo, preconceito e discriminação racial e suas manifestações curriculares e no espaço socioprofissional. Estudam a conceituação de currículo em diferentes contextos e influências históricas de gênero, étnica e de classe. Procuram discutir o currículo e as diversidades culturais nas políticas curriculares nacionais.

A partir do estudo das Políticas curriculares do país como Parâmetros Curriculares Nacionais e Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os CCRs CCRM13 e CCRM16 contemplam questões relativas à raça, gênero, corpo, necessidades especiais e diferenças, com crianças de zero a seis anos. Ainda, estudam a "[...] conceituação de currículo em diferentes contextos e as influencias históricas, de gênero, étnica e de classe", isto é, realizam o estudo do currículo e a diversidade cultural, contextualizado a questões econômicas, culturais e sociais.

Com o objetivo de "[...] estabelecer relação entre educação, direitos humanos e diversidade em uma perspectiva de construção da escola democrática, que reconheça e valorize a diversidade e a dignidade humana como princípio formativo", o CCRM 19 estuda a escola, o currículo e a diversidade, no sentido da compreensão da formação cidadã que leva em consideração toda a diversidade existente. Assim, a educação e sua interface com as relações étnicos-raciais e o enfrentamento do racismo, da discriminação e dos preconceitos relacionados às diferenças de gênero está na pauta do CCR.

O CCRM21 tem como proposta de estudo a escola, o currículo e as questões étnico-raciais que emergem no contexto da educação básica. Contudo, o estudo das "[...] relações étnico-raciais, identidades de gênero na educação brasileira" acontece a partir das políticas das ações afirmativas no contexto brasileiro. Escola currículo e a questão étnico-racial na educação básica".

Não foram observadas nestes CCRs orientações didáticos-pedagógicas no sentido da construção de um currículo que contemple a Educação Sexual emancipatória e que leve em consideração a diversidade existente e que atravessam as práticas escolares.

Quanto aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais recorrente que outro, todos foram citados apenas 1 vez.

5.4.1.3.2 Subcategoria: Educação sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais

A segunda Subcategoria reúne (N=1) CCR, que busca refletir sobre os conceitos sexo, gênero e sexualidade, a Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares e as políticas sexuais e de gênero, a fim de refletir sobre a diversidade de valores e comportamentos referentes à sexualidade, além de apontar possibilidades e orientações metodológicas para que o/a professor/a possa desenvolver atividades de educação Sexual no espaço-tempo escolar.

Quanto aos referenciais teóricos que amparam teoricamente a discussão proposta por estes CCRs observou-se que não houve autor mais recorrente que outro, todos foram citados apenas 1 vez.

Ao final das análises das Subcategorias empreendida na Categoria Currículo e fazendo um olhar focalizado no conjunto das orientações teóricas priorizadas pelos CCRs que a compõe, observou-se que as bases teóricas que orientam as discussões nos CCRs analisados

mostram-se atualizadas e relevantes para o estudo e debate das temáticas priorizadas. Os dados estão no Quadro 14.

Quadro 14: Principais referências teóricas priorizadas na Categoria Currículo dos CCRs de conteúdo misto

Autor/a	Título	Ano
ESTEBAN, Maria Terena	Escola, currículo e avaliação	1990
BAZÍLIO, L. C. & KRAMER, S.	Infância, educação e direitos humanos	2003
CANDAU, Vera Maria (Coord.)	*Somos todos iguais?* Escola, discriminação e educação em direitos humanos	2003
CASALI, Alípio; CASTILHO, Suely Dulce de.	Diversidade na Educação: Implicações Curriculares	2016
CRAYDY, C. & KAERCHER, G. E.	. Educação Infantil: Pra que te quero?	2003
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa.	Currículos e programas no Brasil	1990
SILVA, Kelly da	Currículo e Gênero: a sexualidade na formação docente	2015
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CARDOSO, Maria Helena Fernandes. (Org.).	Escola Fundamental: currículo e ensino	1995

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir dos PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras.

5.5 Entrelaçando os fios: uma breve síntese

Tendo em vista o objetivo deste estudo, de identificar como tem se constituído a formação inicial do/a pedagogo/a para a abordagem da temática da Sexualidade e da Educação Sexual em âmbito escolar, uma análise pormenorizada foi realizada a partir de uma amostra composta por (N=103) CCRs ligados à temática foco e ofertados por (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia em Universidades Públicas Federais do país. Os (N=103) CCRs foram analisados inicialmente a partir de duas categorias, conforme a natureza dos conteúdos ofertados: **CCRs de conteúdo específico e CCRs de conteúdo misto**. A análise pormenorizada dos ementários destes CCRs, obtidos nos PPP/PPC dos citados cursos, nos levou a aglutiná-los em quatro Categorias que emergiram do próprio material analisado: Gênero, Educação Sexual, Currículo e Formação de Professores.

Ao iniciar o caminhar desta pesquisa, desde a definição do recorte temático e dos objetivos sob os quais o estudo iria se desenvolver, tínhamos como hipótese de que encontraríamos pouca disponibilidade de CCRs ofertados pelas Licenciaturas em Pedagogia, visto que, estudos citados em nossa revisão bibliográfica, apresentaram para a escassez de oferta de CCRs e/ou outros espaços de formação que se dedicassem ao estudos dos temas que estão circunscritos em torno da temática da Sexualidade (FERREIRA, 2013; HAMPEL, 2013; GOMES, 2016; SANTOS, 2016; SOARES, 2018).

Outra hipótese que se fez presente no início da busca focalizada nos PPP/PPC pelos CCRs foi a de que os CCRs de conteúdo específico poderiam apresentar maior foco no desenvolvimento psicossocial da sexualidade da criança e na necessidade de formação docente. Ou seja, que estes CCRs oportunizassem ao/a licenciando/a compreender tal desenvolvimento, bem como, a necessidade de uma didática e prática pedagógica específica, tendo em vista o fato do/a pedagogo/a trabalhar com crianças, desde a mais tenra idade. Por esta razão, tomamos a decisão de apresentar separadamente os compartilhamentos e singularidades dos CCRs dos dois grandes grupos encontrados.

Da análise inicial dos dois grupos de CCRs, observou-se que, quanto a **modalidade de oferta** e **carga horária** disponibilizada, os CCRs de conteúdo misto são majoritariamente ofertados na forma de CCRs obrigatórios. Por sua vez, os CCRs de conteúdo específico são em sua maioria ofertados na forma de CCRs optativos. Quanto a carga horária observou-se que os dois grupos apresentam horas aulas que variam de 30 a 90 horas.

Quanto às **Categorias** de CCRs identificados, observou-se que: Gênero, Educação Sexual e Currículo estão presentes em ambos os grupos de CCRs, enquanto que a Categoria Formação de Professores encontra-se apenas nos CCRs de conteúdo específico. A Categoria Gênero foi priorizada (N=58/56,3%) nos dois grupos, seguida pela Categoria Educação Sexual (N=27/26,2%) e Currículo (N=16/15,5%). A categoria Formação de professores apresentou-se escassa (N=2/2%), presente apenas em CCRs de conteúdo específico.

Com relação às Subcategorias obtidas a partir de compartilhamentos e singularidades em seus conteúdos e intencionalidades prioritárias, surgiram novos elementos analíticos. A Categoria Gênero, no conjunto de CCRs de conteúdo específico e misto, possibilitou gerar as seguintes subcategorias: Corpo, Gênero e Sexualidade; Diversidade Cultural e Identidades Culturais na Pós-modernidade e Direitos Humanos. As subcategorias Processo de

Feminização do Magistério e Gênero, Mídia e Educação estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo específico.

A Subcategoria Dimensões da Sexualidade compõe a Categoria Educação Sexual dos dois grupos de CCRs. As Subcategorias Práticas Pedagógicas em Educação Sexual e Filosofia da Educação Sexual estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo específico, enquanto as Subcategorias Educação Sexual e Diversidade e Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo misto.

Na Categoria Currículo, observou-se o compartilhamento da Subcategoria Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os CCRs de conteúdo específico apresentaram mais três subcategorias: Currículo, Relações de Gênero e a Educação Básica; Preconceitos e Discriminações Raciais e de Gênero nos Currículos e Currículo e Responsabilidade, enquanto os CCRs de conteúdo mistos apresentaram mais uma categoria denominada Currículo, Gênero, Sexualidade, Diversidade Cultural e Étnico-racial.

Percebeu-se que os conteúdos que tem estruturado a discussão proposta nas ementas dos CCRs dentro das subcategorias dos dois grupos relacionam-se ao conceito de Gênero, das questões étnico-raciais – poder, classe, raça, diferenças e preconceitos – e das diversidades que emergem nas sociedades contemporâneas e da importância da educação intercultural.

Os estudos sobre o conceito de gênero o priorizaram como uma construção que é histórica, social e cultural associado ao surgimento do movimento feminista (TEDESCHI, 2013, OLIVEIRA, 2016) e o processo de feminização e as relações de gênero no magistério (VIANNA, 2002/2003, BENASSI et al, 2016).

Também foram evidenciadas as diversidades culturais emergentes na pós-modernidade e as formas dos corpos se inscreverem nas diferentes formas de ser/existir nas sociedades contemporâneas (LOURO, 2004; OLIVEIRA, 2016), bem como as relações de gênero que emergem nos contextos escolares e postura da escola e do/a professor/a diante dessas manifestações na construção de uma sociedade mais justa e igualitária que considere as diferenças individuais e coletivas, onde as diferentes linguagens manifestadas nas sociedades contemporâneas sejam valorizadas (FLEURI, 2003; CANDAU, 2012; TEDESCHI, 2013; LORENZI 2017).

Ainda, houve destaque para os Direitos Humanos e as lutas dos movimentos sociais para a construção de políticas sociais de inclusão a fim de fomentar a discussão sobre a importância da construção de uma educação intercultural que leve em consideração a

diversidade cultural existente (FLEURI, 2012; CANDAU, 2012). Nesse sentido, o trabalho sobre Gênero com a criança nos espaços educativos formais foi colocado como necessário no sentido de se construir novas relações que promovam o respeito e a convivência em harmonia com as múltiplas formas de ser/existir (OLIVEIRA, 2016).

Destacou-se ainda, a postura do professor diante das manifestações sexuais no espaço-tempo escola e a importância do conhecimento sobre o desenvolvimento biopsicossocial da sexualidade, bem como da Educação Sexual formal e informal (WEREBE, 1998; RIBEIRO, 1999; FIGUEIRÓ, 2006; GAGLIOTTO, 2009, 2014; LORENZI, 2017; SOARES, 2018).

A Educação Sexual escolar destacou-se como um espaço de construção de práticas emancipatórias de respeito às diversidades que tem atravessado as práticas pedagógicas e sociais (WEREBE, 1998; NUNES e SILVA, 2000; NUNES, 2006). Nunes (2006), no entanto, nos faz lembrar que, assim como a Sexualidade, a Educação Sexual escolar foi sempre uma questão que se inscreveu dentro de muitas polêmicas de acordo com o seu tempo. Essa não é uma questão nova, como descrevemos no capítulo 2, temos em nosso país iniciativas de Educação Sexual escolar datadas do início do século XX. O autor (Op. cit.), argumenta que a sexualidade, em seu sentido mais profundo, configura-se como questão social, estrutural e histórica e, portanto, os sujeitos, que são construídos socialmente, estão sujeitos a um enquadramento sexual que é determinado, sempre por estruturas que são criadas e recriadas socialmente.

Na Categoria Currículo evidenciou-se que os CCRs promovem o debate sobre o combate sobre preconceitos e discriminações e suas manifestações no currículo da Educação Básica. As perspectivas de gênero nas políticas de educação no Brasil e sua relação com a construção de identidades de gêneros, sexualidades, diferenças e desigualdades nos espaços escolares, está intrinsecamente relacionado ao debate promovido pelas políticas de inclusão associado às questões étnico-raciais, de poder, classe e raça.

A Categoria Formação de Professores, apesar da flagrante escassez em relação as outras categorias, evidenciou o debate sobre a importância da formação de professores para a abordagem das diversidades que na contemporaneidade tem atravessado às práticas escolares (FIGUEIRÓ, 2006; GAGLIOTTO, 2009, 2014; LORENZI, 2017; SOARES, 2018).

Esta categoria ainda destacou a necessidade da construção de espaços que fomentem discussões e levantem questionamentos que estejam relacionados às posturas, crenças, valores, tabus e mitos que tem sua origem nos comportamentos sexuais dos/as professores/as,

em relação a si próprios e seus alunos, assim como evidenciado nos estudos de Furlani (1998) e Lorenzi (2017).

Para Hampel (2013), Gomes (2016) e Souza (2018), a construção de espaços para discussão do tema da Sexualidade na formação inicial de professores a partir da oferta de CCRs, sejam eles de conteúdo específico ou misto, obrigatórios ou optativos, pode romper com práticas de repressão sexual historicamente recorrentes nos espaços educativos por falta de conhecimento teórico-científico dos licenciados. Este preparo docente amplia as possibilidades para promover espaços para a construção de práticas de Educação Sexual emancipatórias na escola, para que os sujeitos constituam-se livres para fazer suas escolhas e fazer da sua sexualidade um elemento de emancipação humana (NUNES, 2006).

Autores como Ribeiro (1990), Guimarães, (1995), Figueiró, (2001, 2006, 2009, 2015), Nunes (2006), Gagliotto (2009, 2014) e Soares (2018) também destacam a importância da formação de professores, seja ela inicial ou continuada, para a abordagem da Sexualidade em contextos escolares. Gagliotto e (2014) Lorenzi (2017) defendem a implantação de CCRs que abordem a temática da Sexualidade nos cursos de licenciatura em geral e qualificam esta demanda como fundamental.

Quanto ao foco em orientações metodológicas, potencializadoras do fazer docente na educação básica, observou-se grande silenciamento em ambos os grupos de CCRs. Nos CCRs de conteúdo específico identificou-se foco em aspectos teórico-conceituais, no sentido de conhecer/compreender/apresentar os aspectos conceituais da área, apostando na sensibilização e tomada de consciência do licenciado sobre a importância da temática ser trabalhada no espaço-tempo escola. Poucos foram os CCRs nos quais identificamos possibilidades para a discussão didático-metodológica do tema voltado aos anos iniciais da escolaridade.

Os CCRs de conteúdo misto, à semelhança do grupo anterior, também com forte foco teórico-conceitual não apresentam orientações didático-metodológicas que possibilitem aos licenciados a construção de práticas pedagógicas relevantes e inovadoras no espaço escolar.

Vale destacar que o foco em conhecimentos teórico-conceituais, apresentada como característica prevalente nos dois grupos de CCRs, configura-se, como afirmam Figueiró (2006) e Gagliotto (2014), como imprescindível, uma vez que, é somente a partir do conhecimento teórico-científico sobre o tema da Sexualidade que os professores poderão construir espaços de Educação Sexual nos espaços educativos formais e não formais. Nesta mesma direção e ampliando para os aspectos metodológicos, segue Gagliotto (2014),

afirmando que “[...] a complexidade da sexualidade exige uma formação teórico-metodológica profunda apoiada em diversas áreas das Ciências Humanas” (p.61). Para a autora, é somente a partir do conhecimento teórico-científico sobre o tema da Sexualidade que se pode desenvolver práticas educativas inovadoras que levem em consideração as diversidades existentes nas sociedades contemporâneas, a partir de uma prática educativa que se distancie de crenças e valores e que exponha o tema sem receio, proporcionando ao educando práticas reflexivas. A autora segue afirmando que, este é um caminho promissor no sentido de levar o aluno a desenvolver sua autonomia, elegendo valores e fazendo da sexualidade um elemento de sua emancipação, construída nas relações com os sujeitos nas mais diversas instituições sociais e que assim seja aceita pela escola, família e sociedade como uma questão indissociável da condição humana.

Pimenta (2005) aponta para a necessidade de presença e equilíbrio ente os elementos teóricos e práticos na formação docente. Argumenta que o saber docente não é formado apenas de práticas, e que estas são nutridas e orientadas pelas teorias da educação. A teoria dota o sujeito de variados pontos de vista que leva a uma ação contextualizada ofertando ao licenciado uma perspectiva de análise ampla para a compreensão dos contextos históricos, sociais e culturais que permeiam as atividades educativas, principalmente aquelas relacionadas à sexualidade.

O prevalente teor teórico-científico identificado no conteúdo das ementas dos 103 CCRs analisados neste estudo, nos levou a indagar: em que medida estes CCRs estão dotando os licenciandos em Pedagogia dos saberes necessários à prática docente (TARDIFF, 2002) na abordagem do tema Sexualidade? A ênfase em conteúdos disciplinares e de natureza teórico-conceitual, conforme detectado, estará levando ao alcance dos objetivos a que se propõem estes CCRs? Estariam os cursos de Pedagogia relegando outros conhecimentos, muito anunciados pelas pesquisas como relevantes à formação e atuação docente, por exemplo, as metodologias de ensino? Em que medida estes CCRs aproximam suas propostas das especificidades do público infantil, com o qual atuarão os/as pedagogos/as, em suas particulares características, por exemplo, aproximando o estudo da Sexualidade e Educação Sexual com o desenvolvimento infantil, bem como, os modos de elaborar e promover este conteúdo no âmbito dos anos iniciais?

Partimos do pressuposto de que o professor que vivencia em sua formação inicial e continuada oportunidades para o estudo da Sexualidade, reunirá condições para abordar a

temática, enquanto um conteúdo escolar de natureza complexa e interdisciplinar, que demanda um trabalho coletivo, articulando seus aspectos biológicos, psicológicos, históricos, sociais e culturais, além dos cuidados didático-pedagógicos que o estudo demanda, no trabalho com a infância.

Portanto, o docente, cuja esta formação foi assegurada, encontrar-se-á em melhores condições para compreender as demandas e comportamentos infantis revelados no ambiente escolar, não raro, carregados de manifestações de sua sexualidade e, assim, atender as necessidades educacionais dos pequenos, através do acolhimento de tais manifestações e seu adequado enfoque, visando contribuir para o autoconhecimento e a emancipação da criança.

Outro aspecto que é importante destacar em relação aos dados identificados, é o fato de que (N=48/46,6%) dos CCRs, notadamente aqueles de conteúdo misto, mostrarem uma tendência a abordar os temas priorizados sobre Sexualidade, numa perspectiva transversal. Ou seja, observamos a pré-disposição para um diálogo inter-áreas, especialmente com: Sociologia da Educação, História, História da Educação, História Geral da Educação no Brasil, Antropologia, Antropologia da Educação, Ciências Sociais, Direitos Humanos, Psicologia, Psicologia da Educação, Psicanálise, Ciências e Ensino de Ciência. O cenário encontrado configura-se como uma prática significativa, uma vez que, como afirmam Furlani (1998), Nunes (2006) e Gagliotto (2014) a sexualidade por se constituir como uma questão que é individual, mas que também é histórica, social, estrutural e cultural e, portanto, discuti-la, compreende-la, ressignificá-la e recriá-la necessita transitar não só pelo campo da Biologia.

A transversalidade de temas educacionais tem sido caracterizada pelo não pertencimento destes, de modo exclusivo, a uma área do conhecimento. Portanto, dada sua natureza, complexidade e presença no cotidiano dos estudantes e suas famílias, são tomados como pertencentes às diversas áreas do conhecimento. Este parece ser o caso da abordagem especialmente dos CCRs de conteúdo misto. A sequência deste estudo, no sentido de produzir novos dados, a partir de entrevistas aos docentes dos CCRs e respectivos Planos de Ensino, potencializará uma análise mais consistente nesta direção.

Por fim, buscamos pelos referenciais teóricos utilizados pelos CCRs, de modo a identificar possíveis tendências na abordagem da Sexualidade. Conforme apêndice IX, observou-se que os CCRs utilizam com maior frequência referenciais teóricos que tecem investigações filosóficas contemporâneas sobre Sexualidade, Gênero e Educação.

Observou-se que o conjunto dos 103 CCRs, citam, principalmente, 93 autores. A autora que recebeu mais destaque foi Guacira Lopes Louro, com oito obras, citada 17 vezes. Os autores Vera Maria Candau, com seis obras e Julio Groppa Aquino, com cinco obras, ambos foram citados oito vezes. A autora Jimena Furlani foi citada com quatro obras. Sigmund Freud, foi citado três vezes, com três obras diferentes em único CCR. Os autores citados em no mínimo dois CCRs foram: Michel Foucault, David Le Breton, Clifford Geertz, Cézar Aparecido Nunes, Peter Maclaren e Reinaldo Matias Fleuri. Os demais autores foram citados apenas uma vez.

Observou-se que há dois grupos com maior porcentagem de referenciais teóricos citados pelos CCRs. O primeiro tem como perspectiva de análise questões entre cultura, sociedade e educação, isto é, são teorias sobre os estudos culturais e as questões que estão relacionadas aos corpos, gêneros, sexualidades, diferenças de raça e etnia, nacionalidade e classes sociais da pós-modernidade. Ainda, estudam a Educação como um processo cultural de significação definido por relações que são em primeira instância relações de poder. São teóricos que analisam os mecanismos, estratégias e políticas de constituição de identidades, as representações dos diferentes grupos sociais, a dinâmica dos artefatos culturais que estão conectados aos processos educativos.

O segundo grupo, embora menor, é significativo e aborda as questões que se circunscrevem em torno da temática da Sexualidade e suas implicações nas práticas pedagógicas. São teóricos que buscam debater os fundamentos para uma ação educativa contextualizada com as diferentes formas de ser/existir nas sociedades contemporâneas, ou seja, debatem a importância da Educação Sexual escolar para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Ainda destacam a educação intercultural, conforme é descrita por Fleuri (2003), como uma proposta de educação democrática ampla que, pretende contribuir com a superação das atitudes de medo como também a de tolerância diante do outro. Para o autor (Op. cit.), a educação intercultural traz um novo olhar baseado no respeito a diferença, que se concretiza no reconhecimento da igualdade de direitos, constituindo-se assim, como uma educação para a alteridade, uma vez que, as sociedades não são mais fixas e estáveis e as identidades em sua natureza são contraditórias, em constante movimento.

Observou-se ainda a existência de um terceiro grupo de referenciais teóricos que abordam a história da sexualidade desde a antiguidade até a revolução sexual da contemporaneidade e a construção das relações de gênero e as representações do feminino e

do masculino, bem como a divisão sexual do trabalho e os comportamentos sexuais na contemporaneidade.

Por fim, também observou-se que um grupo de autores que trabalham o desenvolvimento psicossexual infantil, apresentaram porcentagem escassa com apenas cinco referências, sendo que três são de Sigmundo Freud, citado em um único CCR.

Em síntese, observou-se entre os CCRs uma tendência teórica de utilizar com maior frequência referenciais que tecem discussões sobre as sexualidades e as relações de gênero associadas as questões de igualdade étnico-racial numa proposta de educação intercultural que respeite às diferenças existentes na contemporaneidade e que estão imbricadas nas práticas pedagógicas formais e não formais.

Embora o volume significativo de CCRs que sinalizam abordar os temas envoltos na temática da Sexualidade de forma transversal, observou-se que esta transversalidade, que é amplamente defendida pela comunidade acadêmica nacional e internacional, não foi contemplada pelos referenciais teóricos básicos disponibilizados pelos CCRs.

Ao final de nossas análises é importante destacar que os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, visto o volume de CCRs ofertados, tem se atentado para a importância de acolher e transformar em conteúdo escolar, previsto na forma de CCR, as questões relativas à Sexualidade, ao incluírem importantes momentos de estudo e reflexão sobre o tema.

Mesmo com a significativa oferta de (N=103) CCRs que abordam o tema, originários de (N=64) cursos, não podemos desconsiderar o fato de que pouco mais da metade destes são ofertados na modalidade optativa. Ou seja, em (N=34) cursos de Licenciatura em Pedagogia a formação para a abordagem da Sexualidade fica totalmente a critério do licenciando, podendo ele adicionar ou não este CCR em sua trajetória de formação inicial. Dada a relevância do tema para os anos iniciais, já apontando em capítulo anteriores, entendemos que uma formação inicial consistente deve ser ofertada aos licenciandos na modalidade de CCR/s obrigatório/s, de modo a iniciar sua preparação docente para os desafios que encontrarão no espaço escolar.

Outros dois pontos nos levam a fazer esta afirmação e relacionam-se ao fato de que (N=54) dos (N=118) cursos localizados tem preferido o silenciamento diante da importância desta demanda de formação e os (N=48) CCRs de conteúdo misto, aqueles que embora dividam a carga-horária apresentam espaços para a discussão do tema, não apresentam,

majoritariamente, referências teóricos que fundamentem o debate proposto sobre Sexualidade, o que nos leva a indagar sobre a realidade da oferta destes CCRs ou, se, estão colocados apenas em cumprimento das normativas legais vigentes. O estudo deixa à mostra que apesar dos avanços apontados, há muitos desafios ainda a serem enfrentados pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: O QUE ESTÁ PRESENTE? O QUE FAZ FALTA?

Uma década e meia após as primeiras orientações legais sobre a necessidade de se incluir nos processos formativos dos cursos de Licenciatura/Pedagogia a temática da Sexualidade e todas as questões que dela advém na contemporaneidade (BRASIL, 2006), é tempo suficiente para que estes cursos tenham se mobilizado na direção de oferecer a tão necessária formação inicial para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar.

Com foco nesta demanda formativa, em sua relevância e, finalmente, após uma longa jornada, sua institucionalização nos cursos de licenciatura, nosso estudo teve como intencionalidade realizar uma investigação sobre como os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais do país tem tratado, no âmbito do currículo, a formação docente para a abordagem da Educação Sexual em escolar.

Ao fundamentar-se no materialismo histórico-dialético, o estudo não teve apenas o objetivo de identificar e apresentar um panorama das Universidades e cursos que incluem em seus projetos formativos a preparação de docentes para a abordagem da Sexualidade em espaços educacionais. Sem prescindir deste dado, o estudo assumiu o desafio de adentrar aos projetos formativos e identificar a intensidade destes projetos, os conteúdos priorizados e seus principais referenciais teóricos e metodológicos.

Ao longo da pesquisa apresentamos a multiplicidade de aspectos envoltos na temática da Sexualidade, conferindo-lhe uma natureza complexa, que envolve desde aspectos biológicos, históricos, culturais, políticos, econômicos, sociais, estéticos e éticos, portanto, subjetiva e indissociavelmente ligados à condição humana, e assim, transitórios e mutáveis. Tais características mostram que a temática/problemática acolhe uma abordagem metodológica marcadamente dialética, que possibilite evidenciar as características do fato científico em seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, ou seja, em suas dimensões quantitativas e qualitativas. Portanto, foi neste contexto metodológico, que o presente estudo buscou em dados quantitativos a intensidade ou o nível de desenvolvimento das qualidades inerentes ao fato científico em análise.

Para trilhar este caminho amparamo-nos em autores e teóricos de diferentes épocas que nos ofertaram grandiosas contribuições sobre os Estudos de Gênero, da Sexualidade, da Educação, da Educação Sexual e do Currículo. A análise documental realizada, ancorada nos

referenciais teóricos, possibilitou revelar aos poucos o objeto de estudo e suas características. Conforme este processo foi acontecendo, novas perguntas foram surgindo (e ainda surgem), no sentido de construir um melhor entendimento sobre o tema.

Nessa trama dialógica estiveram presentes os autores/teóricos como Louro, Gagliotto, Werebe, Figueiró, Ribeiro, Guimarães, Goldeberg, Sacristàn, Nunes, Freud e muitos/as outros/as, que possibilitaram a construção de três momentos fundamentais que foram articulados durante esta trajetória, para explicitar o processo formativo do/a pedagogo/a quanto à temática da Sexualidade.

No primeiro momento, resgatamos a compreensão da sexualidade nas diferentes épocas da história da humana. Foram destacados os elementos históricos, culturais, políticos e sociais que influenciaram/influenciam a compreensão da sexualidade enquanto uma categoria subjetiva humana construída nas relações sociais estabelecidas no e com o mundo, influenciando assim, as (re)construções das identidades e (des)igualdades de gênero que marcam as sociedades contemporâneas. Assim, foi possível compreender as diferentes formas dos sujeitos viverem suas sexualidades ao longo da história da humanidade.

Já no segundo momento, destacamos o processo histórico que culminou com a institucionalização da Educação Sexual no currículo educacional brasileiro, construindo um breve histórico a partir do Século XX. Assim, evidenciamos o papel social da escola diante das manifestações sexuais infantis que emergem nos contextos escolares e a responsabilidade a ela instituída, a partir das políticas educacionais do tempo presente, como a LDBEN 9.304/1996 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), Parecer CNE/CP nº 009/2001 (BRASIL, 2001), Resolução CNE/CP nº 1/2006 (BRASIL, 2006), Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BRASIL, 2019). Por fim, a Educação Sexual e a formação inicial do professor foram tomadas como um campo teórico que precisa ser esclarecido para que a importância da formação de professores em Educação Sexual seja colocada em evidência, no sentido de construir práticas emancipatórias que visam a permanente transformação social.

No terceiro momento buscou-se analisar como os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras concebem, orientam e, em alguma medida, promovem a abordagem da Educação Sexual escolar, enquanto demanda

fundamental à formação humana ali realizada. Em outras palavras, buscamos identificar o modo como os cursos de Licenciatura em Pedagogia reverberam as orientações legais vigentes em seus PPP/PPC e como estes assumem a formação do/a pedagogo/a para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar.

Inicialmente cabe destacar que (N=54/45,8%) dos (N=118) cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidade Públicas Federais Brasileiras não apresentam em suas propostas curriculares esta formação, deixando uma lacuna na formação dos futuros licenciados.

Com base no *corpus* da pesquisa, formado por (N=103) CCRs ofertados por (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia, os quais abordam, de forma específica ou não a temática da Sexualidade foi possível construir algumas inferências e conclusões, ainda que provisórias.

Com base nos dados localizados foi possível concluir que neste momento, as Regiões Nordeste com (N=31/26,3%) cursos e (N=29/28,2%) CCRs e Sudeste com (N=34/28,8%) cursos e (N=26/25,2%) CCRs concentram mais da metade da oferta dos cursos e dos CCRs, com destaque para as Universidade Públicas Federais UNIRIO (N=7/6,8%) e UFPI (N=5/4,8%). No entanto, devemos destacar que as Regiões Sul com (N=20/19,4%), Norte (N=14/13,6%) e Centro-Oeste (N=14/13,6%) também apresentaram significativa presença na oferta de CCRs no foco específico.

Do total de (N=103) CCRs localizados, (N=92/89,3%) são ofertados por cursos presenciais enquanto (N=11/10,7%) são ofertados nos cursos de Modalidade Educação a Distância (EAD). Ainda se evidenciou que (N=55/53,4%) dos CCRs configuram-se como de conteúdo específico, cujo conteúdo estruturante relaciona-se ao Sexo, Sexualidade e sua abordagem no espaço-tempo escolar de forma mais direta e que (N=48/46,6%) configuram-se como de conteúdo misto, ou seja, são aqueles que de forma transversalizada à outras áreas do conhecimento como a História, Antropologia, Ciência, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, entre outras tem em seus espaços formativos a abordagem das dimensões da Sexualidade.

Outra questão evidenciada foi a prevalência de CCRs optativos em relação aos CCRs obrigatórios. Quanto aos CCRs optativos foram localizados (N=55/53,4%) e (N=48/46,6%) figuraram como obrigatórios. Ficou evidente que os CCRs com oferta específica da temática da Sexualidade apresentam uma quantidade superior de CCRs optativos (N=43/78,2%) em

relação aos obrigatórios (N=12/21,8%). Este cenário inverteu-se quando foram analisados os CCRs de conteúdo misto, (N=37/77%) figuraram como obrigatórios e (N=11/23%) como optativos. Os dados nos informam que a formação específica ofertada ao/a pedagogo/a está configurada em sua maioria como optativa, isto é, está sujeita a escolha do licenciado quanto a cursar ou não o CCR. Enquanto que a formação que acontece de forma transversal, articulada a ouras áreas do conhecimento através de CCRs mistos tem se configurado majoritariamente como obrigatória.

Há uma aparente contradição, que explicita a necessidade de seguir investigando as especificidades destas ofertas curriculares e suas finalidades, afinal, o que esta inversão de prioridades sinaliza em termos de projeto formativo?

Quanto aos conteúdos priorizados pelos (N=103) CCRs observou-se o predomínio da Categoria Gênero com (N=58/56,3%) CCRs, mas com significativa participação das Categorias Educação Sexual com (N=27/26,2%) CCRs e Currículo com (N=16/15,5%) CCRs. Por outro lado, a categoria Formação de Professores (e os aspectos didático-metodológicos) para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar mostrou fraca presença na formação dos licenciados em Pedagogia com (N=2/2%).

No que se refere à identificação das subcategorias conforme conteúdos priorizados pelos cursos, os resultados apontam o predomínio de CCRs com foco na Diversidade Cultural e Identidades Culturais na pós-modernidade, conceito de Gênero e o processo de feminização do magistério, Dimensões da Sexualidade, Corpo, Educação Sexual e os PCNs, Práticas Pedagógicas em Educação Sexual.

A partir promulgação de legislações específicas que normatizam os cursos de licenciatura e orientam a inclusão temática da Sexualidade como uma demanda fundamental na formação inicial de professores, os cursos de Licenciatura em Pedagogia se mobilizaram para atender a estas orientações inserindo CCRs com foco na temática em seus currículos. Evidenciou-se que após a promulgação das DCNCP/2006 a oferta de CCRs apresentaram certa linearidade de inserção e crescente significativa após 2015 com promulgação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, principalmente no ano de 2018. Contudo, concluímos que as legislações que orientam e organizam os currículos dos cursos de licenciatura e em especial o de Pedagogia, são fundamentais, uma vez que, durante a análise dos dados ficou evidente a importância destas legislações para que os cursos incluíssem o tema, seja na forma de CCRs

de conteúdo específico ou misto, obrigatório ou optativo, em seus currículos, durante os anos analisados.

Conclui-se que os Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras a partir das DCNCP/2006 e da Resolução CNE/CP nº2/2015 vem apresentando significativos avanços na inclusão da temática da Sexualidade e da Educação Sexual na formação inicial dos licenciados e, também, justificam a crescente oferta de CCRs no recorte temático.

Conforme foi possível argumentar, a inserção do estudo da Sexualidade e da Educação Sexual nos cursos de Licenciatura é um compromisso relevante que os cursos de Pedagogia passaram a enfrentar. Ficou demonstrada a significativa presença de CCRs que se comprometem com a promoção desta formação docente no cenário nacional. A iniciativa representa um importante avanço no contexto da formação de professores, pois, trata-se de formação teórica-científica para que os sujeitos, a partir da apropriação histórica da sexualidade, enquanto uma condição humana, possam despir-se de seus próprios (pre)conceitos, construídos ao longo de suas vidas, conhecer a temática pela perspectiva científica e, assim, melhor conduzir um trabalho de Educação Sexual escolar, que leve em consideração as diversidades existentes, contribuindo com a construção de uma sexualidade emancipadora (GAGLIOTTO, 2009, 2014; LORENZI, 2017).

Contudo, apesar dos dados mostrarem um quadro claramente positivo sobre a inserção do estudo da Sexualidade nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais do país, visto a quantidade de CCRs ofertados aos licenciados, não podemos encerrar este estudo em sua origem. Faz-se necessário apresentar algumas lacunas que foram identificadas durante o percurso de realização do estudo, que poderão ser desenvolvidas por pesquisas futuras.

Após a longa jornada que demandou a pesquisa aqui relatada, a fim de produzir respostas às questões inicialmente postas, cabe destacar algumas limitações enfrentadas. Além das dificuldades normais de qualquer pesquisa, fizeram-se sentir: a falta de alguns dados, a dificuldade de acesso a outros, o conteúdo sintético e limitado dos ementários e os desencontros identificados nos textos analisados, de modo particular entre título, ementa, objetivos e bibliografia ofertada. Algumas destas dificuldades foram suplantadas pela persistência e variação nas estratégias de busca, outras, se mantiveram, mostrando que a sequência do estudo, como também a obtenção de dados mais específicos demandará novas

fontes e estratégias para a obtenção dos mesmos, como por exemplo, o diálogo com os sujeitos envolvidos no processo formativo, docentes e discentes.

Cabe destacar ainda, que na trajetória percorrida e em sua conclusão, algumas questões emergiram, sinalizando para a necessidade de continuação deste estudo, bem como de novas jornadas, a fim de melhor conhecer como tem se construído esta formação, tão essencial àqueles que trabalham com a criança desde a mais tenra idade. Em primeiro lugar, é preciso seguir, aprofundando o conhecimento sobre esta oferta formativa, de modo a seguir contribuindo efetivamente com as políticas públicas de formação de professores, de modo a qualificar permanentemente a docência, cuja formação precisa ser pensada em âmbito inicial e continuada também.

Outro aspecto que se mostrou carente de análise diz respeito à necessidade de explicitar/cotejar a formação ofertada, prevista no PPP/PPC do curso e as necessidades e expectativas de formação na visão dos sujeitos, docentes, graduandos e licenciandos imersos neste processo, no sentido de, evidenciar o que justifica, a ausência de aspectos formativos didáticos pedagógicos inerentes a Educação Sexual escolar, na formação inicial e continuada de professores. Sendo o currículo um campo de tensões e disputas, porque o corpo e as sexualidades ainda encontram tanta resistência para tornar-se conhecimento escolar? Que argumentos justificam esta presença ainda fraca na formação inicial dos pedagogos? Este recorte temático parece promissor em termos de aproximar teoria e prática na formação docente, aspecto pouco evidenciado nos ementários analisados.

Mostra-se necessário ainda, um estudo sobre como os estudantes vinculados ao Curso de Licenciatura em Pedagogia com formação desencadeada por CCR específico na temática da Sexualidade, concebem e orientam a Educação Sexual em suas práticas pedagógicas? Além de um estudo pormenorizado da Resolução CNE/CP nº 2 de 2019 que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC/Formação) e retirou de seu conteúdo orientador as palavras Gênero e Sexualidade e suas implicações nos currículos dos cursos de Licenciatura. Trata-se de uma política que se propõe a gerar grandes consequências e retrocessos na formação docente, portanto, meritória da atenção dos pesquisadores que fazem da Sexualidade e Educação Sexual escolar seu desafio cotidiano.

E, finalmente, um último ponto que tem nos instigado nesta trajetória, diz respeito à oferta significativa de CCRs com foco na Sexualidade e Educação Sexual pelas (N=24) novas

universidades ou novos câmpus, criadas/os no ciclo de expansão da educação superior no país, a partir dos anos 2000, em relação as (N=30) mais antigas. Embora este não tenha sido nosso foco, ficou o sentimento de um movimento, ainda que inicial, de inovação curricular, presente principalmente nas universidades mais jovens. Que movimento é este? Que relação tem com os novos públicos que têm tido acesso à educação superior? Precisamos seguir esta jornada!

REFERÊNCIAS

ABREU, Rachel Luiza Pulcino. SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos. **Gênero e sexualidade nos PCNs: uma análise dos objetivos gerais**. In: Caderno Espaço Feminino – Uberlandia – MG. V. 28, n.1 – jan./jun. 2015.

ALVES, Alvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. In: Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010.

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. **O relacionamento homoerótico da Grécia Antiga: uma prática pedagógica**. In: Faces da História, Assis – SP, v. 4, p. 58-72, jun./dz., 2017.

AQUINO, Q. B.; KONTZE, K. B. **O "contrato sexual" e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição especial, n.42, p. 250-267, jul./dez. 2014.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. **Escola e Educação Sexual: uma relação necessária**. In: Anais IX ANPEDSUL – Seminário de Pesquisa em Educação, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

ARANTES, Ana Paula Pereira; GRBRAN, Raimunda Abou. **O curso de pedagogia e o processo de formação do pedagogo no Brasil: percurso histórico e marcos legais**. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 280-294, fev. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643>. Acesso em: 19 nov. 2019. DOI: https://doi.org/10.15628/holos.2014.1643.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferenças e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. Rio de Janeiro: Psicologia Clínica, vol.17, n.2, p.41 – 52, 2005.

ARGENTI, Paula Camila. **Sexualidade, educação sexual e gênero: uma análise destas temáticas nas produções de um Programa e Pós-Graduação em Educação Sexual**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2018. 80p. (Dissertação de mestrado).

ARIÈS, Phillip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Luciana Uchôa; et al. **A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações**. Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health, Vol. 11(10) | e772 | DOI: https://doi.org/10.25248/reas.e772, p. 1 de 10, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENASSI, Cassiane Beatrís Pasuck; UBINSKI, Juliana Alves da Silva; MALACARNE, Vilmar. **A inserção da mulher no mercado de trabalho e o seu predomínio no magistério**. Itajaí: Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 16 - n. 2, mai-ago, 2016.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade**. Mar del Prata: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do conhecimento, 2017. ISBN: 978-85-686-03-5.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade nacional de Filosofia. Diário oficial da União, Brasília, DF, 6. Abr. 1939. Seção 1, p. 7.929. disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

_____. Conselho Federal de Educação. Pedagogia Parecer nº 251/62. In: revista Documenta. N° 11, p.59-66, jan./fev., 1963.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, DF, MEC, 1961.

_____. Congresso Nacional. **Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm . Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília**, 1988.

BRASIL. Ministérios de Educação e Saúde. **Direito à Educação - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 796.** Brasília, 29/05/1992.

_____. **Lei nº 8642 de 31 de março de 1993. Dispõe sobre o PRONAICA**. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127641/lei-8642-93 Acesso em dezembro de 2018.

_____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A Declaração de Nova Delhi**. Brasília, DF: MEC, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, MEC, 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf. Acesso: dezembro de 2018.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. MEC/CNE, 2006.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília: Mec, 2008.

_____. **CONAE. Documento Final**. MEC - Doc Base. 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193).

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.3, de 3 de outubro de 2018**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Resolução **CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília: MEC, 2019.

BERTOTTI, Rudimar, Gomes; RIETOW, Gisele. Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais as transformações da ditadura civil-militar. Curitiba, PR: XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8746_5986.pdf . Acesso em: 10 de novembro de 2019.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

BUENO, Rita de Cássia Pereira. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão**. In: Revista Brasileira de Sexualidade Humana – RBS, 29(1); 49-56, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. *In*: TEDESCHI. Losandro Antonio. Gênero e interculturalidade: aproximações. *In*: Leituras de gênero e interculturalidade. / Losandro Antonio Tedeschi (organizador). – Dourados, MS: UFGD, 2013.

CABRAL, JUSSARA. **Constituição histórica da sexualidade humana na tradição ocidental: uma contribuição para a educação-sexual**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 236 (Dissertação).

CAMPOS, Raimundo. **História geral**. São Paulo: Atual, 1981.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.- mar. 2012.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Lugar de Sexo é na Escola? Sexo, Sexualidade e Educação sexual**. In: Sexualidade: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 49 – 58.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.** Tradução Maria José do Amaral Ferreira. Ed. Ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta).

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: **essa nossa (des)conhecida**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. **Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades**. In: Biblos, Rio Grande, 19, p. 19/24, 2006.

COSTA, Zuleika Leonora Schmidt. **Educação e Orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015**. Canoas: Centro Universitário La Salle, 2017. p.235. (Tese de doutorado).

DANTAS, Bruna Amaral. **Sexualidade, cristianismo e poder**. In: Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 10, n. 3. P. 700-728, 3º quadrimestre de 2010.

DEITOS, Juliano Marcelino. SOBZINSKI, Janaina Silvana. **O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais**. Impulso, Piracicaba. 25(63), 101-118, mai-ago. 2015.

DE PAULA, Maria de Fátima; SCHINDELM, Virginia Georg. **Os temas e gênero e sexualidade na educação infantil**. Movimento Revista de Educação, nº. 1, vol. 1, 2014.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressureição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas (SP): Autores e Associados, 2016.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Gênero e Sexualidade no mundo romana: a antiguidade em nossos dias**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008.

FELIPE, Jane. **Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade.** In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.).. [et al.]. Corpo, gênero e sexualidade, discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.98, p.50-63, ago. 1996.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Revendo a história da educação sexual no brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo**. Nuances- Vol. IV- setembro de 1998.

_____, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 2ª Ed. Londrina: UEL, 2001.

_____, Mary Neide Damico. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola**. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

_____, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: Fundamentos básico**. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Homossexualidade e Educação sexual: construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, MEC/SECAD 2007.

_____, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2006.

_____, Mary Neide Damico. **Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando**. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: em busca de mudanças. Londrina: Eduel, 2009.

_____, Mary Neide Damico. **A viabilidade dos temas transversais à luz da questão do trabalho docente**. Londrina, PSI-Revista de Pscicologia Social e Institucional. V.2, n. 1, jun., 2000. Disponível em: http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n12.htm

FERREIRA, Taisa de Sousa. **Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso em Pedagogia em relação a gênero e sexualidade**. Feira de Santa: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013. p.321. (Dissertação).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação**. *In*: Revista Brasileira de Educação, nº 23, **Maio/Jun/Jul/Ago 2003.**

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2ª ed. ver. ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Maria Amélia do Rosário Santoro. **Prefácio: porque publicar a mistificação pedagógica hoje?** In: CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Tradução Maria José do Amaral Ferreira. E. ver. ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. – 5. Ed. – Campinas: Autores Associados, 2018.

FREUD, Sigmund (1856-1939). Obras completas, volume 6: **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentada de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905).** Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer, Batista da; MARIN, Angela Helena; **Educação sexual em escola: revisão sistemática de literatura**. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 5550-571, abr./jun. 2018.

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: Subsídios ao trabalho em Educação Sexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____, Jimena. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual**. Educação em revista. Belo Horizonte. n. 46. dez. 2007.

_____, Jimena. **Educação Sexual – quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular**. Perspectiva, Florianópolis, v.26, n.1, jan./jun, 2008. *In.* MAIO, Eliane Rose. formação de professores/as para abordagem da educação sexual na escola. Espaço Plural, Ano XIII, Nº 26, 1º Semestre 2012.

_____, Jimena. **Encarar o desafio da educação sexual na escola**. In: Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. p. 37-48.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidade e perspectivas emancipatórias**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. 257p. (Tese).

_____, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias**. São Paulo - Jundiaí: Pacco Editorial: 2014.

GALIAN, Cláudia Valentina Assunção. **Os PCN e a elaboração das propostas curriculares no Brasil**. Cadernos de pesquisa, v. 44, n. 153, p. 648-669, jul./set., 2014.

GAMA, Carolina Nozella; Duarte, Newton. **Concepções de currículo em Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade**. Revista Interface, comunicação, saúde, educação, v. 21(62), p. 521-539, 2017.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto Editora: Portugal, 1999.

GASPARI, André Alexandre. **A sexualidade frente a moral cristão: condutas e influências levadas ao Brasil Colônia**. Itajaí: Revista de divulgação disciplinar o núcleo das licenciaturas, v. 5, n 1.2, 2017.

GATTI, Bernadete Angelina (Coord.); BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: Unesco, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184682. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

GAZOLLA, R.**O ofício do filósofo estóico: o duplo registro do discurso da Stoa**. São Paulo: Loyola, 1999.

GOELLNER, S. V. **A produção cultural do corpo**. IN: LOURO, G.L, FELIPE, J, GOELLNER, S.V (orgs). Corpo, Gênero e Sexualidade. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 2007.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação Sexual: uma proposta, um desafio**. Cortez,1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Record, 2004.

GOMES, Andréia Regina de Carvalho. **A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 193p. (Dissertação).

GONINI, Fatima Aparecida Coelho. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2014. p. 223 (Tese de doutorado).

GRECO, Dirceu Bartolomeu. **Trinta anos de enfrentamento à epidemia de Aids no Brasil, 1985-2015.** In. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 21 (5);1553-1564, 2016.

GONZAGA, João Bernardino Garcia. **A inquisição em seu mundo**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 1993.

GUERRA, Valeschka M. GOUVEIA, Valdiney V. **Liberalismo / Conservadorismo Sexual: Proposta de uma Medida Multi-Fatorial**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 20, n. 1, p. 43 – 53, 2007.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GUSMÃO, Samuel Brito de. et al. **Educação para as sexualidades: apontamentos a partir da perspectiva histórico-cultural de Vigotski**. Revista Com Censo, v. 6, n. 3, p.83-93, 2019.

HAMPEL, Alissandra. **A gente não pensava nisso... Educação para a Sexualidade, Gênero e Formação Docente na Região da Campanha/RS**. Jaguarão: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FUFRGS. 2013. p. (Tese de doutorado).

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa Online**. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0 . Acesso em: 23 de novembro de 2019.

IANISKI, Gicélia Maria. **A criança e seu espaço na sociedade contemporânea**. Curitiba: IX EDUCERE – PUCPR, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXERA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10/07/2020.

JUNIOR, Joelio Dias Perdomo. **A temática sexualidade como geradora de uma proposta interdisciplinar: contribuições para a formação de professores da rede pública**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. p.68. (Dissertação de mestrado).

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. **A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS**. Salvador: Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v. 4, n. 1, p. 1 – 21 | Jan/Jun, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, Regina Costa (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas: Rio Grande: Editora FURG, 2007.

KUENZER, Acacia Zenaide. **As políticas de formação: a constituição da identidade do pofessor sobrante**. Educação e Sociedade, ano XX, nº 68, p. 163-183, dez. 1999. Diponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a09v2068.pdf. Acesso em 14 de maio de 2019.

Leão, A.M.C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da UNESP-Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. (Tese). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil, 2009.

LEITÃO, Igor Brum. A importância da Sexualidade na Constituição do Psiquismo – um Olhar Psicanalítico. Psicologado. Edição 0/2015. Disponível em https://psicologadi.com.br/abordagens/pscicanalise/a-importancia-da-sexualidade-na-constituicao-do-psiquismo-umolhar-psicanalitico. Acesso em 12 de fev. de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?**. 11ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação**: **Visão crítica e perspectiva de mudança.** Educação e Sociedade [online], dez. 1999, vol.20, no.68, p.239-277. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf. Acesso em 15 de maio de 2019.

LIMA, Edenilse batista. **Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação**. In: Anais VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão, SE, 2012.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. YASUI, Silvio. **Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Saúde Debate, v.38, n.102, p. 593-606, 2014.

LORENZI, Franciele. **A educação sexual na formação do/a pedagogo/a no Estado do Paraná**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. p.200. (Dissertação).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____, Guacira Lopes. **Pensar a sexualidade na contemporaneidade**. In: Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. p. 29-35.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos curriculares na disciplina escolar química**. Revista Ciência & Educação, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2005.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACEDO. E. **Esse corpo das ciências é o meu?** In: MARANDINO. M, SELLES. S. E, FERREIRA. M.S, AMORIM. A. C. R (orgs). Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa. Nitéroi: EDUFF. 2005.

MAGALHÃES, Violante F.; MAGALHÃES, Justino. **Constituição da infância na sociedade ocidental**. In: Perspectiva, Florianópolis, v.37, p. 710, 727, jul./set. 2019.

_____. **O nome da coisa**. Maringá: UNICORPORE, 2011. *In.* MAIO, Eliane Rose. formação de professores/as para abordagem da educação sexual na escola**.** Espaço Plural, Ano XIII, Nº 26, 1º Semestre 2012.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. **Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola**. In. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009.

MARQUES, Maria Alegria. **Clérigos medievais: aspectos do quotidiano**. Coimbra: Revista Portuguesa de História, – t. XLVII, p. 13-34, 2016. Acesso em 21 de novembro de 2019. Disponível em: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/40664.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3) 2002.

MARTINS, Igor Micheletto. **Gênero e sexualidade na formação de professores: uma análise curricular do curso de licenciatura em matemática da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP**). São José do Rio Preto, 2020.

MARTINS, Lígia. LAVOURA. Tiago Nicola. **Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-230, set./out. 2018.

MELO, Valdir Eneias. **Diversidade sexual e igualdade de gênero na escola: reflexões das práticas pedagógicas da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública Municipal do Recife-PE**. REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 3, volume 3(2):240-255, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIRANDA, Joseval dos Reis. **Educação Sexual e Sexualidade: reflexões sobre ações extensionistas na formação de professores/as**. In. Revista Eletrônica de Extensão – Extensio – UFSC. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 168-181, 2018

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2014. p. 275. (Tese).

MOSER, Frei Antônio. **Planejamento familiar: uma visão religiosa**. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde. São Paulo: Editora Gente: Vores – Centro de Orientação Sexual, 1999.

NASCIMENTO, Renan Custódio. **Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano**. In: Revista Universitas Ciências da Saúde, v. 03, n. 01 – pp. 65-72, 2005.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Papiros, 2006.

_____. Cézar Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. 1996. 330 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. Cézar Aparecido. **Dialética da sexualidade e educação sexual no Brasil**. Revista Linhas, v.7, n. 1, 2006.

_____. Cézar Aparecido. Silva, Edna (Org.). **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

NUNES, Cézar Aparecido; SILVA, Edna. **Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil**. In: LOMBARDI, J.C.(Org.). Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 161- 177.

OLIVEIRA, Luciana Garagnani. **Gênero e Sexualidade na perspectiva da diversidade sexual**. Curitiba: Material Didático-Pedagógico – Unidade Didática apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED, 2016.

PETRENAS, Rita de Cássia. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didáticas e prática de ensino – ENDIPE (1996-2012).** Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2015. p. 322 (Tese de doutorado).

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução. Daniela Aarão Reis Filho. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POLA, Lorena Christina de Anchieta Garcia. **Sexualidade humana e educação sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2018. 126p. (Dissertação).

POSSAMAI, Paulo César. **Sexo e poder na Roma Antiga: o homoerotismo nas obras de marcial e Juvenal**. Bagoas, 2010.

QUERIROZ, Régis Cunha; JÚNIOR, César Rocha. **História Medieval**. 1ª ed. EGUS, 2015.

REINKE, Carlos Augusto, *et. al*. **Homossexualidade masculina e suas marcas históricas**. In: Revista Métis: história & Cultura, v.16, p. 275-290, jan./jun., 2017.

RIBEIRO, Marcos. **Metodologia do trabalho com crianças**. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999a.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil**. In. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). Educação sexual. Múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009b.

_____, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: Editora: P.U., 1990b.

_____, Paulo Rennes Marçal. **A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos**. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005b, p.17-32.

RIBEIRO, P. R. M. **A sexualidade na história**. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL / Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002. p. 9-16.

RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, R. C. **Algumas reflexões sobre a formação do pensamento sexual brasileiro partir da historiografa da educação sexual**. In: TEIXEIRA, F. et al. *Sexualidade e educação sexual*: políticas educativas, investigação epráticas. Portugal: CIEd, 2010.

ROCHA, Aline Sarmento Coura. **A construção da identidade profissional do pedagogo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2014.

ROCHA, Natália Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015. p.69. (Dissertação).

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

ROHMANN, Chris**. O livro das ideias**. São Paulo, SP: Campus. 2000.

RUSSELL. B. **História do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa o currículo**? In _____ (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35. 542p.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da sexualidade**. Reverso: Belo Horizonte. Ano 32, n. 60. p. 15-24, 2010.

SANFELICE, J. L. **Dialética e Pesquisa em Educação**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008a.

SANFELICE, Pérola de Paula. **Sexualidade, amor e erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompéia**. OPSIS, v.10, n. 2, p, 167-190 – jul-dez 2010b.

SANTANA, Hiller Soares. **Questões de gênero e sexualidade no currículo escolar**. Rio de Janeiro: Universidade doe Estado do Rio de Janeiro, 2014. p.144. (Dissertação).

SANTOS, L. H. S. **Incorporando outras representações culturais de corpo na sala de aula**. In: OLIVEIRA, D. L. (org.) Ciências nas salas de aula. Porto Alegre: Mediação. 1997.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **O corpo que pulsa na escola e fora dela**. In: RIBEIRO, Regina Costa (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas: Rio Grande: Editora FURG, 2007.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação Básica**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016a. 401p. (Tese).

SANTOS, Vera Márcia Marques. **Pontes que se estabelecem em educação sexual**: **um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professores no Brasil e em Portugal**. 2011. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011b.

Saviani, Dermeval. **Sobre a natureza e especificidade da educação**. In: Saviani, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. Ed.rev. – Campinhas, SP. Autores associados, 2011.

_____, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. – 2.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

_____, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. In: Revista de Educação Brasileira, v. 14, n. 40, jan/abr 2009.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, jul.-dez. Porto Alegre, 1995.

SENEM, Cleiton José; CARAMASCHI, Sandro. **Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem história e atualidade**. In: Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.49, p. 166-189, já./jun. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. Ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana**. 2001. 300 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001a.

SILVA, R. C. P. **Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola**. 2004. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.

SILVA, Odair Vieira da. **A Idade Moderna e ruptura cultural com a tradição medieval: reflexões sobre o renascimento e reforma religiosa**. In: Revista científica eletrônica da pedagogia. Ano XVI, n. 28, jan./jun de 2017c.

SILVA, Wardison C. *et al.* **Aspectos da Inquisição Medieval**. São Paulo: Revista de Cultura Teológica - v. 19 - n. 73 - jan/mar, 2011.

SNOEK, J. **Ensaio da ética sexual: a sexualidade humana**. São Paulo: Paulinas, 1981.

SOARES, Alexandre Gomes. **A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidade federais de Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SOUZA, Bruno Barbosa de. **Os discursos de gênero e sexualidade na formação de professoras/es**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018. p.158. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, N. G. S. **Que corpo é esse? O corpo na família, mídia, escola, saúde**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS. 2001.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Dourados: Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - jan/jun 2012.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola**. Maringá, 2005. p. 159 (Dissertação).

STEARNS, P. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

TANNAHILL, Reay. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEDESCHI. Losandro Antonio. **Gênero e interculturalidade: aproximações**. *In*: Leituras de gênero e interculturalidade. / Losandro Antonio Tedeschi (organizador). – Dourados, MS: UFGD, 2013.

TEIXEIRA, Izabel Mello. Silva, Edson Pereira**. História da eugenia e ensino de genética**. Revista: História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, v. 15, p. 63-80, 2017.

TOMÁS, Catarina Almeida. **A transformação da infância e da educação: algumas reflexões históricas**. Paidéia, 2001, p. 69-72.

VEIGA, Ilma Passos Veiga (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEYNE, Paul. **Do Império Romano ao ano mil**. In: VEYNE, Paul (Org.). História da vida privada 1: Do Império Romano ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. In: Cadernos Pagu (17/18), pp.81-103,2001/02.

VICENTINO, C. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, Márcia de Freitas. **A Gestão de EAD no contexto dos Polos de Apoio Presencial: Proximidades e diferenças entre a Universidade Aberta do Brasil e as Instituições universitárias privadas**. Tese de doutorado, Universidade Aberta, 2018.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia Pedagógica**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre, 2003.

VITIELLO, Nelson. **Sexualidade: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores**. São Palo: Iglui, 1997.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Autores Associados, 1998.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZORNING, Silvia Maria Abu-Jamra. **As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões**. Revista: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2008.

APÊNDICE I – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO PRESENCIAIS

Nº	IES	Região	Ano do PPP e/ou PPC	CCRs	Bibliografia	Objetivos	Carga horária
			-	**PPC anterior não localizado.**			
1	UFGD	Centro-Oeste	2019	**CCR Optativo:** Educação e Relações de Gênero **Ementa:** Conceito de gênero. A construção escolar das diferenças sob a perspectiva de gênero. O currículo e as diferenças de gênero. A educação masculina e a educação feminina. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. O predomínio feminino no magistério: aspectos históricos e sociológicos. Identidade docente e relações de gênero. Organização docente e relações de gênero.	**Básica:** BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 287 p. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs). Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012. 555p. TEIXEIRA, Cintia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Complementar:** COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. Dicionário critico de gênero. Ed. UFGD, Dourados: 2015. 678 p. FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 189 p. LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Form. Doc. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan/jul. 2011. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed.	Ausente.	72 horas

					Rio de Janeiro: Vozes, 2013. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 2 n. 16, p. 5-22, julho/dezembro. 1995. XAVIER FILHA, Constantina. As dores e as delicias de trabalhar com as temáticas de gênero, sexualidades e diversidades na formação docente. In: SOUZA, Leonardo Lemos de; ROCHA, Simone Albuquerque da (Orgs.). Formação de educadores, gênero e diversidade. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 13-30. Coleção Gênero e Diversidade.		
				CCR Obrigatório: Corpo, saúde e sexualidade **Ementa:** Teorias do corpo; Arte e corpo; Corpo: organismo, mercadoria, objeto e espetáculo; O corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho; O corpo libidinal e a sociedade; Corpo, gênero e sexualidade.	**Básica:** LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2008. 90p. MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. Pensar o corpo. Petrópolis: Vozes, 2004. 239p. TEIXEIRA, Cintia Maria. Gênero e diversidade: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 95p. **Complementar:** BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 158p. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2013. 174p. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p. PACHECO NETO, Manuel. Educação física, corporeidade e saúde. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 223p. TORRES, Marco Antônio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 72p.	Ausente.	72 horas

			2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
2	UFFS - Chapecó	Sul	2019	**CCR Optativo:** Gênero, mídia e educação **Ementa:** A disciplina pretende estabelecer uma relação dialógica entre gênero, mídia e educação, na companhia teórica das principais correntes conceituais sobre a problemática das relações de gênero, em suas diferentes representações simbólicas, especialmente nos livros didáticos distribuídos para as escolas brasileiras.	**Básica:** BUTLER, Judith. ***Problemas de gênero***: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LOURO, G. ***Gênero, História e Educação: construção e desconstrução***. Educação e Realidade. Vol.20 (2), jul/dez. 1995. LOURO, G. ***Magistério de 1o grau: um trabalho de mulher***. Educação e Realidade**.** Vol. 14(2), jul/dez 1989. SCOTT, Joan W. ***Gênero: uma categoria útil de análise histórica***. Educação & Realidade. vol. 20, nº 2, Porto Alegre, 1995, pp.71-99. **Complementar:** FOUCAULT, Michel. ***Historia da sexualidade, 2: O Uso dos Prazeres***. - Rio de Janeiro – Edições Graal, 1998. LOURO, Guacira L. NECKEL, Jane F., GOELLNER, Silvana V. (Org.). ***Corpo, Gênero e Sexualidade, um debate contemporâneo na educação.*** Petrópolis: Vozes, 2003. MOURA, Neide C. ***Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa***: permanências e mudanças. Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2007. NICHOLSON, Linda. ***Interpretando o gênero***. Estudos Feministas, v. 8, n. 2000. 8(2), 9-41. VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. ***Gênero na educação básica: quem se importa***? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educação & Sociedade, vol. 27, nº 95, maio-ago. 2006, pp.407-428.	Conhecer a emergência da temática sobre as relações de gênero explicitadas pela mídia contemporânea e educação; Analisar as criações simbólicas provenientes de diferenciados campos da mídia didática entre outras através do acionamento de diversos procedimentos metodológicos de leitura e análise.	30 horas
3	UFFS - Erechim		2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2018	**CCR Optativo:** Educação, relações de	Básica:	Estudar a temática (relações	60 horas

		Sul		gênero e sexualidade **Ementa:** Relações de gênero e sexualidade: discussão conceitual a partir das contribuições dos estudos culturais e de gênero, da psicanálise e de outros campos. Possibilidades e desafios colocados à abordagem de questões relativas a gênero e sexualidade no contexto escolar atual.	ADICHIE, NGOZI. *Para educar crianças feministas*: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976/1998. FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a sexualidade*. Obras completas, ESB, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1995. FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula*: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marilia Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete (Orgs). *Construindo a igualdade na diversidade*: gênero e sexualidade na escola. 2009. Complementar: BARRETO, Andréia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Orgs). *Gênero e diversidade na escola:* formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (Orgs.). *Infâncias, gênero e sexualidade*: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ulbra, 2013. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. FREUD, Sigmund. *Sobre as teorias sexuais das crianças*. Obras completas, ESB, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1908/1976.	de gênero e sexualidade) numa perspectiva interdisciplinar, problematizando sua abordagem na/pela Educação e o espaço que ocupa atualmente nas práticas e políticas educacionais.	

					GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993. LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo em educação. Petrópolis: Vozes, 2005. MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (orgs.). Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens. Porto Alegre: Mediação, 2012. HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. Cadernos Pagu, Campinas, v. 1, p. 145-168, 2007.		
4	UFFS – Laranjeiras do Sul		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sul	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
5	UNIPAMPA - Jaguarão		2009	**CCR Optativo:** Sexualidades **Ementa:** Estudo das abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento das sexualidades. Problematização das práticas educacionais desde a perspectiva do gênero e das sexualidades.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sul	2016	**CCR Optativo:** Sexualidades **Ementa:** Estudo das abordagens contemporâneas sobre o	**Básicas:** **BATISTA, C. A.** *Educação e sexualidade***:** um diálogo com educadores. São Paulo: Icone, 2008.	Estudar a temática referente ao corpo na contemporaneidade e suas	60 horas

				desenvolvimento das sexualidades. Problematização das práticas educacionais desde a perspectiva do gênero e das sexualidades.	LE BRETON, D. ***A sociologia do corpo.*** Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. LOURO, G. L. ***Gênero, sexualidade e educação:*** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. **Complementares:** BERTHERAT, T.; ABREU, E. S.; BERNSTEIN, C. O corpo tem suas razões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. BERTHERAT, T.; BERNSTEIN, C. O correio do corpo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas/SP: Papirus, 2003. STEARNS, P. N.; MARQUES, R. História da sexualidade. São Paulo: Contexto, 2010. VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.	relações com gênero e sexualidade, aprofundando o estudo sobre as relações entre o corpo na educação básica e as práticas adotadas por pedagogos.	
6	UNIR - Campus Rolim de Moura	Norte	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e Educação **Ementa:** Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: conceitos; Igualdades e desigualdades nas relações de trabalho; Feminização do magistério: aspectos históricos e sociológicos; Identidade docente e relações de gênero; Organização docente e relações de gênero; Trajetórias escolares de meninos e meninas e inserção de jovens no mercado de trabalho.	Básica: BOURDIEU, P. A dominação masculina. Educação e Realidade. v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez., 1995. CARVALHO, Marília Pinto de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã/Fapesp, 1999 CERISARA, Ana Beatriz. Professoras de educação Infantil: entre o feminino e o profissional. 2 ed.São Paulo: Cortez, 2002. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo : Vozes, 1997 PRIORE, M. del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, p.443-	Ausente.	40 horas

					481. SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p.71-99 COMPLEMENTAR COSTA, M. V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto Alegre: Sulina, 1995. JARDIM, S. R. M e ABRAMOWICZ, A. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. R. B. P. G. v.2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005. VIANNA, C. P e UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de Educação no Brasil: 1998-2002. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104, jan./abril 2004. VENTURI, G. e RECAMÁN, M. As mulheres brasileiras no início do século 21. Relatório direitos Humanos no Brasil, 2005. Disponível em http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=101&start=40. Acesso em 02 abr. 2008. SORJ, B. Trabalho e responsabilidades familiares: Um estudo sobre o Brasil. Relatório final. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=129 Acesso em 31 mar. 2008. SIQUEIRA, M. J. T e FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das Séries Iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? Psicologia Ciência e Profissão, v.23, n. 3, p. 76-83, 2003. KOSMINSKY, E. V.; SANTANA, J. N.		

					Crianças e jovens e o trabalho doméstico: A construção social do feminino. In: Sociedade e cultura v. 09 n. 02. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/issue/view/403. Acesso em 31/01/2008.		
7	UNIR – Campus Vilhena	Norte	2009 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Educação, Gênero, Relações Étnico Raciais e Movimentos Sociais **Ementa:** Desenvolvimento humano e educação para todas as pessoas; História dos movimentos sociais. Conceito de gênero e feminismo; relações de gênero na escola e fora dela; o caráter pedagógico dos movimentos sociais, o papel das ONGs; economia solidária; educação popular; pedagogia social de rua. A diversidade étnica nas escolas: a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CNE/CP 003, 2004). A representação da Mulher, do Negro e da Cultura Africana e Afrobrasileira nos Livros Didáticos.	Básica: BAUER, Carlos. Breve história da mulher no mundo ocidental. São Paulo: Xamã, 2001. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. CORAGGIO, José Luis. Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latinoamericanas na iniciativa da educação para todos. 2. ed. São Paulo: Cortez, IPF, 1999. GRACIANI, Maria Stela S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. 4. ed. São Paulo: Cortez/IPF, 2001. FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1994. Complementar: ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998. ALMEIDA, José Luís Vieira de. Ta na rua: representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001. ALIZADE, Alcira Mariam (Org.). Cenários femininos: diálogos e controvérsias. Rio de Janeiro: Imago, 2002. ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.	Formar sujeitos capazes de compreender e respeitar as diferenças individuais, culturais e educacionais, estabelecendo novas relações de gênero, raça e de outras minorias excluídas e discriminadas	80 horas

					BANDINTER, Elisabeth. Um é o outro: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1984. _____. A educação como cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. _____. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990. CANDAU, Vera Maria et al. Oficinas pedagógicas em direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1995. CHAUI, Marilena. Repressão sexual: essa nossa (dês) conhecida. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. _____. Cultura e democracia. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993. CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999. DIDEROT, A. L. Thomas; D'EPINAY, Madame. O que é uma mulher? Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. DOWLING, Colette. Complexo de Cinderela. 53. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002. ESTÉS, Clarissa Pinkola. Mulheres que correm com os lobos: mito e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. FAUNDEZ, Antônio. O poder da participação. São Paulo: Cortez, 1993. FERREIRA, Lúcia M. A; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.) Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		

					FOUCAULT, Michel. A mulher e os rapazes: da história da sexualidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. GADOTTI, Moacyr; TORRES, Carlos Alberto (Org.). Educação popular: utopia latinoamericana. São Paulo: Cortez, 1994. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000. _____. Escola cidadã. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. GOHN, Maria da Glória Marcondes. História das lutas e dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1995. LOPES, Daniel; PIERA, Virginia; KLAINER, Rosa. Diálogos com crianças e jovens: construindo projetos educativos e me para direitos humanos. MANCE. Euclides André (Org.). Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 2. ed. São Paulo: Cortez/IPF, 1999. MILL, Stuart. A sujeição das mulheres. São Paulo: Escala, 2006. MILLER, Mary Susan. Feridas invisíveis: abuso não-físico contra as mulheres. São Paulo: Summus, 1999. MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo:		

					HUCITEC, 1999. PERRENOUD, Philippe. Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005. PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. _____. Mulheres públicas. São Paulo: Editora UNESP, 1998. PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminino no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. PRIORE, Mary Del. Mulheres no Brasil colonial. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. PORTER, Cyril; ZIMMER, Jurgen (Org.). Educação comunitária no terceiro mundo. Campinas, SP: Papirus, 1995. ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. HIP HOP: a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. SCOTTI, Sérgio. A estrutura da histeria em madame Bovary. São Paulo: Casa do Psicólogo, EDUSP, 2003. SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classe. 2. ed. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1981. TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003. VALE, Ana Maria do. Educação popular na escola pública. São Paulo: Cortez, 1992. XINRAN. As boas mulheres da China. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.		

8	UNIR – Campus Porto Velho	Norte	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
9	UNIR – Campus Guajará Mirim		2011	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Norte	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
10	UNIR – Camus Ji-Paraná	Norte	2019	**CCR Obrigatório:** Educação, Gênero e Sexualidade **Ementa:** Conceito e surgimento das teorias de gênero. Sexualidade, ciência e educação. Crianças, sexualidade e diversidade sexual. Educar para o exercício dos direitos humanos. Gênero, feminismo e a luta pela igualdade nas diferenças. O trabalho de gênero com as crianças.	**Básica:** FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (vol1, 2, 3). SOUSA, Ana Inês (Org.). Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. SUPLICY, Marta (Org.). Sexo se aprende na escola. 3.ed. São Paulo: Olho D'Água, 2000. **Complementar:** ARATANGY, Lidia Rosenberg. Novos desafios da convivência. São Paulo: Rideel, 2010. BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Pensando gênero e ciência - 2º Encontro nacional de grupos de pesquisas 2009/2010. Brasília: SEPM, 2010. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2004. _____ (Org.). Um corpo estranho. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.	Compreender especificidades das relações de gênero e suas diversidades relacionando com os sujeitos – crianças, jovens, adultos e idosos - nos contextos educacionais e sociais. Proporcionar o entendimento de cultura acolhedora e respeitosa entre todos/as, em vista da superação do machismo e das formas de dominação e opressão patriarcal na sociedade.	40 horas.

11	UNIR - Ariquemes		2009	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Norte	2016	Ausente. (O PPC do curso encontra-se em reformulação).	Ausente.	Ausente.	Ausente.
12	UFBA – Salvador (Campus Canela)	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR Optativo:** Sexualidade e Educação **Ementa:** Ausente	Ausente.	Ausente.	Ausente.
				CCR Optativo: Sexualidade, Subjetividade e Cultura **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
13	UFPB - Bananeiras	Nordeste	2013 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicossexual, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial.	Ausente.	Ausente.	60 horas
14	UFPB – João Pessoa		2006	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicossexual, infância, adolescência, idade adulta.	Ausente.	Ausente.	60 horas

				Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial.			
		Nordeste	2017	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicossexual, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial.	Ausente.	Ausente.	60 horas
15	UFPB - Mamanguape	Nordeste	2011	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicossexual, infância, adolescência, idade adulta, educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossexual.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
			2019	**CCR Optativo:** Educação e Diversidade Sexual **Ementa:** Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicossexual: infância, adolescência e idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e	**Básica:** AQUINO, Julio Groppa (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. KUPSTAS, Márcia (Org.). Comportamento sexual em debate. São Paulo: Moderna, 1997. RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.	Ausente.	60 horas.

				linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. A evolução da educação sexual. Sexualidade e historicidade. A dimensão social da sexualidade e a diversidade sexual no contexto escolar.	TIBA, Içami. Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Ágora, 1986.		
				CCR Optativo: Gênero e Educação **Ementa:** Estuda o feminismo e seus desdobramentos no Brasil. A história das mulheres e as Teorias de Gêneros na contemporaneidade. Discute as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gêneros e sexualidade. Examina as condições que possibilitaram a emergência e a afirmação de movimentos sociais em torno de identidades culturais na pós-modernidade. Destaca as políticas de identidade e pós-identidade no terreno dos gêneros.	**Básica:** DEL PRIORE, Mary. (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Edunb, 1993. LAMAS, Marta (Org.). Cidadania e Feminismo. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1999.	Ausente.	60 horas.
16	UFAL – A. C. Simões	Nordeste	2006 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.	**Básicas:** ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª edição. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da UUNICAMP: 1955. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século.* Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação). HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.	Ausente.	30 horas.

					Pp139-156. SOUZA, Érica Renata. *No coração da sala de* *aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 - 387. VIANA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da* *docência* Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.		
17	UFAL - Arapiraca		2014	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.	**Básica** ANTUNES, Ricardo. ***Adeus ao Trabalho?*** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª edição. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da UNICAMP: 1955 BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. ***Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas.*** São Paulo. Editora Icone. 2007. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). ***Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século***. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação). HIRATA, Helena. ***Globalização e divisão sexual do trabalho*** in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. SOUZA, Érica Renata. ***No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*** in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Complementar:	Ausente.	40 horas.

					HIRATA, Helena. ***Globalização e divisão sexual do trabalho*** in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.. SOUZA, Érica Renata. ***No coração da sala de aula***: gênero e trabalho docente nas séries iniciais in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. VIANA, Cláudia Pereira. ***O sexo e o gênero da docência*** Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.		
		Nordeste	2018	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.	**Bibliografia Básica:** ***ANTUNES, Ricardo.*** Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho***. 3. ed. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da Unicamp: 1955.*** ***BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino.*** Gênero e educação***: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas. São Paulo. Editora Ícone. 2007.*** ***FRIGOTTO, Gaudêncio (org.).*** Educação e Crise do Trabalho: ***perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação).*** Bibliografia Complementar: ***HIRATA, Helena. "Globalização e divisão sexual do trabalho". In:*** Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de	Ausente.	36 horas.

					Gênero. ***São Paulo, Unicamp, 2002. SOUZA, Érica Renata. "No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais". In:*** Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero***. São Paulo, Unicamp: 2002. VIANA, Cláudia Pereira. "O sexo e o gênero da docência". In:*** Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, Unicamp, 2002.		
18	UFAL - Sertão	Nordeste	2011	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.	**Básicas:** ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª edição. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da UUNICAMP: 1955 FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação). HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156. SOUZA, Érica Renata. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 -387. VIANA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da docência* Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.	Ausente.	40 horas.

			2018	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade **Ementa:** Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.	**Básica:** GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.) Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. (3ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. FURLANI, J. (2005) O bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese do doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. **Complementar:** GESSER, M.; CORD, D.; OLTRAMARI, L. C.; NUERNBERG, A. H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 16, 2012. MADUREIRA, A. F. A., & BRANCO, A. M. C. U. A. (2012b). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.),	Ausente.	54 horas.

					Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre, RS: Mediação. HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156. SOUZA, Érica Renata. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 -387. VIANA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da docência* Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.		
19	UNIFAL - Alfenas	Sudeste	2014	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
20	UFCG – Campina Grande	Nordeste	PPP e/ou PPC não localizado	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
21	UFCG - Cajazeiras	Nordeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
22	UFG - Goiânia		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.

		Centro-Oeste	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
23	UFG - Catalão		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Centro-Oeste	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
24	UFG - Jataí	Centro-Oeste	2003 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
25	UFJF – Juiz de Fora	Sudeste	2011 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
26	UFLA - Lavras	Sudeste	2017	**CCR Obrigatório:** Educação, gênero e sexualidades **Ementa:** Sexualidade como dispositivo histórico. Gênero como categoria analítica e como constituição identitária. Educação para as sexualidades. Gênero e educação: relações e vivências na prática pedagógica.	**Básica:** LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. ISBN 9788586583339 LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Coleção educação pós-crítica). ISBN 9788532618627 RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.). Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2012. ISBN 9788581270159.	Ausente.	34 horas.

					Complementar: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Coord.). Gênero e diversidade sexual: um glossário : escolas plurais . João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2009. ISBN 9788577453108. CÉSAR, Maria Rita de Assis. A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 2008. ISBN 9788571398429 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2007. (Biblioteca de filosofia e história das ciências ; 15). ISBN 9788570380784 (v. 1). LOURO, Guacira Lopes. Currículo, género e sexualidade. Porto, PO: Porto Ed., c2000. (Colecção currículo, política e práticas ; 5). ISBN 9720348054. SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. Guia escolar : identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro, RJ: EDUR, 2011. ISBN 9788580670080 (ebook).		
				CCR Optativo: Sexualidades e infâncias **Ementa:** A ser definida.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

27	UFMT - Cuiabá	Centro-Oeste	2008 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação e sexualidade **Ementa:** Proporcionar, no processo de formação de professores, subsídios sobre as questões atuais da sexualidade e suas relações com a educação. Organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito dos relacionamentos e comportamentos sexuais dos professores em relação a si e seus alunos.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
28	UFMT - Rondonópolis	Centro-Oeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
29	UFMS - Aquidauana		-	**PPC anterior não localizado.**			
		Centro-Oeste	2018	**CCR Obrigatório:** Estudos de gênero na educação **Ementa:** O conceito de gênero e sua historicidade: gênero e movimentos feministas. Gênero: igualdade e equidade nas relações sociais. Masculinidades e feminilidade: construção da identidade. Práticas sexistas e estereótipos. A escola e as desigualdades de gênero. Gênero e trabalho docente. Gênero e Direitos Humanos.	**Básicas:** Stearns, Peter N. História das Relações de Gênero. São Paulo, Sp: Contexto, 2007 – 2010. 250 P. Lopes, Zaira de A. Meninas para um Lado, Meninos para Outro: um Estudo sobre Representação Social de Gênero de Educadores de Creche. Campo Grande: Ufms, 2000. Xavier Filha, Constantina. Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 375 P. Isbn 978-85-7613-407-7. **Complementar:** Menegat, Alzira Salete; Tedeschi, Losandro Antônio; Farias, Marisa de Fátima Lomba	Ausente.	34 horas.

					De. Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: um Diálogo Necessário. Dourados, Ms: Ed. Ufgd, 2009, 277 P Louro, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós Estruturalista. 3. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999Yannoulas, Silvia Cristina. Iguais Mas Não Idênticos. In: Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, N. 1, 1994		
30	UFMS - Naviraí		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Centro-Oeste	2018	**CCR Obrigatório:** Educação e Sexualidade **Ementa:** Estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da sexualidade. Desenvolvimento psicossexual e manifestações da sexualidade no cotidiano escolar. Representações de gênero e influências da escola na produção das diferenças de gênero. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias e respeito às diversidades sexuais.	**Básica:** Louro, Guacira Lopes; Neckel, Jane Felipe; Goellner, Silvana Vilodre. Corpo, Gênero e Sexualidade: um Debate Contemporâneo na Educação. 9. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 191 P. Isbn 978-85-326-2914-2 Stearns, Peter N. História das Relações de Gênero. 2. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2012. 250 P. Isbn 978-85-7244-355-5. Werebe, Maria Jose Garcia. Sexualidade, Política e Educação. Campinas, Sp: Autores Associados, 1998. 217 P. (Coleção Educação Contemporânea). Isbn 8585701595. **Complementar:** Louro, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista. 10. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008. 179 P. (Educação Pós-crítica). Isbn 978-85-326-1862-7. Mello, Luiz. Novas Famílias: Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, Rj: Garamond, 2005 223 P. Isbn 978-85-7617-076-1. Ribeiro,	Ausente.	34 horas.

					Paulo Rennes Marçal (Org.). Sexualidade e Educação: Aproximações Necessárias. São Paulo, Sp: Arte & Ciência, 2004. 202 P. Isbn 85-7473-146-3.		
				CCR Optativo: Orientação sexual **Ementa:** Estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da sexualidade. Desenvolvimento psicossexual. Socialização de gênero. Contribuições da escola na produção das diferenças de gênero. Metodologia da Educação Sexual.	**Básica:** Louro, L. G.; Neckel, J. F.; Goellner, S. V. (Orgs.) Corpo, Gênero e Sexualidade: um Debate Contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003. Almeida A. F. F. de Menina a Mãe Adolescente: Uma Construção da Vulnerabilidade de Gênero. Campo Grande: Edufms; 1999. Almeida A. F. F. Vulnerabilidade de Gênero na Sexualidade e Paternidade Adolescente. Campinas, 2005. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas. **Complementar:** Almeida, M. S. R. a Sexualidade na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2004. Muraro, R. M.; Boff, L. Feminino e Masculino. 3. Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002 Egypto, A. C. Orientação Sexual na Escola: um Projeto Apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.	Ausente.	68 horas.
31	UFMS – Ponta Porã	Centro-Oeste	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Estudos de gênero na educação **Ementa:** O conceito de gênero e sua historicidade: gênero e movimentos feministas. Gênero: igualdade e equidade nas relações sociais. Masculinidades e feminilidade: construção da identidade. Práticas sexistas e estereótipos. A escola e as desigualdades de gênero. Gênero e trabalho docente.	**Básicas:** LOPES, Zaira de A. Meninas para um lado, meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche. Campo Grande: UFMS, 2000. MICHEL, Andrêe. Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares. São Paulo: UNESCO/CECF, 1989. 109p. NOLASCO, Sócrates. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife, SOS/CORPO,	Ausente.	68 horas.

					1991. **Complementares:** LOURO, Guacira Lopes. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron da, org.; AZEVEDO, José Clóvis de, org. Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995. p.172-82. NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de gênero. In NOLASCO, Sócrates (org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. In Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, n. 1, 1994.		
32	UFMS – Corumbá/Pantanal		2011	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** O papel da escola na orientação da sexualidade na infância e na adolescência.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Centro-Oeste	2018	**CCR Obrigatório:** Educação étnico-racial, gênero e diversidade **Ementa:** A formação do povo brasileiro. Conceitos de raça, etnia, gênero, cultura, diferença, identidade e diversidade. Raça e racismo no Brasil. Pré-conceitos e preconceitos sociais no espaço de educação. Gênero e Sexualidade. Violências baseadas no gênero e educação. Violências Étnico-Raciais e educação. Masculinidades e Feminilidades na formação de professores. Cultura e diversidade cultural. A Educação Ambiental e aspectos socioculturais do povo	**Básica:** Gadotti, M. Diversidade Cultural e Educação para Todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992. Louro, G.l. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Ribeiro, D. O Povo Brasileiro: a Formação E O Sentido do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. **Complementar:** Abramowicz, A.; Silvério, V. R. (Org.) Afirmando Diferenças: Montando o Quebra-cabeças da Diversidade na Escola. Campinas: Papirus, 2005. Miskolci, R.; Leite Junior, J. (Org.).	Ausente.	51 horas.

				brasileiro. Inclusão e exclusão social na escola.	Diferenças na Educação: Outros Aprendizados. São Carlos: Eduscar, 2014Maio, M. C.; Santos, R.v. (Org). Raça Como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.		
33	UFMS – Três Lagoas		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Centro-Oeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
34	UFPE - Caruaru	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e educação **Ementa:** Teorias e conceitos atuais dos estudos feministas sobre as relações de gênero correlacionadas com questões de identidade, sexualidade, (re)produção de desigualdades e interconectadas ao campo da educação. Discussão de processos de socialização, diferenciação e identificação pessoal e social, bem como problemáticas específicas advindas de inter-relações que o gênero possui com as redes de poder, classe, raça, etnia e suas implicações para as práticas educativas.	**Básica:** BRUSCHINI, C. e UNBENBAUM, S. (Org.) Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. Ed. 34.2002. LOURO, G.L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis:Vozes, 2001. _____. O Corpo Educado – Pedagogias da sexualidade. B. Horizonte. Autêntica. 2001. MEC/SEF – Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. 1998. PRIORE, M. História das Mulheres no Brasil. S.Paulo. Contexto, 1997. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife, S.O.S. Corpo, 1993. **Complementar:** FOUCAULT, M. História da sexualidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009 GIDDENS, A. A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 1986.	Ausente.	45 horas.

					FOUCAULT, Michel,. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. JUNQUEIRA, R D (Org.) UNESCO; BRASIL. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. ROUGHGARDEN, J. Evolução do gênero e da sexualidade: trad. Maria Edna Tenório Nunes. Londrina, PR: Editora Planta, 2005.		
				CCR Optativo: Sexualidade e as implicações na infância **Ementa:** A história da sexualidade humana. A sexualidade e a constituição do sujeito. A dimensão social da sexualidade. Sexualidade e Cultura. Gênero e papéis sexuais. Desenvolvimento da sexualidade na infância. Educação sexual na família e na escola. A evolução da educação sexual: sexualidade e historicidade.	**Básica:** ARIES, P. (1991) História Social da Criança e da Família. Rio De Janeiro. Zahar. AQUINO, J.G.(org) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. S.Paulo: Summus. BOURDIEU, P. (1999) A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. FOUCAULT, M. (1977) História da Sexualidade. A vontade de saber. V.I Trad. Costa, M.T. Guilhon A. R.Janeiro: Graal. GANHON, A. Interpretação do Desejo. Garamond Universitária, 2006. **Complementar:** FOUCAULT, M. História da sexualidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009 GIDDENS, A. A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 1986. KUPFER, M.C. Freud e a educação: o mestre do impossível. S.Paulo: Scipione. 1989. LOURO, G. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. -. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. MONTAIGNE, Michel de. A educação das crianças. São Paulo: Martins Fontes, 2005.	Ausente.	30 horas.

					POSTMAN, N. O Desaparecimento da infância. 1990. Pro-Posições – Dossiê: educação, Gênero e sexualidade. Revista quadrimestral da faculdade de educação- Unicamp. Vol. 19 n.2(56). 2008. Pro-Posições – Dossiê: educação infantil e Gênero. Revista quadrimestral da faculdade de educaçãoUnicamp. Vol. 14 n.3 (42). 2003.		
35	UFPE - Recife	Nordeste	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Sexualidade e Educação **Ementa:** Perspectivas de estudo da sexualidade humana: aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais. Discursos sobre sexualidade na família, na mídia e na escola. O trabalho de informação sexual na escola e a postura do educador.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: Família, gênero e educação na perspectiva sócio-filosófica **Ementa:** Os princípios de fundamentos da organização social da família, as teorias de gênero e o entrecruzamento na educação: conceitos de famílias, consanguinidade e aliança, solidariedade e hierarquia, programas e compreensões da família em educação. As políticas e os pensamentos filosóficos nos quais estão presentes abordagens teórico-filosóficas sobre família e gênero em contextos educacionais diversos e suas fronteiras e desdobramentos.	Ausente.	Ausente.	60 horas.

36	UFSCAR – São Carlos		2012	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade **Ementa:** Sexo, gênero e sexualidade. A Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares. A produção das identidades sexuais e de gênero. Políticas sexuais e de gênero. Gênero e sexualidade no espaço educativo.	**Básica** FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984. FURLANI, Jimena. Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. **Complementar** BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor identidade homossexual, educação e currículo. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 21, n. 1, p. 71-96, jan-jun 1996. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. LOURO, G.L.; NECKEL, F.J., GOELLNER, V.S. (org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.	Refletir sobre a diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade. Analisar as implicações psico-sócio-culturais na produção das identidades sexuais e de gênero. Apontar possibilidades para que o/a educador/a possa desenvolver atividades de Educação Sexual.	Ausente.
		Sudeste	2018	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade **Ementa:** Sexo, gênero e sexualidade. A Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares. A produção das identidades sexuais e de gênero.	**Básica:** FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984. FURLANI, Jimena. Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual.	Refletir sobre a diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade. Analisar as implicações psico-sócio-culturais na produção das identidades sexuais e de gênero.	60 horas.

				Políticas sexuais e de gênero. Gênero e sexualidade no espaço educativo.	Belo Horizonte: Autêntica, 2003. LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. **Complementar:** BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor identidade homossexual, educação e currículo. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 21, n. 1, p. 71-96, jan-jun 1996. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. LOURO, G.L.; NECKEL, F.J., GOELLNER, V.S. (org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.	Apontar possibilidades para que o/a educador/a possa desenvolver atividades de Educação Sexual.	
37	UFSCAR - Sorocaba	Sudeste	2014	**CCR Optativo:** Gênero, sociedade e políticas públicas **Ementa:** A construção histórico-social da categoria de gênero. Gênero no Brasil nos estudos étnico raciais, socioambientais, de comunidades urbanas e camponesas, e nos estudos geracionais. Percepção, identidade e estruturas de poder. Gênero e sexualidade. Gênero e Políticas	**Básica:** APPLE, M. W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: ArtMed, 1995. FARIA, N. & NOBRE, M. (orgs.) Gênero e educação. São Paulo: SOF, 1999. SADER, E. (org.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.	Ausente.	30 horas.

				Públicas. Gênero e Participação Comunitária em projetos de desenvolvimento sustentável.			
38	UFSC	Sul	2009 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero, infância e educação **Ementa:** Discussão e aprofundamento acerca do gênero como constitutivo das relações sociais. Estabelecer articulações entre os aspectos que norteiam o debate atual sobre gênero e a educação da infância em instituições educativas.	Ausente.	Ausente.	36 horas.
39	UFMS – Santa Maria	Sul	2019	**CCR Obrigatório:** Direitos Humanos e gênero **Ementa:** Compreender a trajetória dos direitos humanos historicamente e no mundo atual. Articular o conhecimento dos direitos humanos como um processo fundamental na discussão sobre a educação norteada pelas políticas atuais de inclusão em todos os níveis do processo educativo. Estudar as principais teorias feministas e de gênero, em diálogo com diversos temas educativos, sociais, culturais e éticos com abordagens a partir da epistemologia e da hermenêutica feministas. Discutir as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva inclusiva que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça.	**Básica:** LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis: Vozes, 1997. SAFFIOTTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. **Complementar:** ARENDT, Hannah. A condição Humana. 11. ed. Tradução Roberto Raposo, revisão técnica Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. AGUIAR, Odílio Alves (Org.) Filosofia e Direitos Humanos. Fortaleza: UFC, 2006. BEDIN, Gilmar Antonio (Org.) Cidadania, Direitos Humanos e Equidade. Ijuí: Universitária, 2012. (Coleção Direito, Política	Compreender a trajetória dos direitos humanos historicamente e no mundo atual. Articular o conhecimento dos direitos humanos como um processo fundamental na discussão sobre a educação norteada pelas políticas atuais de inclusão em todos os níveis do processo educativo. Estudar as principais teorias feministas e de gênero, em diálogo com diversos temas educativos, sociais, culturais e éticos com abordagens a partir da epistemologia e da hermenêutica feministas. Discutir as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva “inclusiva” que aborde	30 horas.

					e Cidadania, 27). BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização. Porto Alegre: Artmed, 2005. COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002. CULLETON, Alfredo. Curso de Direitos Humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009. EGGERT, Edla. Narrar Processos: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação. Florianópolis: Mulheres, 2009. FROMM, Erich. Ter ou Ser? 4. ed. Tradução Natanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987. HOOKS, Bell. El Feminismo es para todo el mundo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017. LOURO, Guacira Lopes. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.	as questões de gênero, classe, etnia/raça.	
40	UNIFESP - Guarulhos		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2017	**CCR Optativo:** Relações de gênero na escola **Ementa:** Relações de gênero, currículo e educação básica. Perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação no Brasil. Construção das identidades de gênero, sexualidades, diferenças e desigualdades no contexto escolar.	**Básica:** *CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume II:* O poder da identidade. *São Paulo: Paz e Terra, 1999, capítulo 4 O fim do patriarcado: movimentos sociais, família e sexualidade, p. 168-285; CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento.* Revista Estudos Feministas — *Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, v.*	Ausente.	75 horas.

					9, p. 131- 145, 2001. *FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. PRO-POSIÇÕES* Dossiê: *Educação infantil e gênero. Campinas: Unicamp, set./dez., 2003, p.89-* *102;* *FREITAS, Maria Jose Dias de. A representação social da sexualidade no cotidiano escolar a partir das narrativas das professoras de uma escola pública do município de São Paulo. VI Seminário* *Internacional – As redes educativas e as tecnologias, FE/UERJ, 2011;* *LOURO, Guacira Lopes.* Currículo, gênero e sexualidade. *Porto, PT: Porto Editora, 2000.* *LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas* *escolares. In. SILVA, L. H. (org.)* A escola cidadã no contexto da globalização. *Petrópolis: Vozes, 1998.* *NEVES, Paulo Rogério C. . "É feio menina brigar": gênero e violência na escola. In: Seminário* *Internacional Fazendo Gênero 9 - Diásporas, DIversidade, Descolamentos, 2010, Florianópolis.* *Anais Eletrônico, 2010;* *PRO-POSIÇÕES Dossiê: Educação infantil e gênero. Campinas: Unicamp, set./dez., 2003, p.89-* *102* *ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 27, n.1, 2001, p. 47-68.*		

					SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. *Porto Alegre, vol. 20, n.2, 1995, p.71-99. SILVA, Claudio. A igualdade ainda vai chegar: desafios para a construção da cultura do respeito soa direitos de cidadania do segmento LGBT numa escola pública do municipio de São Paulo. (tese de doutorado) trabalho apresentado no Fazendo gênero, 2010. VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, SanDr.ª Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil.* Educação e Sociedade, *Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. VIANNA, Claudia. P. ; RAMIRES NETO, Luis. . A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. Revista Psicologia Política, v. 8, p. 345-362, 2008. VIANNA, Claudia e FINCO, Daniela. . Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. Cadernos Pagu, v. 33, p. 265-283 2009.* **Complementar:** BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, p.132-184, jul./dez., 1995. CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e		

					meninas. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 554-574, dez. 2001. FINCO, Daniela. *Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher*: relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na pré-escola. Campinas: UNICAMP, 2004. (Dissertação). SABAT, Ruth. Infância e gênero: o que se aprende nos filmes infantis? 24a Reunião Anual da Anped, 2001. SILVA, Carmen et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, mas disciplinados. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 107, p. 207-225, jul. 1999. BOURDIEU, P. A dominação masculina. Educação e realidade, v. 20, n. 2, p.132-184, jul./dez., 1995. NEVES, Paulo Rogério C. As meninas de agora estão piores do que os meninos: gênero, conflito e violência na escola (Dissertação de mestrado) Faculdade de Educação da USP, 2008; SILVA, Carmen et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, mas disciplinados. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 107, p. 207-225, jul. 1999. LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora.(Orgs.). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. 1 ed. Brasília: Letras Livres, 2009 LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidad. In.: LOURO, Guacira(org). O corpo Educado: pedagogias da sexualidade, 2010, pp. 07-34.		

					LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Porto, PT: Porto Editora, 2000. PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e identidades: a produção de gênero, sexualidade e etnia na formação da professora. 2001, Educação On-Line – www.educacaoonline. SOUSA, Eustáquia Salvadora. Meninos, à marcha! Meninas à sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos Cedes. Corpo e Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, n. 48, p. 52-68, 1999. VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, SanDr.ª O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Autores Associados, n.121, 2004, p.77-104;		
41	UFS - Itabaiana	Nordeste	Ausente	**CCR Optativo:** Diversidade Cultural e Educação **Ementa:** A Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais. A Lei 11.645/08 e as bases e fundamentos para a inclusão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos Escolares da Educação Básica. Repertórios histórico-culturais afro-brasileiros e indígenas	Ausente.	Ausente.	Ausente.

				nas práticas escolares e na formação docente. Educação Escolar Diferenciada. Educação Escolar Indígena e Quilombola: Fundamentos, práticas, desafios e possibilidades. Relações de Gênero e Sexualidade na Educação Escolar.			
42	UFS – São Cristóvão	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente,
43	UFU – Santa Mônica		2006	**CCR Optativo:** Educação e Sexualidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2015	**CCR Optativo:** Educação e Sexualidade **Ementa:** Ausente.	Ausente	Ausente.	Ausente.
44	UFU - Pontal		2007	**CCR Optativo:** História, gênero e educação **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2019	**CCR Obrigatório:** Corpo e Sexualidade **Ementa:** História da sexualidade. Desenvolvimento psicossexual. Corpo, gênero e sexualidade. Sexualidade e orientação sexual. Sexualidade práxis pedagógica.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
45	UFV - Viçosa		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.

		Sudeste	2016	**CCR Optativo:** Corpo, gênero, sexualidade e educação **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
46	UFAC - Floresta	Norte	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
47	UNIFAP – Campus Santana	Norte	2014 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
48	UNIFAP – Campus Binacional	Norte	2013 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
49	UFAM - Humaitá		2006	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Norte	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Corpo, gênero e sexualidade na escola **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
50	UFAM - Parintins		2012	**CCR Optativo:** Educação e sexualidade **Ementa:** Desenvolvimento da sexualidade: aspectos bio-psico-históricos e sociais. Sexualidade e geração. Gênero, raça e classe social. Práticas pedagógicas de educação em sexualidade: Orientação sexual na escola; Postura do educador.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

		Norte	2019	**CCR Optativo:** Educação e sexualidade **Ementa:** Desenvolvimento da sexualidade: aspectos bio-psico-históricos e sociais. Sexualidade e geração. Gênero, raça e classe social. Práticas pedagógicas de educação em sexualidade: Orientação sexual na escola; Postura do educador.	**Básica:** *CONSTANTINE, Larry L. e MARTINSON, Floyd M.* Sexualidade infantil: Novos conceitos, novas perspectivas. *São Paulo: Livraria Roca Ltda, 1984.* *GOMES, A. M. A. & Miguel, N. (2000).* Educação Sexual. Só para jovens. *3ª Ed.. Lisboa. Texto Editora, LDA.* *ABERASTURY, Arminda (org.)* Adolescência. *Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.* *AFONSO, Lúcia.* A polêmica sobre adolescência e sexualidade. *Belo Horizonte, Edições do Campo Social, 2001.* *AQUINO, Júlio G.* Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas. *São Paulo: Summus, 1997.* *BALEEIRO, Mª Clarice e SERRÃO, Margarida.* Aprendendo a ser e a conviver. *São Paulo: FTD, 1999.* *BALEEIRO, Mª Clarice e outros.* Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa. *Salvador: FEO* *CAMARGO, Ana Maria F. e RIBEIRO, Cláudia.* Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como um tema transversal. *São Paulo: Moderna; Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1999.* *FÓRUM Nacional de Educação e Sexualidade.* Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau. *São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.* *GUIMARÃES, Isaura.* Educação Sexual na Escola: mito e realidade. *Campinas: Mercado de Letras, 1995.* *MIRANDA, Margarete Parreira.* Adolescência na escola: soltar a corda e segurar a ponta. *Belo Horizonte: Formato, 2001.* *RENA, Luiz Carlos C.B.* Sexualidade e	Compreender a importância do conteúdo sexual e sua articulação com o conteúdo cognitivo para efeito de uma melhor compreensão do processo ensino-aprendizagem.	60 horas.

					adolescência: as oficinas como prática pedagógica. *Belo Horizonte: Autêntica, 2001. RIBEIRO, Cláudia.* A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explicito e o oculto. *Campinas/SP: Mercado de Letras; Lavras/MG: FAEPE/UFLA, 1996.*		
51	UFAM – Benjamin Constant	Norte	2006 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
52	UFC - Fortaleza	Nordeste	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação sexual nas escolas **Ementa:** Educação sexual hoje: orientação e educação sexual. Morfologia e fisiologia sexual. Evolução psicossexual da criança e do adolescente. Repressão, liberação e patologia da sexualidade. Temas atuais da educação sexual. Atuação do educador, família-escola: implicações e responsabilidades.	**Básica:** AQUINO, Júlio Grappa. Sexualidade na Escola. São Paulo: Summus, 1997. CARRERA, M. Sexo. São Paulo. Círculo do Livro. S.d. CASTRO, Ronaldo Pamplona. Os onze Sexos. FUCS, Gilda B. Sexo sem Vergonha. GALE, J. Sexo e Adolescência. São Paulo: Círculo do Livro. GTPOS. Sexo se aprende na escola. Editora Olho D'água. GTPOS. Guia de Orientação Sexual. KITZINGER, Sheila. A Mulher e o Sexo. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985, 3 volumes. MANUAL DO MULTIPLICADOR: Adolescente. Brasília: Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AID'S, Ministério da Saúde, 1997. RIBEIRO, Marcos. O Prazer e o Pensar. São Paulo: Gente, 1999. SILVA, G. A e MARTINS, M. C. J. Sexualidade na Contramão. São Paulo: Paulus, 1995.	Ausente.	32 horas

					Complementar: SERRÃO, Margarida e BALEEIRO, Maria Clárice. Aprendendo a Ser e a Conviver, 2ª edição. São Paulo: FTD, 1999. SUPLICY, Marta. Sexo para Adolescentes. São Paulo: FTD, 1988. TIBA, Içami. Adolescência, o despertar do sexo. 4. ed. São Paulo: Gente, 1994. TUNAHILL, Ready. O Sexo na História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. WUSTHOF, R. Descobrir o Sexo. São Paulo: Ática, 1999.		
53	UFES – Campus São Mateus		2011	**CCR Optativo:** Sexualidade e repressão **Ementa:** A Sexualidade e a constituição do Sujeito. A história da sexualidade humana. Sexualidade humana. Sexualidade e Cultura. Gênero e papéis sexuais. Política e Repressão sexual.	**Básica:** ***FREUD, Sigmund.*** Estudos sobre Histeria**.** ***Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 263-278.*** ***FREUD, Sigmund***. Fragmento da análise de um caso de histeria; Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e Outros Trabalhos. ***Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 263-278*** ***FREUD, Sigmund.*** O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. ***Rio de*** ***Janeiro: Imago, 1976, p. 145-159: Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise; p. 161-187.*** ***FREUD, Sigmund.*** Conferências introdutórias sobre psicanálise (1916-1917). ***Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 523-439*** ***FREUD, Sigmund.*** Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1919) ***Rio de Janeiro: Imago,*** ***1976, p. 199-211.*** ***FREUD, S.*** Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos. ***Rio de***	Ausente.	60 horas.

					Janeiro: Imago, 1976, p. 239-287. LACAN, Jacques. O Seminário. ***Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 119-141, 218-260.*** **Complementar:** *LAIA, Sérgio. O sintoma como problema e como solução.* Asephallus, *revista eletrônica do Núcleo Sephora, nº 5, junho de 2008. Disponível pela internet: http://www.nucleosephora.com* *FOUCAULT M.* Historia da loucura na idade clássica. *São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.* *ASSOUN Paul-Laurent.* Freud a Filosofía e os Filósofos. *Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978* *MANNONI, O.* Freud e a psicanálise. *Rio de Janeiro: Edições Rio, 1976* GARCIA-ROSA, L. A. *Freud e o inconsciente.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. GARCIA-ROSA, L. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. LACAN, J. *Escritos.* Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1998. KUPFER, M.C. *Educação terapêutica*: o que a psicanálise deve pedir à Educação. Estilos da Clínica. 2, 53-61, 1997. LAJONQUIERE, L. Uma introdução à Psicanálise em cinco lições. *Revista Psicopedagogia*, 27, 11-18, 1993.		

		Sudeste	2018	**CCR Optativo:** Corpo, gênero e sexualidade: produção de subjetividade e processos educacionais **Ementa:** Corpo, gênero e sexualidade como dispositivo disciplinador e de controle nos/dos e com os processos educacionais, culturais e políticos. Pedagogias da sexualidade/corpo/gênero na fabricação do sujeito que importa para a educação e trabalho. Biopolítica, governamentalidade e educação. Necropolítica e Educação.	**Básica:** GADELHA, Silvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. **Complementar:** FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2014. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). O sujeito daeducação: estudos foucautianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. SKLIAR, Carlos. Pedagogia improvável da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	Ensinar as categorias de análise: identidade, diversidade, diferença, normal, anormal como campos de disputas políticas e educacional e suas reverberaçãoes na produção de corpos e gêneros que importam; Compreender os processos pedagógicos e educacionais como ferramentas a serviço da vida e afirmação da diferença; Problematizar os corpos e gêneros que resistem e criam outras formas de existir com a educação e as políticas públicas; Analisar e desenvolver contra-dispositivos que contribuem para afirmação e produção de uma escola e processos educativos mais justos e igualitários.	60 horas.
			-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.

54	UFES – Campus Goiabeiras	Sudeste	2018	**CCR Optativo:** Corpo, gênero e sexualidade: produção de subjetividade e processos educacionais **Ementa:** Corpo, gênero e sexualidade como dispositivo disciplinador e de controle nos/dos e com os processos educacionais, culturais e políticos. Pedagogias da sexualidade/corpo/gênero na fabricação do sujeito que importa para a educação e trabalho. Biopolítica, governamentalidade e educação. Necropolítica e Educação.	**Básica:** GADELHA, Silvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. **Complementar:** FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2014. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). O sujeito daeducação: estudos foucautianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. SKLIAR, Carlos. Pedagogia improvável da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	Ensinar as categorias de análise: identidade, diversidade, diferença, normal, anormal como campos de disputas políticas e educacional e suas reverberaçãoes na produção de corpos e gêneros que importam; Compreender os processos pedagógicos e educacionais como ferramentas a serviço da vida e afirmação da diferença; Problematizar os corpos e gêneros que resistem e criam outras formas de existir com a educação e as políticas públicas; Analisar e desenvolver contra-dispositivos que contribuem para afirmação e produção de uma escola e processos educativos mais justos e igualitários.	60 horas.
55	UNIRIO	Sudeste	2008 (vigente)	Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

56	UFMA – Campus Imperatriz		2001	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
57	UFMA – Campus Codó		2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
58	UFOPA – Campus de Óbidos		2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Norte	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
59	UFOPA – Campus Santarém	Norte	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
60	UFPA - Abaetuba	Norte		**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

61	UFPA - Belém	Norte	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
62	UFPA – Bragança	Norte	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
63	UFPA – Cametá	Norte	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
64	UFPA - Breves	Norte		**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
65	UFPA - Castanhal	Norte		**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
66	UFPR		2013	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sul	2018	**CCR Obrigatório:** Diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
67	UFPI – Campus Amilcar	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação sexual **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

	Ferreira Sobral			**CCR Obrigatório:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
68	UFPI – Campus Teresina		2012	**CCR Optativo:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade **Ementa:** Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no espaço socioprofissional. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Nordeste	2019	**CCR Optativo:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade **Ementa:** Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no espaço socioprofissional. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: Educação, relações étnicos raciais, gênero e diversidade **Ementa:** Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.	Ausente.	Ausente.	30 horas.

69	UFPI – Campus Senador Helvideio Nunes de Barros	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e educação **Ementa:** Ausente	Ausente.	Ausente.	60 horas.
	UFPI – Senador Reis Velloso	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR Optativo:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade. **Ementa:** Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.	**Básica:** ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p. APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982. BANKS, James A. Multicultural Education characteristics and goals. In: BANKS, James A.; BANKS, Cherry A. McGee. Multicultural Education: issues and perspectives. Third ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997. p. 03-31. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília-DF, 1997. _____. Ministério da Justiça. Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Durban, 31 ago./7 set. 2001. _____. Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. _____. Ministério da Educação. SEPPIR.	Ausente.	60 horas.

					INEP. Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afrobrasileira e africana. Brasília-DF, 2004. _____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. _____. Lei n.º 11.645/2008 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008. ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Orgs.). Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. **Complementar:** AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. 2ª edição. São Paulo: Summus. 1998. BHABHA, H. O local da cultura. Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001. GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (Organizadoras). Experiências étnicos-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica. 2002. MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4ª edição. Organizador:		

					Silva, Luiz Heron da. São Paulo: Vozes. 2000. PERRRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ª edição. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001. SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. "A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial". In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. pp.97-114.		
				CCR Optativo: História da sexualidade **Ementa:** Estudo da evolução da sexualidade humana ao longo das sociedades, privilegiando as relações de gênero e suas inter-relações com as instituições sociais (família, religião e Estado). A origem do amor romântico no Ocidente, mitos fundadores e tabus. A revolução da sexualidade feminina (anos 50: o despertar do prazer). Parâmetros curriculares e orientação sexual, como trabalhar.	**Básica**: BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. CAVALCANTE, Mourão. O Ciúme Patológico. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994. ____ Casal: como viver um bom desentendimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2001. MULLER, Laura. 500 Perguntas sobre o Sexo Adolescente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. PINKER, Steven. Tabula Rasa. 2 ed. São Paulo, SP. Companhia das letras, 2004. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4 ed., Porto Alegre: Artmed,2005. **Complementar**: DAMÁSIO, Antônio. O Erro de Descartes. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 6.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986. GORDON, Richard. A Assustadora História do Sexo. 2.ed., São Paulo: Ediouro,2002. GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas	Ausente.	60 horas.

					e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. LADAS, Alice Kahn. WHIPPLE, Beverly. PERRY, John. O Ponto G. 9.ed., Rio de Janeiro: Record, 2001. LEÓN, Luís de. A Perfeita Mulher Casada. São Paulo: Escala, 2005. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, nº 19). ROGERS, Carl. Novas Formas do Amor: o casamento e suas alternativas. 8.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. ROUGEMONT, Denis de. O Amor e o Ocidente. 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara,1988. SELIGMAN, Martin. Felicidade Autêntica. Rio de Janeiro: Objetiva,2004. SHAKESPEARE, William. Romeu e Julieta. São Paulo: Nova Cultural, 2004.		
70	UFRB – Campus Amargosa	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Gênero, sexualidade e diversidade na educação **Ementa:** Introdução aos estudos das diversidades, gênero e sexualidade como construções histórico-sociais e suas relações com o corpo e a prática educativa. A formação de professores para a abordagem da diversidade na educação escolar numa perspectiva inclusiva.	**Básica:** LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, Vozes, 1997. PEREIRA, M. E. et. al. Gênero e Diversidade na Escola. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007. BOZON, M. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. **Complementar:** BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. CONNEL, R. Políticas da Masculinidade. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez., 1995. FACCIOLI, A. C.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e Infância(s). São Paulo:	Ausente.	68 horas

					Moderna, 2000. HEILBORN, M. L. (Org.), Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. FINCO, D. A Educação dos Corpos Femininos e Masculinos na Educação Infantil. In: FARIA, A. L. F. de (Org.) O Coletivo Infantil em Creches e Pré-Escolas. Falares e Saberes. São Paulo: Cortez, 2007		
71	UFRJ		2008	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Cultura e relações de gênero. O masculino e o feminino nas sociedades contemporâneas. Gênero e sexualidade. Relações de gênero na educação. O professor e a construção da identidade de gênero.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2015	**CCR Optativo:** Educação e gênero **Ementa:** Cultura e relações de gênero. O masculino e o feminino nas sociedades contemporâneas. Gênero e sexualidade. Relações de gênero na educação. O professor e a construção da identidade de gênero.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
72	FURG		-	**PPC anterior não localizado.**	-	-	-
		Sul	2018	**CCR Optativo:** Gêneros e Sexualidades nos espaços educativos **Ementa:** Discussão e análise temática a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade, enfocando o ensino e aprendizagem dessas questões nos diversos espaços educativos. Análise do processo de produção dessas temáticas nas distintas instâncias sociais e	Ausente.	Ausente.	45 horas

				pedagogias culturais.			
			-	**PPC anterior não localizado.**	-	-	-
73	UFRGS	Sul	2018	**CCR Obrigatório:** Gênero e sexualidade na educação **Ementa:** Gênero, corpo e sexualidade como construção histórica, social, cultural e política. Implicações no processo de educação na família, na escola e na sociedade.	**Básica:** FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca; BECK, Dinah (org.). Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação. Canoas/RS: Ulbra, 2013. ISBN 978-85-7528-513- 8. LOURO, Guacira L; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2013. ISBN 978-85-326-2914-2. LOURO, Guacira Lopes.. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista.. Petrópolis: Vozes, 2015. ISBN 85-326-1862-6. **Complementar:** FURLANI, Jimena.. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. ISBN 978-85-7526-541-3. POCAHY, Fernando (org.). Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.	Ausente.	30 horas.

				CCR Optativo: Educação sexual na escola **Ementa:** Análise do desenvolvimento da sexualidade da criança, do adolescente e do adulto, e do adulto e do adolescente, numa perspectiva biológica, psicológica, social, cultural. Suas implicações no processo da educação na família, na escola e na sociedade	**Básica:** **FILHA, Constantina Xavier (org.).** Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2009. ISBN 978-85-7613-241-7. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.. Petrópolis: Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-2914-2.	Ausente.	30 horas.
74	UFRN		2011	**CCR Optativo:** História das relações de gênero e educação **Ementa:** Estudo das relações de gênero, enquanto construção social, histórica e cultural, na formação da identidade e a autonomia dos futuros profissionais da educação; análise do exercício dos múltiplos papéis sociais, em âmbito escolar e na sociedade de forma geral. A pesquisa sobre a história das relações de gênero para a compreensão do que ocorre com as ideias estabelecidas sobre homens e mulheres quando sistemas culturais distintos entram em contato.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Nordeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
75	UNIFESSPA		2011	**CCR Optativo:** Dimensões sócio-culturais da sexualidade **Ementa:** História da Sexualidade. A Construção Social da Sexualidade. Sexualidade, Gênero e Identidade: Corpo e Iconografia de Gênero. Sexualidade na Mídia. Educação e	**Básica:** GREGERSEN, Edgar. Práticas sexuais: a história da sexualidade humana. São Paulo: Roca, 1999. REICH, Wilhelm. A Revolução Sexual. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Multiplicador Adolescente. Coordenação	Ausente.	60 horas.

				Sexualidade.	Nacional de DST/AIDS. Brasília, 1997. **Complementar:** BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, F. Educação Sexual: debate aberto. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. LOPES, Gerson. Sexualidade Humana. Editora Médico e Científica Ltda. 2ªed. RIBEIRO, M. et al. Educação sexual: novas idéias e conquistas. Tosa dos Ventos, Rio de Janeiro, 1993. 413 p. STOLL, Raul Roberto. Orientação Sexual nas escolas. Signos, Lajeado, v. 12, n. 22, p.90-93, mar. 1988.		
				CCR Optativo: Desenvolvimento Humano e sexualidade: seus aspectos biopsicossociais **Ementa:** A Sexualidade na Infância. A Sexualidade na Adolescência. A Sexualidade na vida Adulta.	**Básica:** BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (Coord.). Educação sexual: instrumento de democratização ou de repressão? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 36, p. 99-110, fev, 1981. COSTA, Maria Conceição; SOUZA, Ronald Pagnoncelli. Avaliação e cuidados primários da criança e do adolescente. Porto Alegre, Artmed, 1998. **Complementar:** FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE. Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: A sexualidade no cotidiano da escola **Ementa:** Afetividade, auto-estima e identidade sexual. Gênero e diversidade sexual. Sexualidade e DSTs. Sexualidade e Gravidez na Adolescência. Violência Doméstica e Sexual. Orientação da Sexualidade.	**Básica:** AQUINO, Júlio (org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2005. CARDOSO, Fernando Luiz. O que é educação sexual. São Paulo: Summus, 1999. FERRIANI, Maria das Graças C. Educação em saúde na escola: o papel do professor e do enfermeiro. Rev. Brasileira de	Ausente.	60 horas.

				Preconceito. Tabus.	Sexualidade Humana, São Paulo, v.8, n.2, p.270-276, jul/dez, 2002. CANNON, Lucimar R. Coser et al. Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: construindo uma agenda nacional. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2003. **Complementar:** ANDALÓ, Carmen S. A. Um trabalho sobre sexualidade na escola pública. Revista Brasileira Sexualidade Humana. São Paulo, v. 6, n.2, p.151-159, jul/dez, 2000. QUEIROZ, Kátia et al. Sexualidade na adolescência: uma experiência interativa de educação e comunicação com adolescentes. Cadernos [de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana], São Paulo, n.1, p. 181-196, mar. 2000. SILVA, Cenira Ribeiro. Possibilidades e limitações da escola pública como agente de educação sexual. Rev. Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.8, n.2, p.209-225, jul/dez, 2002.		
		Norte	2018	**CCR Optativo:** Dimensões Socio-culturais da Sexualidade Humana. **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: Desenvolvimento Humano e Sexualidade: seus aspectos biopsicossociais. **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: Prática de Ensino em Sexualidade no Espaço Escolar. **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
				CCR Optativo: Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana I	**Básica:** ABRANCHES, S. P. (2003). *Modernidade E Formação De Professores: A Prática*	Ausente.	60 horas.

				Ementa: Dimensões Socioculturais da Sexualidade Humana e Educação; Desenvolvimento Humano e Sexualidade: seus aspectos biopsicossociais. Atividades programadas em pesquisa e extensão.	*DosMultiplicadores Dos Núcleos De Tecnologia Educacional Do Nordeste E A Informática Na Educação.* Tese De Doutorado, USP. ALMEIDA, Fernando José de. Educação e informática: os computadores na escola. Cortez, 2000. BELLONI, Maria Luíza (1999). *Educação a Distância. Campinas*. São Paulo: Autores Associados. **Complementar:** CAMPOS, G.H.B. de & Rocha, A.R. (1993). Avaliação da qualidade de Software Educacional. *Em Aberto*, vol. (12): 57. COX, Kenia Kodel. Informática na educação. SP: Autores Associados, 2008. LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS. *Novas tecnologias e mediação pedagógica.* 3ª ed. São Paulo, Papirus, 2005. OKADA, Alexandra L. Desafios para EAD: como fazer emergir a colaboração e a cooperação em ambientes virtuais de aprendizagem? In: SILVA, Marcos (org.) Educação online. São Paulo: Loyola. 2004. OLIVEIRA, Celina Couto et al. Ambientes Informatizados de Aprendizagem: produção e avaliação de software educativo. Campinas, SP: Papirus, 2001. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. PEIXOTO, Clarice Ehlers. Caleidoscópio de		

					imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações Sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. (Orgs) Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 2005. SAMPAIO, Mariza Narciso. Alfabetização Tecnológica do Professor. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Orgs). Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.Bibliografia Complementar TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas Ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo, Editora Érica Ltda., 2005. TENÓRIO, Robinson Moreira. *Computadores de papel:* máquinas abstratas para um ensino concreto. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. VALENTE, José Armando. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas. SP: Gráfica Central da UNICAMP, 2004.		
				CCR Optativo: Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana II **Ementa:** História da Sexualidade. A Construção Social da Sexualidade. Sexualidade, Gênero e Identidade: Corpo e Iconografia de Gênero. Sexualidade na Mídia. Educação e Sexualidade. A Sexualidade na Infância. A Sexualidade na	**Básica:** COSTA, M. (Org.) Macho masculino homem. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50. FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA,	Ausente.	**60 horas.**

				Adolescência. A Sexualidade na vida Adulta.	G. J. (Orgs.) Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. GARTON, S. História da sexualidade da Antigüidade à revolução sexual. Lisboa: Editorial Stampa, 2009. GREGERSEN, E. Práticas sexuais: a história da sexualoidade humana. São paulo: Roca, 1983. HEILBORN, M. L. (org.) Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. JUNQUEIRA, R. D. (org.) Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009. KAPLAN, H. S. A nova terapia do sexo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990. KUPSTAS, M. (org.) Comportamento sexual. São Paulo: Editora Moderna, 1997. LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume & Dumara, 2001 **Complementar:** LOURO, G. L. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999. LOYOLA, M. A. (org.) A sexualidade nas ciências humanas. Rio de Janeiro: Editora UERJ,1998. MAIA, A. C. B. Sexualidade e deficiências. São Paulo: Editora Unesp, 2006. MASTERS, W.; JOHNSON, V. A resposta sexual humana. São Paulo: Editora Roca, 1984. MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora Moderna,		

					1999. NUNES, C. A. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papirus Editora, 1987. PORTER, R.; TEICH, M. Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998. RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual além da informação. São Paulo: E. P. U., 1990. RIBEIRO, P. R. M. (Org.) Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2004. WEEKS, J.; HOLLAND, J.; WAITS, M. (Eds.) Sexualities and society: a reader. Cambridge: Polity Press, 2003. WEREBE, M. J. G. Sexualidade, política e educação. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.		
				CCR Optativo: Gênero, Sexualidade e Educação **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	60 horas.
76	UFVJM	Sudeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
77	UFF - Niterói		2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2018	**CCR Obrigatório:** Gêneros, Sexualidades e Educação: perspectivas interseccionais na formação de educadores **Ementa:** Gêneros e sexualidades como categorias de análise no campo das	**Básica:** LOURO, Guacira Lopes. ***Gênero, Sexualidade e Educação:*** uma perspectiva pós-estrutralista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. DAVIS, Angela. ***Mulheres, raça e classe***. SP, Boitempo, 2016.	Realizar um estudo sobre gêneros e sexualidades como categorias de análise no campo das ciências humanas e sociais e no campo educacional, considerando do	30 horas.

				Ciências Humanas e Sociais: processo de construção histórica, social, cultural, política e discursiva de gênero e sexo. Perspectivas interseccionais: indissociabilidade das relações entre gênero, sexualidade, classe, raça, geração e outros marcadores de diferenças e desigualdades sociais. Preconceito, discriminação, homofobia, diferença, alteridade, identidades culturais. Estudos de gêneros, sexualidades e seus impactos no campo educacional e no cotidiano escolar. Políticas educacionais e implicações para a prática pedagógica e para a formação de educadores na sociedade brasileira.	TORRES, Marco Antonio. ***A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. **Complementar:** AUAD, Daniela. ***Educar meninos e meninas.*** Relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto. 2006. ***2.*** BEAUVOIR, Simone de. ***O segundo sexo***: fatos e mitos. SP, Difusão Europeia do Livro, s\d. ***3.*** BESSE, Susan Kate***. Modernizando a desigualdade:*** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999. ***4.*** BIROLI, Flávia. ***Gênero e desigualdades sociais***. SP, Boitempo, 2018. ***5.*** BRANDÃO, Elaine; LOPES, Rebecca. "Não é competência do professor ser sexólogo": o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. Gênero e Sexualidade. ***Civitas***. Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, 2018, p. 100-123. ***6.*** BUTLER, Judith. ***Problemas de gênero.*** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. ***7.*** CARRARA, S; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. ***Cadernos Pagú***, (28), janeiro-junho de 2007:65-99. ***8.*** CORREA, Mariza (org.). ***Gênero e cidadania***. Coleção Encontros Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero UNICAMP, 2002. ***9.*** COUTO JR., Dilton; OSWALD, Maria Luiza; POCAHY, Fernando. Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano	os processos de construção histórica, cultural, social, política e discursiva a respeito dos gêneros e dos sexos; Compreender as articulações entre as categorias de gêneros, sexualidades, classe, raça, geração, religiosidade, entre outros marcadores de diferenças e desigualdades sociais; Articular as perspectivas teóricas sobre conceitos como preconceito, discriminação, homofobia, alteridade e identidades culturais com as práticas e situações concretas vivenciadas em contextos educativos e escolares; Analisar as políticas educacionais e as implicações das reflexões sobre gêneros, sexualidades e educação para a formação de educadores, visando a refletir sobre a construção de uma práxis educativa democrática, inclusiva, humanista e não sexista na sociedade brasileira contemporânea.	

					escolar. Gênero e Sexualidade. ***Civitas***. Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, 2018, p. 124-137. ***10.*** DAVIS, Angela. ***Mulheres, cultura e política***. SP, Boitempo, 2017. ***11.*** _____. ***A liberdade é uma luta constante***. SP, Boitempo, 2018. ***12.*** DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. ***Educar em Revista***, n. 39, jan./abr. Curitiba. 2011. ***13.*** FERRARI, Anderson. Você já deve saber sobre minha "orientação sexual" (se não sabia, ficou sabendo agora, hehe) – subjetividades e sujeitos em negociação. In: FERRARI, Anderson. ***Sujeitos, subjetividades e Educação***. Juiz de Fora: UFJF, 2010. ***14.*** FOUCAULT, Michel. ***História da Sexualidade***. Vol 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988. ***15.*** FOUCAULT, Michel. ***Os Anormais***. São Paulo: Martins Fontes, 2011. ***16.*** FOUCAULT, Michel . ***Ditos e escritos***: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro, 2010. vol.5. ***17.*** FOUCAULT, Michel. ***Herculine Barbin***: O Diário de um Hermafrodita. Prefácio Michel Foucault; Novela Oscar Panizza. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. *18.* ***_____.*** *O Ocidente e a verdade do sexo*. [S.l.: s.n.], 1976. Disponível em: <http://filoesco.unb.br/foucault/ ocidente.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2012. ***19.*** FRACCARO, Gláucia. ***Os direitos das mulheres***: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese (Doutorado em História Social do Trabalho), UNICAMP, 2016. ***20.*** FRIEDAN, Betty. ***Mística feminina***.		

					Petrópolis, Vozes, 1971. ***21.*** FREITAS, José Guilherme de Oliveira. ***No quadro – o tema diversidade sexual na escola, como foco na homossexualidade*****:** nas carteiras escolares os professores. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. 22. GARZONI, Lerice. Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, inicio do seculo .XX). Doutorado em História Social da Cultura, Unicamp, 2012. 23. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. 24. GONDRA, José (org.). SCHUELER, Alessandra. Mulheres. In: Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo, Cortez, 2008. 25. GONÇALVES, Andréa Lisly. História e Gênero. Belo Horizonte, Autêntica, 2006**.** 26. GOUVÊA, Maria Cristina. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). A infância e sua educação. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 27. GUIMARÃES, LUCIA E FERREIRA, TÂNIA. "Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina" in Gênero, v.9, n.2, 2009, pp.135-151. 28. HAHNER, June. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940). Florianópolis, Ed Mulheres, Santa Cruz, RS, EDUNISC, 2003. 29. HAHNER, June. A mulher brasileira e		

					suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981. 30. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014. 31. LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo*:* corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001. 32. LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo*:* diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 33. LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 34. _____. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. Teoria e Educação, 6, 1992. 35. _____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n 2, 2001. 36. LOURO, Guacira Lopes. "Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas". *ProProsições*, Ago 2008, vol.19, no.2, p.17-23 37. LUZ, Luiz Otavio Ferreira da. Os saberes docentes sobre gêneros e sexualidades		

					presentes nas práticas das professoras de uma escola de educação infantil. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. 38. McLAREN, Margareth. Foucault, Feminismo e Subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2016. 39. NAVARRO-SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou a hora de vez do nomadismo identitário? Textos de História, Brasília, Ed. UnB, v. 8, n.1-2, p. 47-84, 2000. 40. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, v. 8, n. 2, p. 9-31, 2000. 41. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi. v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283. 42. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História. São Paulo, Ed. Unesp, v. 24, p. 77-98. 43. PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis, Ed. UFSC, 1998. 44. PENA, Maria Valéria Juno Pena. Mulheres e Trabalhadoras – Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 45. PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC,		

					2005. 46. PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007. 47. PERROT, Michelle (Org.) História das mulheres no Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 5 volumes. 48. PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceito contra a homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008. 49. PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 50. RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. Cadernos Pagu, v.11, p. 89-98, 1998. 51. RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998. 52. PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. Orgs. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2013. 53. POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. Dossiê perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Revista Mundos do Trabalho, v. 1, n. 2 (2009).		

					https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/1196/showTocV. 1, N°. 2 – Julho-Dezembro de 2009. 54. RODRIGUES, Alexsandro. A escola como possibilidade de investigação: corpo, sexualidades e currículos como investimento político. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo e Educação Básica*:* por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Rio de Janeiro: Rovelle, 2011. 55. ROGERS, Rebecca. La féminisation de l'enseignement, une histoire de femmes? Présenté par François Jacquet-Francillon. – Lille : Mélanges de la Maison Saint-Exupéry, n° spécial, 2000. – 288 p. 56. ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v 27, n1, pp. 47-68, jan/jun. 2001. 57. SACCHI, Angela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). Gênero e povos indígenas. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012. 58. SCHUELER, Alessandra. Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro: notas sobre a feminização da docência. Revista do Rio de Janeiro. N. 13-14, maio de 2004, p. 29-48. 59. SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327- 351, Dez. 2012. 60. SCOTT, JOAN. A cidadã paradoxal: as		

					feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002. 61. SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, pp.71-99, jul./dez. 1995. 62. SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. SP, UNESP, 1992. 63. SEFFNER, Fernando; BORILLO, Daniel; RIBEIRO, Fernanda. Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. Apresentação do Dossiê Gênero e Sexualidade. Civitas. Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, 2018, p. 5-9. 64. SEPULVEDA, Denize. A religião e a homofobia no cotidiano escolar. Revista nuestrAmpérica, v. 4, p. 120-136, 2016. 65. SEPULVEDA, Denize; ALMEIDA, Adriana. Algumas experiências tecidas com as pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas. Momento - Diálogos em Educação, v. 25, p. 155-186, 2016. 66. SEPULVEDA. Denize. Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de PósGraduação em Educação, Estado do Rio de Janeiro, 2012. 67. SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença. Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 14, p. 1258-1287, 2016.		

					68. SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: um exemplo de exclusão. Movimento-revista de educação, v. 5, p. 282-314, 2016. 69. SEPÚLVEDA, Denize. Formação de identidades e processos de subjetivação na escola. Revista Teias v. 16 • n. 43 • 103-116 • (out./dez. - 2015). 70. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Rev. Bras. Hist.*[online]. 2007, vol.27, n.54, pp. 281-300. http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf 71. STOLCKE, Verena: "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?", Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, 1991 72. UZIEL, Ana Paula. Anna Paula Uziel. Parentalidades e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 203-227, jul./dez. 2006. http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a09v1226 73. WEEKS, Jeffrey. Corpo e sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 35-82. Dispositivos legais sobre gênero educação: https://drive.google.com/file/d/0B6PYVwec4vbrZFc0ak96R01HZDRoeGdYa1VqZEtqTUVscExN/view?p		

78	UFF – Santo Antônio de Pádua		-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sudeste	2018	**CCR Obrigatório:** Diversidade cultural, gênero e sexualidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	60 horas	Ausente.
				CCR Optativo: Gênero e masculinidade **Ementa:** Ausente.	Ausente.	60 horas	Ausente.
79	UFF – Angra dos Reis	Sudeste		**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
80	UFRPE - Recife	Nordeste	2008	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
81	UFRPE - Garanhuns	Nordeste	2006	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
82	UFRRJ – Campus Sopédica	Sudeste	2009 (vigente)	**Disciplina:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
83	UFRRJ – Campus Nova Iguaçu	Sudeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

			-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
84	UFERSA – Campus de Angicos	Sudeste	2016	**CCR Optativo:** Gênero, sexualidade e educação **Ementa:** A historicidade do conceito de gênero e o uso no ensino e na pesquisa histórica. Os rumos da História das Mulheres e das Relações de Gênero na historiografia contemporânea. Relações vigentes nas escolas em busca de uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça e geração. Estudo das diversidades e singularidades dos grupos humanos e das minorias, enquanto processos, práticas e valores. Apropriação dos conceitos de sexualidade. Compreensão das categorias identidade de gênero e orientação sexual. Apropriação cultural da diferença sexual e da importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero. Análise das relações de gênero e trabalho. Gênero e cotidiano escolar.	**Básica:** ALVARENGA, L. F. C.; IGNA, M. C. D. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, D.; SOARES, R. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004. GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. *Educação como exercício de diversidade.* Brasília: UNESCO; MEC, Anped, 2005. (Coleção Educação para Todos). **Complementar:** ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L. B. ***Juventude e Sexualidade***. Brasília: UNESCO, 2004. DEL PRIORE, Mary. (Org.) ***História das mulheres no Brasil***. São Paulo: Contexto, 1997. FELIPE, Jane. Sexualidade nos livros infantis: relações de gênero e outras implicações. In: MEYER, Dagmar (Org.). ***Saúde e sexualidade na escola***. Porto Alegre: Mediação, 1998. LOURO, Guacira L. ***Gênero, Sexualidade e Educação.*** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.	Ausente.	30 horas.

					SILVA, Regina Célia Pinheiro; MEGID NETO, Jorge. ***Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na Escola***: o que mostram as pesquisas. Ciência e Educação. Baurú, 2006. SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. ***Educação e Realidade***. v.20, n. 2, Porto Alegre: Pannonica, 1995.		
85	UFSJ	Sudeste	2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
86	UFSM		2007	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
		Sul	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
87	UFRR	Norte	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
88	UFOP - Mariana	Sudeste	2010 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Gênero e sexualidade na educação **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
				CCR Optativo: Educação sexual **Ementa:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

89	UFMG	Sudeste	2013 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
90	UFT - Arraias	Norte	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
91	UFT - Tocantinópolis	Norte	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e educação **Ementa**: Conceito de gênero, diferenciação entre gênero e sexo; as representações sociais do gênero na educação; práticas educativas e a questão de gênero; relações entre classe e gênero; invisibilidade e empoderamento; cultura e relações de familiares com enfoque de gênero; educação e sexualidade.	**Básica:** AVELAR, Lucia. Mulheres na elite política brasileira. EdUNESP. São Paulo. 2001. BORIS, Jorge Daniel J.B. Falas de homens – a construção da subjetividade masculina. Annablume. São Paulo. 2002. CARVALHO, Maria E. & PEREIRA, Maria Z. da C. Gênero e educação: múltiplas faces. edUFPB. João Pessoa. 2003. FONSECA, Tânia M. G. Gênero, subjetividade e trabalho. Vozes. Petrópolis. 2000. LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes. EdUFSC. Florianópolis. 2003. MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. Trad: Débora Ginza. Escala. SP. 2006. PARENTE, Temis G. O avesso do silêncio. Vivencias das mulheres do século XIX. edUFG. Goiânia. 2005. RISCAROLLI, Eliseu. Gênero, educação e consciência política. IN: Gener(and)o na UFMT. (org.) Silva, Marluce Sousa. Adufmat. Cuiabá. 2001.	Discutir a partir das questões pedagógicas as implicações da educação sexista e discriminatória difundida nas famílias e reforçada na escola mediante práticas construídas historicamente.	60 horas.

92	UFT - Palmas	Norte	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
93	UFT - Miracema	Norte	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação Sexual e Formação do Educador **Ementa:** Construção cultural da sexualidade humana: conceitos e preconceitos, medos e tabus sexuais. O desenvolvimento humano e o sexo biológico: anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores, anticoncepção, doenças sexualmente transmissíveis. A construção do gênero e respeito às diversidades. Educação sexual na educação básica.	**Básica:** NUNES, César A. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papirus, 2006. NUNES, César A; SILVA Edna. A educação sexual da criança. Campinas: Autores Associados, 2006. RIBEIRO, Paulo Rennes Marcas. Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. PCN 10 – Pluralidade cultural e orientação sexual. 2.ed. Brasília: MEC, 2000. **Complementar:** SUPLICY, Marta. Guia de Orientacao Sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006 FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Editora da UEL, 1996. MARCUSE, Herbert. Eros e civilização. 8.ed. São Paulo: LTC, 1981. NUNES, César. A educação da Criança para a prevenção da AIDs: como ensinar. Campinas: Papirus, 2000. _____.As Manifestações da Sexualidade Infantil. Campinas: Editora Século XXI, 1997. SCHMIDT, Sarai (Org.). A educação em tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	Ausente.	60 horas.

APÊNDICE II – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

	IES	Região	Ano do PPP e/ou PPC	CCRs sobre as temáticas da sexualidade	Bibliografia	Objetivos	Carga horária
1	UFGD	Centro-Oeste	-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2017 (em atualização)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
2	UNIR	Norte	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
3	UNIPAMPA	Sul	-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
4	UNIVASF	Nordeste	2014	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
5	UFBA	Nordeste	-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2016	**CCR Optativo:** Gênero, sexualidade e educação **Ementa:** Ausente.			68 horas.
6	UFPB	Nordeste	2013	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

			(vigente)				
7	UFAL	Nordeste	Ano não localizado.	**CCR Optativo:** Gênero, sexualidade e educação **Ementa:** Ausente.			
8	UNIFAL	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
9	UFJF	Sudeste	2014 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
10	UFLA	Sudeste	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
11	UFMS	Centro-Oeste	2011	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
12	UFMG	Sudeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
13	UFOP	Sudeste	2009 (vigente)	**Disciplina:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
14	UFSCAR	Sudeste	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
15	UFSJ	Sudeste	2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

			(vigente)				
16	UFU	Sudeste	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
17	UFC	Nordeste	2011	**CCR Optativo:** Educação Sexual nas escolas **Ementa:** Educação sexual hoje: orientação e educação sexual. Morfologia e fisiologia sexual. Evolução psicossexual da criança e do adolescente. Repressão, liberação e patologia da sexualidade. Temas atuais da educação sexual. Atuação do educador e da família-escola: implicações e responsabilidades.	Ausente.	Ausente.	32 horas
			2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
18	UNIRIO	Sudeste	2008 (vigente)	**CCR Optativo:** Adolescência e juventude **Ementa:** Concepções atuais sobre a adolescência. Caracterização da puberdade e da adolescência no mundo contemporâneo. O adolescente frente às questões da sexualidade. Meios midiáticos e o cotidiano do adolescente. A escolha profissional e seus conflitos. Situações de risco: delinquência, prostituição e drogadição. Prática disciplinar, ato educativo e transgressão na adolescência.			60 horas

				CCR Optativo: Educação para a diversidade **Ementa:** Raça, etnia, sexualidade, gênero, ensino religioso e grupos religiosos, classe social, corporeidade e portadores de necessidades especiais em contexto escolar.			60 horas
19	UFMA	Nordeste	Ausente.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
20	UFPR	Sul	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
21	UFPI	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Relações étnicos-raciais, gênero e diversidade na escola. **Ementa: Ausente**			30 horas.
				CCR Optativo: Relações étnicos-raciais, gênero e diversidade **Ementa:** A LBD, da Lei 10.639/03 e a diversidade na escola brasileira, do Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 do CNE; Discriminação, preconceito racial e comportamento social. Histórico do Movimento Negro no Brasil, da Declaração de Durban até a Lei 10.639/03; a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 de maio; Relações raciais na escola; Currículo e responsabilidades; Fiscalizando a TV, o livro didático e escola: a mensagem oculta do racismo; A África como berço da humanidade; A Geografia Africana: diversidade regional e correntes	**Básica:** ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p. APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982. BARBOSA, Tanya Maria Brandão. O escravo na formação social do Piauí. 1984. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984. BOAKARI, Francis Musa. Necessidade do milênio: uma escola contra as exclusões. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina,		60 horas.

				migratórias; A presença mulçumana e europeia no continente: aspectos gerais; A participação africana na formação sociocultural brasileira; A resistência negra: os quilombos e a regionalidade; a saúde da população negra; O papel dos africanos na construção socioeconômica do Brasil.	PI, n. 9, p. 9-33, jan./dez. 2003. _____; GOMES, Ana Beatriz Sousa. Comunidades negras rurais do Piauí: mapeamento e caracterização sociocultural. Teresina-PI: EDUFPI, 2006. BRASIL. Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992. OLIVEIRA, Eduardo David de. Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza-CE: LCR, 2003. **Complementar:** BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996. SILVA, Maria José Lopes da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC; SECAD, 2005. P. 125-142. SOUZA, Elizabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCN's. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001. P. 39-63.		
22	FURG	Sul	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

23	UFRN	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
24	UFVJM	Sudeste	-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2019	**CCR** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
25	UFRGS	Sul	-	**PPC anterior não localizado.**	Ausente.	Ausente.	Ausente.
			2018	**CCR Obrigatório:** Diferença e Alteridade **Ementa:** Diferença e Diversidade Cultural; Interculturalidade; o corpo como superfície de inscrição; marcadores sociais de gênero, sexualidade e de idade (geracional). Relações étnico raciais. Teorias Modernas e Contemporâneas sobre a construção de si e do outro. Os processos de discriminação e hierarquização da diferença e seus efeitos na educação escolar. Alteridade, diálogo e ética na Educação.	**Básica.** FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. SANTOS, A. K. A. (org.). Infância afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental (on line). Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: http://books.scielo.org/id/ds SKLIAR, Carlos. Pedagogia do Improvável e da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	Ausente.	60 horas

APÊNDICE III – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO PRESENCIAIS

Nº	IES	Região	Ano do PPP e/ou PPC	CCRs	Objetivos	Bibliografia	Carga horária
1	UFGD	Centro-Oeste	2019	**CCR Obrigatório:** Educação em Direitos Humanos **Ementa:** Compreensão das bases conceituais dos direitos humanos. Afirmação histórica e internacionalização dos direitos humanos. Direitos Humanos, interculturalidade e reconhecimento. Democracia, ações afirmativas e direitos humanos. Classe, Gênero, Raça/Etnia, Natureza e Meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos. Direitos Humanos, violência e punição na contemporaneidade. Cidadania e Direitos humanos no Brasil: avanços e resistências. Princípios pedagógicos e metodológicos para uma educação em e para os direitos humanos.	Ausente.	Ausente.	72 horas
2	UFFS - Chapecó	Sul	2019	Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
3	UFFS - Erechim	Sul	2018	**CCR Optativo:** Educação Intercultural **Ementa:** Estudos Culturais. Multiculturalismo. Interculturalidade. Didática Intercultural.	Conceituar Multiculturalismo e Interculturalidade para refletir suas propostas para o contexto educacional, no que se refere à cultura para a convivência democrática (questões de conflito em sala de aula; questões de gênero; questões étnico-raciais.	**Básica:** AGUADO, María José Díaz. ***Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa***. Portugal: Porto Editora, CANDAU, Vera Maria (Org.). ***Sociedade, Educação e Cultura (s***) – Questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. CANDAU, Vera Maria (Org.). ***Didática crítica intercultural*** – aproximações. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.	60 horas.

						HALL, S. ***A identidade cultural na Pós-Modernidade***. 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. McLAREN, P. ***Multiculturalismo crítico***. São Paulo: Cortez, 1997 **Complementar:** CANDAU, V.M. (Org.). ***Cultura(s) e educação:*** entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. _____. ***Didática crítica intercultural*** – aproximações. Petrópolis: Vozes, 2011. FONTOURA, Madalena. ***Uns e Outros:*** Da Educação Multicultural à Construção da Cidadania. Lisboa: EDUCA, 2005.. McLAREN, Peter. ***A vida nas escolas*** – uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. 2 ed. Porto Alegre, 1997**.** _____. ***Multiculturalismo Revolucionário*** – Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: ARTmed, 2000. SILVA, T. T. ***Teoria Cultural e Educação.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. TORRES, Carlos Alberto. ***Democracia, Educação e Multiculturalismo***. Petrópolis: Vozes, 2001.	
4	UFFS – Laranjeiras	Sul	2018	Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

	do Sul						
5	UNIPAMPA - Jaguarão	Sul	2016	**CCR Obrigatório:** Corporeidade e Educação **Ementa:** Problematização das compreensões sobre o corpo na atualidade, corpo e sexualidade e corpo e gênero, em interlocução com a avaliação crítica dos aspectos concernentes às práticas planejadas e implementadas na educação básica por pedagogos, evidenciando a noção de que a concepção de corpo parte de uma construção histórico-cultural.	Estudar a temática referente ao corpo na contemporaneidade e suas relações com gênero e sexualidade, aprofundando o estudo sobre as relações entre o corpo na educação básica e as práticas adotadas por pedagogos.	**Básica:** BATISTA, C. A. ***Educação e sexualidade***: um diálogo com educadores. São Paulo: Icone, 2008. LE BRETON, D. ***A sociologia do corpo.*** Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. LOURO, G. L. ***Gênero, sexualidade e educação:*** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. **Complementar:** BERTHERAT, T.; ABREU, E. S.; BERNSTEIN, C. *O corpo tem suas razões.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. BERTHERAT, T.; BERNSTEIN, C. *O correio do corpo.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. LE BRETON, D. *Adeus ao corpo:* antropologia e sociedade. Campinas/SP: Papirus, 2003. STEARNS, P. N.; MARQUES, R. *História da sexualidade.* São Paulo: Contexto, 2010. VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.	60 horas.
6	UNIR - Campus Rolim de Moura	Norte	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

7	UNIR – Campus Vilhena	Norte	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
8	UNIR – Campus Porto Velho	Norte	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
9	UNIR – Campus Guajará Mirim	Norte	2017	**CCR Obrigatório:** História da Educação **Ementa:** A constituição histórica da educação na Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, a partir dos fundamentos sociais, políticos e econômicos. O processo histórico e os fundamentos da educação brasileira nos períodos Colonial, Imperial e Republicano. As relações de gênero, raça, etnia, classe e poder na constituição histórica da educação brasileira. As principais tendências e perspectivas da educação contemporânea no Brasil.	Analisar e discutir a educação numa perspectiva histórica e critica, tomando como recorte temporal a história da educação dos povos primitivos à moderna educação do Ocidente e sua influência na educação brasileira a partir dos períodos colonial, imperial e republicano até a *atualidade enfocando os problemas e suas perspectivas da educação contemporânea brasileira.*	**Básica**: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil, 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. ROMANELLI, O, de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ.- Vozes, 2010,. SAVIANI, D,; LOMBARDI, J. C. (org.). História, educação e transformação tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil, São Paulo, SP: Autores Associados, 2011. **Complementar**: GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2010. FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, 5 Editora Alínea, 2001. HILDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras, São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003. LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação. *5*	60 horas.

						ed. São Paulo: Ática, 2009. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil, 11, ed. Petrópolis: Vozes, 1989.	
10	UNIR – Camus Ji-Paraná	Norte	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
11	UNIR - Ariquemes	Norte	2016	**CCR Obrigatório:** Formação Étnico-cultural brasileira **Ementa:** Educação e diversidade étnico-cultural. A formação étnico-cultural do povo brasileiro. Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e faixa geracional. A formação étnico-cultural da Amazônia. A formação étnico-cultural de Rondônia.	Ausente	**Básica:** BOSI,A.; 2008. Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo, SP. Ed. Atica. FRAXE T.J.P.; 2009. Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo, SP. Ed. Annablume. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf **Complementar**: CANCLINI, N.; 2008. Culturas Híbridas. São Paulo, SP. EDUSP. EDGAR, A.; SEDGWICK, P.; 2003. Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo, SP. Ed. Contexto.	80 horas:

						ERICKSEN, T.H. & NIELSEN, F.S. História da Antropologia. 2ª edição, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. FREITAS, M.C.(org.); 2006. Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude. São Paulo, SP. Ed. Cortez. MATHIAS, F.; 2003. Síntese da Formação Histórica de Rondônia. Porto Velho, RO. Ed. Municipalista – Brasília-DF.	
12	UFBA – Salvador (Campus Canela)	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
13	UFPB - Bananeiras	Nordeste	2013 (vigente)	**CCR**: Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
14	UFPB – João Pessoa	Nordeste	2017	Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
	UFPB - Mamanguape	Nordeste	2019	**CCR Optativo:** Multiculturalismo e Educação **Ementa:** Globalização e sociedades multiculturais. Conceitos de cultura, identidade e diferença. Multiculturalismo: gênese e principais tendências. Igualdade e diferença; universalismo e relativismo. Questões e tensões no cotidiano: gênero, raça, orientação sexual e	Ausente.	**Básica:** CANDAU, V. M. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar;Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. CANEN, A. &SANTOS, A. R. (2009), Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores em	60 horas.

				religião. Educação multicultural. A perspectiva da educação intercultural. Currículo e interculturalidade. A escola como espaço de encontro intercultural. Estratégias pedagógicas e perspectiva intercultural.		Educação. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna. _____. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Comunicação e política, v. 25, nº 2, p.91 – 107, maio/ago. 2007. MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. ***Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas***. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. MOREIRA, A. ; CANDAU, Vera Maria. BRASIL, MEC, SEB. Indagações sobre Currículo - currículo conhecimento e Cultura. Brasília, MEC/SEB, 2007.(disponível no site do MEC).	
16	UFAL – A. C. Simões	Nordeste	2006 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
17	UFAL - Arapiraca	Nordeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
18	UFAL - Sertão	Nordeste	2018	**CCR Obrigatório:** Fundamentos das Ciências Sociais **Ementa:** Reflexões acerca das Ciências Sociais, contextualizando o período histórico que justificou o seu	Ausente.	**Básica:** DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico**.** Trad. Martin Claret, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.	72 horas.

				surgimento. Abordagens das diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos clássicos das Ciências Sociais, sobre a constituição da sociedade, na sua complexa estruturação. Debate sobre as grandes questões da contemporaneidade como: pós-colonialismo, questões étnico raciais, de gênero e a questão ambiental, inerente ao pensamento contemporâneo nas suas variadas dimensões.		DURHKHEIM, E. O suicídio**.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008. MARX, K. **A** Ideologia Alemã**.** Tradução, Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002. WEBER, M. Ciência & Política duas Vocações**.** São Paulo: Cultrix, 2007. **Complementar:** GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade**.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. GIDDENS, A. As consequências da Modernidade**.** Tradução Raul Fiker, São Paulo, ed. Unesp, 1991. HALL, S. A Identidade Cultural na Pós Modernidade**.** Tradução, Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. LEFF, E. Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**.** 2ª Ed. RJ: Petrópolis: 2001. MUNANGA. K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**:** identidade nacional versus identidade negra: Autentica 2004. SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. In. Mundo & Vida, v. 2, n. 1, 2008, p. 07-13.	
19	UNIFAL - Alfenas	Sudeste	2019	**CCR Obrigatório:** Sociologia da Educação II	Ausente.	Ausente.	30 horas.

				Ementa: A sociologia da educação e os movimentos sociais, ciclos de vida, relações de gênero. Trabalho e Educação. A sociologia da educação e suas contribuições aos estudos sobre o trabalho docente.			
20	UFCG – Campina Grande	Nordeste	PPP e/ou PPC não localizado	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
21	UFCG - Cajazeiras	Nordeste	2009 (vigente)	**CCR:** Auente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
22	UFG - Goiânia	Centro-Oeste	2015	**CCR Obrigatório:** Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil **Ementa:** Educação Infantil como campo de pesquisa, políticas e trabalho docente. Papel social e político-pedagógico da Educação Infantil. Docência e prática pedagógica na Educação Infantil: fundamentos, significados e identidade profissional. Relação entre cuidar e educar. Ludicidade, brincadeira, corpo e movimento nas propostas pedagógicas em creches e pré-escolas. Interações entre crianças, crianças-adultos, família e instituição educativa para crianças de 0 a 6 anos. Educação e cuidado de bebês: fundamentos do trabalho pedagógico. Relações de gênero, étnico-raciais e geracionais na	Ausente.	**Básica** BARBOSA, Ivone Garcia. Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da Educação Infantil em Goiás. *Revista Interação* – UFG, vol. 33 nº 02, jul./dez. 2008. p.379-394. BARBOSA, I. G. Prática pedagógica na educação infantil. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário*: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CDROM. BARBOSA, Ivone G. ; ALVES Nancy N. de L.; MARTINS Telma A. T. S. O professor e o trabalho pedagógico na Educação Infantil. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza R.; LIMONTA, Sandra V. (orgs.). *Didática*	80 horas.

				Educação Infantil.		*e prática de ensino*: texto e contexto em diferentes áreas do conhecimento. 2011. p. 133-150. BARBOSA, Maria Carmem S. *Por Amor e por Força* - Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. BARBOSA, Maria Carmem. Especificidades da ação pedagógica com bebês. In: BRASIL/MEC. *Anais*. I Seminário Currículo em Movimento: perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid= 936> Acesso em: 02 ago. 2011. CAMPOS, Maria Malta. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. In: MEC/SEB. *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília: COEDI/MEC, 1994. p. 32-42*. FARIA, Ana Lúcia G. de. *Pequena infância, educação e gênero*: subsídios para um estado da arte. Cadernos Pagu. Campinas-SP, n. 26, p. 279-287, jan/jun. 2006. KRAMER, S (org). *Retratos de um desafio*: crianças e adultos na Educação Infantil. São Paulo: Ática, 2009. OLIVEIRA, Zilma M. R. *Educação Infantil*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010. ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sônia (orgs.). *Educação Infantil*:	

						enfoques em diálogo. Campinas/SP: Papirus, 2011. SALMAZE, M. A. e ALMEIDA, O. (orgs.). *A Primeira infância no século XXI* – direito das crianças de viver, brincar, explorar e conhecer o mundo. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2013. VAZ, Alexandre F. e MOMM, Caroline M. *Educação Infantil e sociedade*: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. VIGOTSKI. L.S. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. WALLON, H. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa, 1975. **Complementar:** ALVES, N. N. de L. "*Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende*": significados da docência em Educação Infantil na ambigüidade entre a vocação e a profissionalização. Anped. 29ª Reunião Anual (GT07). Caxambu-MG, 2006. (publicação eletrônica). BARBOSA, Ivone G. Formação de professores em diferentes contextos: historicidade, desafios, perspectivas e experiências formativas na Educação Infantil. *Poiésis Pedagógica*, Catalão-GO, v. 11, n. 1, p. 107-126, jan/jun. 2013. BARBOSA, Ivone Garcia; ALVES, Nancy Nonato de L.; MARTINS, Telma A. Teles.	

						Infância e cidadania: ambigüidades e contradições na educação infantil. *Anais*. 31 R.A da Anped. 2008. Disponível em < http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/ GT07-5024--Int.pdf>. Acesso em 23/05/2013. BRASIL/MEC. Anais. I Seminário Currículo em Movimento: perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid= 936> Acesso em: 02 ago. 2011. CORSINO P. (org). *Educação Infantil*: cotidiano e políticas. Campinas: SP: Autores Associados, 2009. KISHIMOTO, T. M. (org.). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. KRAMER, Sônia (org.). *Profissionais de Educação Infantil*: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005. MARANHÃO, Damaris G. *O cuidado como elo entre a saúde e a educação*: estudo de caso realizado no berçário de uma creche. 1998. Dissertação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1998. MONTENEGRO, Thereza. *O cuidado e a formação moral na educação infantil*. São Paulo: EDUC, 2001. MELLO, Suely Amaral Mello. Letramento e alfabetização na Educação Infantil, ou melhor, formação da atitude leitora e produtora	

						de textos nas crianças pequenas. In: VAZ, Alexandre F. e MOMM, Caroline M. *Educação Infantil e sociedade:* questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. OLIVEIRA, Zilma R. de et all. *Creches*: criança, faz de conta & cia. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. TRISTÃO, F. C. D. A sutil complexidade das práticas pedagógicas com bebês. In: MARTINS FILHO, A. J**.** *Infância plural*: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006. VIEIRA DA CUNHA, S. R. (org). *Cor, som e movimento*. A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre: Mediação, 1999.	
23	UFG - Catalão	Centro-Oeste	2017	**CCR Obrigatório:** Seminário de Integração: Educação, Cultura, Direitos Humanos e Sociedade **Ementa:** Educação, Cultura, Direitos Humanos e Sociedade e os debates sobre escola, Infância, docência, aprendizagem e a Gestão. A reflexão sobre a produção de significados, as realidades educacionais e os problemas socioculturais e educacionais a partir da discussão dos direitos humanos e uma postura de investigação e de proposição em face de realidades complexas e da superação de formas de exclusão, sejam elas sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, gênero, políticas e outras.	Ausente.	**Básica:** *BRASIL***.** Parecer CNE/CP N. 8/2012**.** ***Diretrizes Nacionais para a Educação em Diretos Humanos. Brasília, MEC/CNE, Brasília, 2012. CARVALHO, Edgar de Assis.*** Enigmas da cultura***. São Paulo: Cortez, 2003. GEERTZ, Clifford.*** A interpretação das culturas***. Rio de Janeiro: LTC, 1989. GEERTZ, Clifford.*** Nova luz sobre a antropologia***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.*** **Complementar:** ***BRUNER, J.*** Atos de significação***. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. BRUNER, J.*** Cultura da educação***. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001***.	64 horas.

						KOURYH, Jussara Rocha. História do Brasil afro-indígena***. Recife: Bagaço, 2008.*** ***RODINO, A. M. et al. (Orgs.).*** Cultura e educação em direitos humanos na América Latina***. João Pessoa: UFPB, . SAHLINS, Marshall David.*** Cultura e razão prática**. *Rio de Janeiro: Zahar, c2003. (SÓ DOIS EXEMPLARES) VIANA, Nildo; VIEIRA*, *Renato (orgs.).*** Educação, cultura e sociedade – ***Abordagens Críticas da Escola. Goiânia: Germinal, 2002.***	
24	UFG - Jataí	Centro-Oeste	2003 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
25	UFJF – Juiz de Fora	Sudeste	2011 (vigente)	**CCR Optativa:** Fundamentos Teórico-Metodológicos em Ciências II **Ementa:** A interdisciplinaridade: História e pressupostos; modalidades de interação: multidisciplinaridade e transdiciplinaridade; temas transversais na escola; educação ambiental na escola: história, pressupostos, tendências e metodologias; os problemas ambientais contemporâneos; a orientação sexual na escola; os problemas da informação sexual e o papel da escola na busca da orientação sexual; educação para a saúde: histórico e pressupostos.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

26	UFLA - Lavras	Sudeste	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
27	UFMT - Cuiabá	Centro-Oeste	2008 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
28	UFMT - Rondonópolis	Centro-Oeste	2009 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Psicologia e Educação **Ementa:** A Psicologia como área de conhecimento e de intervenção em diferentes contextos educativos. A Psicologia e os temas contemporâneos em educação: sucesso e fracasso escolar, indisciplina e violência, gênero e sexualidade, diversidade e diferenças na educação.	Ausente.	**Básica:** OLIVEIRA, M. K. , REGO, T. ; TRENTO, D. *Psicologia e Educação*: temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. AQUINO, J. G. (org.) *Indisciplina e violência na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. ARANTES, V. A. (org.) *Afetividade na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2007. LOURO, G. L. *O corpo educado* – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. NAJMANOVICH, D. *O sujeito encarnado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MACHADO, A. M. (org.) *Educação especial em debate*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. AQUINO, J. G. (org.) *Diferenças e preconceito na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: 2001. **Complementar** COLL, C., MARCHESI, A. e PALACIOS, J. *Desenvolvimento*	60 horas.

						psicológico e educação: transtornos e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: ArtMed, 2004. AQUINO, J. G. *Sexualidade na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. LIMA, M. N. *Escola plural*. São Paulo: Cortez, 2004. PERRENOUD, P. *Pedagogia na escola das diferenças*. Porto Alegre: Art Med, 2001. SOUZA, R. M. e GALLO, S. *Educação do Preconceito*. Campinas: Alínea, 2004. SILVA, N. P. *Ética, violência e indisciplina nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2004.	
29	UFMS - Aquidauana	Centro-Oeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
30	UFMS - Naviraí	Centro-Oeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
31	UFMS – Ponta Porã	Centro-Oeste	2014 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Escola, Cultura e Currículo **Ementa:** Conceituação de currículo em diferentes contextos e as influencias histórica, de gênero, étnica e de classe. Políticas curriculares no País: Currículo básico Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais e Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Currículo da educação básica na legislação de ensino e nos programas. A organização do trabalho educativo no Brasil,	Ausente.	**Básica:** ESTEBAN, Maria Terena. Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas - SP: Papirus, 1990. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CARDOSO, Maria Helena Fernandes. (Org.). Escola Fundamental: currículo e ensino. Campinas - SP: Papirus: 1995. **Complementar:** BRASIL. Ministério da Educação.	68 horas.

				tendências e perspectivas emergentes na história do currículo. Currículo e diversidade cultural e a contextualização do currículo. (política, econômica, cultural e social).		Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1998. BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998. FONSECA, Selva Guimarães. Currículo, saberes e culturas escolares. Campinas: Alínea, 2007.	
32	UFMS – Corumbá/Pantanal	Centro-Oeste	2018	**CCR Optativo:** Educação, Saúde e Inclusão **Ementa:** Desenvolvimento e crescimento da criança de zero aos 13 anos. Higiene, cuidados e hábito saudáveis. Alimentação: nutrição e desnutrição. Sinais e sintomas de doenças infecciosas e não infecciosas evitáveis da infância. Sexualidade. Primeiros socorros. Questões técnicas de funcionamento: instalações, equipamentos e recursos humanos.	Ausente.	**Básica:** Cohn, A.; Nunes, E.; Jacobi, P.; Karch, U. a Saúde Como Direito e Como Serviço. São Paulo: Cedec: Cortez, 1999. Craidy, C.; Kaercher, G. (Org.). Educação Infantil: Pra que Te Quero? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. Taddei, J. A. Et. Al. Manual Crecheficiente: Guia Prático para Educadores e Gerentes. Barueri: Manole, 2009. **Complementar:** Marcondes, R. S. Educação em Saúde na Escola. Revista Saúde Pública, V. 6, N. 1, 1972. Disponível Em: Http://www.scielo.br Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente/saúde. Brasília: Mec/sef, 1997. V. 9Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: Mec/sef, 1998.	51 horas.

33	UFMS – Três Lagoas	Centro-Oeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
34	UFPE - Caruaru	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Movimentos Sociais de Afirmação Cultural **Ementa:** Cultura, política e identidade. Movimentos sociais: valores, práticas e ações coletivas. A dimensão cultural na luta política por direitos, equidade e igualdade. Questões culturais de luta política relacionadas à etnicidade, raça, gênero, geração e classe social. Políticas afirmativas e políticas de reconhecimento.	Ausente.	**Básica:** BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org.). Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Record, 2004. 417p. FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). Intercultura: estudos emergentes. Florianópolis: Núcleo Mover, Educação Intercultural e Movimentos Sociais; Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2002. 150 p. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006. 416 p. ISBN 8524912235 (broch.). **Complementar:** KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira. Infância e produção cultural. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 215p. MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 101 p. MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 245 p. ISBN 97885326 SOUZA, João Francisco de. Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural . São Paulo: Cortez, 2002. 222 p.	45 horas.

						TREVISAN, Amarildo Luiz. Pedagogia das imagens culturais: da formação cultural à formação da opinião pública. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2002. 214 p.	
35	UFPE - Recife	Nordeste	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
36	UFSCAR – São Carlos	Sudeste	2012	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
37	UFSCAR - Sorocaba	Sudeste	2014	**CCR Obrigatório:** Educação Infantil **Ementa:** O estudo da Educação Infantil desde uma abordagem histórica. A origem das diferentes concepções de infância e propostas educacionais. Análise de fundamentos, currículos e programas pedagógicos. O lúdico e o desenvolvimento infantil: produção de brinquedos e jogos pedagógicos. A especificidade da sala de aula: planejamento, currículo, didática e avaliação na Educação Infantil**. As** questões relativas à: raça, gênero, corpo, necessidades especiais e diferenças em crianças de zero a seis anos.	Ausente.	**Básica:** BAZÍLIO, L. C. & KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. CRAYDY, C. & KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.	60 horas.
38	UFSC	Sul	2009 (vigente)	**CCR Optativo:** Estudos da juventude contemporânea **Ementa:** Os potenciais genéticos: vitalidade, criatividade, sexualidade, afetividade e transcendência. Educação como processo teórico-vivencial. O princípio biocênctrico e a educação.	Ausente.	Ausente.	72 horas.

				A poética dos gestos nas relações humanas. A construção dialógica do conhecimento. A vivência como organizadora do movimento humano. A inteligência afetiva e os processos de aprendizagem. A cultura de prestígio à vida em todas as suas manifestações.			
39	UFMS – Santa Maria	Sul	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
40	UNIFESP - Guarulhos	Sudeste	2017	**Disciplina Obrigatória:** Psicanálise e Educação **Ementa:** Apresenta o embasamento conceitual da psicanálise, sua constituição como campo de práticas e saberes bem como suas relações com o campo da educação, destacando suas contribuições para as instituições escolares e os impasses da educação contemporânea. Para tanto, apresenta e problematiza as formulações freudianas que fundamentam tais contribuições, como: inconsciente, sexualidade, pulsão, linguagem, transferência.	Ausente.	**Básica:** *ABRÃO, J.L.F. As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX*.Psicologia: Teoria e Pesquisa. *Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 233-240.* *ADORNO, T.W.* Educação e emancipação. *Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.* *FREUD, S. (1929).* O mal-estar na civilização. *Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.* *_ . (1912). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In:* Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud. *Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.* *_ . (1915). Sobre a transitoriedade. In: In:* Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud. *Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.*	75 horas.

						Complementa: *FREUD, S. (1912).* Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.* *GAY, P.* Freud: uma vida para o nosso tempo. *São Paulo: Cia das Letras, 1989.* *KUPFER, M.C.M.* Freud e a educação. *O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 2006.* *MILLOT, C.* Freud Antipedagogo. *Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.*	
41	UFS - Itabaiana	Nordeste	Ausente	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
42	UFS – São Cristóvão	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
43	UFU – Santa Mônica	Sudeste	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
44	UFU - Pontal	Sudeste	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

45	UFV - Viçosa	Sudeste	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
46	UFAC - Floresta	Norte	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
47	UNIFAP – Campus Santana	Norte	2014 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
48	UNIFAP – Campus Binacional	Norte	2013 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
49	UFAM - Humaitá	Norte	2014 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
50	UFAM - Parintins	Norte	2019	**CCR Obrigatório:** Educação, Direitos Humanos e Diversidade **Ementa:** Educação, direitos humanos e diversidade: concepções e relações. A educação como direito e a educação em direitos humanos. Políticas públicas e direitos humanos: documentos internacionais e nacionais; desigualdades sociais e políticas afirmativas. Escola, currículo e diversidade: a formação cidadã na perspectiva da diversidade; educação e direitos da criança e do adolescente e sua interface com a educação das	Estabelecer relação entre educação, direitos humanos e diversidade na perspectiva de construção da escola democrática, que reconheça e valorize a diversidade e a dignidade humana como princípio formativo.	**Básica:** BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão. CANDAU, Vera Maria (Coord.). *Somos tod@s iguais?* Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. CASALI, Alípio; CASTILHO, Suely Dulce de. *Diversidade na Educação*: Implicações Curriculares. São Paulo:	60 horas.

				relações étnico-raciais e o enfrentamento ao racismo, à discriminação e ao preconceito; gênero e educação.		***EDUC 2016. FERRAZ, Carolina Valença. LEITE,*** *Glauber Salomão. (Orgs.).* Direito à diversidade**.** *São Paulo: Atlas, 2015. GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronília Beatriz Gonçalves e (Orgs.).* Experiências étnicos-culturais para a formação de professores. *2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2006. SILVA, Kelly da.* Currículo e Gênero*: a sexualidade na formação docente. Editora Appris, 2015. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e outros (Orgs.).* Educação em Direitos Humanos*: fundamentos teórico metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.* **Complementar:** *BAZILIO, Luiz Cavalieri; SONIA, Kramer.* Infância, educação e direitos humanos. *4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.* *BENTO, Maria Aparecida Silva.* Educação infantil, igualdade racial e diversidade: *aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: ttp://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-*	

						infantisconceituais&Itemid=30192 *BRASIL*. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, *do CNE/MEC, que institui diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.* _____. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.* Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em:* http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191- plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 _____. Ministério da Educação. ***Gênero e Diversidade na Escola***. Formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. _____. ***Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012***, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012. CANDAU, Vera Maria *et al***.** *Educação em Direitos Humanos e Formação de*	

						Professores. Editora Cortez, 2013. (Coleção Docência em formação: saberes pedagógicos). CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade e direito à diferença. ***Os fora de série na escola***. São Paulo: Autores Associados, 2005. DORNELLE, João Ricardo W. ***O que são direitos humanos***. São Paulo: Brasiliense, 2013. 2. ed. 5. reimp. da de 1993. (Coleção Primeiros Passos) MONTEIRO, Carolina Antunes et al. ***Direito das crianças e dos adolescentes***. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, 2015 (Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos). Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/06/CRIAN%C3%87A-E-ADOLESCENTE.pdf MUNANGA, Kabengele (Org.). ***Superando o racismo na escola.*** 2. ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf SOUZA, Marinês Viana de. A educação das relações étnico-raciais e o ensino da história cultura afro-brasileira e africana nos planos de educação: os	

						contextos nacional e local em perspectiva**.** UFAM/PPGE. ***Revista Amazônida***: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. v. 1, n.1, p. 61-81, 2016**.**	
51	UFAM – Benjamin Constant	Norte	2006 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
52	UFC - Fortaleza	Nordeste	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação em Direitos Humanos **Ementa:** Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura de paz e cidadanias. O nascituro, a criança e o adolescente como sujeitos de direito: perspectiva histórica e legal. O ECA e a rede de proteção integral. Educação em direitos humanos na escola: princípios orientadores e metodologias. O direito à educação como direito humano potencializador de outros direitos. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito à educação. Igualdade e diversidade: direito à livre orientação sexual, direitos das pessoas com deficiência, direito à opção religiosa e direitos ligados à diversidade étnico-racial. Os direitos humanos de crianças e de adolescentes nos meios de comunicação, nos livros didáticos e nas mídias digitais.	Ausente.	**Básica:** ***BRASIL. Congresso Nacional.*** Constituição da República Federativa do Brasil. ***Brasília, 1988.*** ***BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos.*** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90). ***Brasília, 2008.*** ***BRASIL. MEC.*** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). ***Brasília, 1996.*** ***BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. FERREIRA, Lúcia de Fátima G.; ZENAIDE, Maria de N. T. E DIAS, Adelaide Alves (Orgs).*** Direitos humanos na educação superior: ***subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2010.*** ***JARES, Xesus R.*** Educação para a paz:	64 horas.

						sua teoria e sua prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. **Complementar:** ***MOTA, Maria Dolores de Brito et al.*** A Escola diz não à violência. ***Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.*** ***OLINDA, Ercília Maria Braga de.*** Educação em Direitos Humanos***. Material Instrucional do Curso de Pedagogia Semipresencial da UFC. Fortaleza, 2012.*** ***PEREIRA, Lucia. Ludicidade: algumas reflexões***. ***IN Porto, B.*** Ludicidade: ***o que é mesmo isso? Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, PPGE, GEPEL, 2002.*** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Brasília: MEC/MJ/UNESCO, 2009.* *Projeto de Lei nº 478/2007. Dispões sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Comissão de Seguridade Social e Família. Brasília,* ***2010.*** ***RAYO, José Tuvilla.*** Educação em direitos humanos: ***rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.*** ***SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al.*** Educação em direitos humanos: ***fundamentos teórico-metodológicos***. *João Pessoa: Editora Universitária,*	

						2007.	
53	UFES – Campus São Mateus	Sudeste	2018	Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
54	UFES – Campus Goiabeiras	Sudeste	2018	**CCR Obrigatório:** Educação para as Relações Étnico-Raciais **Ementa:** Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnico-raciais, identidade e gênero na educação brasileira. Escola, currículo e a questão étnico-racial na educação básica. A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico-racial. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira.	Analisar a produção social e histórica do racismo na educação brasileira; Conhecer o processo histórico de educação da população negra no Brasil Examinar o conceito de raça social como categoria de análise na educação; Desconstruir estereótipos e estigmas produzidos contra o negro na educação brasileira;	**Básica:** Santos Correa; RODRIGUES, Alexsandro; SISS, Ahyas. Africanidades: produções identitárias e políticas culturais. Vitória: Edufes, 2013. BAZÍLIO, Luís Cavalieri; KRAMER, Sônia. Infância. Educação e Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. MOORE, Carlos. Racismo Sociedade: Novas Bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. **Complementar:** BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (2005). Brasília: MEC/Secad. CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. EPEIA - Dossiê Mulheres Negras. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/dossie_	60 horas.

						mulheres_negrasipea.pdf. Acesso em 20 dez. 2015. FELICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2011. FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1974. GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, nº.1, jan./jun. 2003. p. 167-182. GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134-158. MUNANGA. Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.	
55	UNIRIO	Sudeste	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Psicologia da Infância **Ementa:** O nascimento da categoria criança no Ocidente. Construção do sujeito, o infantil e a sexualidade. A inscrição da criança no desejo dos pais. Desenvolvimento e aprendizagem. A escola e a socialização da criança. Problemas psicológicos e	Ausente.	Ausente	60 horas.

				somatizações na infância.			
				CCR Obrigatório: Ciências Naturais na Educação II **Ementa:** O contexto sócio-econômico-cultural contemporâneo e a aprendizagem em Ciências Naturais. Breve histórico do ensino das Ciências Naturais no Brasil. As Ciências de Laboratório e os Saberes Populares sobre a Natureza. Etnociência e os avanços das Ciências de Laboratório. Tendências Metodológicas para a aprendizagem dos fenômenos da Natureza – etnometodologia, trabalho de campo e educação pelos pares. Conteúdos atualizados e conhecimentos de fronteira das Ciências, suas aplicações e críticas. Temas transversais: Sexualidade, Promoção à Saúde, Performances do Corpo, Conhecimentos étnicos, culturais. Análise das políticas públicas educacionais – PCNs e outras. Construção de material didático**.**	Ausente.	Ausente	90 horas.
				CC Obrigatório: Corpo e Movimento **Ementa:** Aspectos históricos, antropológicos e culturais. Corpo, disciplina, gênero e sexualidade. Corpo e a relação com o outro, consciência corporal e a identidade. O direito de movimentar-se. O movimento como recurso de prazer, educação e saúde.	Ausente.	Ausente	60 horas.

56	UFMA – Campus Imperatriz	Sudeste	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
57	UFMA – Campus Codó	Sudeste	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
58	UFOPA – Campus de Óbidos	Norte	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
59	UFOPA – Campus Santarém	Norte	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
60	UFPA - Abaetuba	Norte	Não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
61	UFPA - Belém	Norte	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
62	UFPA – Bragança	Norte	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
63	UFPA – Cametá	Norte	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

64	UFPA - Breves	Norte	Não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
65	UFPA - Castanhal	Norte	Não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
66	UFPR	Sul	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
67	UFPI – Campus Amilcar Ferreira Sobral	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
68	UFPI – Campus Teresina	Nordeste	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
69	UFPI – Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros	Nordeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
	UFPI – Senador Reis Velloso	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
70	UFRB – Campus Amargosa	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR Obrigatório:** História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena **Ementa:** Compreender a sociedade como constituída de identidades plurais com base na diversidade de	Ausente.	**Bibliografia Básica**: CANCLINI, N.G. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP,1998. CANEN, A., MOREIRA, A. F. B. (orgs.). Ênfases e omissões no currículo. São Paulo: Papirus, 2001.	68 horas.

				raças, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros marcadores identitários. Destacar o conhecimento da história da África, da afrodescendência brasileira e da cultura indígena visando atender as leis do ensino 10639/2003 e 11645/2008. A Educação das relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira. Educação Indígena, políticas públicas e o Estado Brasileiro. Educação Superior Indígena. Política educacional Indígena. Educação escolar indígena e movimentos sociais, organizações e instituições. O índio e a cidadania**.**		SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. **Bibliografia Complementar:** GILROY, P. O Atlântico negro. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. RODRIGUES, R. N. Os africanos no brasil. 5ª Ed. São Paulo: Nacional, 1977. (Coleção Brasiliana, 9). GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. GIORDANI, M. C. História da África. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. GRUPIONI, L.D. As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001.	
71	UFRJ	Sudeste	2015	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
72	FURG	Sul	2018	**CCR Obrigatório:** Metodologia do ensino de Ciências para crianças, jovens e adultos II **Ementa:** Aprofundamento dos conhecimentos científicos e pedagógicos, visando a problematização e a compreensão da educação em ciências. Metodologias para o Ensino de Ciências com crianças, jovens e adultos. Corpos, Gêneros e Sexualidades. Experimentação. Meio Ambiente e Seres Vivos. Processos de avaliação em Educação em Ciências	Ausente.	Ausente.	30 horas.

73	UFRGS	Sul	2018	**CCR Obrigatório:** Educação e Sociedade **Ementa:** Disciplina de caráter teórico-prático, com ênfase em estudos de pesquisa sociológica sobre a relação educação e sociedade e trabalho de campo. Estudo dos conceitos de igualdade/desigualdade, diversidade, diferença e exclusão/inclusão. Análise das dinâmicas sociais de classe social, gênero/sexualidade e raça/etnia na sociedade e na educação. Introdução à pesquisa em educação, com ênfase nas lentes metodológicas da Sociologia da Educação.		**Básica:** Rodrigues, Alberto Tosi.. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP, 2004. Sanches, Antonio Hernández.. Sociologia da educação.. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001. Tura, Maria de Lourdes Rangel (org).. Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. **Complementar:** Apple, Michael.. Política cultural e educação.. São Paulo: Cortez, 2001. Buffa, Ester (et al).. Educação e cidadania.. São Paulo: Cortez, 1991. Cattani, Afrânio e Nogueira, Maria Alice (org).. Escritos de Educação:Pierre Bourdie. petropolis: Vozes, 1998. Dourado, Luiz Fernandes e Paro, Vitor Henrique (org).. Políticas Públicas e Educação Básica.. São Paulo: Xamã, 2001. TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva, et alii... A formação de Professores para Educação Básica na América Latina: problemas e possibilidades.. Florianópolis: UFSC, 2009.	60 horas.
				CC Obrigatório: História da educação II: sujeitos, instituições e práticas **Ementa:** Estudo da educação e da educação escolar associadas às relações de classe, gênero e etnia, enquanto constituídas e constituidoras da		**Básica:** HILSDORF, Maria Lucia Spedo.. Os jesuítas ? Catequese e colonização. IN: História da educação brasileira:. São Paulo: Pioneira Thomson Learning,, 2003. ISBN 9788522102990.	45 horas.

				produção e reprodução das desigualdades sociais. Desnaturalização da instituição escolar, a partir do estudo da história das práticas e dos processos educativos e da escolarização no Brasil. Compreensão dos movimentos de imposição e resistência em diferentes contextos e relações educativas. Aproximação com as práticas e perspectivas de pesquisa em História da Educação.		LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria, VEIGA, Cynthia Greive(orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonta: Autêntica, 2000. ISBN (ISBN: 85-86583-61-8). STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara (org).. Histórias e Memórias da Educação no Brasil - volumes I, II e III. São Paulo: Vozes, 2001. ISBN (ISBN: 85.26.3123-1). **Complementar:** BASTOS, Maria Helena ; FARIA FILHO, Luciano (Orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. ISBN 8586010626. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas. Porto Alegre: Mediação, 2012. ISBN 13:978-85-7706-030-6). DEL PRIORE, Mary. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009. ISBN 9788572441124. MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Ameríndia: a dança e a escola guarani. Santa Cruz: EDUNISC, 2015. ISBN 9788575782309. VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ,	

						Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Orgs.).. Obrigatoriedade escolar no Brasil.. Cuiabá: EDUFMT, 2013. Complementar CARVALHO, José Murilo de.. A construção da ordem.. Rio de Janeiro: Campus, 1980. ISBN 9788520006184. DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil : o início de uma reparação histórica. (Em: Revista brasileira de educação. Belo Horizonte, MG). Rio de Janeiro: Autores Associados., 2005. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.. Belo Horizonte: Rev.Bras. Educ., 2000. ISBN 1413-2478. ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil (1930-1973. Petrópolis: Vozes, 2014. ISBN 9788532602459. SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. ; VALDEMARIN, V. T.. . O legado educacional do século XIX.. Campinas: Autores Associados, 2006. ISBN 9788574961712. TEIXEIRA, Anísio. Educação não é	

						privilégio. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. ISBN 8571081158.	
				CCR Obrigatório: Ensino de História **Ementa:** Possibilidades do ensino e das aprendizagens da História. Ênfase na educação escolar: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Noções de historiografia e pesquisa histórica. Tempo, espaço e grupo social: categorias fundamentais para a reflexão acerca da sociedade e da natureza. Desenvolvimento de noções de temporalidade e de conceitos históricos, com destaque para demandas contemporâneas de gênero, raça e classe. Reflexões e práticas em torno das especificidades do ensino de história em relação a materiais didáticos, currículo, avaliação, interdisciplinaridade, patrimônio cultural e inclusão, entre outros aspectos da educação escolar. Inclui atividades práticas voltadas à formação de professores.		**Básica:** Hilary Cooper. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de 3 a 8 anos. Curitiba: Educar em Revista, 2006. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5541 Luis Fernando Cerri. Ensino de história e consciência histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011. ISBN 978-85-225-0882-2. Mauro Coelho, Wilma Coelho. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. Curitiba: Educar em Revista, 2013. Disponível em: **http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000100006** **Complementar:** Elza Nadai. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1992/1993. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596	45 horas.

						Ernesta Zamboni; Vera Lúcia Sabongi De Rossi. Quanto tempo o tempo tem?. Campinas: Alínea, 2003. ISBN 9788575160398. Joan Pagès, Antoni Santisteban. La enseñanza y el aprendizaje del tiempo histórico en la educación primaria. Campinas: Cadernos Cedes, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/02.pdf Sonia Regina Miranda. Estranhos passados encontrados em um museu: a criança e seus olhares sobre o tempo desconhecido. Campinas: Cadernos Cedes, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/07.pdf Complementar Jacques Le Goff. História/Memória. Campinas: Unicamp, 1990. ISBN 9788526801806. Peter Seixas. History/Memory Matrix for History Education. Basileia: Public History Weekly, 2015. Disponível em: dx.doi.org/10.1515/phw-2016-5370	
				CCR Obrigatório: Ensino e Identidade Docente **Ementa:** Disciplina que visa criar condições para os alunos analisarem/articularem os saberes, os		**Básica:** HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; GARCIA, Maria Manuela Alves (orgs.).. Trabalho docente: Formação e	30 horas.

				poderes, o saber-poder, as competências e as habilidades a partir de questões de raça/etnia, gênero, geração e outros marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente.		Identidades.. Seiva, ISBN 8588105071. SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.).. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.. Vozes, ISBN 8532624138. SOMMER, Luís Henrique, BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.).. Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens.. Ulbra, ISBN 8575281771. CATANI, Denice Barbara et al (orgs.).. Docência, memória e gênero : estudos sobre formação.. São Paulo: Escrituras, 2003. ISBN 9788586303111. FISS, D. M. L.; TASCHETTO, L. R.; HOPPE, M. W.. (Org.).. Identidades docentes: Educação de Jovens e Adultos, linguagem e transversalidades.. Lamparina, 2010. ISBN 9788598271835. HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira.. Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente.. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/hypolito-vieira-pizzi.htm Pereira, Nilton Mullet. Schäffer, Neiva Otero. López Bello, Samuel Edmundo.	

						Traversini, Clarice Salete. Torres, Maria Cecilia de Araujo Rodrigues. Szewczyk, Sonia.. Ler e escrever- compromisso no Ensino Médio.. Porto Alegre: UFRGS, 2008. ISBN 9788570259776. Silveira, Rosa Maria Hessel; Ripoll, Daniela; Amaro, Lúcia Elena Matos; Pilotto, Fatima Maria. Professoras que as histórias nos contam. Rio de Janeiro: DP, 2002. ISBN 8574902063	
				CCR Optativo: Literatura e Educação **Ementa:** Literatura e escola. A formação do leitor. Narrativa. Poesia. Humor. Imagens. Contação de histórias. Literatura para crianças, jovens e adultos. Marcadores identitários na literatura infantil: raça, etnia, gênero, classe, religiosidade, nacionalidade.	Ausente.	**Básica:** CORSO, Diana Lichtenstein e CORSO, Mario. Fadas no divã. Porto Alegre: Artmed, 2006. KAERCHER, Gládis E. Pereira da Silva Porto Alegre. Tese de Doutorado. UFRGS/PPGEDU.,. Educação Infantil: pr'a que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2000. WARNER, Marina. Da fera à loira: sobre contos de fadas e seus narradores. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. BERGER, John. Modos de ver. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. BETTELLHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. CALADO, Eliana. O encantamento da	30 horas.

						Bruxa: o mal nos contos de fadas. João Pessoa: Idéia, 2005. CRAMER, Eugene H.. Incentivando o amor pela leitura. Porto Alegre: Artmed, 2001. ESTÉS, Clarissa P. Mulheres que correm com os lobos. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. STEINBERG, Shirley e KINCHELOE, Joe L.. Cultura infantil: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Complementar ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1995. AGUIAR, Vera (org). Era uma vez... na escola : formando educadores para formar leitores.. Belo Horizonte: Formato, 2001.	
74	UFRN	Nordeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
75	UNIFESSPA	Norte	2018	**CCR Obrigatório:** Educação Indígena e Interculturalidade **Ementa:** Fundamentos e práticas da educação indígena. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos	Ausente.	**Básica:** AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel. Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: EDUSP,	75 horas.

				humanos. A diversidade como constituinte da condição humana. Questões e tensões no cotidiano da escola: gênero, sexualidade, religiosidade, educação étnico-racial. Iniciação à pesquisa em educação indígena e Interculturalidade		1997. (América: raízes e trajetória; v. 7) CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. CANDAU, V. M. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002 **Complementar:** GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz. O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos; Belo Horizonte: Autêntica, 1998. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2006. MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças e práticas pedagógicas; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. MOREIRA, A. f. e SILVA, T. T., Currículo, cultura e sociedade. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. (Série antropologia e educação). SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo e	

						identidade social: territórios contestados. In SILVA, Tomaz Tadeu(Org.).Alienígenas na sala de aula. Um a introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis**, RJ, Vozes, 1995.**	
76	UFVJM	Sudeste	2012 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Educação, Cidadania e Direitos Humanos **Ementa:** Os Direitos Humanos e os sujeitos de direito. Raça, classe, gênero e etnia: as lutas dos movimentos sociais para a efetiva garantia dos Direitos Humanos. Multiculturalismo. Educação para a cidadania: diferentes abordagens pedagógicas e práticas escolares. Cidadania e empreendedorismo. Educação para a diversidade	Ausente.	**Básica:** PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. ROSA, A.S. Técnicas de Comunicação, direção e liderança. São Paulo: Novo Horizonte, 1980. SILVA, A M. M.; TAVARES, C. Políticas e fundamentos de educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010. **Complementar:** BONFIM, G. M. de O. Educação em Direitos Humanos: Análise da Política Pública a Luz da Sociedade Aberta dos Interpretes Constitucionais. Editora Lamen Júnior, 2015. DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N. (org). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Belo Horizonte: Formato, 2004. MONDAINE, M. Os direitos Humanos no Brasil. Editora Contexto, 2009. MUNANGA, K. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP/ Estação Ciência, 1996. TORRES, J. A. G. Educação e	60 horas.

						diversidade cultural: bases dialéticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.	
77	UFF - Niterói	Sudeste	2018	**CCR Obrigatório:** Sociologia da Educação II **Ementa:** Análise de um ou mais temas contemporâneos da educação tratados na perspectiva da Sociologia. Educação, estratégias culturais e classes sociais. Diversidade e desigualdades sociais. Gênero, etnia e educação. Educação e mídia. Culturas juvenis. Fatores que se associam às rupturas em trajetórias escolares. Novas desigualdades e sistema de ensino. Relação escola, família e o saber. Efeito escola.	- Analisar temas relativos à educação no mundo contemporâneo na perspectiva da Sociologia. - Analisar e discutir resultados de pesquisa sobre diversidade e educação. - Analisar tensões entre diversidade e desigualdade social. - Analisar fatores que associam às rupturas em trajetórias escolares. - Analisar dimensões de socialização de produtos culturais da mídia.	**Básica:** BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. CUNHA, Luiz Antônio C. R. da. Educação Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: EdUFF; Brasília: FLACSO, 1991. GOMES, Nilma Lino (Org). Um olhar além das fronteiras. Educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2004. MINAYO, Maria Cecília de Souza (et al.) Fala, galera – juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. PAIXÃO, Léa Pinheiro & ZAGO, Nadir. Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007.	60 horas.

78	UFF – Santo Antônio de Pádua	Sudeste	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
79	UFF – Angra dos Reis	Sudeste		**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
80	UFRPE - Recife	Nordeste	2008	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
81	UFRPE - Garanhuns	Nordeste	2006	**CCR Optativo** Sociologia da Educação **Ementa:** Conceitos e abordagens da Sociologia. Natureza e sentido da Sociologia da educação. Manifestações da cultura brasileira: cultura popular, cultura de massa, homogeneização da sociedade e suas relações com o processo educativo. Multiculturalismo: diferença de classe, etnia e gênero.		**Básica:** DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. São Paulo: Edições 70, 2001. FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. FORQUIN, Jean C. (Org.) Sociologia da educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995. FREIRE, P.Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974. GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da Exclusão. Petrópolis: Vozes, 1995. GIDDENS, Anthony. Sociología. Madrid: Alianza Editorial, 1996. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A,	Ausente.

						2000. TORRES, Carlos Alberto. Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. São Paulo: Cortez, 2003.	
82	UFRRJ – Campus Soropédica	Sudeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
83	UFRRJ – Campus Nova Iguaçu	Sudeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
84	UFERSA – Campus de Angicos	Sudeste	2016	**CCR: Obrigatório:** Antropologia da Educação **Ementa:** Conceitos e abordagens da Antropologia. Antropologia, Cultura e Educação. Etnocentrismo e relativismo. Aspectos antropológicos da religião. Identidade, etnicidade, raça, gêneros, cultura e tecnologias na sociedade contemporânea. A Antropologia contemporânea. Diversidade, alteridade e suas repercussões sobre diferenças e desigualdades relacionadas a multiculturalismo, interculturalidade, alternativas e políticas de reconhecimento, com ênfase em processos de socialização, práticas educativas, escola e temas curriculares. Contribuições da A escola enquanto espaço sociocultural. Métodos da pesquisa etnográfica.	Ausente.	**Básica:** BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Traduação: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Editora Global, 2005. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000 **Complementar:** ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V.1.	60 horas.

						LAPLATINE, François. ***Aprender Antropologia.*** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. NIETZSCHE, F. W. ***Humano, demasiado humano:*** Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. ROCHA, Everardo. ***O que é etnocentrismo.*** 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994(Coleção Primeiros Passos, 124) ROUSSEAU, Jean Jacques. ***O Contrato Social***. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.	
				CCR Obrigatório: História da Educação Brasileira **Ementa:** História e historiografia da educação brasileira. A educação brasileira no período colonial, no Império e na República. As práticas educativas e visões pedagógicas presentes na institucionalização da escola primária no Brasil. As reformas educacionais no Brasil a partir do século XIX, numa perspectiva histórica. Campanhas em prol da erradicação do analfabetismo e universalização da educação escolar. Pensamento Pedagógico Brasileiro. A educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais. A política educacional brasileira no Estado		**Básica:** BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). ***História da Educação, arquitetura e espaço escolar.*** São Paulo: Cortez, 2005. LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). ***500 anos de educação no Brasil***. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. XAVIER, Maria Elizabeth; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. ***História da educação***: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994. **Complementar:** DEL PRIORI, Mary. (Org.). ***História das mulheres no Brasil***. São Paulo:	60 horas.

				Militar. A educação contemporânea no Brasil.		Contexto/UNESP, 1997. GERMANO. José Willington. ***Estado militar e educação no Brasil***. São Paulo: Cortez, 1993. SAVIANI, Dermeval. ***História das Idéias Pedagógicas no Brasil***. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da Educação). VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. ***As lentes da história***: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação). ZOTTI, Solange Aparecida. ***Sociedade, educação e currículo no Brasil:*** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Ed. Plano, 2004.	
85	UFSJ	Sudeste	2010	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
85	UFSM	Sul	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

87	UFRR	Norte	2009 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Organização do Trabalho Pedagógico e Diversidade **Ementa:** Ênfase no contexto de heterogeneidade e diversidade em que se realiza a docência e sua co-relação com aspectos que permeiam este processo de formação e atuação, a partir das concepções teóricas pertinentes. Discussões que permeiam o campo de atuação do professor sob diferentes realidades e experiências a partir de pesquisas e intervenções. A atuação do professor diante da diversidade étnica, de gênero, cultural, biológica e social. Escola e diversidade.	Ausente.	**Básica:** AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teórico-práticas. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. CANDAU, Vera Maria. Reinventar a Escola. 4 ed Petrópolis: Vozes, 2005. DUBET, François. O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**.** São Paulo: Cortez, 2008. FLEURI, Reinaldo Matias (org) Educação Intercultural: mediações necessárias. Belo Horizonte: DP&A, 2003. LAROSSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (org) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. **Complementar:** COSTA, Marisa Vorraber. A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Tolerância. São Paulo: Editora UNESP, 2004. LOPES, Maura Corcini e DAL'IGNA, Maria Claudia (org). IN/Exclusão: nas tramas da escola. Canoas: Editora da ULBRA, 2007. RANCIÉRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo	72 horas.

						Horizonte: Autêntica, 2002.	
88	UFOP - Mariana	Sudeste	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
89	UFMG	Sudeste	2013 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
90	UFT - Arraias	Norte	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
91	UFT - Tocantinópolis	Norte	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
92	UFT - Palmas	Norte	2007 (vigente)	**CCR Obrigatório:** História Geral da Educação **Ementa:** Educação discurso ou prática? O século XVI: o início da pedagogia moderna. Educação da alma: jesuítas no Brasil colonial. Educação e gênero na colônia. O Império e a formação da elite: o mestre escola e a professora. A educação brasileira no século XX: formação de profissionais da educação. Pesquisas sobre a História da profissão docente. A educação brasileira no limiar do século XXI.	Ausente.	**Básica:** ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução Pública no Brasil.(1500-1889) São Paulo: EDUC, 2000. ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação. São Paulo:Moderna, 1996. FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo:Moraes, 1980. GUIRALDELLI, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.	60 horas.

93	UFT - Miracema	Norte	2007 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

APÊNDICE IV – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO EAD

	IES	Região	Ano do PPP e/ou PPC	CCRs sobre as temáticas da sexualidade	Objetivo	Bibliografia	Carga horária
1	UFGD	Centro-Oeste	2017 (em atualização)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
2	UNIR	Norte	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
3	UNIPAMPA	Sul	2016	**CCR Obrigatório:** Cultura, Ambiente e Sociedade I **Ementa:** Estuda as concepções de cultura e questões ambientais em suas abordagens atuais, compreendendo as articulações com o campo da Educação nas tramas sociais. Estuda as legislações pertinentes à Educação Ambiental e às questões de gênero e diferença. Compreende os modos como nos relacionamos com os ambientes educacionais que convivemos	Ausente.	**Básica:** CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico. 4ed. São Paulo: Cortez, 2008. REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 1999.	60 horas.
4	UNIVASF	Nordeste	2014	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
5	UFBA	Nordeste	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
6	UFPB	Nordeste	2013 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.

7	UFAL	Nordeste	2006 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
8	UNIFAL	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Fundamentos e Metodologia de Ciências I **Ementa:** Subsídios teóricos para o entendimento do processo de construção do conhecimento científico e os paradigmas das Ciências. Contextualização do ensino das Ciências naturais nos anos iniciais do ensino fundamental. Utilização dos conceitos científicos básicos. O Universo. Origem da vida e processo evolutivos dos seres vivos. Conteúdos relacionados aos seres vivos e ao ambiente, bem como, as relações que se estabelecem entre estes fatores básicos e abióticos para a garantia do equilíbrio cíclico da vida. Estudo e seleção de temas de Ciências Naturais relevantes: Ambiente (ar, água, solo, luz e calor); Ser humano e Saúde (manutenção da saúde da crianças, medidas de prevenção às doenças infecto-contagiosas e orientação sexual).	Ausente.	Ausente.	60 horas.
9	UFJF	Sudeste	2014 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Fund. Teór. Metod. E Prática Escolar em Ensino de Ciências II **Ementa:** Os principais tecidos e sistemas do organismo, vulnerabilidade	Ausente.	Os principais tecidos e sistemas do organismo, vulnerabilidade socioambiental e saúde, A educação sexual e as dimensões da sexualidade; gênero e sexualidade; educação sexual na escola: desafios e perspectivas, os	Ausente.

				socioambiental e saúde. A educação sexual e as dimensões da sexualidade; gênero e sexualidade; educação sexual na escola: desafios e perspectivas, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de ciências.		parâmetros curriculares nacionais e o ensino de ciências.	
10	UFLA	Sudeste	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
11	UFMS	Centro-Oeste	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
12	UFMG	Sudeste	2012 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
13	UFOP	Sudeste	2009 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
14	UFSCAR	Sudeste	2010 (vigente)	**CCR Obrigatório**: Ciências Humanas I **Ementa:** A disciplina aborda temas e metodologias de ensino e aprendizagens da História e da Geografia nas anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à formação de cidadãos, sujeitos de direitos, participantes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa para todos, destacando: o vínculo entre a base geográfica e os eventos históricos que ali se produzem; os territórios como um dos elementos	A disciplina aborda temas e metodologias de ensino e aprendizagens da História e da Geografia nas anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à formação de cidadãos, sujeitos de direitos, participantes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa para todos, destacando: o vínculo entre a base geográfica e os eventos históricos que ali se produzem; os territórios como um dos elementos	**Básica:** BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: Bittencourt, C (org) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: editora Contexto,1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, nº1 (jun.2008). Buenos	60 horas.

				constitutivos das culturas que ali se constroem, como espaços resultantes de relações sociais, étnico-raciais, de gênero e outras, assim como resultantes das relações que as pessoas mantêm com o ambiente; a pluralidade de espaços e de tempos das construções humanas, particularmente das que têm edificado a nação brasileira; a diversidade de culturas e de experiências étnico-raciais que constituem a nação brasileira; a preservação da memória documenta e de outras fontes, patrimônios da humanidade: a natureza, as construções materiais e imateriais; a diferença história e historiografia e as possibilidades de registro da história dos marginalizados pela sociedade como atividade escolar, já nas anos iniciais; a história e cultura afro-brasileira e africana (conforme o Art. 26ª da Lei 9394/1996 e do Parecer CNE/CP 003/2004). Para tanto serão tratados os seguintes conteúdos:1. Princípios filosóficos e pedagógicos, objetivos, planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino e de aprendizagens de História e de Geografia nos anos iniciais da Educação Fundamental, em sociedades multiculturais, particularmente a brasileira;2. Repercussões, para o ensino e aprendizagens de História e de Geografia, de Diretrizes Curriculares	constitutivos das culturas que ali se constroem, como espaços resultantes de relações sociais, étnico-raciais, de gênero e outras, assim como resultantes das relações que as pessoas mantêm com o ambiente; a pluralidade de espaços e de tempos das construções humanas, particularmente das que têm edificado a nação brasileira; a diversidade de culturas e de experiências étnico-raciais que constituem a nação brasileira; a preservação da memória documenta e de outras fontes, patrimônios da humanidade: a natureza, as construções materiais e imateriais; a diferença história e historiografia e as possibilidades de registro da história dos marginalizados pela sociedade como atividade escolar, já nas anos iniciais; a história e cultura afro-brasileira e africana (conforme o Art. 26ª da Lei 9394/1996 e do Parecer CNE/CP 003/2004). Para tanto serão tratados os seguintes conteúdos:1. Princípios filosóficos e pedagógicos, objetivos,	Aires: Clacso, 2008. GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)** caminhos do meio ambiente. 14ªed., São Paulo: Contexto, 2008. PASSINI, E.Y. Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica. Belo Horizonte: Ed. Lê, 2ª ed,1998. STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas anos iniciais. São Paulo: Annablume, 2004. **Complementar:** ALMEIDA, R. D. & PASSINI, E. Y. Espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1998. BITTENCOURT, C. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2009. BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. São Paulo: T.A Queiroz, 1979. CALLAI, H. C. (org.) O ensino em estudos sociais. IJUÍ: Livraria UNIJUÍ Editora, 1991. COLL, C. (org.) Os conteúdos na Reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 1998. HARVEY, D. Espaços de esperança. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2004. LEFEBRVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática,	

				Nacionais, de propostas curriculares de sistemas de ensino estadual e municipal, de planos pedagógicos que estabelecem políticas e orientações para as anos iniciais da Educação Fundamental; 3. O espaço, o tempo e os recursos metodológicos para o ensino e o estudo da História e da Geografia, nas anos iniciais da Educação Fundamental; 4. Seleção de conteúdos e de metodologias para o Ensino de História e de Geografia, tendo em conta o entorno sóciohistórico-cultural do alunos das anos iniciais da Educação Fundamental, em diferentes realidades do meio urbano, do campo, das nações indígenas, dos remanescentes de quilombos; 5. Participação da comunidade no ensino de História e de Geografia e dos alunos e seus professores no registro da história da comunidade e de pessoas que ali vivem; 6. Avaliação, elaboração, utilização e avaliação da pertinência e utilização de textos, mapas, quadros, ilustrações e outros materiais didáticos.	planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino e de aprendizagens de História e de Geografia nas anos iniciais da Educação Fundamental, em sociedades multiculturais, particularmente a brasileira;2. Repercussões, para o ensino e aprendizagens de História e de Geografia, de Diretrizes Curriculares Nacionais, de propostas curriculares de sistemas de ensino estadual e municipal, de planos pedagógicos que estabelecem políticas e orientações para as anos iniciais da Educação Fundamental; 3. O espaço, o tempo e os recursos metodológicos para o ensino e o estudo da História e da Geografia, nas anos iniciais da Educação Fundamental; 4. Seleção de conteúdos e de metodologias para o Ensino de História e de Geografia, tendo em conta o entorno sóciohistórico-cultural do alunos das anos iniciais da Educação Fundamental, em diferentes realidades do meio urbano, do campo, das nações indígenas, dos	1991. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. 6º ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. TUAN, Y. F. Espaço e lugar: perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. ZABALA, A. A prática educativa – como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.	

					remanescentes de quilombos; 5. Participação da comunidade no ensino de História e de Geografia e dos alunos e seus professores no registro da história da comunidade e de pessoas que ali vivem; 6. Avaliação, elaboração, utilização e avaliação da pertinência e utilização de textos, mapas, quadros, ilustrações e outros materiais didáticos.		
15	UFSJ	Sudeste	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
16	UFU	Sudeste	Ano não localizado.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
17	UFC	Nordeste	2017	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
18	UNIRIO	Sudeste	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Movimentos Sociais e Educação **Ementa:** Papel do educador nos movimentos sociais. Democracia, participação e cidadania: aspectos atuais. Evolução do conceito de Educação Popular. Movimentos políticos e sociais urbanos e rurais. Organizações sociais: associações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos. Minorias sociais: lutas e avanços. Movimentos de	Ausente.	Ausente.	60 horas.

				educação popular e as questões de gênero, religiosas, étnico-raciais, de classe e geracionais. Relato de experiências de educação popular.			
19	UFMA	Nordeste	Ausente.	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
20	UFPR	Sul	2018	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
21	UFPI	Nordeste	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Fundamentos Antropológicos da Educação **Ementa:** A Natureza da Antropologia. Educação e construção da cultura. Identidade e elementos culturais. Significado das instituições educativas. Gênero e educação. Educação e poder. Experiências de educação alternativa.	Ausente.	**Básica:** BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia – construção d pessoa e de B. Cultura: um conceito antropológico. 6ª ed. Rio de Janeiro resistência cultural. São Paulo:Brasiliense, 1986. _____. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1988. MAIR, Lucy. Introdução à antropologia social. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. MORAES, Regis de (org). Sala de aula: que espaço é esse? 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. OLIVEIRA, Roberto C. de. Sobre o pensamento antropológico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997. ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. 11ª ed. São Paulo:	60 horas.

						Brasiliense, 1994. **Complementar:** CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. São Paulo: Brasiliense, 1989. DAMATTA, Roberto. Relativizando. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990. LAPLANTINE, François. Aprender Antropoloiga. São Paulo: Brasiliense, 1989.	
22	FURG	Sul	2016	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
23	UFRN	Nordeste	2010 (vigente)	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
24	UFVJM	Sudeste	2019	**CCR:** Ausente.	Ausente.	Ausente.	Ausente.
25	UFRGS	Sul	2018	**CCR Obrigatório:** Diferença e Alteridade **Ementa:** Diferença e Diversidade Cultural; Interculturalidade; o corpo como superfície de inscrição; marcadores sociais de gênero, sexualidade e de idade (geracional). Relações étnico raciais. Teorias Modernas e Contemporâneas sobre a construção de si e do outro. Os processos de discriminação e hierarquização da diferença e seus efeitos na educação escolar. Alteridade, diálogo e ética na Educação.	Ausente.	**Básica:** FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. SANTOS, A. K. A. (org.). Infância afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental (on line). Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: http://books.scielo.org/id/ds SKLIAR, Carlos. Pedagogia do Improvável e da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	60 horas.

APÊNDICE V– RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO E SEUS CÓDIGOS

Código	IES	Ano do PPP e/ou PPC	Título dos CCRs
CCRE1	UFGD	2018	**CCR Optativo:** Educação e Relações de Gênero
CCRE2	UFGD	2018	**CCR Obrigatório:** Corpo, saúde e sexualidade
CCRE3	UFFS - Chapecó	2019	**CCR Optativo:** Gênero, mídia e educação
CCRE4	UFFS - Erechim	2018	**CCR Optativo:** Educação, relações de gênero e sexualidade
CCRE5	UNIPAMPA - Jaguarão	2016	**CCR Optativo:** Sexualidades
CCRE6	UNIR - Campus Rolim de Moura	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e Educação
CCRE7	UNIR – Campus Vilhena	2009 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Educação, Gênero, Relações Étnico Raciais e Movimentos Sociais
CCRE8	UNIR – Camus Ji-Paraná	2018	**CCR Obrigatório:** Educação, Gênero e Sexualidade

CCRE9	UFPB - Bananeiras	2013 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação sexual
CCRE10	UFPB – João Pessoa	2017	**CCR Optativo:** Educação sexual
CCRE11	UFPB - Mamanguape	2019	**CCR Optativo:** Educação e Diversidade Sexual
CCRE12	UFPB - Mamanguape	2019	**CCR Optativo:** Gênero e Educação
CCRE13	UFAL – A. C. Simões	2006 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação e gênero
CCRE14	UFAL - Arapiraca	2018	**CCR Optativo:** Educação e gênero
CCRE15	UFAL - Sertão	2018	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade
CCRE16	UFLA - Lavras	2017	**CCR Obrigatório:** Educação, gênero e sexualidades
CCRE17	UFMT - Cuiabá	2008 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação e sexualidade
CCRE18	UFMS - Aquidauana	2018	**CCR Obrigatório:** Estudos de gênero na educação
CCRE19	UFMS - Naviraí	2018	**CCR Obrigatório:** Educação e Sexualidade

CCRE20	UFMS - Naviraí	2018	**CCR Optativo:** Orientação sexual
CCRE21	UFMS – Ponta Porã	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Estudos de gênero na educação
CCRE22	UFMS – Corumbá/Pantanal	2018	**CCR Obrigatório:** Educação étnico-racial, gênero e diversidade
CCRE23	UFPE - Caruaru	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e educação
CCRE24	UFPE - Caruaru	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Sexualidade e as implicações na infância
CCRE25	UFPE - Recife	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Sexualidade Educação
CCRE26	UFPE - Recife	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Família, gênero e educação na perspectiva sócio-filosófica
CCRE27	UFSCAR – São Carlos	2018	**CCR Optativo:** Educação, gênero e sexualidade
CCRE28	UFSCAR - Sorocaba	2014	**CCR Optativo:** Gênero, sociedade e políticas públicas
CCRE29	UFSC	2009 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero, infância e educação
CCRE30	UFMS – Santa Maria	2019	**CCR Obrigatório:** Direitos Humanos e gênero

CCRE31	UNIFESP - Guarulhos	2017	**CCR Optativo:** Relações de gênero na escola
CCRE32	UFS - Itabaiana	Ausente	**CCR Optativo:** Diversidade Cultural e Educação
CCRE33	UFAM - Parintins	2019	**CCR Optativo:** Educação e sexualidade
CCRE34	UFC - Fortaleza	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação sexual nas escolas
CCRE35	UFES – Campus São Mateus	2018	**CCR Optativo:** Corpo, gênero e sexualidade: produção de subjetividade e processos educacionais
CCRE36	UFES – Campus Goiabeiras	2018	**CCR Optativo:** Corpo, gênero e sexualidade: produção de subjetividade e processos educacionais
CCRE37	UFPI – Campus Teresina	2019	**CCR Optativo:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade
CCRE38	UFPI – Campus Teresina	2019	**CCR Optativo:** Educação, relações étnicos raciais, gênero e diversidade
CCRE39	UFPI – Senador Reis Velloso	2011 (vigente)	**CCR Optativo:** Relações étnico-raciais, gênero e diversidade.
CCRE40	UFPI – Senador Reis Velloso	2011 (vigente)	**CCR Optativo:** História da sexualidade

CCRE41	UFRB – Campus Amargosa	2010	**CCR Optativo:** Gênero, sexualidade e diversidade na educação
CCRE42	UFRJ	2015	**CCR Optativo:** Educação e gênero
CCRE43	FURG	2016	**CCR Optativo:** Gêneros e Sexualidades nos espaços educativos
CCRE44	UFRGS	2018	**CCR Obrigatório:** Gênero e sexualidade na educação
CCRE45	UFRGS	2018	**CCR Optativo:** Educação sexual na escola
CCRE46	UNIFESSPA	2018	**CCR Optativo:** Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana I
CCRE47	UNIFESSPA	2018	**CCR Optativo:** Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana II
CCRE48	UFF - Niterói	2018	**CCR Obrigatório:** Gêneros, Sexualidades e Educação: perspectivas interseccionais na formação de educadores
CCRE49	UFERSA – Campus de Angicos	2016	**CCR Optativo:** Gênero, sexualidade e educação
CCRE50	UFT - Tocantinópolis	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Gênero e educação

CCRE51	UFT - Miracema	2007 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação Sexual e Formação do Educador

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos dados PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Federais.

APÊNDICE VI – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO ESPECÍFICO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E SEUS CÓDIGOS

Código	IES	Ano do PPP e/ou PPC	Título dos CCRs
CCRE52 EAD	UNIRIO - EAD	2008 (vigente)	**CCR Optativo:** Adolescência e juventude
CCRE53 EAD	UNIRIO - EAD	2008 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação para a diversidade
CCRE54 EAD	UFPI - EAD	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Relações étnicos-raciais, gênero e diversidade
CCRE55 EAD	UFRGS - EAD	2018	**CCR Obrigatório:** Diferença e Alteridade

APÊNDICE VII – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO E SEUS CÓDIGOS

Código	IES	Ano do PPP e/ou PPC	Título dos CCRs
CCRM1	UFGD	2019	**CCR Obrigatório:** Educação em Direitos Humanos
CCRM2	UFFS - Erechim	2018	**CCR Optativo:** Educação Intercultural
CCRM3	UNIPAMPA - Jaguarão	2016	**CCR Obrigatório:** Corporeidade e Educação
CCRM4	UNIR – Campus Guajará Mirim	2017	**CCR Obrigatório:** História da Educação
CCRM5	UNIR - Ariquemes	2016	**CCR Obrigatório:** Formação Étnico-cultural brasileira
CCRM6	UFPB - Mamanguape	2019	**CCR Optativo:** Multiculturalismo e Educação
CCRM7	UFAL - Sertão	2018	**CCR Obrigatório:** Fundamentos das Ciências Sociais
CCRM8	UNIFAL - Alfenas	2019	**CCR Obrigatório:** Sociologia da Educação II

CCRM9	UFG - Goiânia	2015	**CCR Obrigatório:** Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Infantil
CCRM10	UFG - Catalão	2017	**CCR Obrigatório:** Seminário de Integração: Educação, Cultura, Direitos Humanos e Sociedade
CCRM11	UFJF – Juiz de Fora	2011	**CCR Optativo:** Fundamentos Teórico-Metodológicos em Ciências II
CCRM12	UFMT - Rondonópolis	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Psicologia e Educação
CCRM13	UFMS – Ponta Porã	2014 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Escola, Cultura e Currículo
CCRM14	UFMS – Corumbá/Pantanal	2018	**CCR Optativo:** Educação, Saúde e Inclusão
CCRM15	UFPE - Caruaru	2010 (vigente)	**CCR Optativo:** Movimentos Sociais de Afirmação Cultural
CCRM16	UFSCAR - Sorocaba	2014	**CCR Obrigatório:** Educação Infantil
CCRM17	UFSC	2009 (vigente)	**CCR Optativo:** Estudos da juventude contemporânea
CCRM18	UNIFESP - Guarulhos	2017	**CCR Obrigatório:** Psicanálise e Educação

CCRM19	UFAM - Parintins	2019	**CCR Obrigatório:** Educação, Direitos Humanos e Diversidade
CCRM20	UFC - Fortaleza	2014 (vigente)	**CCR Optativo:** Educação em Direitos Humanos
CCRM21	UFES – Campus Goiabeiras	2018	**CCR Obrigatório:** Educação para as Relações Étnico-Raciais
CCRM22	UNIRIO	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Psicologia da Infância
CCRM23	UNIRIO	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Ciências Naturais na Educação II
CCRM24	UNIRIO	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Corpo e Movimento
CCRM25	UFRB – Campus Amargosa	2010	**CCR Obrigatório:** História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
CCRM26	FURG	2016	**CCR Obrigatório:** Metodologia do ensino de Ciências para crianças, jovens e adultos II
CCRM27	UFRGS	2018	**CCR Obrigatório:** Educação e Sociedade
CCRM28	UFRGS	2018	**CCR Optativo:** História da educação II: sujeitos, instituições e práticas

CCRM29	UFRGS	2018	**CCR Obrigatório:** Ensino de História
CCRM30	UFRGS	2018	**CCR Optativo:** Ensino e Identidade Docente
CCRM31	UFRGS	2018	**CCR Optativo:** Literatura e Educação
CCRM32	UNIFESSPA	2018	**CCR Obrigatório:** Educação Indígena e Interculturalidade
CCRM33	UFVJM	2012	**CCR Obrigatório:** Educação, Cidadania e Direitos Humanos
CCRM34	UFF - Niterói	2018	**CCR Obrigatório:** Sociologia da Educação II
CCRM35	UFRPE - Garanhuns	2006	**CCR Optativo:** Sociologia da Educação
CCRM36	UFERSA – Campus de Angicos	2016	**CCR Obrigatório:** Antropologia da Educação
CCRM37	UFERSA – Campus de Angicos	2016	**Disciplina Obrigatória:** História da Educação Brasileira
CCRM38	UFRR	2009 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Organização do Trabalho Pedagógico e Diversidade

CCRM39	UNIRIO	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Corpo e movimento
CCRM40	UFT - Palmas	2007 (vigente)	**CCR Obrigatório:** História Geral da Educação

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos dados PPP e/ou PPC dos cursos de Pedagogia das Universidades Federais.

APÊNDICE VIII – RELAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CONTEÚDO MISTO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E SEUS CÓDIGOS

Código	IES	Ano do PPP e/ou PPC	Título dos CCRs
CCRM41 EAD	UNIPAMPA	2016	**CCR Obrigatório:** Cultura, Ambiente e Sociedade I
CCRM42 EAD	UNIFAL	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Fundamentos e Metodologia de Ciências I
CCRM43 EAD	UFJF	2014 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Fund. Teór. Metod. E Prática Escolar em Ensino de Ciências II
CCRM44 EAD	UFSCAR	2010 (vigente)	**Disciplina Obrigatória**: Ciências Humanas I
CCRM45 EAD	UNIRIO	2008 (vigente)	**CCR Obrigatório:** Movimentos Sociais e Educação
CCRM46 EAD	UFPI	2011 (vigente)	**CCR Obrigatório: Fundamentos Antropológicos da Educação**

CCRM47 EAD	UFRGS	2018	**CCR Obrigatório:** Diferença e Alteridade
CCRM48 EAD	UFJF	2014	**CCR Obrigatório:** Fundamento Teóricos Metodológicos e Prática Escolar em Ciências II

APÊNDICE IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPARTILHADAS PELOS CCRS ANALISADOS

OBS.: Ao elencar as bibliografias dos CCRs citados em minha análise, procurei mantê-las tal qual encontram-se nos PPP/PPC analisados, tanto com relação ao conteúdo, quanto a forma de citá-las.

ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p.

ABRÃO, J.L.F. ***As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX***. Psicologia: Teoria e Pesquisa. *Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 233-240.*

ADORNO, T.W. Educação e emancipação. *Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.*

AGUADO, María José Díaz. ***Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa***. Portugal: Porto Editora.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução Pública no Brasil (1500-1889). São Paulo: EDUC, 2000.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: 2001.

AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina e violência na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

AQUINO, J.G.(org) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. S.Paulo: Summus.

AQUINO, Júlio G. Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas. *São Paulo: Summus, 1997.*

AQUINO, Júlio Grappa. ***Sexualidade na Escola****. São Paulo: Summus, 1997.*

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teórico-práticas. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação. São Paulo:Moderna, 1996.

ARANTES, V. A. (org.). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2007.

ARIES, P. (1991) História Social da Criança e da Família. Rio De Janeiro. Zahar.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel. **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: EDUSP, 1997. (América: raízes e trajetória; v. 7).

BALEEIRO, Mª Clarice e outros. Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa*. Salvador: FEO. FÓRUM Nacional de Educação e Sexualidade.* Guia de Orientação Sexual: diretrizes emetodologia da pré-escola ao 2º grau. *São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.*

BATISTA, C. A**.** ***Educação e sexualidade*****: um diálogo com educadores.** São Paulo: Icone, 2008.

BATISTA, C. A. ***Educação e sexualidade:*** **um diálogo com educadores.** São Paulo: Icone, 2008.

BAUER, Carlos**. Breve história da mulher no mundo ocidental.** São Paulo: Xamã, 2001.

BAZÍLIO, L. C. & KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org.). **Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 417p.

BOURDIEU, P. (1999) A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. **Parecer CNE/CP N. 8/2012**. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Diretos Humanos. Brasília, MEC/CNE, Brasília, 2012.*

BUTLER, Judith. ***Problemas de gênero*****: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Ana Maria F. e RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como um tema transversal. *São Paulo: Moderna; Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1999.*

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas.** São Paulo: EDUSP,1998.

CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CANDAU, V. M. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CANDAU, V. M. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria (Coord.). Somos tod@s iguais? *Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.*

CANDAU, Vera Maria (Org.). ***Didática crítica** intercultural* **– aproximações.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria (Org.). ***Sociedade, Educação e Cultura (s)*** **– Questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria. Reinventar a Escola. 4 ed Petrópolis: Vozes, 2005.

CANEN, A. &SANTOS, A. R. **Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores em Educa**ção. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2009.

_____. **O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação**. Comunicação e política, v. 25, nº 2, p.91 – 107, maio/ago. 2007. (CANEN)

CANEN, A., MOREIRA, A. F. B. (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papirus, 2001.
CARVALHO, Edgar de Assis. **Enigmas da cultura**. *São Paulo: Cortez, 2003.*

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASALI, Alípio; CASTILHO, Suely Dulce de. Diversidade na Educação*: Implicações Curriculares. São Paulo: EDUC 2016.*

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COSTA, M. (Org.) **Macho masculino homem**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.

CRAYDY, C. & KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DUBET, François. O que é uma escola justa? A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEBAN, Maria Terena. Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIA, N. & NOBRE, M. (orgs.). **Gênero e educação**. São Paulo: SOF, 1999.

FILHA, Constantina Xavier (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2009. ISBN 978-85-7613-241-7.

FLEURI, Reinaldo Matias (org) Educação Intercultural: mediações necessárias. Belo Horizonte: DP&A, 2003.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Intercultura: estudos emergentes**. Florianópolis: Núcleo Mover, Educação Intercultural e Movimentos Sociais; Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2002. 150 p.

FOUCAULT, M. (1977) História da Sexualidade. A vontade de saber. V.I Trad. Costa, M.T. Guilhon A. R.Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50.

FRAXE T.J.P.; 2009. **Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo, SP. Ed. Annablume.

FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo:Moraes, 1980.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude.** São Paulo: Cortez, 2006. 416 p. ISBN 8524912235 (broch.).

FREUD, S. (1912). ***Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental****. In:* Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud. *Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.*

FREUD, S. (1915). ***Sobre a transitoriedade****. In:* Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud. *Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.*

FREUD, S. (1929). O mal-estar na civilização. *Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.*

FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.) **Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. ***Educação sexual na sala de aula***: **relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GANHON, A. Interpretação do Desejo. Garamond Universitária, 2006.

GARTON, S. **História da sexualidade da Antiguidade à revolução sexual**. Lisboa: Editorial Stampa, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras. Educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GREGERSEN, E. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. São Paulo: Roca, 1983.

GUIMARÃES, Isaura. Educação Sexual na Escola: mito e realidade. *Campinas: Mercado de Letras, 1995.*

GUIRALDELLI, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

HALL, S. ***A identidade cultural na Pós-Modernidade***. 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Hilary Cooper. **Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de 3 a 8 anos**. Curitiba: Educar em Revista, 2006.

HIRATA, Helena. ***Globalização e divisão sexual do trabalho.*** In Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156;

HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; GARCIA, Maria Manuela Alves (orgs.). **Trabalho docente: Formação e Identidades**. Seiva, ISBN 8588105071.

JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009.

KUPSTAS, Márcia (Org.). **Comportamento sexual em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume & Dumara, 2001.

LAROSSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (org) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

*LE BRETON, D**. A sociologia do corpo***. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

LE BRETON, D. ***A sociologia do corpo.*** Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

LOURO, G. ***Gênero, História e Educação: construção e desconstrução***. Educação e Realidade. Vol.20 (2), jul/dez. 1995.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva Pós- Estruturalista**.** Petrópolis, Vozes, 1997.

LOURO, G. L**.** ***Gênero, sexualidade e educação****:* uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G. ***Magistério de 1o grau: um trabalho de mulher***. Educação e Realidade. Vol. 14(2), jul/dez 1989.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. ISBN 9788586583339.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. *Porto, PT: Porto Editora, 2000.*

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. ***Gênero, sexualidade e educação:*** **uma perspectiva pós estruturalista.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Coleção educação pós-crítica). ISBN 9788532618627.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. ***Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares****. In. SILVA, L. H. (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.*

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2008. 90p;

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-2914-2.

Luis Fernando Cerri. **Ensino de história e consciência histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. ISBN 978-85-225-0882-2.

MACHADO, A. M. (org.). **Educação especial em debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. **Pensar o corpo**. Petrópolis: Vozes, 2004. 239;

Mauro Coelho, Wilma Coelho. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**. Curitiba: Educar em Revista, 2013.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

McLAREN, P. ***Multiculturalismo crítico***. São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, Luiz (Orgs.). ***Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.*** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. ***Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas***. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas - SP: Papirus, 1990.
NAJMANOVICH, D. **O sujeito encarnado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, César A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 2006.

NUNES, César A; SILVA Edna. **A educação sexual da criança.** Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, M. K. REGO, T. TRENTO, D. **Psicologia e Educação: temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

BOSI, A. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo, SP. Ed. Atica. 2008

PEREIRA, M. E. et. al. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. S.Paulo. Contexto, 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.). Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2012. ISBN 9788581270159.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

*RIBEIRO, Marcos. **O Prazer e o Pensar**. São Paulo: Gente, 1999.*

RIBEIRO, Paulo Rennes Marcas. **Educação sexual além da informação.** São Paulo: EPU, 2006.

SADER, E. (org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, A. K. A. (org.). **Infância afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental (on line)**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SCOTT, Joan W. ***Gênero: uma categoria útil de análise histórica***. Educação & Realidade. vol. 20, nº 2, Porto Alegre, 1995, pp.71-99.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, SOS/CORPO, 1991.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) **Antropologia, história e educação:** a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001

*SILVA, G. A e MARTINS, M. C. J. **Sexualidade na Contramão**. São Paulo: Paulus, 1995.*

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Vozes, ISBN 8532624138.

SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Universitária, 2007.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia do Improvável e da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOMMER, Luís Henrique, BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). **Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Ulbra, ISBN 8575281771.

SOUZA, Érica Renata. ***No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. In** Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 – 387;

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CARDOSO, Maria Helena Fernandes. (Org.). Escola Fundamental: currículo e ensino. Campinas - SP: Papirus: 1995.

VIANA, Cláudia Pereira. ***O sexo e o gênero da docência***. Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.